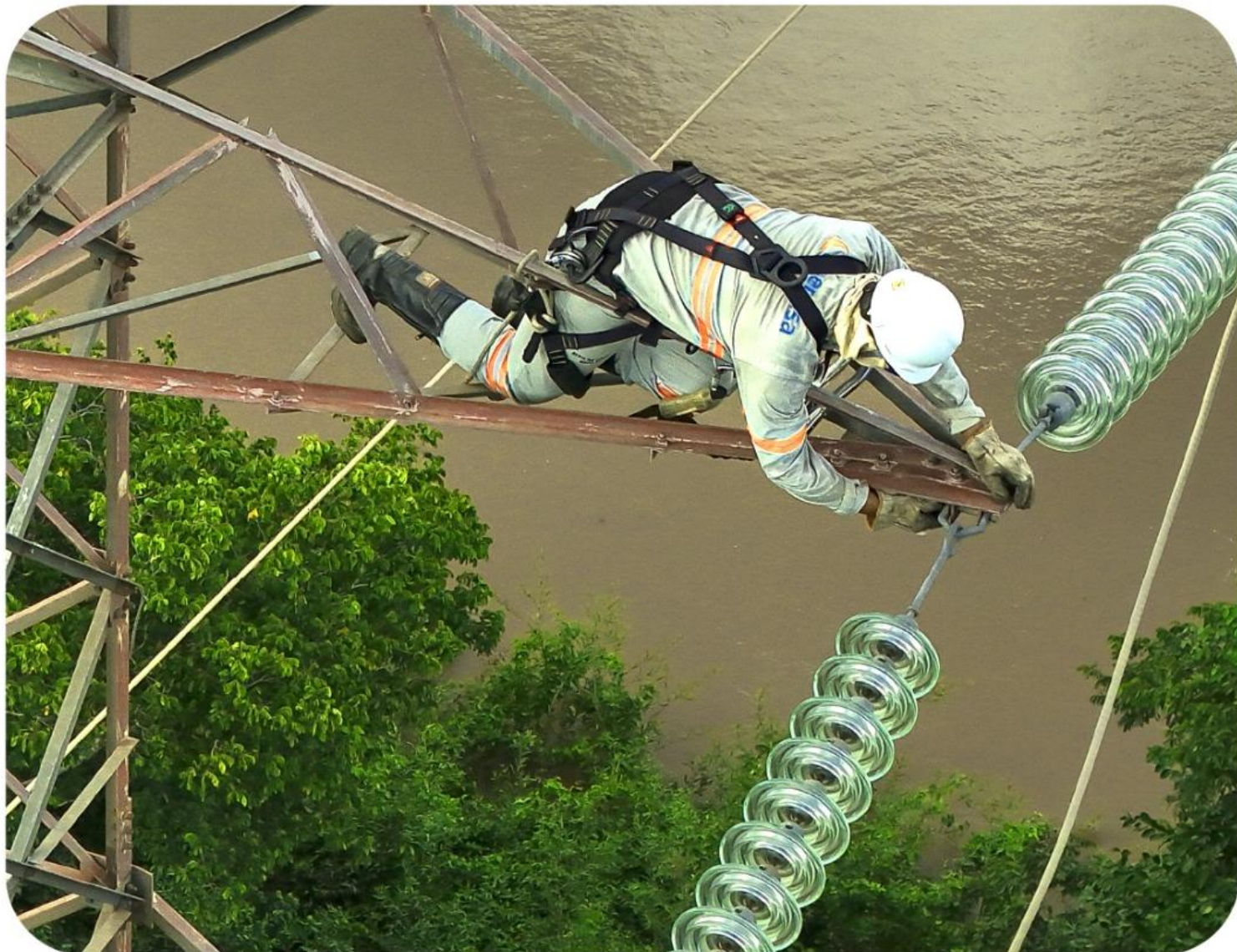




DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2024



MENSAGEM DO PRESIDENTE

120 anos: o futuro nos Energisa

Em 26 de fevereiro de 2025, o Grupo Energisa completou 120 anos, um feito que poucas empresas no Brasil alcançaram mantendo vitalidade e robustez. As transformações que estamos vendo no mundo da energia hoje são comparáveis com as da época da nossa fundação, período de grandes invenções e rápida modernização da sociedade, com início da era do petróleo e da energia elétrica trazendo mudanças profundas que perduraram por todo século XX até agora.

Hoje, vivemos uma nova era de transformação energética que tem nos guiado na diversificação dos negócios, com ênfase em elétrons, moléculas e bytes, através de um ecossistema de empresas dedicadas a oferecer a melhor solução de energia para os nossos clientes. O nosso negócio é a energia em toda a sua cadeia de valor.

Somos empreendedores, assumimos riscos calculados, antecipamos movimentos do mercado e tendências ao identificar novas oportunidades, combinando ousadia e inovação para crescer de forma sustentável.

Foi assim que ingressamos no mercado de gás, primeiro com a ESGás, que desde 2023 avança em uma trajetória sustentável, e mais recentemente com aquisições estratégicas no Nordeste, como a da Norgás, que detém participação em quatro distribuidoras. O gás natural, combustível e insumo fundamental para a transição energética, abre caminho para a redução de emissões na indústria e fortalece a segurança energética do país. Além disso, nosso primeiro investimento na produção e comercialização de biometano, a AGRIC, previsto para entrada em operação comercial em meados de 2025, reafirma nosso compromisso com soluções sustentáveis e inovação no setor.

O movimento de diversificação que temos empreendido nos últimos anos não diminuiu a nossa atenção com o *core business*, que é a distribuição de energia elétrica. Em um ano especialmente sensível para o setor com a escalada dos eventos climáticos extremos, alcançamos bom desempenho operacional, resultado de investimentos de R\$ 5.684,3 milhões nas nossas nove concessões que apresentaram taxa de crescimento nas vendas de energia elétrica de 7,6%, a maior taxa dos últimos 12 anos.

Em 2025, esperamos concluir a antecipação da prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica que vencem entre 2028 e 2031 por mais 30 anos. O processo, conduzido pelo poder concedente e pela agência reguladora, tem buscado assegurar a segurança jurídico-regulatória necessária para promover um novo ciclo de desenvolvimento do setor com tangíveis benefícios para os clientes e a sociedade.

Não poderíamos deixar de destacar os negócios da (re)energisa que vem se expandindo no mercado livre, nos serviços energéticos de valor agregado e na geração solar distribuída que chegou a 441 MWp de potência instalada, com 117 plantas operacionais em 9 estados.

No segmento de transmissão destacamos os R\$ 543,0 milhões em investimentos realizados no período e a entrada em operação comercial da Energisa Amapá Transmissora de Energia (EAP), que representou uma antecipação de nove meses em relação ao prazo regulatório. Além disso, nos sagramos vencedores no leilão de 28 de março de 2024 de mais uma concessão de transmissão, a primeira no Estado do Maranhão, empreendimento com investimentos estimados pelo regulador de aproximadamente R\$ 1 bilhão nos próximos 3 anos.

Em janeiro de 2024, antecipando eventuais necessidades de capital, realizamos operação bem-sucedida de follow-on com emissão de R\$ 2,5 bilhões em novas ações. Medida de prudência financeira acertada porque o cenário macroeconômico foi bem desafiador, com rápida deterioração das taxas de juros, câmbio e inflação no Brasil.

Para o exercício de 2024, o lucro líquido da controladora foi recorde de R\$ 3,8 bilhões – superior em 100,1% ao ano anterior, com distribuição de dividendos de R\$ 2,90/Unit referente ao exercício. Nos últimos dez anos, o resultado líquido da controladora cresceu de forma consistente na proporção de 29,7% a.a.

Perseguimos a geração de valor de longo prazo através da busca permanente pela excelência na operação, e disciplina na alocação de capital, seja por fusões e aquisições, seja no crescimento orgânico de nossas operações. Essa abordagem nos permite transformar negócios, impulsionar o desenvolvimento e consolidar nossa posição como referência em qualidade, gestão e satisfação do cliente em todos os negócios que atuamos.

Chegar aos 120 anos expandindo fronteiras e inovando reafirma a essência da Energisa: uma empresa que cresce com consistência, visão e compromisso com o futuro.

Agradecemos a todos os colaboradores e clientes de várias gerações, aos nossos fornecedores, financiadores e acionistas pela confiança e parceria duradoura.

Ricardo Botelho
Presidente do Grupo Energisa
Cataguases, 18 de março de 2025.

GRUPO ENERGISA S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Cataguases, 18 de março de 2025 – A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T24) e do exercício de 2024. Os valores estão expressos em reais mil (R\$ mil) e as informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

Sumário

- **Energisa Consolidado: lucro líquido da controladora** recorde de **R\$ 3.789,7 milhões** em 2024 (+100,1%) e R\$1.828,9 milhões no 4T24 (+ 254,1%). **EBITDA ajustado recorrente** (exclui VNR, EBITDA societário da transmissão e efeitos não caixa e não recorrentes e ajustado pelo EBITDA regulatório das transmissoras) consolidado totalizou **R\$ 1.905,4 milhões** no 4T24, **redução de 7,9%** (R\$ 162,9 milhões) sobre 4T23. O mesmo indicador acumulado em 12 meses cresceu 8,1% e totalizou R\$ 7.631,5 milhões.
- **Distribuição de Energia Elétrica:** destaque para a **venda de energia (mercado cativo + TUSD)** que cresceu **2,3%** no 4T24 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, atingindo 11.088,3 GWh, expansão frente a uma base elevada em dez/23 (13,0% - maior taxa em 18 anos). O **PMSO recorrente** do segmento **subiu 6,0%** na comparação com o 4T24.
- **Transmissão de Energia Elétrica:** em dezembro de 2024, a **Energisa Amapá Transmissora de Energia S.A. (EAP)** entrou em operação com **9 meses de antecipação** em relação ao prazo regulatório e agregando R\$ 13,6 milhões à RAP do Grupo. A **Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A. (EAM)** energizou a Subestação Balbina e atingiu, aproximadamente, 50% da RAP total do empreendimento.
- **(re) energisa:** no segmento de **geração distribuída**, concluímos o 4T24 com 117 usinas solares (UFV’s) em operação e **441 MWp de potência instalada**. O EBITDA deste segmento cresceu 30,9% no trimestre, totalizando **R\$ 62,8 milhões**. No acumulado de 12 meses o EBITDA foi de R\$ 187,9 milhões (+89,6%). No segmento de **comercialização de energia**, ao longo do 4T24 foram fechados **70 novos clientes na modalidade varejista**, somando um total de 118,3 GWh.
- **Distribuição de gás natural:** a **ES Gás** apresentou **EBITDA de R\$ 187,1 milhões** no exercício, **redução de 11,0%** em relação ao ano de 2023. A **Norgás**, sociedade na qual a Companhia detém participação acionária indireta nas distribuidoras estaduais de gás natural dos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará e cuja aquisição foi realizada em **6 de novembro de 2024**, apresentou resultado de equivalência patrimonial de R\$ 8,4 milhões no 4T24.
- No 4T24, o resultado do Grupo Energisa está afetado pelos seguintes **efeitos não recorrentes e/ou não-caixa**:
 - Itens que impactam EBITDA
 - **Provisão de efeitos da geração distribuída nas distribuidoras:** **R\$ 430,2 milhões** de efeito negativo referente à saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de créditos referentes a geração distribuída contabilizados na linha de energia elétrica comprada para revenda;
 - **Provisão PLR:** para fins de comparabilidade com o resultado do 4T24, destacamos o efeito R\$ 148,7 milhões de PLR referente aos primeiros 9 meses de 2023 que foram contabilizados no 4T23 e correspondem a um efeito não recorrente e não caixa;
 - **Provisão sobrecontratação EAC:** **R\$ 2,3 milhões** negativos (valores deduzidos de PIS/ COFINS, programa de eficiência energética (PEE) e P&D) de efeito não-caixa no trimestre na linha de Ativos e Passivos regulatórios da EAC;

- **Marcação a mercado ECOM: R\$ 5,5 milhões** de efeito não-caixa referente a marcação da carteira da Energisa Comercializadora;
- Itens que impactam Lucro
 - **Constituição do ativo diferido da ERO: R\$ 1.095,6 milhões** de efeito positivo no lucro em função do enquadramento da Energisa Rondônia nas regras estabelecidas na legislação para utilização dos créditos tributários referente a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias de exercícios anteriores.
 - **Créditos referente a juros Selic sobre indêbitos tributários: R\$ 458,2 milhões** de efeito positivo (sendo R\$ 352,2 milhões de créditos e R\$ 106,0 milhões de atualização monetária) referente a aplicação da Selic sobre os indêbitos tributários em função da retirada do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS;
 - **Marcação a mercado Call EPM e EPNE: R\$ 293,5 milhões** de efeito positivo em função do cálculo da marcação a mercado da opção de compra de ações da subsidiária EPM e EPNE.

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional bruta	12.623,1	11.339,9	+ 11,3	46.250,9	39.939,1	+ 15,8
Receita operacional líquida sem receita de construção ⁽¹⁾	7.568,2	6.679,5	+ 13,3	27.155,4	23.587,0	+ 15,1
EBITDA	1.791,0	1.963,8	- 8,8	7.969,0	7.624,5	+ 4,5
EBITDA ajustado recorrente ⁽²⁾	1.905,4	2.068,2	- 7,9	7.631,5	7.061,2	+ 8,1
EBITDA ajustado covenants ⁽³⁾	1.894,0	2.075,0	- 8,7	8.393,7	8.066,5	+ 4,1
Margem EBITDA (%)	18,7	24,3	- 5,6	23,6	26,7	- 3,1 p.p.
Lucro líquido consolidado ⁽⁴⁾	2.119,1	729,1	+ 190,6	4.636,3	2.583,5	+ 79,5
Lucro líquido consolidado ajustado recorrente ⁽⁵⁾	321,9	681,8	- 52,8	2.035,5	1.659,7	+ 22,6
Lucro líquido da controladora	1.828,9	516,5	+ 254,1	3.789,7	1.894,2	+ 100,1
Endividamento líquido ⁽⁶⁾	24.986,4	24.874,2	+ 0,5	24.986,4	24.874,2	+ 0,5
Investimentos	2.016,0	1.385,7	+ 45,5	6.772,0	6.017,0	+ 12,5
Indicadores Operacionais Consolidados						
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	11.088,3	10.840,2	+ 2,3	42.450,1	39.455,1	+ 7,6
Fornecimento não faturado (GWh)	107,2	131,4	- 18,4	(2,1)	272,6	-
Números de consumidores eletricidade (mil)	8.787,4	8.586,9	+ 2,3	8.787,4	8.586,9	+ 2,3
Número de colaboradores próprios	17.411	16.648	+ 4,58	17.411	16.648	+ 4,58

1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção + remuneração do ativo de contrato (transmissão de energia elétrica); 2) EBITDA descontado do VNR da distribuição, do EBITDA societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes, e com adição do EBITDA regulatório da transmissão; 3) EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios; 4) Lucro líquido antes da participação dos não controladores; 5) Lucro líquido descontado do VNR da distribuição, do lucro líquido societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes e com adição do lucro líquido regulatório da transmissão. 6) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA).



Divulgação de Resultados

18 de março (terça-feira)

Após o fechamento do mercado



Videoconferência

19 de março (quarta-feira)

11:30 (BRT) | 9:30 (EST)

Em português com tradução simultânea para o inglês

Acessar Webcast

ri@energisa.com.br

Índice

Sumário	4
1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA	9
1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa	10
2. ENERGISA CONSOLIDADA	11
2.1 Receita operacional líquida.....	11
2.2 Custos e despesas operacionais controláveis	12
2.3 EBITDA.....	15
2.4 Resultado financeiro	16
2.5 Lucro líquido do período.....	17
2.6 Estrutura de capital	18
2.6.1 Operações financeiras	18
2.6.2 Opções de compra de participações minoritárias.....	18
2.6.3 Caixa e endividamento.....	18
2.6.4 Custo e prazo médio do endividamento	20
2.6.5 Cronograma de amortização das dívidas.....	20
2.7 Ratings	21
2.8 Investimentos.....	21
2.9 Fluxo de caixa	21
2.10 Mercado de capitais.....	22
3. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	22
3.1 Receita operacional	22
3.1.1 Margem bruta	23
3.1.2 Mercado de energia	24
3.1.3 Consumo por classe	26
3.1.4 Perdas de energia elétrica	26
3.1.5 Gestão da inadimplência	28
3.1.5.1 Taxa de arrecadação	28
3.1.5.2 Taxa de inadimplência.....	29
3.1.5.3 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição – DEC e FEC	30
3.1.6 Conta de compensação dos valores da Parcela A (CVA)	31
3.1.7 Sobrecontratação.....	31
3.1.8 Bandeiras tarifárias	32
3.1.9 Revisões e reajustes tarifários	32
3.1.10 Base de remuneração regulatória.....	32
3.1.11 Parcela B.....	33
3.1.12 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação	33
3.2 Custos e despesas operacionais.....	34
3.2.1 Custos e despesas operacionais não controláveis	34
3.2.2 Custos e despesas operacionais controláveis.....	34
3.2.3 Demais despesas operacionais.....	36
3.3 EBITDA.....	37
3.4 Lucro líquido do período.....	38
4. TRANSMISSÃO	38
4.1 Visão geral	38
4.2 Homologação da Receita Anual Permitida (RAP) – Ciclo 2024/2025.....	40
4.3 Destaques do Período	40
4.3.1 Energização de nova subestação na Energisa Amazonas	40
4.3.2 Entrada em operação da Energisa Amapá	40
4.4 Resultados econômico-financeiros consolidado – Societário x Regulatório.....	41
5. (RE)ENERGISA	43

5.1	Geração distribuída.....	43
5.2	Comercialização de energia elétrica.....	44
5.3	Serviços de valor agregado.....	45
6.	GERAÇÃO CENTRALIZADA.....	46
7.	DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL.....	48
7.1	Visão geral.....	48
7.2	Resumo participações direta e indireta.....	49
7.3	Informações Financeiras.....	49
8.	ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES DA COMPANHIA.....	51
9.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	51
9.1	Bandeiras tarifárias.....	51
9.2	Fundo de Investimento e Cotas (FIC – FIDC).....	51
9.3	Prorrogação da Concessão.....	52
9.4	Empréstimos Contratados – controladas.....	52
9.5	Emissão de Debêntures – controladora.....	52
9.6	Emissão de Debêntures – controladas.....	52
9.7	Pagamentos de dividendos do exercício de 2024 – controladora.....	52
9.8	Dividendos do exercício de 2024 – controladas.....	52
ANEXO I –	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	54
A.1	Empresas por linha de negócio.....	54
A.2	Receita operacional líquida – Consolidado.....	55
A.3	EBITDA por empresa.....	56
A.4	Lucro (prejuízo) líquido por empresa.....	57
A.5	Debêntures espelho.....	58
A.6	Investimento por empresa.....	61
ANEXO II –	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	63
1.	Balanço patrimonial ativo.....	63
2.	Balanço patrimonial passivo.....	64
3.	Demonstração de resultados.....	65
4.	Demonstração do resultado abrangente.....	65
5.	Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	66
6.	Demonstração do fluxo de caixa.....	67
7.	Demonstração do valor adicionado.....	68
8.	Balanço social.....	69
	Declaração dos Diretores sobre as DFs 2024.....	70
	Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes.....	71
	Conselho de Administração.....	72
	Conselho Fiscal.....	73
	Diretoria Executiva.....	74

1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Grupo Energisa completou 120 anos em 26 de fevereiro de 2025 e conta com mais de 17 mil colaboradores próprios para atender a 9,2 milhões de clientes eletricidade e gás natural¹. Oferecemos ao mercado um completo ecossistema de soluções energéticas inovadoras para atender às necessidades de todos os perfis de clientes ao redor do Brasil.

O Grupo Energisa atua nos seguintes segmentos:

Distribuição de energia elétrica: A Companhia controla 9 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.035 mil Km², equivalente a 24% do território nacional e atende cerca de 8,8 milhões de consumidores.

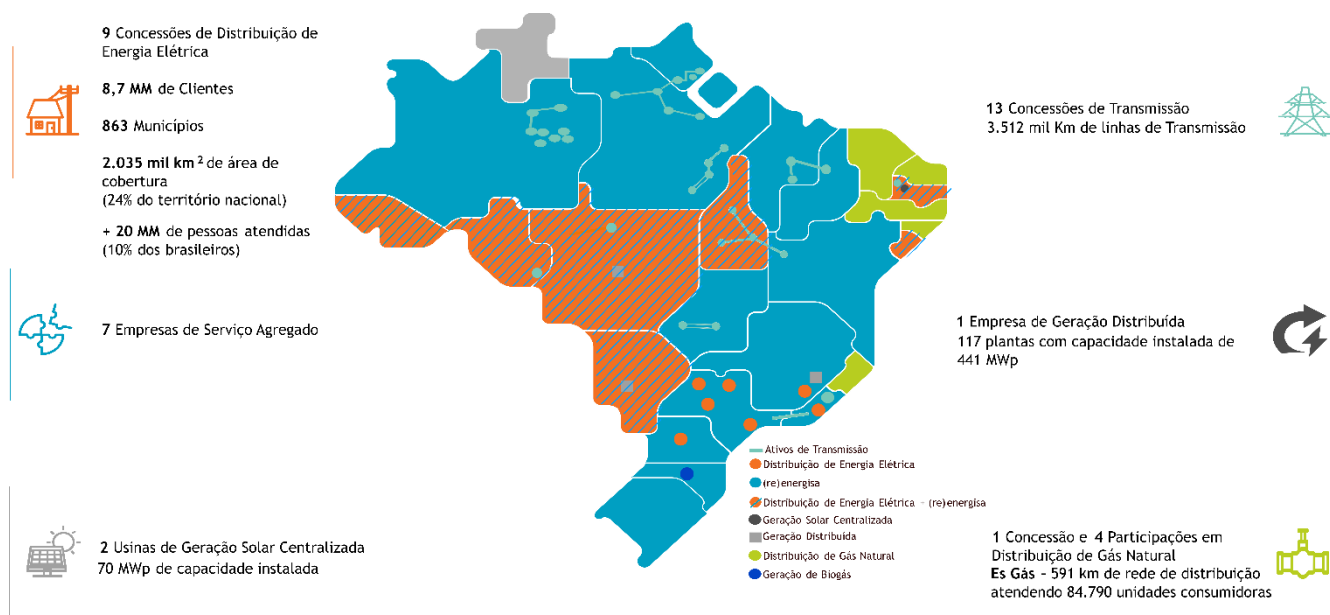
(re) energisa: A (re)energisa é a marca do grupo responsável pela gestão e comercialização de energia e de gás no mercado livre, prestação de serviços de valor agregado e geração distribuída de fontes renováveis.

Transmissão de energia elétrica: Esse segmento totaliza 13 concessões de transmissão, dos quais 10 ativos operacionais e 3 em construção, com aproximadamente 3.512 km de linhas de transmissão e 14.454 MVA de capacidade de transformação.

Geração centralizada: Duas usinas fotovoltaicas totalizando 70 MWp, energia totalmente comercializada no mercado livre.

Distribuição de gás natural: A ES Gás é responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Espírito Santo, atuando em diversos setores, como residencial, comercial, industrial, automotivo, climatização, cogeração e geração termoeletrica e atende o total de 84.790 clientes. Além disso, a Energisa possui participações societárias indiretas nas distribuidoras de gás natural: Gás de Alagoas (Algás), Companhia de Gás do Ceará (Cegás), Companhia Pernambucana de Gás (Copegás) e Companhia Potiguar de Gás (Potigás) localizadas nos Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Estas distribuidoras atendem a 238.412 clientes.

Bio Soluções: Está em curso a construção da planta para produção de biometano e ampliação da capacidade de produção de biofertilizantes em Campos Novos (SC). O portfólio inclui Biometano, Fertilizantes Orgânicos e Tratamento de Resíduos Orgânicos de origem industrial, além de promover a economia circular, valorizando os resíduos, a Bio Soluções irá contribuir para redução das emissões de gases efeito estufa.

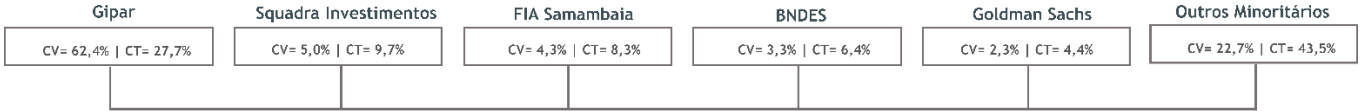


^(*) Após decisão do STF em 06/10/2023 o estado de Mato Grosso passa a ter 142 municípios. O distrito de Sorriso, Boa Esperança, agora é denominado município de Boa Esperança do Norte.

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units – certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



Distribuição de energia elétrica

EMR ⁽¹⁾	ESE ⁽¹⁾	EAC ⁽¹⁾	ERO ⁽¹⁾	EPB ⁽²⁾	ETO ⁽²⁾	ESS ⁽²⁾	EMS ⁽²⁾	EMT ⁽²⁾
100%	100%	100%	100%	76,36%	70,1%	90,8%	91,4%	81,7%

Transmissão

EPA I ⁽²⁾	EPA II ⁽²⁾	EAM I ⁽²⁾	EAP ⁽²⁾	EGO I ⁽²⁾
100%	100%	100%	100%	100%
ETT I ⁽²⁾	ETT II ⁽²⁾	EPT ⁽²⁾	Gemini ⁽²⁾	EAM II ⁽²⁾
100%	100%	100%	100%	100%
EMA I ⁽²⁾				
100%				

(re)energisa

Comercialização	Serviços	Geração Distribuída
ECOM ⁽¹⁾	ESOL ⁽¹⁾	Alisol ⁽¹⁾
100%	100%	89,7%

Holding e outros

Rede ⁽²⁾	EPM ⁽¹⁾	Denerge ⁽¹⁾	EPNE ⁽¹⁾
91,5%	72,1%	99,9%	76,4%
Multis ⁽²⁾	Voltz ⁽¹⁾	Outros	
91,5%	100%		

Negócios de Gás e Bio Soluções

ES Gás ⁽²⁾	Norgás ⁽²⁾	AGRIC ⁽²⁾
100%	51%	100%

CV – Capital Votante | CT – Capital Total

As participações demonstradas no quadro são diretas ⁽¹⁾ ou indiretas ⁽²⁾ da Energisa S.A.

Squadra Investimentos, FIA Samambaia e Goldman Sachs – posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

Outros minoritários – posição acionária incluindo ações em tesouraria.

A Energisa Participações Minoritárias S.A possui participação direta de 29,6% na Rede e 39,8% na EMT.

A Energisa Participações Nordeste S.A possui participação direta de 100% na EPB.

A holding Gemini Energy S/A detém o controle acionário das transmissoras:

- 100% da Linhas de Itacaiúnas de Transmissora de Energia Ltda;
- 100% das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A;
- 85,1% das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A; e
- 83,3% das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

A empresa Norgás detém investimento minoritário nas seguintes distribuidoras de gás:

- 29,4% da Cegás;
- 29,4% da Algás;
- 41,5% da Copergás; e
- 83,0% da Potigas.

Dados de 28/02//2025

2. ENERGISA CONSOLIDADA

2.1 Receita operacional líquida

A seguir, as receitas operacionais líquidas por linha de negócio antes das eliminações intercompanhia e combinação de negócios:

Receita líquida por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica	8.112,2	6.918,2	+ 17,3	29.006,0	25.489,6	+ 13,8
➤ Transmissão de energia elétrica	469,8	369,8	+ 27,0	1.589,5	1.264,2	+ 25,7
➤ (re)energisa	705,1	399,2	+ 76,6	1.827,5	1.266,1	+ 44,3
• Geração distribuída	116,3	89,6	+ 29,8	380,4	229,0	+ 66,1
• Comercialização de energia elétrica	521,8	206,9	+ 152,2	1.153,3	671,9	+ 71,6
• Serviços de valor agregado	67,0	102,7	- 34,8	293,8	365,2	- 19,6
➤ Distribuição de gás natural ⁽¹⁾	345,4	496,7	- 30,5	1.627,6	944,9	+ 72,3
➤ Holdings e outros	134,8	115,6	+ 16,6	514,0	431,9	+ 19,0
(=) Total	9.767,2	8.299,5	+ 17,7	34.564,6	29.396,7	+ 17,6
Eliminações intercompanhia e combinação de negócios	(209,0)	(223,4)	- 6,4	(849,1)	(864,9)	- 1,8
(=) Receita líquida consolidada	9.558,1	8.076,1	+ 18,4	33.715,5	28.531,9	+ 18,2
(-) Receita de construção ⁽²⁾	1.989,9	1.396,6	+ 42,5	6.560,1	4.944,9	+ 32,7
(=) Receita líquida consolidada, sem receita de construção da infraestrutura	7.568,2	6.679,5	+ 13,3	27.155,4	23.587,0	+ 15,1

⁽¹⁾ Os valores da ES Gás apresentados correspondem exclusivamente ao período após a aquisição da empresa, ou seja, a partir de julho de 2023.

⁽²⁾ Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção + remuneração do ativo de contrato (transmissão de energia elétrica).

A receita operacional consolidada está detalhada no [Anexo A2](#). Acesse essa e outras tabelas em Excel [nesse link](#).

Principais destaques:

- O segmento de Distribuição de Energia Elétrica no 4º trimestre apresentou crescimento na receita líquida, sem receita de construção, de R\$ 728,5 milhões (+12,3%), explicada, principalmente, pelo incremento da linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos (+R\$ 242,8 milhões), da receita de disponibilidade do sistema elétrico (+R\$ 151,4 milhões) e da receita de suprimento (+R\$ 106,6 milhões). Maiores detalhes seção 3.
- No segmento de Transmissão, o resultado societário aumentou 27,0% explicado, principalmente, pelo aumento da receita de construção em função da evolução física dos projetos em construção da Energisa Maranhão, Energisa Amazonas II e reforços na LMTE. Maiores detalhes no seção 4.
- Na (re)energisa, o aumento de 76,6% na comparação com o quarto trimestre de 2023 é explicado, principalmente, pela Geração Distribuída que acrescentou R\$ 26,7 milhões no trimestre e pela Comercializadora com incremento de R\$ 314,9 milhões. Maiores detalhes no seção 5.
- No segmento de Distribuição de Gás, a redução de 30,5% da receita líquida em comparação ao 4T23 é reflexo da diminuição do volume total distribuído dos segmentos industrial e automotivo na Es Gás.
- Na Holding e Outros, o aumento de 16,6% (R\$ 19,2 milhões) na comparação com 4T23 é reflexo dos seguintes eventos: (i) R\$ 17,2 milhões referentes à transferência dos serviços administrativos da ESGÁS e de RH da ALSOL para o CSE (Central de Serviços Energisa) desde janeiro de 2024 e novas contratações de serviços de TI nas empresas do Grupo Energisa (Voltz, ESGÁS, LMTE, LXTE e LTTE); e (ii) R\$ 1,2 milhão referente ao desempenho das usinas RDP I e II.

2.2 Custos e despesas operacionais controláveis

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais consolidados da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	4.746,2	3.592,1	+ 32,1	15.516,7	12.705,4	+ 22,1
1.1 Energia elétrica e moléculas ⁽¹⁾	4.098,1	3.013,6	+ 36,0	13.021,2	10.481,5	+ 24,2
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	648,0	578,5	+ 12,0	2.495,4	2.223,9	+ 12,2
2 Custos e Despesas controláveis	1.288,1	1.225,2	+ 5,1	4.394,0	3.821,9	+ 15,0
2.1 PMSO	1.050,9	1.085,1	- 3,1	3.770,6	3.407,1	+ 10,7
2.2 Provisões/Reversões	237,2	140,1	+ 69,3	623,5	414,8	+ 50,3
2.2.1 Contingências	113,5	84,6	+ 34,2	146,3	126,3	+ 15,9
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	123,6	55,5	+ 122,6	477,2	288,5	+ 65,4
3 Demais receitas/despesas	547,8	561,8	- 2,5	2.267,9	1.764,5	+ 28,5
3.1 Amortização e depreciação	488,7	414,0	+ 18,0	1.858,0	1.577,2	+ 17,8
3.2 Outras receitas/despesas	59,2	147,8	- 60,0	409,8	187,3	+ 118,8
Total (sem custo de construção da infraestrutura)	6.582,1	5.379,1	+ 22,4	22.178,6	18.291,8	+ 21,2
Custo de construção da infraestrutura	1.665,3	1.147,2	+ 45,2	5.417,5	4.192,8	+ 29,2
Total (com custo de construção da infraestrutura)	8.247,4	6.526,3	+ 26,4	27.596,1	22.484,5	+ 22,7

(1) Considera os valores de compra e transporte de gás.

Abaixo apresentamos o PMSO, que compõe os custos controláveis, detalhado por linha de negócio:

PMSO por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica ⁽¹⁾	877,9	932,8	- 5,9	3.236,2	3.076,2	+ 5,2
➤ Transmissão de energia elétrica	73,1	45,2	+ 61,6	240,0	150,9	+ 59,0
➤ (re)energisa	124,7	145,6	- 14,4	466,0	507,0	- 8,1
• Geração distribuída	41,7	43,8	- 4,8	142,0	131,6	+ 7,9
• Comercialização de energia elétrica	11,9	12,4	- 3,9	48,8	29,4	+ 66,1
• Serviços de valor agregado	71,1	89,4	- 20,5	275,2	346,0	- 20,4
➤ Distribuição de gás natural ⁽²⁾	19,8	16,0	+ 23,7	73,8	30,3	+ 144,0
➤ Holdings e outros	136,1	140,3	- 3,0	478,8	404,3	+ 18,4
(=) Total	1.231,6	1.280,0	- 3,8	4.494,8	4.168,5	+ 7,8
Eliminações intercompanhia	(180,7)	(194,9)	- 7,3	(724,2)	(761,4)	- 4,9
(=) Energisa consolidada	1.050,9	1.085,1	- 3,1	3.770,6	3.407,1	+ 10,7

(1) Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#)

(2) Os valores da ES Gás apresentados correspondem exclusivamente ao período após a aquisição da empresa, ou seja, a partir de julho de 2023.

Na linha de Holdings e outros, a redução de 3,0% (R\$ 4,2 milhões) na comparação com o 4T23, é explicada, principalmente, pelo provisionamento da PLR de 9 meses na ESA Controladora no total de R\$ 27,9 milhões, no 4T23.

Abaixo demonstramos a variação do PMSO Regulatório do segmento de Transmissão. Para maiores informações, vide item 4.4 deste documento.

PMSO Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
➤ Transmissão de energia elétrica - Regulatório	48,5	45,6	+ 6,3	175,6	144,2	+ 21,8

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

As despesas com PMSO no consolidado tiveram uma redução de 3,1% (R\$ 34,2 milhões) e atingiram R\$ 1.050,9 milhões no trimestre.

A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisionamento mensal ao invés do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R\$ 198,3 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R\$ 148,7 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R\$ 49,6 milhões referem-se de fato ao 4T23.

Excluindo o efeito acima da mudança de prática, o PMSO Consolidado recorrente do 4T23 seria R\$ 936,4 milhões, aumento de 12,2% na comparação com o 4T24.

PMSO Consolidado	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Pessoal e benefício pós-emprego	538,2	579,7	- 7,2	2.007,0	1.753,9	+ 14,4
Material	94,1	88,3	+ 6,5	343,2	322,9	+ 6,3
Serviços de terceiros	340,1	328,6	+ 3,5	1.165,2	1.074,2	+ 8,5
Outras	78,5	88,4	- 11,2	255,1	256,2	- 0,4
• Penalidades contratuais e regulatórias	0,4	7,1	- 94,1	2,3	26,9	- 91,4
• Outros	78,1	81,3	- 3,9	252,8	229,3	+ 10,2
Total PMSO consolidado	1.050,9	1.085,1	- 3,1	3.770,6	3.407,1	+ 10,7
(-) Provisão PLR	-	148,7	-	-	-	-
Total PMSO consolidado recorrente	1.050,9	936,4	+ 12,2	3.770,6	3.407,1	+ 10,7

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

No 4T24, as despesas com pessoal e benefício pós emprego totalizaram R\$ 538,2 milhões, redução de 7,2% (+R\$ 41,5 milhões) em relação ao 4T23, influenciado pelo provisionamento da PLR dos primeiros 9 meses de 2023, conforme mencionado acima.

✓ **Material**

No 4T24, as despesas com materiais totalizaram R\$ 94,1 milhões, incremento de 6,5% (+ R\$ 5,7 milhões) acima do registrado no 4T23.

✓ **Serviços**

No 4T24, as despesas com serviços totalizaram R\$ 340,1 milhões, +3,5% (+ R\$ 11,5 milhões) acima do registrado no 4T23. Abaixo destacamos os principais impactos nesta rubrica no trimestre:

- (i) + R\$ 5,7 milhões em despesas na Voltz, relativos à reestruturação da empresa;
- (ii) + R\$ 4,3 milhões em despesas em consultoria na EDG para aquisição da Norgás em 2024.

✓ **Outros**

Destaque para o reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), contrapartida aos projetos Vila Restauração e Mais Luz para Amazônia sendo R\$ 10,3 milhões na EAC, R\$ 4,4 milhões na ERO e R\$ 3,7 milhões na EMT.

Provisões/Reversões

Contingências

No 4T24, a rubrica de provisões/reversões registrou um impacto de R\$ 113,5 milhões, frente uma movimentação de R\$ 84,6 milhões no 4T23, que representa um aumento de R\$ 29,0 milhões. Esse aumento está vinculado especialmente a realização de acordos em processos relevantes das empresas EMT (R\$ 24,1 milhões) e ETO (R\$ 32,5 milhões).

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

No 4T24, a PPECLD foi de R\$ 123,6 milhões, representando um aumento de 122,6%, quando comparado aos R\$ 55,5 milhões no 4T23. Para maiores informações, recorrer ao item 3.1.5.1 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas alcançaram R\$ 59,2 milhões, redução de 60,0% (-R\$ 88,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função de:

- (i) - R\$ 38,4 milhões na ERO reconhecidos no 4T23 sendo (i) R\$ 29,8 milhões correspondentes à baixa de estoques de reforma após revisão tarifária em dezembro de 2023 e (ii) R\$ 6,9 milhões referentes às baixas contábeis em razão do saneamento da base de ativos após a revisão tarifária de 2023;
- (ii) - R\$ 11,0 milhões na EAC contabilizado no 4T23 referente ao pagamento do REFIS atrelado a autos de infração de natureza fiscal;
- (iii) - R\$ 64,5 milhões de redução da despesa referente ao MTM da Energisa Comercializadora no 4T24, despesa sem efeito caixa, devido à desvalorização da carteira em função do ajuste do preço de energia em relação ao volume de exposição.

2.3 EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1.791,0 milhões no 4T24, redução de 8,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA ajustado *covenants*, utilizado nos indicadores de dívidas, registrou o valor de R\$ 1.894,0 milhões no 4T24, 8,7% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior.

EBITDA por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
✓ Distribuição de energia elétrica	1.437,2	1.717,7	- 16,3	6.719,2	6.667,2	+ 0,8
✓ Transmissão de energia elétrica	250,4	196,7	+ 27,3	880,7	573,1	+ 53,7
✓ (re)energisa	57,8	10,0	+ 475,6	39,6	193,2	- 79,5
· Geração distribuída	62,8	48,0	+ 30,9	187,9	99,1	+ 89,6
· Comercialização de energia elétrica	(0,7)	(51,9)	- 98,6	(166,2)	71,6	-
· Serviços de valor agregado	(4,3)	14,0	-	18,0	22,5	- 20,2
✓ Distribuição de gás natural ⁽¹⁾	34,1	51,7	- 34,1	187,1	98,1	+ 90,7
✓ Holdings e outros	35,5	(25,3)	-	(19,2)	21,4	-
Eliminações intercompanhia e combinação de negócios	(15,5)	12,9	-	170,0	71,5	+ 137,7
(=) EBITDA	1.791,0	1.963,8	- 8,8	7.969,0	7.624,5	+ 4,5
(+) Receitas de acréscimos moratórios	103,0	111,2	- 7,4	424,7	442,0	- 3,9
(=) EBITDA ajustado <i>covenants</i> ⁽²⁾	1.894,0	2.075,0	- 8,7	8.393,7	8.066,5	+ 4,1

⁽¹⁾ Os valores da ES Gás apresentados correspondem exclusivamente ao período após a aquisição da empresa, ou seja, a partir de julho de 2023.

⁽²⁾ EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(=) EBITDA	1.791,0	1.963,8	- 8,8	7.969,0	7.624,5	+ 4,5
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	189,6	94,2	+ 101,2	616,7	562,0	+ 9,7
(-) EBITDA societário transmissoras	250,4	196,7	+ 27,3	880,7	573,1	+ 53,7
(+) EBITDA regulatório transmissoras	127,3	146,8	- 13,3	537,4	594,1	- 9,5
(=) EBITDA ajustado	1.478,4	1.819,6	- 18,8	7.008,9	7.083,5	- 1,1
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários			-			-
Provisão sobrecontratação EAC ⁽¹⁾	2,3	40,9	- 94,4	11,3	40,9	- 72,2
Provisão PLR	-	148,7	-	-	-	-
Marcação a Mercado ECOM	(5,5)	59,0	-	181,0	(63,2)	-
Provisão de efeitos de geração distribuída	430,2	-	-	430,2	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	1.905,4	2.068,2	- 7,9	7.631,5	7.061,2	+ 8,1

⁽¹⁾ Valores deduzidos de PIS/ COFINS, programa de eficiência energética (PEE) e P&D

O EBITDA ajustado recorrente foi de R\$ 1.905,4 milhões, resultado 7,9% menor ao 4T23, influenciado principalmente pelos seguintes efeitos não caixa e não recorrentes:

- Provisão sobrecontratação EAC: R\$ 2,3 milhões no 4T24 e R\$ 40,9 milhões no 4T23 (valores líquidos de PIS/COFINS, Programa de Eficiência Energética – PEE e P&D), referentes à sobrecontratação na EAC. Em 2024, o valor considera a nova metodologia de contabilização por meio de provisões trimestrais, enquanto em 2023, o efeito dos 12 meses foi contabilizado integralmente em dezembro, conforme a metodologia anteriormente adotada;
- Provisão PLR: R\$ 148,7 milhões atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023;
- Marcação a mercado ECOM: receita de R\$ 5,5 milhões no 4T24 e despesa de R\$ 59,0 milhões 4T23 referentes à marcação a mercado da carteira da Comercializadora;
- Provisão para efeitos da geração distribuída: a Companhia passou a reconhecer o saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de créditos referentes a geração distribuída cujo impacto negativo foi de R\$ 430,2 milhões.

2.4 Resultado financeiro

No 4T24, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 189,9 milhões, redução de 65,6% (– R\$ 362,3 milhões) em relação ao verificado no 4T23, influenciado positivamente pelo efeito da marcação ao mercado (MTM) das operações de opção de compra das ações da EPM e EPNE que totalizou R\$ 494,1 milhões e o efeito positivo de R\$ R\$ 106 milhões como receita financeira de indêbitos tributários. Estes efeitos foram excluídos para efeitos do cálculo do Lucro Líquido Ajustado Recorrente.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receitas financeiras	508,4	475,5	+ 6,9	1.855,2	1.687,3	+ 9,9
Receita de aplicações financeiras	208,1	200,0	+ 4,1	992,3	724,0	+ 37,1
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	103,0	111,2	– 7,4	424,7	442,0	– 3,9
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	1,5	(5,0)	–	27,7	53,0	– 47,6
Atualização de créditos tributários a recuperar	125,9	62,8	+ 100,6	213,0	122,8	+ 73,4
Atualização monetária dos depósitos judiciais	16,8	21,7	– 22,6	78,5	96,4	– 18,6
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins (*)	25,1	48,7	– 48,4	119,5	238,7	– 50,0
(–) Pis/Cofins sobre receita financeira	(36,5)	(44,7)	– 18,4	(128,6)	(129,9)	– 1,0
Outras receitas financeiras	64,4	80,8	– 20,3	128,0	140,2	– 8,7
Despesas financeiras	(698,3)	(1.027,7)	– 32,1	(3.590,9)	(4.164,8)	– 13,8
Encargos de dívidas – Juros	(713,9)	(683,9)	+ 4,4	(2.836,3)	(2.704,1)	+ 4,9
Encargos de dívidas – Variação monetária/cambial	(1.105,2)	112,7	–	(2.329,2)	(193,2)	+ 1.105,8
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	821,7	(413,1)	–	1.334,4	(1.084,1)	–
Ajuste a valor presente	(32,3)	(12,2)	+ 165,0	(8,0)	(40,8)	– 80,4
Marcação a mercado derivativos	(427,1)	494,6	–	(610,8)	971,8	–
ü Marcação de Swap	(904,0)	418,7	–	(1.381,6)	639,2	–
ü MTM Opção de compra (EPM)	377,3	76,0	+ 396,4	671,2	332,6	+ 101,8
ü MTM Opção de compra (EPNE)	99,7	–	–	99,7	–	–
Marcação a mercado da dívida	854,1	(395,0)	–	1.306,3	(557,1)	–
Atualização financeira de passivos regulatórios	(31,2)	(11,9)	+ 160,9	(104,5)	(49,1)	+ 113,0
Atualização PEE e P&D	(5,9)	(5,8)	+ 1,2	(17,5)	(16,6)	+ 5,3
(–) Transferência para ordens em curso	26,9	22,8	+ 18,3	116,7	95,0	+ 22,8
Incorporação de redes	(69,0)	0,0	–	(80,2)	(53,3)	+ 50,5
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins (*)	(22,3)	(43,3)	– 48,5	(107,7)	(235,0)	– 54,2
Outras despesas financeiras	5,8	(92,6)	–	(254,1)	(298,4)	– 14,8
Resultado financeiro	(189,9)	(552,2)	– 65,6	(1.735,8)	(2.477,5)	– 29,9

2.5 Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido do período, antes da participação dos minoritários, foi de R\$ 2.119,1 milhões, crescimento de 190,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A participação dos minoritários foi de R\$ 290,2 milhões no 4T24, crescimento de 36,5% no comparativo com o respectivo período de 2023.

O lucro líquido da Controladora no trimestre foi de R\$ 1.828,9 milhões, 254,1% superior ao registrado no 4T23. No acumulado de 12 meses de 2024, o lucro líquido da controladora foi recorde e totalizou R\$ 3.789,7 milhões (+100,1%)

Lucro líquido do período por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
✓ Distribuição de energia elétrica	1.847,4	856,1	+ 115,8	4.268,7	2.922,0	+ 46,1
✓ Transmissão de energia elétrica	55,7	54,9	+ 1,3	338,8	39,6	+ 755,8
✓ (re)energisa	(9,8)	(41,2)	- 76,2	(129,8)	4,7	-
· Geração distribuída	(4,6)	(10,6)	- 56,5	(17,5)	(32,9)	- 46,8
· Comercialização de energia elétrica	(0,9)	(37,5)	- 97,7	(114,6)	34,0	-
· Serviços de valor agregado	(4,3)	6,9	-	2,3	3,6	- 35,2
✓ Distribuição de gás natural ⁽¹⁾	(1,5)	51,7	-	37,6	72,9	- 48,5
✓ Holdings e outros	299,1	(150,1)	-	173,7	(288,7)	-
Combinação de negócios	(71,7)	(42,4)	+ 69,4	(52,8)	(167,0)	- 68,4
(=) Lucro líquido consolidado do período	2.119,1	729,1	+ 190,6	4.636,3	2.583,5	+ 79,5
Margem lucro líquido (%)	22,2	9,0	+ 13,1 p.p.	13,8	9,1	+ 4,7 p.p.
Lucro líquido da Controladora	1.828,9	516,5	+ 254,1	3.789,7	1.894,2	+ 100,1

⁽¹⁾ Os valores da ES Gás apresentados correspondem exclusivamente ao período após a aquisição da empresa, ou seja, a partir de julho de 2023.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e os itens não caixa descritos na tabela abaixo, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 321,9 milhões, refletindo uma redução de 52,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado de 12 meses, este lucro líquido ajustado cresceu 22,6% e totalizou R\$ 2.035,5 milhões.

Abaixo os efeitos não recorrentes e não caixa no trimestre, líquidos de impostos:

Valores em R\$ milhões Lucro líquido	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado do período	2.119,1	729,1	+ 190,6	4.636,3	2.583,5	+ 79,5
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	146,8	69,1	+ 112,5	488,4	430,2	+ 13,5
(-) Lucro/Prejuízo líquido societário - Transmissoras	55,7	54,9	+ 1,3	338,8	39,6	+ 755,8
(+) Lucro/Prejuízo líquido regulatório - Transmissoras	(65,3)	(20,9)	+ 212,4	(81,0)	(104,3)	- 22,4
(=) Lucro líquido do período ajustado	1.851,5	584,3	+ 216,9	3.728,1	2.009,4	+ 85,5
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários						-
Provisão sobrecontratação EAC	(0,2)	24,5	-	7,5	24,5	- 69,4
Provisão PLR	-	110,1	-	-	-	-
Marcação a Mercado Call ECOM	(3,6)	39,0	-	119,5	(41,7)	-
Marcação a Mercado EPM e EPNE	(293,5)	(76,0)	+ 286,2	(587,4)	(332,6)	+ 76,6
Provisão de efeitos da geração distribuída	321,6	-	-	321,6	-	-
Juros Selic sobre indêbitos tributários	(458,2)	-	-	(458,2)	-	-
Constituição do ativo diferido da ERO	(1.095,6)	-	-	(1.095,6)	-	-
(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente	321,9	681,8	- 52,8	2.035,5	1.659,7	+ 22,6
Margem lucro líquido (%)	3,4	7,1	- 3,8 p.p.	21,3	17,4	+ 3,9 p.p.

A abertura do lucro líquido por empresa consta no [anexo A.3](#).

2.6 Estrutura de capital

2.6.1 Operações financeiras

As contratações de financiamento pelo Grupo Energisa totalizaram R\$ 4.215,0 milhões no 4T24, com custo médio de 104,6% do CDI e prazo médio de 5,8 anos.

Ao longo dos últimos anos, a controladora Energisa S.A. emitiu debêntures de infraestrutura, através da Lei 12.431, para financiar os investimentos de suas distribuidoras. Os recursos foram repassados para as subsidiárias através de debêntures espelho, com distribuição privada, cujos detalhes estão disponíveis no [anexo A.4](#).

Abaixo as captações por companhia e tipo de emissão no acumulado de 2024:

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (% CDI a.a.)	Prazo Médio (anos)
ALSOL, ECOM, EMR, EMS, EMT, EPB, ERO, ESE, ESGÁS, ESS, ETE e ETO	Lei 4.131	6.213,25	110,57%	2,10
EAC, EMR, EMS, EMT, EPB, EPNE, ERO, ESA, ESS e ETO	Debêntures	8.965,19	105,04%	6,56
ALSOL, EAC, EMR, EMS, EMT, EPB, ERO, ESE, ESS e ETO	FINEM	964,0	115,59%	16,06
ESA	Follow on	2.500,0	-	-
Total		18.642,44	107,80%	5,41

2.6.2 Opções de compra de participações minoritárias

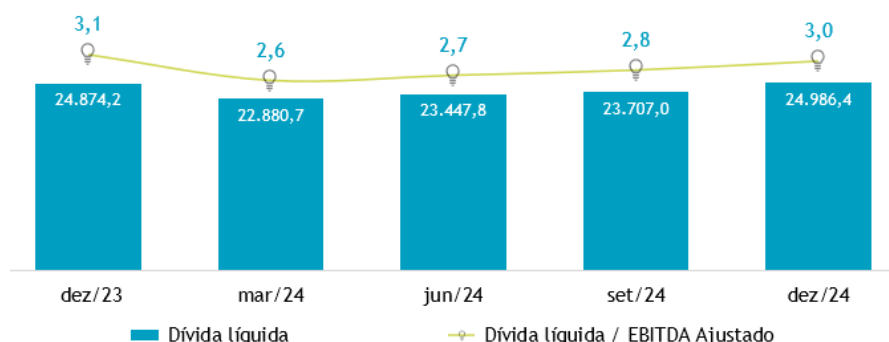
A companhia detém opções de compra de participações minoritárias com valor atualizado equivalente a R\$ 1.795,7 milhões na Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e de R\$ 1.034,4 milhão na Energisa Participações Nordeste (EPNE). Maiores detalhes nas notas explicativas nº 15 e 32 e disponíveis em [Planilhas Interativas - Energisa](#).

2.6.3 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 8.893,7 milhões em 31 de dezembro, frente aos R\$ 8.953,6 milhões registrados em 30 de setembro de 2024. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), nos montantes negativos de R\$ 78,7 milhões em 31 de dezembro, contra R\$ 322,2 milhões em 30 de setembro de 2024.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 24.986,4 milhões, contra R\$ 23.707,0 milhões em 30 de setembro de 2024. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA ajustado *covenants* foi de 3,0x em dezembro, crescimento de 0,2x em relação a setembro de 2024.

Evolução da Alavancagem Consolidada
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants 12 meses (vezes) -



Nas operações de empréstimos e financiamentos, a Companhia e suas controladas possuem *covenants* de endividamento relativo ao EBITDA de 4,0x para contratos realizados até 2019 e 4,25x para os demais. Nas

operações de debentures, os *covenants* são de 4,0x para emissões realizadas até março de 2020 e 4,25x para as demais.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024
Circulante	975,2	1.090,6	2.333,8	6.714,9	8.284,9	9.701,0
Empréstimos e financiamentos	473,5	517,4	1.391,5	4.601,1	5.886,3	6.919,9
Debêntures	410,5	399,5	499,2	1.720,2	1.814,7	2.102,8
Encargos de dívidas	124,6	190,2	484,2	400,2	432,2	894,4
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	1,5	2,0	2,0	28,2	33,4	34,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	(34,9)	(18,5)	(43,0)	(34,9)	118,2	(250,4)
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	(37,2)	(18,7)	(43,0)	(565,2)	(294,0)	(511,2)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	2,2	0,2	-	530,3	412,2	260,8
Não circulante	8.801,2	8.561,0	8.606,1	27.165,3	24.375,7	24.068,7
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	85,0	85,0	11.721,4	10.715,0	10.704,7
Debêntures	9.677,7	9.258,7	9.208,7	17.074,8	14.948,2	14.783,9
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	10,6	14,9	14,4	203,0	277,1	267,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	(887,1)	(797,7)	(702,0)	(1.833,9)	(1.564,7)	(1.686,9)
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	(1.351,0)	(874,0)	(775,7)	(2.596,2)	(1.785,7)	(1.870,4)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	463,9	76,4	73,6	762,4	221,0	183,5
Total das dívidas	9.776,4	9.651,6	10.939,9	33.880,2	32.660,5	33.769,7
(-) Disponibilidades financeiras:	7.315,3	7.689,7	8.520,2	8.972,4	9.275,8	11.214,8
✓ Caixa e equivalentes de caixa	134,3	137,2	130,6	899,1	1.098,3	826,3
✓ Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	7.181,0	7.552,5	8.389,6	8.073,3	8.177,5	10.388,5
Total das dívidas líquidas	2.461,1	1.961,8	2.419,7	24.907,8	23.384,8	22.554,9
(-) Créditos CDE	-	-	-	724,3	506,5	376,8
(-) Créditos CCC	-	-	-	187,7	127,2	173,6
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	-	-	-	(990,7)	(955,9)	(1.443,3)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.461,1	1.961,8	2.419,7	24.986,4	23.707,0	23.447,8
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado covenants 12 meses	-	-	-	8.393,7	8.574,7	8.752,3
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾	-	-	-	3,0	2,8	2,7

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado covenants = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O total de dívida líquida, deduzidas de créditos setoriais, aumentou em R\$ 1.279,4 milhões em comparação a setembro de 2024.

Maiores informações e detalhes sobre o endividamento das companhias estão nas Notas Explicativas disponíveis em <https://ri.energisa.com.br/>.

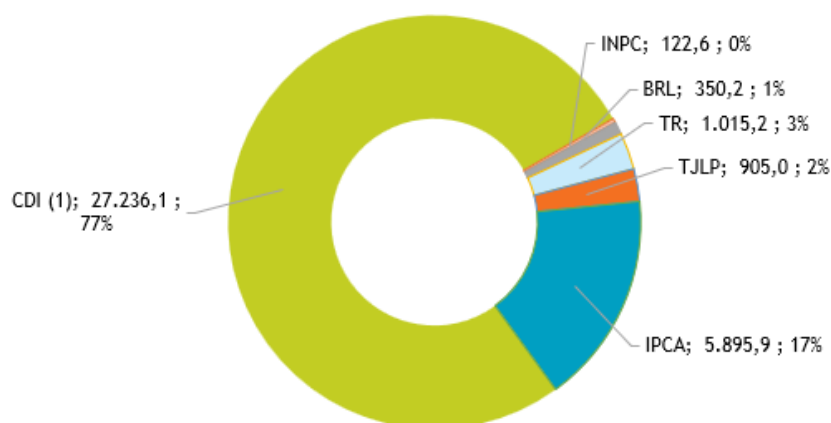
2.6.4 Custo e prazo médio do endividamento

Em 2024, o Grupo Energisa acessou com o mercado de crédito bancário e de capitais contratando R\$ 19,8 bilhões em financiamentos, desembolsando 93% desse montante. A estratégia de *liability management* permitiu alongar o prazo médio da dívida para 5,7 anos, um aumento de 1,9 ano em relação ao 4T23 e 0,7 ano a mais que o registrado em setembro de 2024, reforçando a solidez financeira da companhia.

Como exemplos da estratégia de alongamento do perfil de endividamento perseguido em 2024, podemos destacar as seguintes transações: (i) *exchange offer*, realizado em setembro, que envolveu a troca de debêntures institucionais do Grupo, com vencimentos até 2026, por títulos mais longos de 5 anos, no valor de R\$ 1,4 bilhão e (ii) emissão de R\$ 2,1 bilhões de debêntures institucionais, em dezembro, com prazo médio de 5,7 anos que foram utilizados para o pré-pagamento de R\$ 1,6 bilhão de notas comerciais que venceriam em junho de 2025.

O custo médio da dívida bruta aumentou 0,24 pontos percentuais, encerrando o período em 11,46% (107,22% do CDI), ante em 11,22% (106,86% do CDI) no trimestre anterior de 2024.

Composição da Dívida bancária e de emissão consolidada por indexador (R\$ milhões)

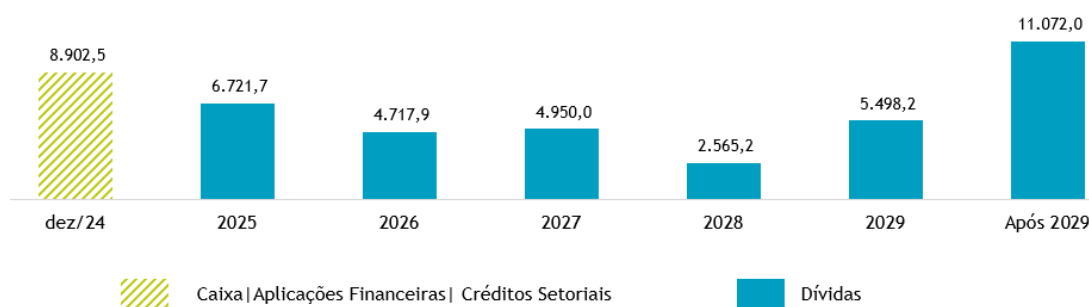


(1) Este valor considera: (i) dívidas captadas em CDI R\$11,1 bilhões; (ii) dívidas em dólar e euro convertidas para CDI, sem limitador de proteção, sendo R\$ 7,2 bilhões referentes ao swap de USD para CDI e R\$ 460,9 milhões ao swap de EURO para CDI; (iii) dívidas em IPCA convertidas para CDI, totalizando R\$ 8,4 bilhões. Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com swaps para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa.

2.6.5 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2024, vis-à-vis o caixa e equivalentes de caixa, está representado pelo gráfico abaixo.

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão (R\$ milhões)



2.7 Ratings

Os ratings atuais da Energisa S/A emitidos pelas agências Standard & Poor's e Fitch Ratings são:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Classificação Global/Perspectiva	Último relatório
Standard & Poor's	brAAA (estável)	BB- (estável)	Dez/24
Fitch Ratings	AAA (bra) (estável)	BB+ (estável)	Mai/24

2.8 Investimentos

Os investimentos realizados por linha de negócio estão descritos abaixo e a abertura dos investimentos por empresa está disponível no [AnexoA6](#).

Investimentos Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
✓ Distribuição de energia elétrica	1.635,7	1.100,8	+ 48,6	5.684,3	4.403,9	+ 29,1
✓ Transmissão de energia elétrica	172,1	142,3	+ 21,0	543,0	565,0	- 3,9
✓ (re)energisa	99,1	87,8	+ 12,9	351,3	940,8	- 62,7
• Geração Distribuída	93,4	83,4	+ 12,0	332,4	921,2	- 63,9
• Comercialização de energia elétrica	3,3	0,2	+ 1.231,3	7,6	1,2	+ 552,9
• Serviços	2,4	4,2	- 42,5	11,4	18,5	- 38,5
✓ Distribuição de gás natural ^(*)	46,8	24,6	+ 90,5	93,1	34,9	+ 166,8
✓ Biogás	14,8	3,5		28,4	3,5	
✓ Holdings e outras	47,4	26,8	+ 77,0	71,8	69,0	+ 4,1
(=) Total	2.016,0	1.385,7	+ 45,5	6.772,0	6.017,0	+ 12,5

(*) No acumulado de 12M23 não considera os 6 primeiros meses de 2023 antes da aquisição do controle acionário do Grupo Energisa, em 03 de julho de 2023

No trimestre, a Energisa e suas controladas investiram R\$ 2.016,0 milhões, aumento de 45,5% (+ R\$ 630,3 milhões) comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento dos investimentos foi impulsionado, principalmente, por novas conexões de clientes e atendimento de exigências regulatórias. Em 12 meses, os investimentos cresceram 12,5% e atingiram o patamar de R\$ 6.772,0 milhões.

2.9 Fluxo de caixa

Fluxo de caixa consolidado e saldo de caixa e equivalentes Valores em R\$ milhões	Exercício	
	2024	2023
Caixa líquido atividades operacionais	7.218,1	6.682,4
(i) Caixa gerado nas operações	7.410,5	6.777,1
(ii) Variações nos ativos e passivos	(192,4)	(94,7)
Caixa líquido das atividades de investimento	(7.787,5)	(6.521,5)
Caixa líquido das atividades de financiamento	170,1	221,3
Aumento (redução) de caixa (a)	(399,3)	382,2
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa (b)	1.298,4	916,2
(=) Saldo final de caixa e equivalentes de caixa (a + b)	899,1	1.298,4
(+) Saldo aplicações financeiras e créditos setoriais	7.994,6	5.720,2
(=) Saldo final de caixa e equivalentes, aplicações financeiras e créditos setoriais	8.893,7	7.018,6

2.10 Mercado de capitais

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 – Units, compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais, apresentaram desvalorização de 29,44% no ano de 2024 e encerraram o exercício cotadas a R\$ 36,48 por Unit. No mesmo período, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou redução de 10,36%, enquanto o IEE reduziu 18,43%. O aumento no volume de transações diárias ENGI11 no ano foi de 7,70% comparado com mesmo trimestre ano anterior. No último trimestre, o volume médio diário transacionado atingiu R\$ 138,0 milhões.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre:

	2024	2023	Variação
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV – R\$ milhões) ⁽¹⁾	41.690	45.958	- 9,29%
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	16.704	21.083	- 20,77%
Volume médio diário negociado UDM – Units (R\$ milhões)	138	129	+ 7,70%
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R\$/Unit)	36,48	51,70	- 29,44%
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	11,03	18,09	- 39,03%
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	6,65	8,51	- 21,86%
Indicadores relativos			
Dividendos pagos por Unit – UDM	2,00	1,50	+ 33,58%
Lucro líquido por Unit – UDM	13,31	7,42	+ 79,46%
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) – UDM %	-25,57%	29,94%	- 55,51 p.p.
Valor de mercado / patrimônio líquido (vezes)	1,06	0,96	+ 10,61%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.

(2) O Lucro Líquido utilizado na construção do indicador Lucro Líquido por Unit é o Lucro líquido societário.

3. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1 Receita operacional

A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo das distribuidoras:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	7.459,0	7.541,4	- 1,1	28.227,6	26.364,9	+ 7,1
✓ Residencial	4.149,2	4.046,9	+ 2,5	15.337,0	13.661,4	+ 12,3
✓ Industrial	317,7	401,6	- 20,9	1.351,4	1.617,1	- 16,4
✓ Comercial	1.289,7	1.379,7	- 6,5	5.096,4	5.064,9	+ 0,6
✓ Rural	797,0	842,0	- 5,3	3.106,0	2.911,9	+ 6,7
✓ Outras classes	905,4	871,2	+ 3,9	3.336,8	3.109,6	+ 7,3
(+) Suprimento de energia elétrica	122,5	15,9	+ 669,3	363,6	214,8	+ 69,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	143,7	113,4	+ 26,7	12,9	252,7	- 94,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	882,0	730,6	+ 20,7	3.252,7	2.726,2	+ 19,3
(+) Receita de construção de infraestrutura	1.479,4	1.014,0	+ 45,9	4.860,0	3.645,6	+ 33,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização	(60,9)	(48,3)	+ 26,1	791,3	578,3	+ 36,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	696,4	453,6	+ 53,5	2.360,7	1.721,6	+ 37,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	189,6	94,2	+ 101,2	616,7	562,0	+ 9,7
(+) Outras receitas	50,3	24,7	+ 103,9	224,7	196,8	+ 14,2
(-) Receita bruta	10.962,0	9.939,6	+ 10,3	40.710,2	36.262,7	+ 12,3
(-) Impostos sobre vendas	2.232,4	2.154,2	+ 3,6	8.389,5	7.501,1	+ 11,8
(-) Encargos setoriais	617,5	867,2	- 28,8	3.314,7	3.272,0	+ 1,3
(-) Receita líquida combinada	8.112,2	6.918,2	+ 17,3	29.006,0	25.489,6	+ 13,8
(-) Receita de construção de infraestrutura	1.479,4	1.014,0	+ 45,9	4.860,0	3.645,6	+ 33,3
(=) Receita líquida combinada, sem receita de construção de infraestrutura	6.632,7	5.904,2	+ 12,3	24.146,0	21.844,0	+ 10,5

3.1.1 Margem bruta

Margem bruta distribuição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita operacional líquida	8.112,2	6.918,2	+ 17,3	29.006,0	25.489,6	+ 13,8
(-) Custo de construção de infraestrutura	1.479,4	1.014,0	+ 45,9	4.860,0	3.645,6	+ 33,3
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	6.632,7	5.904,2	+ 12,3	24.146,0	21.844,0	+ 10,5
(-) Custos e despesas não controláveis	3.991,6	2.995,8	+ 33,2	13.184,0	11.347,5	+ 16,2
Energisa elétrica comprada para revenda	3.338,2	2.399,0	+ 39,2	10.658,3	9.056,2	+ 17,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	653,3	596,8	+ 9,5	2.525,7	2.291,4	+ 10,2
(=) Margem bruta	2.641,2	2.908,4	- 9,2	10.962,0	10.496,5	+ 4,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão - VNR	189,6	94,2	+ 101,2	616,7	562,0	+ 9,7
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	(430,2)	-	-	(430,2)	-	-
(=) Margem bruta ajustada	2.881,8	2.814,2	+ 2,4	10.775,5	9.934,5	+ 8,5

Os fatores que mais contribuíram para a variação da receita líquida e da margem bruta no trimestre, foram:

- Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 1,1% no 4T24, reflexo da queda média de consumo de 2,0%, impactado principalmente, pela migração de consumidores para o mercado livre de energia e pelo efeito médio negativo de reajuste tarifário das distribuidoras: ESS, EMT, EMR, EMS e EPB. Essa queda foi parcialmente compensada pelo impacto tarifário decorrente do acionamento das bandeiras tarifárias, com a bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e a bandeira amarela em novembro de 2024, contribuindo positivamente para as tarifas no trimestre. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções.
- Na rubrica de Suprimento de energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, o aumento de R\$ 106,6 milhões no 4T24 é reflexo principalmente da alta do PLD no mercado de curto prazo consequência do cenário hídrico principalmente de outubro de 2024 (4T24: R\$ 217,5/MWh vs. 4T23: R\$76,38/MWh);
- Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 20,7%, foi motivado pelo maior consumo e aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre;
- A linha de Ativos e Passivos Regulatórios, que inclui a amortização e constituição dos ativos/passivos regulatórios e receita de ultrapassagem de demanda, apresentou um aumento de 26,1% devido, principalmente.
 - R\$ 268,6 milhões devido à constituição de componentes financeiros da CDE Covid e Escassez Hídrica, após a quitação dos empréstimos e a interrupção da cobrança desses encargos a partir de 10/10/2024, conforme Ofício nº 34/2024 do Ministério de Minas e Energia.;
 - R\$ 238,2 milhões devido ao acionamento das bandeiras tarifárias, com bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e bandeira amarela em novembro de 2024.
 - + R\$ 287,8 milhões com a criação do componente financeiro de energia devido ao aumento dos custos de energia com o impacto hídrico vivenciado atualmente e as altas temperaturas nos meses de outubro e novembro;
 - + R\$ 149,2 milhões devido ao aumento do PLD negociado na venda de energia no MCP, em comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelo cenário hídrico de outubro de 2024 (4T24: R\$ 217,5/MWh vs. 4T23: R\$ 76,38/MWh).
- Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 53,5% (+ R\$ 242,8 milhões) se refere, principalmente ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 138,3 milhões e de fontes incentivadas no montante total de R\$ 64,1 milhões.
- A linha de ativo financeiro da concessão – VNR apresentou um aumento de 101,2% (+R\$ 95,3 milhões) no 4T24, impulsionado pela maior inflação registrada no trimestre (1,63% no 4T24 e 1,08% no 4T23), que afetou a atualização do ativo financeiro. Esse crescimento também reflete a menor base de comparação

de 2023, impactada pelos ajustes negativos de R\$ 6,7 milhões na EAC e R\$ 10,8 milhões na ERO na linha de VNR, decorrentes da revisão tarifária de dezembro de 2023;

- (vii) A linha de linha de energia comprada para revenda, apresentou aumento de 39,0% alcançando R\$ 3.338,2 milhões, sendo de R\$ 430,2 milhões de efeito não recorrente referente ao saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de ativos referentes a geração distribuída.

3.1.2 Mercado de energia

No 4º trimestre, o consumo de energia elétrica nas distribuidoras do Grupo Energisa cresceu 2,3% frente ao mesmo período de 2023. Foram decisivos para o resultado as temperaturas acima da média em todas as regiões e o bom desempenho da indústria, motivado por novas cargas e aumento da produção de alimentos e minerais. Vale ressaltar que a taxa de crescimento só não foi mais expressiva no trimestre devido à base elevada no 4T23 – mercado havia apresentado a maior taxa em 18 anos (13,0%), em meio aos efeitos do El Niño e ondas de calor, que se intensificaram justamente nos últimos meses de 2023, sobretudo no Centro-Oeste e Sudeste.

Neste contexto, as classes residencial e industrial ditaram mais de 90% da alta do trimestre. Entre as 9 concessões de distribuição, 8 apresentaram aumento do consumo, em especial a EPB (+6,7%), ESE (6,1%) e ETO (4,1%). Na EPB e ETO, o aumento do consumo residencial foi o principal vetor, embora a indústria também tenha avançado em ambas, em especial alimentos, minerais e têxtil (EPB). Já na ESE, a industrial foi a principal contribuição, seguida pela classe residencial.

Por sua vez, no acumulado de 2024, o consumo de energia consolidado do Grupo avançou 7,6% frente a 2023, registrando a maior taxa em 12 anos. Todos os segmentos avançaram acima da média, sobretudo o residencial (10,5%) e o industrial (9,2%). Entre as empresas, todas avançaram, principalmente as concessões EMS, EPB, ETO e ESE.

Alguns fatores foram decisivos para o aumento de consumo em 2024, entre eles as elevadas temperaturas ao longo do ano, com 73% dos dias de 2024 com registro de temperaturas acima da média. O ano de 2024 foi considerado ano mais quente registrado no planeta. O 1º semestre de 2024 foi influenciado pelo fenômeno El Niño e por ondas de calor, em contraste com o 1S23 marcado por temperaturas mais baixas devido aos efeitos do La Niña. No segundo semestre de 2024, as temperaturas continuaram acima da média, mas a base de comparação do 2S23 era elevada (temperaturas recordes e o início das ondas de calor com o El Niño ativo).

Para mensurar as variações de temperatura e seus efeitos no consumo de energia, é utilizado um conjunto de variáveis, dentre elas o *Cooling Degree Days* (tabela abaixo), que indica a demanda por resfriamento. Em 2024, o CDD cresceu 6,6% frente a 2023 e 15,8% em relação à média, com aumento em todas as regiões, contribuindo para explicar 41% da variação da carga. Além da questão climática, o incremento da renda, em especial no Norte e Nordeste, e das vendas de aparelhos de ar-condicionado impulsionaram o aumento de consumo médio residencial. Dessa forma, a classe residencial registrou a maior taxa em 18 anos (10,5%), avançando em todas as concessões.

O consumo residencial médio em 2024 foi de 194 KWh/mês representando um crescimento de 6,9% sobre 2023.

Cooling Degree Days (CDD ⁽¹⁾)						
Região	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Centro-Oeste	919	1.030	- 10,8	3.257	3.069	+ 6,1
Nordeste	820	807	+ 1,6	3.150	2.970	+ 6,0
Norte	805	866	- 7,1	3.128	3.033	+ 3,1
Sul e Sudeste	658	731	- 10,0	2.359	2.038	+ 15,7
Energisa	832	900	- 7,6	3.062	2.873	+ 6,6

⁽¹⁾ Cooling Degree Days: mede a quantidade de graus-dias acima da temperatura referência e indica a necessidade de resfriamento. Ele é calculado subtraindo da temperatura média do ar (em graus Celsius) uma temperatura de referência (18,5°C). Se a temperatura média diária for maior que a temperatura de referência, o resultado é um número positivo, que representa a quantidade de graus-dia de resfriamento, no caso da Energisa, observada nas cidades mais representativas quanto ao consumo de energia. Por exemplo, se a temperatura média for de 27°C, então o CDD para esse dia será de 8,5 graus-dia (27°C – 18,5°C = 8,5°C).

Outro ponto chave para a taxa expressiva no resultado anual foi o desempenho da indústria, que apresentou a maior taxa em 19 anos (9,2%), com a maioria dos segmentos avançando, em especial da cadeia de alimentos, minerais, têxtil e óleo & gás. Os indicadores divulgados pelo IBGE ilustram o desempenho positivo da indústria em 2024, a produção acumulou alta de 3,1% em 2024, com 20 dos 24 segmentos crescendo frente a 2023, em especial móveis, veículos, têxtil e vestuário, minerais e alimentos, com destaque para a produção e exportação recorde de proteínas no país. A entrada de novas cargas também potencializou o resultado do consumo industrial. O volume

de vendas do comércio também avançou no período, com 8 dos 11 segmentos crescendo, sendo hiper e supermercados, veículos, artigos médicos e móveis as principais altas.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial	4.625,0	4.473,8	+ 3,4	17.313,8	15.661,8	+ 10,5
Comercial	1.289,7	1.430,2	- 9,8	5.185,5	5.401,9	- 4,0
Industrial	308,4	400,8	- 23,1	1.322,4	1.725,5	- 23,4
Rural	901,7	956,2	- 5,7	3.450,3	3.336,6	+ 3,4
Outros	1.161,7	1.196,5	- 2,9	4.455,2	4.437,4	+ 0,4
1 Mercado Cativo	8.286,5	8.457,6	- 2,0	31.727,1	30.563,1	+ 3,8
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	614,5	485,2	+ 26,7	2.219,1	1.763,6	+ 25,8
Industrial	1.895,8	1.665,0	+ 13,9	7.542,2	6.393,2	+ 18,0
Rural	125,7	91,8	+ 37,0	348,5	243,3	+ 43,2
Outros	165,8	140,7	+ 17,8	613,2	491,9	+ 24,7
2 Mercado (TUSD)	2.801,8	2.382,7	+ 17,6	10.723,0	8.892,0	+ 20,6
Residencial	4.625,0	4.473,8	+ 3,4	17.313,8	15.661,8	+ 10,5
Comercial	1.904,1	1.915,4	- 0,6	7.404,6	7.165,5	+ 3,3
Industrial	2.204,2	2.065,9	+ 6,7	8.864,5	8.118,7	+ 9,2
Rural	1.027,4	1.048,0	- 2,0	3.798,8	3.579,9	+ 6,1
Outros	1.327,5	1.337,2	- 0,7	5.068,4	4.929,2	+ 2,8
Mercado Total (1+2)	11.088,3	10.840,2	+ 2,3	42.450,1	39.455,1	+ 7,6
Fornecimento não Faturado	107,2	131,4	- 18,4	(2,1)	272,6	-
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	11.195,5	10.971,6	+ 2,0	42.448,0	39.727,7	+ 6,8

Os dados da tabela acima são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Comparativo Energisa x Brasil:

O consumo de energia nas concessões da Energisa cresceu 7,6%, maior que a média brasileira que foi de 5,3%. Em ambos todas as classes avançaram, com o consumo residencial e industrial definindo o crescimento do Grupo acima do agregado nacional. Na Energisa, os clientes residenciais tiveram aumento de consumo de 10,5% enquanto no país a alta foi de 7,1%, já no segmento industrial, o crescimento anual do Grupo foi 9,2%, quase o dobro da taxa Brasil de 4,8%.

A Companhia encerrou o período com 8.792.158 unidades consumidoras, crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de consumidores cativos aumentou 2,3%, enquanto os consumidores livres tiveram uma expansão de 75,5%.

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

3.1.3 Consumo por classe

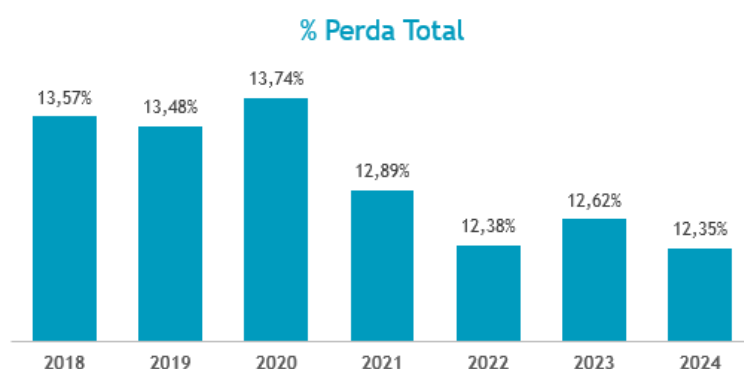
No trimestre, os destaques por classe de consumo foram:

- **Classe residencial:** consumo avançou 3,4%, sendo a principal direcionadora de 50% do resultado agregado, uma vez que é a classe mais representativa. Entre as empresas, 6 das 9 avançaram, direcionadas pelo clima atípico, renda maior, bem como o aumento do consumo médio por cliente. Destaque para as concessões da EPB, ETO e ESE.
- **Classe industrial:** apresentou aumento de 6,7%, atingindo a maior taxa em 7 anos e contribuindo com 46% da alta. Em todas as distribuidoras do Grupo houve aumento do consumo, principalmente na EMT, ESE, EMS e EMR. A produção de alimentos, minerais, papel e Óleo&Gás direcionaram, motivadas pelas exportações de proteínas, varejo aquecido e novo cliente.
- **Classe comercial:** apresentou recuo no consumo (-0,6%), direcionada por apenas 3 empresas, sobretudo a EMS. A base alta do 4T23 e o recadastramento de clientes foi decisivo. Por sua vez, a EPB teve avanço de 6,8% puxado pelo aumento de consumo dos clientes que atuam na cadeia de alimentos (armazenagem e supermercados), call centers e redes de saúde.
- **Classe rural:** registrou recuo de 2,0%, com 5 empresas diminuindo o consumo, em especial a EMT, com os clientes ligados a agropecuárias. A base alta comparativa do 4T23 limitou o resultado – consumo havia crescido 18,5%. Por sua vez, EPB e ESE aumentaram o consumo, sobretudo irrigantes.
- **Demais classes:** recuo de 0,7%. O resultado foi influenciado sobretudo pelo segmento de iluminação pública, diante de programas de eficiência energética.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – [clique no link](#)

3.1.4 Perdas de energia elétrica

Em 2024, o Grupo Energisa registrou o menor índice de perda total anual desde a aquisição das distribuidoras EAC e ERO em 2018, encerrando o ano com um índice de 12,35%. Esse resultado representa uma redução de 1,22 ponto percentual em relação a 2018.



Na comparação com o 3T24, o Grupo Energisa apresentou uma redução de 0,48pp e de 0,27pp em relação a dezembro de 2023.

Das nove distribuidoras do Grupo, sete operaram abaixo do limite regulatório, com destaque para as distribuidoras EMR, ETO e EAC, que apresentaram perdas totais com uma margem superior a 1 ponto percentual abaixo do limite regulatório.

O Plano de Combate às Perdas do Grupo manteve o foco no equilíbrio entre medidas de prevenção e recuperação de receita. Durante o ano, o Grupo investiu R\$ 450 milhões no combate às perdas não técnicas, com maior alocação nas distribuidoras EMT e ERO. Este recurso foi majoritariamente direcionado para a execução de 737 mil inspeções

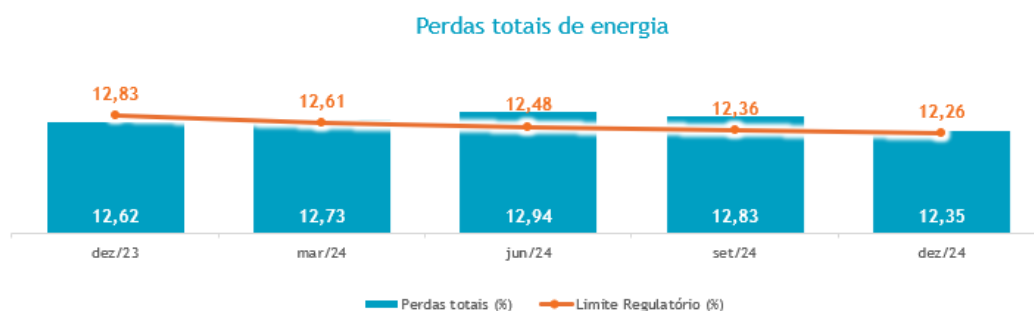
e 300 mil regularizações em 2024.

O desempenho geral dos planos de medidas atestou, mais uma vez, que as estratégias de combate às perdas aplicadas em todas as Distribuidoras refletiram de forma positiva, inclusive nas empresas adquiridas no final de 2018. Comparando os resultados da ERO e EAC no 4T24 com os valores de dezembro de 2017 (exercício anterior à privatização), observou-se uma redução significativa de 6,95pp. e 7,53pp, respectivamente.

Por outro lado, em relação a 2023, houve a redução do limite de perdas totais regulatórias em 0,57 p.p, provocada por dois fatores:

- Redução dos limites regulatórios homologados nos processos de revisões tarifárias das empresas: EMT, EMS, ESE, ERO e EAC.
- Mudança no critério de contabilização da energia compensada nas unidades de micro e minigeração distribuída (MMGD). A partir dos processos tarifários de abril de 2023, a energia compensada nas unidades de micro e minigeração distribuída (MMGD) passou a ser considerada para reconstituição das perdas técnicas, somando-se ao mercado faturado das Distribuidoras. Em função disso, a partir do mesmo período, esse montante de energia também passou a compor a energia injetada, que impacta o denominador usado para cálculo do percentual de perda regulatória divulgado. Assim, embora essa mudança resulte numa elevação da energia reconhecida (MWh) como perda regulatória, o que tem caráter positivo, ela reflete numa redução do limite regulatório em percentual, reconhecido pelo Regulador. Este ajuste vem sendo feito a partir dos processos tarifários das Distribuidoras. Destaca-se que a ANEEL aprovou a mudança na metodologia de cálculo de perda não técnica regulatória que resultará em limites mais favoráveis ao aplicar os percentuais sobre o mercado medido ao invés do faturado. Essa mudança ocorreu em função da maior inserção da MMGD, que reduz o faturamento das distribuidoras por causa da energia compensada dos consumidores pertencentes ao sistema de compensação. A nova regra passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025. Os eventuais ajustes nas perdas regulatórias provenientes da REN 1.114/2025 serão avaliados e comunicados em momento oportuno.

O gráfico a seguir ilustra a melhoria contínua nas perdas elétricas nos últimos trimestres.



Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras % Energia injetada (12 meses)	Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
	dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	
EMR	8,38	8,80	8,80	-0,05	-0,12	-0,16	8,33	8,68	8,64	9,93
ESE	7,77	7,75	7,69	2,41	2,49	2,46	10,18	10,24	10,15	10,62
EPB	8,22	8,31	8,37	3,78	3,95	3,83	12,00	12,26	12,20	12,32
EMT	8,86	8,80	8,81	5,23	5,77	5,04	14,09	14,57	13,85	11,67
EMS	7,95	8,23	8,01	3,52	3,61	3,15	11,47	11,83	11,16	12,40
ETO	10,01	9,87	9,84	0,99	0,71	0,37	11,00	10,58	10,21	13,48
ESS	6,30	6,19	6,13	0,35	-0,01	-0,15	6,65	6,18	5,98	6,80
ERO	8,79	9,01	8,94	13,45	13,03	12,22	22,24	22,04	21,16	19,52
EAC	9,46	9,42	9,36	5,22	5,48	5,18	14,68	14,90	14,54	16,43
Energisa Consolidada %	8,15	8,41	8,35	4,47	4,43	4,00	12,62	12,83	12,35	12,26

Nota:

(1) Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. O Mercado Livre A1 foi considerado no cálculo da Perda Total Realizada e Regulatória.

(2) O resultado dos trimestres anteriores está passível de ajustes após resultado divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia CCEE. O resultado dos trimestres anteriores está passível de ajustes após resultado final divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia CCEE.

(3) Houve ajuste nas perdas técnicas e não técnicas da ERO em relação às divulgadas nos releases anteriores, não gerando impacto nas perdas totais.

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

3.1.5 Gestão da inadimplência

3.1.5.1 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação 12 meses consolidada do Grupo Energisa alcançou 97,14%, atingindo o melhor resultado da série histórica até o momento. Quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, houve uma melhora de 0,27 ponto percentual.

Esse desempenho é consequência da diligência do Grupo Energisa em realizar cobranças de forma ágil e eficaz, apoiada pela robustez e uso de inteligência analítica nas ações implementadas pelo grupo. Entre as medidas, destacamos a ampliação das iniciativas digitais de baixo custo, como WhatsApp, SMS, negativação, protesto eletrônico, cobrança robotizada e reaviso digital, que contribuem significativamente para a agilidade do processo de cobrança, sendo estas ações suportada por uso de *Analytics* para a execução de cada ação, buscando a maior eficiência e eficácia.

Outra estratégia adotada envolveu uma abordagem personalizada nas renegociações de débitos, levando em consideração o perfil financeiro de cada cliente. Foram oferecidas opções de pagamento flexíveis e adequadas a cada situação, como Pix, cartão de débito/crédito, parcelamento diretamente com a distribuidora ou ainda por meio da fintech Voltz, integrante do grupo.

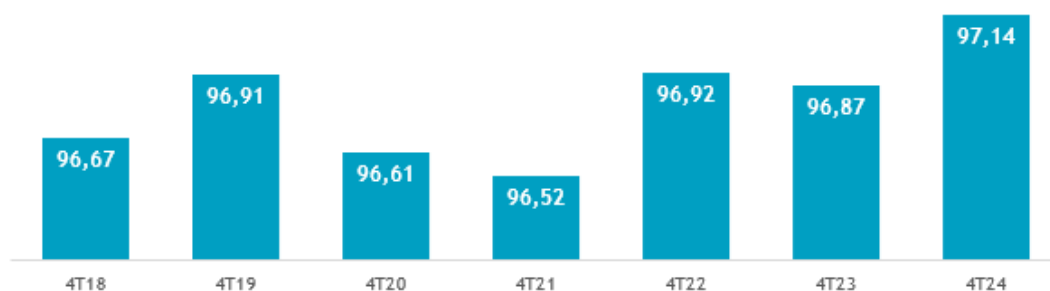
Por fim, para os clientes que não respondem às ações administrativas e a oferta de financiamento personalizado, são realizadas suspensões de fornecimento. Essa medida visa evitar o crescimento do débito e facilitar uma rápida regularização da situação.

Taxa de arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/24	dez/23	Variação em p. p.
EMR	98,76	98,42	+ 0,35
ESE	98,40	98,13	+ 0,28
EPB	98,14	98,10	+ 0,04
EMT	96,19	95,67	+ 0,54
EMS	97,61	97,33	+ 0,29
ETO	98,03	97,95	+ 0,08
ESS	99,02	98,85	+ 0,17
ERO	94,37	94,14	+ 0,24
EAC	96,13	95,87	+ 0,27
Energisa Consolidada	97,14	96,87	0,28

Todas as empresas do grupo apresentaram uma melhoria significativa em sua performance, com destaque para a EMT e a EMS, que apresentam os maiores crescimentos, impulsionados pelo aumento do faturamento e redução de inadimplência de curto prazo. A EAC e ERO, últimas empresas adquiridas pelo Grupo, se aproximam cada vez mais dos resultados das demais companhias.

Abaixo histórico do desempenho da arrecadação:

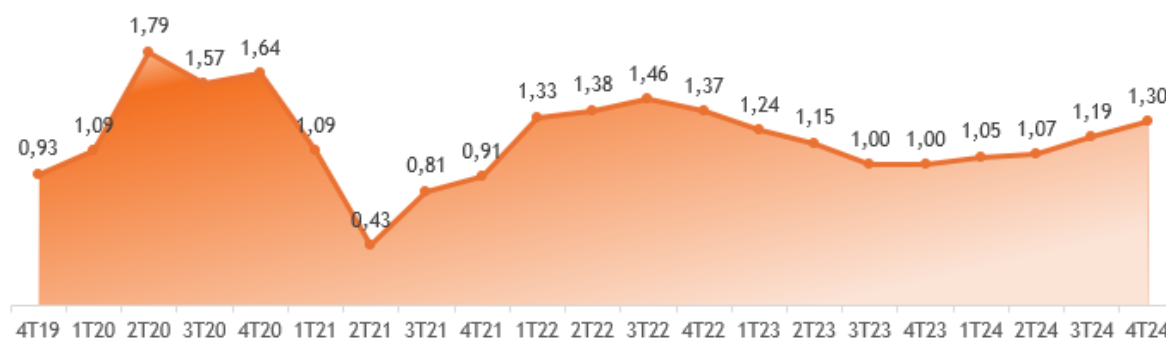
Taxa de arrecadação - Baixa tensão



3.1.5.2 Taxa de inadimplência

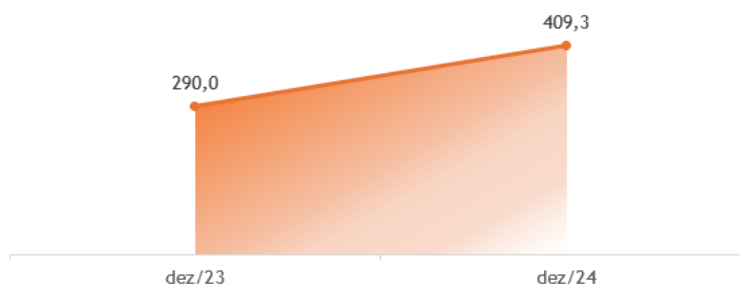
No 4T24, a taxa de inadimplência consolidada das distribuidoras de energia do Grupo Energisa dos últimos 12 meses foi de 1,30%, representando uma variação de 0,30 ponto percentual em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Base histórica - Indicador PPECLD em %



A PPECLD do segmento de distribuição de energia aumentou em R\$ 119,3 milhões no 4T24 comparando com 4T23. A maior parte desse crescimento ocorreu em virtude do aumento no faturamento, que cresceu 15% no comparativo entre os períodos.

PPECLD em R\$ milhões (12 meses)



Para conter o impacto do aumento de faturamento na PPECLD, o Grupo Energisa manteve iniciativas estratégicas direcionadas a redução da inadimplência, como a solução de crédito com foco no perfil dos consumidores, ampliação do uso ferramentas de digitais - tanto para cobrança quanto para pagamento, priorização das ações de cobrança de maneira a maximizar a arrecadação, acompanhamento e atuação junto ao jurídico das dívidas de

grandes clientes, e o fortalecimento na integração entre as diversas áreas da empresa.

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/24	dez/23	Variação em p.p.
EMR	0,37	0,32	+ 0,05
ESE	0,73	0,73	+ 0,00
EPB	0,74	0,59	+ 0,15
EMT	1,88	1,37	+ 0,51
EMS	1,14	0,90	+ 0,25
ETO	0,55	0,45	+ 0,09
ESS	0,31	0,23	+ 0,08
ERO	2,17	2,15	+ 0,02
EAC	3,07	1,08	+ 2,00
Total	1,30	1,00	+ 0,30

Analisando as variações nos resultados das empresas, observamos que a EAC apresenta a maior variação do indicador, com um desvio de 2,00 p.p. Esse aumento ocorre devido aos resultados de 2023 incluírem reversões de pagamento de dívidas históricas de clientes de alta tensão e do poder público. Em 2024, essas negociações não se repetiram, pois as dívidas dos maiores devedores já estão regularizadas. No caso da EMT, o desvio ocorreu devido ao impacto do faturamento, que cresceu 12%, considerando o período das provisões.

Outro fator que influenciou o resultado, especialmente nas empresas ESE, ESS, EMS e EPB, foi o provisionamento de débitos antigos dos clientes de compartilhamento de infraestrutura (uso mútuo de postes), que totalizou um impacto de R\$ 12,3 milhões. Para atenuar esse impacto foram implementadas ações de cobrança em todas as empresas, ajustando o processo e controles.

3.1.5.3 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição – DEC e FEC

No 4T24, as distribuidoras do Grupo permanecem com resultados consistentes, apresentando desempenho melhor que os limites regulatórios para o DEC Global e o FEC Global em todas as concessões.

O resultado reflete a disciplina na gestão dos projetos de melhoria e planos de manutenção bem como na alocação de capital, sempre buscando adotar as melhores práticas para reduzir as interrupções à despeito da intensificação dos eventos climáticos severos, reforçando o compromisso de entregar energia de qualidade a todos os clientes.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras Indicadores de qualidade dos serviços	DEC Global (horas)			FEC Global (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/24	dez/23	Var.(%)	dez/24	dez/23	Var.(%)		
EMR	7,91	7,99	- 1,0	4,08	4,10	- 0,5	9,98	6,91
ESE	9,28	9,58	- 3,1	4,50	4,70	- 4,3	10,84	7,02
EPB	9,72	10,05	- 3,3	3,76	3,80	- 1,1	13,17	7,54
EMT	15,12	16,16	- 6,4	6,48	6,83	- 5,1	17,91	12,63
EMS	9,07	9,28	- 2,3	4,26	4,00	+ 6,5	10,38	7,04
ETO	15,50	16,12	- 3,8	6,35	5,73	+ 10,8	18,19	11,69
ESS	5,15	5,30	- 2,8	2,88	3,02	- 4,6	6,73	5,59
ERO	20,83	21,25	- 2,0	7,80	8,12	- 3,9	26,36	17,47
EAC	23,35	23,67	- 1,4	8,35	8,92	- 6,4	42,90	32,86

Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador

Principais destaques:

- EPB se destacou com o melhor DEC da série histórica, que foi de 9,72 horas, apresentando redução de - 3,3%.
- ESS se destacou com o melhor DEC da série histórica, com redução de -2,8%, resultado de uma alocação de capital eficiente e medidas de operação e manutenção eficazes.
- ERO se destacou com o melhor FEC da série histórica, que foi de 7,80 vezes, apresentando redução de - 3,9%.

Em 03 de novembro de 2022, visando a melhoria da Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica no segmento de distribuição, a ANEEL, através do ofício 44/2022, estabeleceu o alcance do percentual mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC no horizonte de 2023 a 2026.

Para o atingimento dos 80% até o ano de 2026, estabeleceu-se metas anuais para cada concessionária, considerando um aumento gradativo do percentual mínimo de conjuntos dentro dos limites regulatórios. Empresas com percentual menor de 80% de conjuntos dentro dos limites regulatórios devem realizar ações para cumprirem as metas anuais e alcançar o percentual de 80% ao final do plano.

De acordo com os dados reportados pela ANEEL, as distribuidoras do Grupo Energisa já atingiram a meta estabelecida para o DEC e FEC em 2024.

3.1.6 Conta de compensação dos valores da Parcela A (CVA)

A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, denominados de "Parcela A" e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

Na criação dos financeiros do 4º trimestre de 2024, observa-se uma constituição passiva, pois o custo efetivo de Parcela A está inferior a cobertura tarifária concedida nos processos tarifários. O mercado das distribuidoras contribuiu para uma formação negativa de Financeiros, observou-se um crescimento de mercado de 2,51% comparado ao mesmo período do anterior, resultando assim em financeiros de Neutralidade negativos.

No 4ºTRI de 2024, tem-se os seguintes fatores para a constituição passiva:

- - R\$ 268,6 milhões devido à constituição de componentes financeiros da CDE Covid e Escassez Hídrica, após a quitação dos empréstimos e a interrupção da cobrança desses encargos a partir de 10/10/2024, conforme Ofício nº 34/2024 do Ministério de Minas e Energia;
- - R\$ 238,2 milhões devido ao acionamento das bandeiras tarifárias, com bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e bandeira amarela em novembro de 2024.
- + R\$ 287,8 milhões com a criação do componente financeiro de energia devido ao aumento dos custos de energia com o impacto hídrico vivenciado atualmente e as altas temperaturas nos meses de outubro e novembro;
- + R\$ 149,2 milhões devido ao aumento do PLD negociado na venda de energia no MCP, em comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelo cenário hídrico de outubro de 2024 (4T24: R\$ 217,5/MWh vs. 4T23: R\$ 76,38/MWh).

3.1.7 Sobrecontratação

O Grupo Energisa registrou no 4T24 R\$ 3,1 milhões negativos, sendo R\$ 2,8 milhões negativos (valores brutos) na EAC referentes ao ajuste da estimativa da sobrecontratação de energia acima do limite regulatório (105%) no ano de 2024, além de R\$ 0,3 milhão negativo de atualização monetária. O acumulado de 2024 é de R\$ 9,9 MM negativos. Para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 9.1.4.

3.1.8 Bandeiras tarifárias

O “Sistema de Bandeiras Tarifárias” foi instituído em janeiro de 2015, visando sinalizar aos consumidores finais os custos reais da geração de energia elétrica, através do repasse do aumento do custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários.

As receitas consolidadas auferidas pelo Grupo Energisa provenientes das bandeiras tarifárias foram de R\$ 135,8 milhões no 4T24 em função do faturamento de bandeira no período, ante - R\$ 0,2 milhão registrado no 4T23. No trimestre, houve a cobrança de bandeira vermelha patamar 1 e 2, sendo considerado um acréscimo de R\$ 4,463 e R\$ 7,877 para cada 100 quilowatt-hora consumidos respectivamente. Em dezembro/2024 estava em vigor a bandeira verde, sem adição à tarifa do consumidor.

3.1.9 Revisões e reajustes tarifários

No ano de 2024, as distribuidoras do grupo passaram por reajustes tarifários. Esses processos visam atualizar a receita necessária das distribuidoras, alinhando as tarifas às novas projeções de despesas com a compra de energia, encargos e transporte, além de refletir os ajustes financeiros realizados ao longo do último ano.

Desta forma, os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora do Grupo Energisa foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária – eventos de reajustes	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
EMR	-2,77	+2,29	-1,76	22/06/2024	IPCA	Reajuste Anual
ESE	+1,38	+0,43	+1,16	22/04/2024	IGP-M	Reajuste Anual
EPB	-2,39	+3,22	-1,35	28/08/2024	IGP-M	Reajuste Anual
EMT	-3,90	-5,61	-4,40	08/04/2024	IGP-M	Reajuste Anual
EMS	-0,84	-3,65	-1,61	08/04/2024	IGP-M	Reajuste Anual
ETO	+8,95	+8,94	+8,95	04/07/2024	IPCA	Reajuste Anual
ESS	-9,40	-11,12	-9,89	12/07/2024	IPCA	Reajuste Anual
ERO	+2,55	+5,0	+3,03	13/12/2024	IPCA	Reajuste Anual
EAC	-4,42	-1,23	-3,84	13/12/2024	IPCA	Reajuste Anual

3.1.10 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da “Base de Remuneração Regulatória” utiliza o método do “Valor Novo de Reposição – VNR”, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação. As Bases de Remunerações Líquidas (BRL) homologadas das distribuidoras de energia elétrica, ajustadas pelo IPCA para dezembro/2024, são as seguintes:

Distribuidoras	BRL Regulatória atualizada por IPCA até dezembro de 2024 (R\$ milhões)	Data da última Revisão Tarifária	Ciclo Tarifário	WACC (antes de impostos)	Próximas revisões tarifárias
EMR	793,8	Junho/2021	5º	10,62%	Junho/2026
EPB	2.356,5	Agosto/2021			Agosto/2025
ESS	1.359,0	Julho/2021			Julho/2026
ESE	1.396,7	Abril/2023	5º	11,25%	Abril/2028
EMT	7.125,8	Abril/2023			Abril/2028
EMS	3.594,3	Abril/2023			Abril/2028
ETO	1.830,1	Julho/2020	5º	11,10%	Julho/2025
ERO	3.172,0	Dezembro/2023	5º	11,25%	Dezembro/2028
EAC	1.101,3	Dezembro/2023			Dezembro/2028
Total	22.729,5				

A base de remuneração consolidada das distribuidoras de energia elétrica extraída das informações financeiras societárias contempla depreciação, baixa e novas adições, conforme abaixo:

Descrição Valores em R\$ milhões	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Var. %
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	14.530,81	11.729,6	+ 23,9
Ativo contratual - infraestrutura em construção	18	2.376,17	2.042,9	+ 16,3
Intangível - contrato de concessão	18	17.829,9	16.428,8	+ 8,5
(-) Exclusão do mais valia dos ativos apurado no purchase price allocation (PPA) da combinação de negócios	17.1	-6.270,8	-6.080,2	+ 3,1
Total	-	27.207,31	24.121,1	+ 18,0

3.1.11 Parcela B

Distribuidora	Parcela B				Processo Revisional
	DRA ⁽¹⁾	DRP ⁽²⁾	Variação (R\$ milhões)	Variação %	
EMR	395,4	417,2	21,8	+5,5	Reajuste Anual
ESE	659,2	619,4	-39,8	-6,0	Reajuste Anual
EPB	1.084,6	1.114,3	29,8	+2,7	Reajuste Anual
EMT	3.009,0	2.804,1	-204,9	-6,8	Reajuste Anual
EMS	1.683,7	1.585,6	-98,1	-5,8	Reajuste Anual
ETO	1.005,1	1.044,7	39,6	+3,9	Reajuste Anual
ESS	561,4	601,1	39,8	+7,1	Reajuste Anual
ERO	1.129,5	1.163,5	33,9	+3,0	Reajuste Anual
EAC	432,1	444,9	12,8	+3,0	Reajuste Anual
Total	9.960,0	9.794,9	-165,1	-1,66	

(1) DRA – Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela ANEEL, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP – Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela ANEEL, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário. Ambas utilizam o mesmo mercado de referência e, portanto, a razão entre as duas indica apenas o incremento tarifário do componente.

3.1.12 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A ANEEL autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes, geração distribuída (GD2 e GD3), fontes incentivadas e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
EMR	35,9	26,0	+ 38,1	127,3	108,2	+ 17,6
ESE	42,7	34,7	+ 22,8	151,6	136,7	+ 11,0
EBO ⁽¹⁾	-	-	-	-	6,3	-
EPB	88,7	72,8	+ 21,8	302,0	258,9	+ 16,7
EMT	215,3	124,4	+ 73,0	701,4	500,7	+ 40,1
EMS	134,3	72,3	+ 85,8	468,4	278,2	+ 68,3
ETO	59,8	42,3	+ 41,5	200,7	155,8	+ 28,9
ESS	53,0	42,0	+ 26,3	192,0	139,7	+ 37,4
ERO	48,9	27,8	+ 76,1	156,9	96,5	+ 62,6
EAC	17,8	11,4	+ 56,7	60,4	40,6	+ 48,7
ESA consolidada	696,4	453,6	+ 53,5	2.360,7	1.721,6	+ 37,1

(1) Em função da incorporação da EBO pela EPB em abril/2023, os valores apresentados em 2023 referem-se a 4 meses do período acumulado de 2023.

3.2 Custos e despesas operacionais

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais das distribuidoras:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	3.991,6	2.995,8	+ 33,2	13.184,0	11.347,5	+ 16,2
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	3.338,2	2.399,0	+ 39,2	10.658,3	9.056,2	+ 17,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	653,3	596,8	+ 9,5	2.525,7	2.291,4	+ 10,2
2 Custos e Despesas controláveis	1.083,1	1.045,7	+ 3,6	3.920,6	3.509,5	+ 11,7
2.1 PMSO	877,9	932,8	- 5,9	3.236,2	3.076,2	+ 5,2
2.2 Provisões/Reversões	205,2	112,9	+ 81,8	684,4	433,3	+ 57,9
2.2.1 Contingências	111,8	56,3	+ 98,5	275,1	143,3	+ 91,9
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	93,4	56,6	+ 65,2	409,3	290,0	+ 41,1
3 Demais receitas/despesas	461,8	425,3	+ 8,6	1.612,8	1.423,4	+ 13,3
3.1 Amortização e depreciação	341,0	280,2	+ 21,7	1.290,6	1.103,6	+ 16,9
3.2 Outras receitas/despesas	120,8	145,0	- 16,7	322,1	319,8	+ 0,7
Total (sem custo de construção da infraestrutura)	5.536,5	4.466,8	+ 23,9	18.717,4	16.280,4	+ 15,0
Custo de construção da infraestrutura	1.479,4	1.014,0	+ 45,9	4.860,0	3.645,6	+ 33,3
Total (com custo de construção da infraestrutura)	7.015,9	5.480,8	+ 28,0	23.577,4	19.926,0	+ 18,3

3.2.1 Custos e despesas operacionais não controláveis

Os custos e despesas não controláveis apresentaram aumento de 33,2% no trimestre, atingindo R\$ 3.991,6 milhões no 4T24, devido ao reconhecimento de R\$ 430,2 milhões referente ao saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de créditos referentes a geração distribuída.

Além disso, a rubrica “energia comprada” que reflete o balanço de oferta e demanda de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN), foi influenciado pelo Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) e pelos índices financeiros utilizados para reajustar o preço dos contratos de compra de energia. O PLD, além de precificar a liquidação de energia no Mercado de Curto Prazo da CCEE, também valora as despesas relacionadas ao risco hidrológico (cotas de garantia física, Itaipu e das usinas repactuadas) e demais encargos setoriais que compõem a Parcela A da tarifa, caracterizada pelo repasse integral aos consumidores.

3.2.2 Custos e despesas operacionais controláveis

Os custos e despesas controláveis tiveram um aumento de 3,6%, atingindo R\$ 1.083,1 milhões no trimestre.

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

As despesas com PMSO reduziram 5,9% (R\$ 54,9 milhões) e atingiram R\$ 877,9 milhões no trimestre. A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisionamento mensal ao invés do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R\$ 139,4 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R\$ 104,6 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R\$ 34,9 milhões referem-se de fato ao 4T23.

Excluindo o efeito acima por mudança de prática, o PMSO consolidado do segmento de distribuição de energia do 4T24 teria aumento de 6,0%, em comparação ao PMSO nas mesmas bases de R\$ 828,3 milhões registrado no 4T23. No exercício, a variação do PMSO (5,2%) ficou em linha com os índices de inflação. Em 2023, excepcionalmente, foram reconhecidos desembolsos para adequação das exigências regulatórias da REN 1000.

A seguir, a composição do PMSO das distribuidoras:

PMSO combinado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Pessoal e benefício pós-emprego	377,4	401,6	- 6,0	1.380,9	1.201,8	+ 14,9
Material	68,9	76,6	- 10,0	261,0	256,3	+ 1,8
Serviços de terceiros	383,4	391,6	- 2,1	1.429,3	1.428,3	+ 0,1
Outras	48,1	63,0	- 23,6	164,9	189,9	- 13,1
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,2	7,1	- 96,9	2,0	26,9	- 92,7
✓ Outros	47,9	55,9	- 14,3	163,0	162,9	+ 0,0
Total PMSO combinado	877,9	932,8	- 5,9	3.236,2	3.076,2	+ 5,2
(-) Provisão PLR	-	104,6	-	-	-	-
Total PMSO recorrente	877,9	828,3	+ 6,0	3.236,2	3.076,2	+ 5,2
IPCA / IBGE (12 meses)	4,83%					
IGPM / FGV (12 meses)	6,54%					

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

No trimestre, a rubrica de pessoal e benefício pós emprego atingiu R\$ 377,4 milhões registrando uma redução de 6,0% (+R\$ 24,2 milhões), explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) - R\$ 104,6 milhões referentes ao provisionamento da PLR dos primeiros 9 meses de 2023 não recorrentes, reconhecidos em dezembro de 2023.
- (ii) + R\$ 66,4 milhões na rubrica de salários e encargos, reflexo dos acordos coletivos e reajustes de 2024, além do crescimento de 410 funcionários no quadro médio, bem como maiores custos de rescisão e horas extras;
- (iii) + R\$ 20,7 milhões referentes as despesas médicas e odontológicas, alimentação e outros benefício;

✓ **Material**

As despesas com materiais atingiram R\$ 68,9 milhões no 4T24, redução de 10,0% (+R\$ 7,7 milhões) na comparação com o 4T23, explicado principalmente:

- (i) - R\$ 11,0 milhões em materiais de manutenção de rede e equipamentos;
- (ii) + R\$ 2,6 milhões com materiais de segurança como EPI, EPC e uniformes;
- (iii) + R\$ 2,2 milhões de despesas com combustíveis e lubrificantes;
- (iv) + R\$ 1,0 milhão de despesas com manutenção de frota.

✓ **Serviços**

As despesas com serviços de terceiros alcançaram R\$ 383,4 milhões, redução de 2,1% (- R\$ 8,2 milhões), devido principalmente a:

- (i) - R\$ 21,4 milhões nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão e manutenção em linhas e equipamentos;
- (ii) - R\$ 10,0 milhões com serviços de manutenção e despesas com proteção a receita e atendimento ao cliente, com despesas de prestação de serviço de cobrança e cadastro de consumidor;
- (iii) + R\$ 9,7 milhões de outros serviços, sendo o mais relevante, R\$ 2,9 milhões na EMT referente honorários advocatícios;
- (iv) + R\$ 7,1 milhões em serviços de TI; e
- (v) + R\$ 6,9 milhões em despesas com consultoria, assessoria e auditoria.

✓ **Outras despesas**

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 48,1 milhões, redução de 23,6% (-R\$ 14,9 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, na maior parte, em função de:

- (i) - R\$ 18,4 milhões referentes ao reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC);
- (ii) - R\$ 2,7 milhões em despesas de aluguel de imóveis e equipamentos;
- (iii) + R\$ 4,0 milhão com despesas de tributos;
- (iv) + R\$ 1,6 milhão com despesas com seguros;

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

3.2.3 Demais despesas operacionais

O grupo das demais despesas operacionais atingiu R\$ 667,1 milhões no trimestre, contra R\$ 538,2 milhões no mesmo período do ano anterior.

Demais despesas - combinado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Provisões/Reversões	205,2	112,9	+ 81,8	684,4	433,3	+ 57,9
Contingências	111,8	56,3	+ 98,5	275,1	143,3	+ 91,9
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	93,4	56,6	+ 65,2	409,3	290,0	+ 41,1
Demais receitas/despesas	461,8	425,3	+ 8,6	1.612,8	1.423,4	+ 13,3
Amortização e depreciação	341,0	280,2	+ 21,7	1.290,6	1.103,6	+ 16,9
Outras receitas/despesas	120,8	145,0	- 16,7	322,1	319,8	+ 0,7
Total combinado	667,1	538,2	+ 24,0	2.297,2	1.856,7	+ 23,7

Contingências

No 4T24 a rubrica de provisões/reversões registrou um impacto de R\$ 111,8 milhões frente uma movimentação de R\$ 56,3 milhões no 4T24, que representa um aumento de R\$ 55,5 milhões.

O impacto registrado no 4T24 é resultado das seguintes movimentações: (i) provisionamento, no montante de R\$ 41,9 milhões, referente ao projeto de negociação de processos; (ii) pagamento de R\$ 191,4 milhões (acordos e condenações) frente uma reversão de R\$ 119,2 milhões e (iii) atualização monetária no montante de R\$ 26,0 milhões.

O aumento é resultado, especialmente, das movimentações registradas nas empresas EMT e ETO que, em virtude do projeto de realização de acordos em processos relevantes, registraram os seguintes aumentos: EMT (R\$ 24,1 milhões) e ETO (R\$ 32,5 milhões).

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD foi de R\$ 93,4 milhões no 4T24, representando um aumento de 65,2%, quando comparado a R\$ 56,6 milhões no 4T23. Informações adicionais, recorrer ao item 3.1.5.2 deste relatório.

Demais receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas apresentaram uma redução de 16,7% (R\$ 24,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando R\$ 120,8 milhões, principalmente em função de:

- (i) - R\$ 38,4 milhões na ERO reconhecidos no 4T23 sendo (i) R\$ 29,8 milhões correspondentes à baixa de estoques de reforma após revisão tarifária de dezembro de 2023; e (ii) R\$ 6,9 milhões referentes às baixas contábeis em razão do saneamento da base de ativos após a revisão tarifária em dezembro de 2023;
- (ii) - R\$ 11,0 milhões na EAC reconhecidos no 4T23 referente ao pagamento do REFIS atrelado a autos de infração de natureza fiscal;

3.3 EBITDA

O EBITDA ajustado recorrente combinado das distribuidoras, que exclui VNR e os efeitos não caixa e/ou não recorrentes, totalizou R\$ 1.682,5 milhões no trimestre, reduziu 14,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, influenciado principalmente pelo reconhecimento de R\$ 430,2 milhões referido no item 3.2.1.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
EMR	27,0	81,2	- 66,7	199,2	241,1	- 17,4
ESE	95,6	122,6	- 22,0	439,4	437,6	+ 0,4
EBO ⁽¹⁾	-	-	-	-	21,1	-
EPB ⁽¹⁾	176,6	185,4	- 4,7	738,9	639,8	+ 15,5
EMT	358,5	646,2	- 44,5	1.757,4	2.125,5	- 17,3
EMS	255,4	407,3	- 37,3	1.164,7	1.206,3	- 3,4
ETO	102,2	171,5	- 40,4	646,8	587,2	+ 10,2
ESS	51,4	105,8	- 51,5	312,0	391,2	- 20,2
ERO	116,0	17,2	+ 575,0	602,8	320,7	+ 87,9
EAC	67,2	31,7	+ 112,4	252,7	175,4	+ 44,1
Total combinado	1.250,0	1.768,8	- 29,3	6.113,9	6.146,0	- 0,5

(1) Em abril/2023, a EBO foi incorporada pela EPB, motivo pelo qual não há valor informado no 3T24.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(=) EBITDA ajustado combinado	1.250,0	1.768,8	- 29,3	6.113,9	6.146,0	- 0,5
Provisão sobrecontratação EAC	2,3	40,9	- 94,4	11,3	40,9	- 72,2
Provisão PLR	-	148,7	-	-	-	-
Provisão de efeitos de geração distribuída	430,2	-	-	430,2	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	1.682,5	1.958,4	- 14,1	6.555,4	6.186,8	+ 6,0

Informações detalhadas sobre as variações dos indicadores por empresa estão disponíveis no release de cada distribuidora.

Os valores de EBITDA por empresa estão no [AnexoA3](#).

3.4 Lucro líquido do período

O lucro líquido combinado das distribuidoras totalizou R\$ 1.700,5 milhões no trimestre, crescimento de 90,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme abaixo:

Lucro (prejuízo) Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
EMR	33,2	39,8	- 16,5	75,2	81,8	- 8,1
ESE	31,0	82,8	- 62,6	215,2	235,2	- 8,5
EBO ⁽¹⁾	-	-	-	-	17,3	-
EPB	142,9	132,4	+ 7,9	489,9	400,9	+ 22,2
EMT	201,7	426,9	- 52,8	836,3	1.113,7	- 24,9
EMS	155,8	195,8	- 20,4	512,2	506,8	+ 1,1
ETO	72,1	103,9	- 30,6	371,5	306,8	+ 21,1
ESS	59,1	25,2	+ 134,6	139,9	133,1	+ 5,1
ERO	985,1	(105,2)	-	1.067,0	(288,9)	-
EAC	19,6	(9,5)	-	80,6	11,3	+ 614,3
Lucro líquido combinado	1.700,5	892,1	+ 90,6	3.787,8	2.518,1	+ 50,4

(1) Em abril/2023, a EBO foi incorporada pela EPB, motivo pelo qual não há valor informado no 3T24.

Desconsiderando os efeitos não caixa e não recorrentes detalhados na tabela abaixo, o lucro líquido ajustado combinado recorrente do trimestre é de R\$ 468,1 milhões, redução de 54,4% comparado ao mesmo período do ano passado.

Valores em R\$ milhões Lucro líquido	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(=) Lucro líquido do período ajustado combinado	1.700,5	892,1	+ 90,6	3.787,8	2.518,1	+ 50,4
Provisão sobrecontratação EAC	(0,2)	24,5	-	7,5	24,5	- 69,4
Provisão PLR	-	110,1	-	-	-	-
Provisão de efeitos da geração distribuída	321,6	-	-	321,6	-	-
Juros Selic sobre indêbitos tributários	(458,2)	-	-	(458,2)	-	-
Constituição do ativo diferido da ERO	(1.095,6)	-	-	(1.095,6)	-	-
(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente combinado	468,1	1.026,7	- 54,4	2.563,1	2.542,6	+ 0,8

4. TRANSMISSÃO

4.1 Visão geral

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de 9 lotes em leilões, de 2017 a 2024, e 4 concessões operacionais adquiridas nos anos de 2021 e 2022, totalizando 13 concessões de transmissão com aproximadamente 3.512 mil km em linhas de transmissão e 14.454 MVA de capacidade de transformação. A Receita Operacional Anual consolidada é de R\$ 962,7 milhões, sendo R\$ 921,6 milhões de RAP (ciclo 2024-25) e R\$ 41,1 milhões em receitas de fibra ótica.

Segue abaixo quadro de composição acionária da Energisa Transmissão:



Transmissão

EPA I	EPA II	EAM I	EAP	EGO I	EMA
100%	100%	100%	100%	100%	100%
ETT I	ETT II	EPT	Gemini	EAM II	
100%	100%	100%	100%	100%	
		LTTE	LMTE	LXTE	
		100%	85,04%	83,34%	

Seguem abaixo quadros com o resumo das concessões de transmissão operacionais e em construção do Grupo:

Transmissoras operacionais:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	Antecipação realizada	Capex realizado/Preço de Aquisição (R\$ mm)	RAP Ciclo 24-25 (R\$ mm) ^(b)	Receitas de Fibra Ótica	Status
EGO I	ago/17	GO	136 (CD)	1.344	mar/20	17 meses	255,9	52,1	-	Operacional
EPA I	ago/17	PA	267(CD)	600	nov/20	16 meses	318,3	65,2	-	Operacional
EPA II	set/18	PA	139 (CD/CS)	1.800	dez/21	12 meses	421,2	53,2 ^(a)	-	Operacional
ETT	mar/19	BA/TO	734 (CS)	850	jan/23	15 meses	816,9 ^(c)	85,5	-	Operacional
ETT II	set/21	TO	-	200	Abril/24	5 meses	68,8	5,2	-	Operacional
EPT	jun/16	MT	-	150	jun/19	-	102,1	13,2	-	Operacional
EAP	mar/22	AP	10	300	dez/24	9 meses	155,3	13,6	-	Operacional
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	-	-	163,0 ^(a)	23,4	Operacional
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	-	802,7	170,4 ^(a)	17,4	Operacional
LTTE	dez/11	RJ/SP	258	3.600	jun/18	-	-	81,2 ^(a)	0,2	Operacional
Total			2.737	11.804			2.941,2	702,6	41,1	-

(a) Considera receita adicional de reforços. (b) valores publicados da RAP líquidos de PIS/Cofins. (c) considera R\$ 100 milhões referente ao seguro garantia acionado devido à recuperação judicial do Epecista, com ação movida pela Companhia para ressarcimento dos valores desembolsados.

Empreendimentos em construção:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km) ^(a)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação (ANEEL)	Avanço Físico ^(b)	Capex Estimado ^(c) (R\$ milhões)	RAP Ciclo 24-25 (R\$ milhões) ^(f)	Status
EAM	mar/21	AM	365 (CD / CS)	2.650	mar/26 ^(g)	77,38 ^(d)	804,1 ^(e)	86,3	Parcial
EAM II	set/22	AM	12,9	-	ago/27	40,18%	231,3	20,2	Em Construção
EMA	jun/24	MA/PI	393,5	-	Jun/30	-	938,9	112,5	Em fase de projetos
Total			771,4	2.650			1.974,3	219,0	-

Notas: CD – Circuito duplo / CS – Circuito Simples. (a) km de linhas das concessões em construção considera valores estimados no edital do leilão. (b) Dados de avanço físico atualizados para dezembro/2024 (c) Atualizado por IPCA da data do leilão + otimização de CAPEX (exceto EAM I que não considera otimização) / (d) 30,04% do status refere-se as instalações operacionais da EAM adquiridas no leilão / (e) CAPEX não considera a indenização de R\$ 256 milhões referentes aos ativos operacionais transferidos à EAM / (f) valores publicados da RAP são líquidos de PIS/Cofins / (g) Prazo para implantação dos novos ativos. A revitalização dos demais ativos previstos em contrato de concessão tem prazo regulatório até março/2030.

4.2 Homologação da Receita Anual Permitida (RAP) – Ciclo 2024/2025

Em 16 de julho de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.348/2024 que estabeleceu reajustes pelo IPCA de 3,93% das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2024-2025, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, beneficiando, portanto, o resultado da Companhia somente a partir do 3T24. Assim, a receita anual permitida das transmissoras do grupo Energisa passa a ser de R\$ 921,6 milhões para o ciclo 2024/2025 (R\$ 891,2 milhões para o ciclo de 2023/2024), conforme segue.

Transmissoras	Ciclo 2023/2024 ⁽¹⁾	Ciclo 2024/2025 ⁽¹⁾
Energisa Goiás (EGO)	51,6	52,1
Energisa Pará I (EPA I)	65,1	65,2
Energisa Pará II (EPA II)	50,2	53,2
Energisa Tocantins I (ETT I)	83,1	85,5
Energisa Amazonas (EAM)	83,1	86,3
Energisa Tocantins II (ETT II)	5,0	5,2
Energisa Amapá (EAP)	13,1	13,6
Energisa Amazonas II (EAM II)	19,4	20,2
Energisa Paranaíba (EPT)	12,7	13,2
Linhas Macapá (LMTE)	154,9	163,0
Linhas Xingú (LXTE)	162,5	170,4
Linhas Taubaté (LTTE)	78,2	81,2
Energisa Maranhão (EMA)	112,5	112,5
Total	891,2	921,6

⁽¹⁾ Não considera as receitas de fibra ótica que totalizam R\$ 41,1 milhões.

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

4.3 Destaques do Período

4.3.1 Energização de nova subestação na Energisa Amazonas

Em 21 de dezembro de 2024, a Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A. (EAM) alcançou mais um marco significativo em seu contrato de concessão, com a energização da nova Subestação Balbina. Com essa conquista, a EAM atinge aproximadamente 50% da Receita Anual Permitida (RAP) no total de R\$ 86,3 milhões, superando o cronograma regulatório, que previa 33,67% de RAP operacional até dezembro de 2024.

Este projeto desempenha um papel fundamental na modernização e no fortalecimento da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, garantindo maior confiabilidade e qualidade no fornecimento para a região metropolitana de Manaus e o município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas.

4.3.2 Entrada em operação da Energisa Amapá

Em 23 de dezembro de 2024, todas as funções de transmissão previstas no contrato de concessão da Energisa Amapá Transmissora de Energia S.A. (EAP) entraram em operação comercial. A conclusão da obra ocorreu em 33 meses após a assinatura do contrato, representando uma antecipação de nove meses em relação ao prazo regulatório. O projeto contou com um investimento aproximado de R\$ 155 milhões e resultará em uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 13,6 milhões.

Essa iniciativa é de grande relevância para o fortalecimento do sistema elétrico da região de Macapá, integrando uma solução estrutural que inclui a implantação de uma segunda subestação de rede básica. Com isso, a infraestrutura de transmissão do Estado do Amapá ganha maior robustez e confiabilidade no suprimento de energia.

4.4 Resultados econômico-financeiros consolidado – Societário x Regulatório

Principais impactos no resultado societário

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro IFRS Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	71,7	138,9	- 48,4	415,8	402,7	+ 3,3
Ganho na eficiência na implementação da infraestrutura	17,9	21,0	- 14,7	23,0	26,3	- 12,4
Receita das margens da obrigação de performance da construção	22,7	16,3	+ 39,1	123,0	65,3	+ 88,4
Receita de operação e manutenção	17,1	16,7	+ 2,3	67,7	64,5	+ 5,0
Remuneração dos ativos de concessão	277,8	189,6	+ 46,5	931,3	760,0	+ 22,5
Outras receitas operacionais	100,1	17,1	+ 485,0	156,8	71,7	+ 118,6
Total da receita bruta	507,3	399,7	+ 26,9	1.717,7	1.390,5	+ 23,5
Deduções da receita	(37,5)	(29,9)	+ 25,5	(128,2)	(126,4)	+ 1,4
Receita operacional líquida	469,8	369,8	+ 27,0	1.589,5	1.264,2	+ 25,7
Custo de construção	(147,0)	(133,2)	+ 10,3	(477,7)	(547,2)	- 12,7
Margem bruta	322,8	236,5	+ 86,3 p.p.	1.111,9	717,0	+ 394,9 p.p.
PMSO	(73,1)	(45,2)	+ 61,6	(240,0)	(150,9)	+ 59,0
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	0,6	5,4	- 88,3	8,8	7,0	+ 26,1
Depreciação/Amortização	(1,3)	(0,2)	+ 524,9	(2,6)	(1,0)	+ 169,4
Resultado financeiro	(105,8)	(105,0)	+ 0,7	(355,8)	(467,4)	- 23,9
Contribuição social e imposto de renda	(87,7)	(36,6)	+ 139,6	(183,5)	(65,1)	+ 181,8
Lucro líquido do período	55,7	54,9	+ 1,3	338,8	39,6	+ 755,8
EBITDA	250,4	196,7	+ 27,3	880,7	573,1	+ 53,7
Margem EBITDA (%)	53,3	53,2	+ 0,1 p.p.	55,4	45,3	+ 10,1 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Receita operacional líquida (societário): No 4T24, a Energisa Transmissão de Energia S.A. registrou uma receita operacional líquida consolidada de R\$ 469,8 milhões, representando um crescimento de 27,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) aumento na receita e na margem de construção, decorrente de: (i) maior realização de investimentos (capex) em projetos, incluindo EAM II (R\$ 56,2 milhões), EMA (R\$ 3,7 milhões) e reforços de grande e pequeno porte na LMTE (R\$ 16,4 milhões), ii) reajuste tarifário da Receita Anual Permitida (RAP) entre os períodos analisados, e (iii) efeito positivo da Revisão Tarifária Periódica (RTP) das concessões LXTE e LMTE, conforme a Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL, que gerou um impacto adicional de R\$ 34,7 milhões. Parte desse impacto foi compensado pela energização dos projetos ETT II e EAP, que resultou em um efeito negativo de R\$ 11,4 milhões na receita de construção;

PMSO: a linha de PMSO no 4T24 alcançou R\$ 73,1 milhões, ocasionando um aumento de 61,6% na comparação com o 4T23, principalmente, ; (i) gastos relacionados as melhorias de pequeno porte das concessões do grupo Gemini LXTE e LMTE (+ R\$ 6,7 milhões) (ii) maiores aquisições de materiais sobressalentes e ferramental (+R\$ 8,2 milhões) e (iii) despesas ambientais relacionadas à reposição florestal na LMTE e LXTE (+R\$ 2,4 milhões).

Demais despesas operacionais: a linha de demais despesas operacionais no 4T24 alcançou R\$ 0,6 milhões, ocasionando um aumento nas despesas em R\$ 4,5 milhões na comparação com o 4T23, principalmente consequência de provisionamento de saldos a receber relacionados aos encargos rescisórios da CUST (+R\$ 12,2 milhões). Os efeitos foram compensados pelas reversões de contingências ambientais na LXTE (-R\$ 5,9 milhões) e processos cíveis distribuídos entre a LMTE e a LTTE (-R\$ 2,3 milhões).

Custo de construção: a linha de custo de construção alcançou R\$ 147,0 milhões, um aumento 10,3% no 4T24 em comparação com o 4T23 em consequência de (i) evolução física do projeto em construção EAM II (R\$ 39,5 milhões) e reforço de pequeno e grande porte da concessão LMTE (R\$ 16,3 milhões). Esses efeitos foram compensados pela redução de capex na concessão EAM (-R\$ 24,1 milhões) e energização dos projetos EAP (-R\$ 6,1 milhões) e ETT II (-R\$ 9,8 milhões) em 2024.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 105,8 milhões no 4T24, ocasionando um aumento R\$ 0,8 milhão na comparação com 4T23, decorrente de variações monetárias devido ao aumento do IPCA e TJLP, compensados em parte com o ganho na marcação a mercado do swap na ETE holding ocasionado pelo aumento do dólar.

Lucro (Prejuízo) líquido: No 4T24, a Companhia registrou lucro de R\$ 55,7 milhões, aumento de R\$ 0,8 milhão, conforme eventos informados acima.

Principais impactos do resultado regulatório

Aviso: Nesta seção são apresentados os resultados regulatórios do segmento de transmissão da Companhia. Os resultados regulatórios têm a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão. Portanto, não deve ser considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) aqui apresentadas são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita anual permitida	198,1	194,3	+ 2,0	792,5	764,1	+ 3,7
Total da receita bruta	198,1	194,3	+ 2,0	792,5	764,1	+ 3,7
Deduções da receita	(21,1)	(13,6)	+ 54,7	(84,3)	(78,9)	+ 6,8
Receita operacional líquida	177,1	180,7	- 2,0	708,2	685,1	+ 3,4
PMSO	(48,5)	(45,6)	+ 6,3	(175,6)	(144,2)	+ 21,8
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(1,3)	11,7	-	4,8	53,2	- 91,0
Amortização/Depreciação	(48,0)	(48,1)	- 0,2	(190,0)	(176,6)	+ 7,6
Resultado financeiro	(105,8)	(105,0)	+ 0,8	(355,7)	(467,4)	- 23,9
Contribuição social e imposto de renda	(38,8)	(14,6)	+ 165,9	(72,7)	(54,3)	+ 33,8
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	(65,3)	(20,9)	+ 212,4	(81,0)	(104,3)	- 22,4
EBITDA Regulatório	127,3	146,8	- 13,3	537,4	594,1	- 9,5
Margem EBITDA (%)	71,9	81,3	- 9,4 p.p.	75,9	86,7	- 10,8 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Receita operacional líquida regulatória: No 4T24, o resultado da ETE consolidado regulatório, apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 177,1 milhões, R\$ 3,6 milhões menor do que o registrado no 4T23 devido aos seguintes eventos: (i) menores receita oriundas de encargos rescisórios no 4T24 (-R\$ 5,3 milhões); (ii) queda na receita no 4T24 em função de parcela de ajuste e rateio de antecipação (-R\$ 4,7 milhões) e (iii) maior incidência de PV no 4T24, principalmente nas concessões ETT I e LXTE no 4T24 (-R\$ 1,3 milhão). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo: (i) reajuste tarifário da RAP de 3,93% (R\$ 6,8 milhões), (ii) resultado positivo da Revisão Tarifária Periódica na LMTE e LXTE no total de R\$ 0,1 milhão conforme Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL, (iii) incorporação da RAP dos projetos ETT II e EAP, energizados integralmente em 2024 (+R\$ 1,2 milhões) e (iv) entrada em operação de novas funções de transmissão da EAM em dezembro de 2024 (+R\$ 0,9 milhão).

PMSO: a linha de PMSO no 4T24 alcançou R\$ 48,5 milhões, um aumento de R\$ 2,8 milhões ocasionado basicamente pelas despesas ambientais relacionadas à reposição florestal na LMTE e LXTE (+R\$ 2,4 milhões), compensados parcialmente pelo impacto da internalização das atividades e da estrutura de O&M.

Demais despesas operacionais: a linha de demais despesas operacionais, alcançou R\$ 1,2 milhão, um aumento de R\$ 13,1 milhões em relação ao 4T23. O aumento foi em consequência de provisionamento de saldos a receber relacionados aos encargos rescisórios da CUST (+R\$ 12,2 milhões). Os efeitos foram compensados reversões de R\$ 5,9 milhões em contingências ambientais na LXTE e de R\$ 2,3 milhões em processos cíveis distribuídos entre a LMTE e a LTTE.

Amortização e Depreciação: No 4T24, as despesas de amortização e depreciação permaneceram em linha com o mesmo período do ano passado.

EBITDA regulatório: o EBITDA reduziu 13,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado negativo é consequência dos eventos descritos nas rubricas de receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 105,8 milhões no 4T24, ocasionando um aumento R\$ 0,8 milhão na comparação com 4T23, decorrente de variações monetárias devido ao aumento do IPCA e TJLP, compensados em parte com o ganho na marcação a mercado do swap na ETE holding ocasionado pelo aumento do dólar.

Lucro líquido regulatório: No 4T24, a ETE consolidado apresentou prejuízo de R\$ 65,3 milhões, R\$ 44,4 milhões menor do que lucro apresentado no 4T23.

5. (RE)ENERGISA

A (re)energisa é a marca do grupo que representa os negócios não regulados, entre eles a geração descentralizada através de fontes renováveis (Alsol Energias Renováveis), comercialização de energia e de gás (Energisa Comercializadora) no mercado livre e serviços de valor agregado (Energisa Soluções). Considerando um mercado cada vez mais competitivo e com múltiplas ofertas, faz parte da estratégia de diversificação dos negócios do Grupo oferecer um ecossistema de soluções energéticas para os nossos clientes.

A marca também traduz o conceito adotado pela empresa para a abordagem ao mercado, o one-stop-shop, ou seja, todas as soluções em um só lugar. A estratégia da empresa é protagonizar a transição energética, conectando pessoas e empresas à melhor solução de energia com foco em uma economia sustentável e de baixo carbono.

5.1 Geração distribuída

A Alsol é a empresa do grupo que atua principalmente nas atividades de geração descentralizada a partir de fazendas solares que são conectadas a redes de distribuição existentes utilizando o sistema de compensação de energia elétrica previsto na Lei 14.300/2022. A empresa constrói e opera suas próprias usinas solares, além de desenvolver seus próprios sistemas de controle e monitoramento das diferentes unidades de geração, resultando em maior produtividade de energia elétrica acima do planejamento inicial de cada planta. As fazendas solares são destinadas ao atendimento a clientes MPE – micro e pequenas empresas, bem como médias empresas, atendidas em baixa tensão, na modalidade de consórcio ao sistema de compensação.

No final de dezembro de 2024, a Alsol possuía 117 usinas solares (UFV's) em operação, totalizando 441 MWp de potência instalada, conforme tabela abaixo. Os investimentos da (re)energisa em geração distribuída totalizaram R\$ 85,7 milhões nesse quarto trimestre de 2024 e R\$ 324,7 milhões no ano.

Segue tabela com capacidade instalada por região:

Distribuidora	Usinas	MWp
Minas Gerais	59	180,50
Mato Grosso	19	93,63
Rio de Janeiro	4	10,82
São Paulo	9	42,92
Mato Grosso do Sul	17	82,44
Ceará	4	12,86
Maranhão	1	4,81
Pernambuco	3	6,77
Piauí	1	6,29
Total	117	441,04

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Geração Distribuída Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita Líquida	116,3	89,6	+ 29,8	380,4	229,0	+ 66,1
CUSD	(12,7)	(11,6)	+ 9,3	(44,7)	(36,1)	+ 23,8
PMSO	(41,7)	(32,2)	+ 29,4	(142,0)	(95,5)	+ 48,6
Outros custos e despesas	0,9	2,3	- 58,6	(5,9)	1,7	-
EBITDA	62,8	48,0	+ 30,9	187,9	99,1	+ 89,6
Amortização e depreciação	(26,8)	(27,4)	- 2,0	(88,4)	(51,9)	+ 70,4
Resultado financeiro	(44,0)	(31,8)	+ 38,3	(129,2)	(91,0)	+ 42,0
Imposto de renda e contribuição social	3,4	0,6	+ 483,8	12,3	10,9	+ 12,8
Lucro (prejuízo) do período	(4,6)	(10,6)	- 56,5	(17,5)	(32,9)	- 46,8

Seguindo o plano de expansão, o braço de geração distribuída da (re)energisa apresentou uma receita líquida de R\$ 116,3 milhões, aumento de R\$ 26,7 milhões (+29,8%) em relação ao 4T23, esse resultado está diretamente relacionado ao incremento de 6,5% de potência instalada acumulada até 4T24 (441 MWp) em comparação com o mesmo período o acumulado até o 3T24 (414 MWp).

O PMSO do segmento alcançou R\$ 41,7 milhões, 29,4% maior em comparação com o 4T23 e 48,6% no acumulado de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, reflexo da expansão estrutural do negócio. Vale destacar que desde o 3º trimestre, o valor do CUSD, que anteriormente era registrado na linha de serviços, foi reclassificado para custos com encargos, reduzindo o valor de PMSO no trimestre.

O crescimento de receita refletiu em um EBITDA no 4T24 de R\$ 62,8 milhões, aumento de R\$ 14,8 milhões frente ao resultado de R\$ 48,0 milhões no mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2024, o EBITDA ficou em R\$ 187,9 milhões, um aumento de R\$ 88,8 milhões (+89,6%) frente ao acumulado de 2023.

Os empréstimos e financiamentos captados para a Alsol estão detalhados nas notas explicativas 20 e 21 das Demonstrações Financeiras.

5.2 Comercialização de energia elétrica

Para o 4T24 foi observado piora nos cenários hidrológicos em comparação com o realizado em 2023, resultante do pior ponto inicial para a entrada do período úmido. Essa situação levou a um aumento do PLD para R\$ 217,59/MWh no período. Esse efeito de elevação dos preços foi ocasionado pela redução dos níveis de armazenamento e pela performance da ENA (Energia Natural Afluente) que mede a quantidade de água que chega aos reservatórios das hidrelétricas.

Ainda no mesmo período, a carteira varejista registrou a adição de 70 novos clientes, totalizando 118,3 GWh de energia comercializada. Em comparação ao mesmo período de 2023 (4T23), foram incorporados 123 clientes, com um volume total de 216,6 GWh.

No 4T24, o faturamento com energia cresceu 130% no total, justificado pela prospecção de novos clientes e pelas movimentações estratégicas de trading.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Vendas a consumidores livres (ECOM)	3.162	1.375	+ 130,0	8.368	4.262	+ 96,3

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Comercializadora:

Comercializadora Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita líquida	521,8	206,9	+ 152,2	1.153,3	671,9	+ 71,6
Compra de energia	(516,3)	(190,6)	+ 170,9	(1.101,1)	(637,2)	+ 72,8
Spread	5,5	16,4	- 66,2	52,2	34,8	+ 50,3
Efeito MtM	5,5	(59,0)	-	(181,0)	63,2	-
Despesas gerais e administrativas	(11,9)	(10,9)	+ 8,9	(48,9)	(28,0)	+ 74,5
Amortização e Depreciação	(0,1)	(0,1)	+ 103,8	(0,4)	(0,2)	+ 73,4
Outras receitas/despesas	0,1	1,7	- 92,6	11,5	1,7	+ 585,9
EBITDA reportado	(0,7)	(51,9)	- 98,6	(166,2)	71,6	-
Efeito MtM	(5,5)	59,0	-	181,0	(63,2)	-
EBITDA Ajustado recorrente	(6,2)	7,1	-	14,8	8,4	+ 76,0
Resultado financeiro	(0,8)	(4,2)	- 81,3	(7,0)	(19,0)	- 63,4
IR e CSLL do lucro líquido (reportado)	0,8	18,7	- 96,0	58,9	(18,4)	-
Lucro (prejuízo) líquido reportado	(0,9)	(37,5)	- 97,7	(114,6)	34,0	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado recorrente	(6,4)	21,6	-	66,4	(29,2)	-

A comercializadora apresentou spread de R\$ 5,5 milhões, redução de 66,2% em relação ao 4T23, ou de R\$ 10,9 milhões, reflexo do aumento de preços da energia adquirida no curto prazo.

No 4T24, a marcação a mercado dos contratos foi de R\$ 5,5 milhões, um aumento de R\$ 64,5 milhões, sem efeito caixa, referente às elevações de preço e posição do portfólio.

A linha de despesas gerais e administrativas registrou um aumento de R\$ 1,0 milhão no comparativo com o mesmo período do ano anterior (4T24 x 4T23) em função do aumento das despesas para composição da estrutura da comercializadora e comercializadora varejista.

O EBITDA ajustado recorrente apresentou uma queda de R\$ 13,3 milhões na comparação com o 4T23, devido à redução do spread. No acumulado de 2024, o spread registrou um aumento, resultando em uma melhora no EBITDA ajustado recorrente de R\$ 6,4 milhão em relação a 2023.

A linha de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, apresentou resultado positivo em 2024, em decorrência da reversão de tributos diferidos, oriundos da reversão de ativos de avaliação a valor justo (AVJ). Em dezembro de 2023, a comercializadora reconheceu ativos de AVJ em seus contratos, o que gerou receitas e, consequentemente, despesas de IRPJ e CSLL diferidos, registrados a créditos de passivos não circulantes diferidos. Em 2024, com a reversão dos ativos, os tributos diferidos foram revertidos a crédito das contas de IRPJ e CSLL no resultado.

5.3 Serviços de valor agregado

A Energisa Soluções é a empresa do Grupo que atua na prestação de serviços de valor agregado para clientes de média e alta tensão em todo o Brasil. Estes serviços geram benefícios para os nossos clientes através de melhorias e maior eficiência dos seus processos energéticos, reduzindo custos e melhorando seus níveis operacionais. Dentro desta linha de negócios, destacam-se serviços como O&M (operação e manutenção de ativos elétricos), Eficiência Energética e Automação de processos energéticos.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Serviços de valor agregado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita líquida	67,0	102,7	- 34,8	293,8	365,2	- 19,6
PMSO	(71,1)	(89,4)	- 20,5	(275,2)	(346,0)	- 20,4
Outros custos e despesas	(0,2)	0,7	-	(0,6)	3,3	-
EBITDA	(4,3)	14,0	-	18,0	22,5	- 20,2
Amortização e depreciação	(3,8)	(3,5)	+ 8,4	(15,4)	(13,4)	+ 14,9
Resultado financeiro	1,1	0,5	+ 123,1	1,0	(2,8)	-
Lucro líquido reportado	(4,3)	6,9	-	2,3	3,6	- 35,1

Os resultados do 4T24 apresentaram redução frente ao ano anterior devido a reestruturação de portfólio de serviços em relação ao mesmo período de 2023, mantendo na base aqueles contratos alinhados com a estratégia de expansão da (re)energisa e que apresentam valor agregado.

No PMSO, fechou R\$ 18,3 milhões abaixo do registrado no 4T23 (-20,5%), reflexo principalmente da otimização das despesas com a reestruturação do portfólio mencionada acima.

Em função do exposto anteriormente, os resultados do EBITDA e Lucro Líquido apresentaram um resultado negativo de R\$ 4,3 milhões no 4T24, redução de R\$ 18,3 milhões e R\$ 11,2 milhões, respectivamente frente ao ciclo anterior.

6. GERAÇÃO CENTRALIZADA

O Grupo Energisa está presente na geração centralizada através das usinas fotovoltaicas Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I e Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II, localizadas no Estado da Paraíba, com 70 MWp de capacidade instalada. Os empreendimentos possuem o certificado global de energia limpa I-REC, que agrega valor ao megawatt gerado e confirma sua origem de fonte renovável.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Rio do Peixe I e II Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita líquida	8,6	7,3	+ 18,1	32,3	26,2	+ 23,1
PMSO	(1,0)	(1,1)	- 7,2	(3,8)	(2,7)	+ 40,1
Outros custos e despesas	(1,5)	(1,2)	+ 23,7	(5,5)	(6,0)	- 7,6
EBITDA	6,1	5,0	+ 22,3	22,9	17,5	+ 31,0
Amortização e depreciação	(3,6)	(3,6)	- 0,3	(14,2)	(17,9)	- 20,6
Resultado financeiro	(2,6)	(5,2)	- 50,2	(11,1)	(28,3)	- 60,8
Contribuição social e imposto de renda	0,0	(13,0)	-	(1,9)	(4,7)	- 59,9
Prejuízo líquido reportado	(0,1)	(16,9)	- 99,7	(4,3)	(33,0)	- 87,1

Receita líquida: a receita líquida totalizou R\$ 8,6 milhões no 4T24, aumento de 18,1% em comparação ao 4T23. Esse aumento foi ocasionado basicamente pelo aumento do preço da energia negociado no mercado de curto prazo e melhor desempenho de geração das usinas no 4T24.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 1,0 milhão no 4T24, redução de 7,2% na comparação com o 4T23 ocasionada pelo impacto positivo da internalização da estrutura de O&M.

Demais custos e despesas: No 4T24, a rubrica teve um aumento de 23,7% ou R\$ 0,3 milhão ocasionado pelos maiores encargos de uso do sistema de distribuição (contratos de CUSD).

EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 6,1 milhões no 4T24, aumento de R\$ 2,3 milhões em relação ao registrado no 4T23, em função dos eventos descritos nas rubricas de Receita operacional e PMSO.

Amortização e depreciação: A depreciação e amortização, apresentou resultado de R\$ 3,6 milhões no 4T24 em linha com o registrado no 4T23.

Resultado financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 2,6 milhões no 4T24, redução de R\$ 2,6 milhões na comparação com 4T23 devido à redução da despesa financeira no 4T24 ocasionada pelo menor endividamento das usinas e pelo efeito negativo do resultado do SWAP no 4T23.

Contribuição social e imposto de renda: As despesas de imposto de renda e contribuição social reduziram 100% no 4T24 em comparação ao 4T23, em função do resultado do SWAP, impactando negativamente a rubrica de impostos diferidos em R\$ 17,0 milhões no 4T23.

Prejuízo líquido do período: a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 0,1 milhão no 4T24, redução de 99,7% na comparação com o 4T23 em função dos eventos descritos acima.

7. DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

7.1 Visão geral

A Energisa Distribuidora de Gás (EDG) é responsável pela expansão do Grupo Energisa no setor de gás natural. Abaixo, segue o organograma societário que ilustra a estrutura de controle da EDG dentro do Grupo Energisa:



- **ES Gás** desempenha um papel estratégico na expansão da infraestrutura de gás natural no Espírito Santo, contribuindo para a transição energética com soluções inovadoras e sustentáveis. A empresa atende mais de 83,3 mil unidades consumidoras e opera uma rede de aproximadamente 569 km, garantindo um fornecimento seguro e eficiente. Responsável pela distribuição de gás natural canalizado no estado, a ES Gás atua em diversos setores, incluindo residencial, comercial, industrial, automotivo, climatização, cogeração e geração termoeletrica. Para mais informações, consulte o Release da ES Gás.
- Através da **Norgás**, a Energisa possui participações societárias em importantes distribuidoras de gás natural nos estados do Nordeste. O grupo participa das operações da Algás (Gás de Alagoas), Cegas (Companhia de Gás do Ceará), Copergás (Companhia Pernambucana de Gás) e Potigás (Companhia Potiguar de Gás), que atendem os estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente. Com essa estratégia, a Norgás fortalece a presença do Grupo Energisa no mercado de gás natural, expandindo sua atuação e contribuindo para o desenvolvimento energético da região. As distribuidoras atendem a 240,3 mil unidades consumidores.

7.2 Resumo participações direta e indireta

Companhias Distribuidoras Locais de Gás Canalizados (CDL)		Participação (%)		
		Norgás	EDG	Energisa
Norgás	Es Gás	-	100	50,5
	Copergás	41,5	50,5	21,0
	Cegás	29,4	50,5	14,8
	Algás	29,4	50,5	14,8
	Potigás	83,0	50,5	41,9

7.3 Informações Financeiras

Abaixo, apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e seu impacto no consolidado do Grupo Energisa, referente às empresas controladas pela Norgás.

Equivalência Patrimonial por CDL	Equivalência	Distribuição de JCP	Equivalência líquida
Valores em R\$ milhão			
Copergás	4,8	(12,9)	(8,2)
Cegás	(2,2)	(0,8)	(3,0)
Algás	3,2	(2,1)	1,1
Potigás	2,6	(0,9)	1,7
Total	8,4	(16,9)	(8,5)

O resultado da equivalência refere-se ao período de novembro e dezembro de 2024.

A seguir, é apresentado um resumo do desempenho econômico-financeiro da Es Gás e Norgás(*):

Descrição	ES GÁS						NORGÁS ⁽¹⁾					
	Trimestre			Exercício			Trimestre ⁽²⁾			Acumulado ⁽²⁾		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var.%	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var.%
Receita líquida	345,4	496,7	- 30,5	1.627,6	1.927,8	- 15,6	733,2	638,5	+ 14,8	2.906,0	2.677,0	+ 8,6
PMSO	(19,8)	(16,0)	+ 23,7	(73,8)	(58,5)	+ 26,2	(653,8)	(565,5)	+ 15,6	(2.620,3)	(2.410,9)	+ 8,7
EBITDA	34,1	51,7	- 34,1	187,1	210,3	- 11,0	62,3	70,1	+ 11,2	322,1	306,0	+ 5,3
Resultado financeiro	(19,5)	1,8	-	(65,0)	13,4	-	12,8	14,5	- 12,0	61,6	55,6	+ 10,9
Lucro/ prejuízo líquido	(1,5)	57,1	-	37,6	157,8	- 76,2	44,0	47,3	- 7,2	249,7	236,8	+ 5,5
Investimentos	46,8	24,6	+ 90,2	93,1	51,4	+ 81,1	52,9	50,1	+ 5,6	220,5	179,3	+ 23,0

(1) Os valores referentes à Norgás correspondem à soma dos resultados das CDLs.

(2) A tabela reflete os últimos 12 meses, abrangendo o período de dezembro a novembro, enquanto o trimestre considera os meses de setembro, outubro e novembro dos respectivos anos.



Destaques Es Gás:

- No quarto trimestre de 2024, o **volume total de gás distribuído** atingiu 199.856 mil m³, registrando um **crescimento** de 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento foi impulsionado principalmente pela maior demanda de gás para geração de energia pelas usinas termoeletricas no período.
- Os **investimentos** totalizaram R\$ 46,8 milhões, o que representa um aumento de 90,2% em comparação com o quarto trimestre de 2023 (R\$ 22,2 milhões). Os investimentos foram focados principalmente em obras de expansão urbana e saturação, construção de ramais, conexões de novos usuários, além da expansão das redes em Aço e Polietileno de Alta Densidade (PEAD).



Destaques Norgás:

- **Alienação do direito de preferência da Sergás:** Durante o processo de aquisição das controladas, o Governo do Estado de Sergipe exerceu seu direito de preferência na compra da Sergás. O Estado, com 17% da distribuidora obteve uma liminar que impediu a venda das ações e assumiu a participação da Norgás.
- No 4T24 a **receita líquida** apresentou um crescimento de **14,8%**, que passou de R\$ 638,5 milhões no 4T23 para **R\$ 733,1 milhões no 4T24**. O desempenho positivo foi impulsionado principalmente pela Copergás e Cegás que apresentaram crescimento no volume de gás distribuído.

As informações detalhadas sobre as empresas podem ser consultadas nos links abaixo.

- **Es Gás:** Acesso às informações [aqui](#)
- **Norgás:** Consulte o release [aqui](#)

8. ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES DA COMPANHIA

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Individuais e Consolidadas

Em atenção ao disposto no art. 21, §4º, da Resolução CVM n.º 80/22, apresenta-se abaixo as comparações das projeções divulgadas pela Companhia com os dados evolutivos efetivamente realizados até o 4T24:

- (i) Projeções dos compromissos relacionados à sustentabilidade dos negócios, abordando aspectos ambientais, sociais e de governança ("ESG") da Companhia divulgadas ao mercado em 29 de junho de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 31 de dezembro de 2024
Energia elétrica, limpa e acessível a áreas remotas da concessão	nº de unidades consumidoras	55.000	47.276
Descomissionamento e desativação de UTEs	MW	171,7	195 ^(a)
Instalação de potência em energia renovável	GW	0,6	0,517

- (a) Em 2024, concluímos o desligamento de todas as usinas termelétricas previstas na Amazônia Legal, antecipando em dois anos o compromisso originalmente estabelecido para 2026.
- (ii) Aumento da participação de demais linhas de negócios no EBITDA Consolidado, divulgado ao mercado em 21 de novembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Posição em 31 de dezembro de 2024 ⁽¹⁾
Participação de demais linhas de negócios da Companhia, além da distribuição de energia elétrica, no EBITDA Consolidado	% do EBITDA Consolidado	Até 25	19,9

- (b) Considera EBITDA Ajustado Covenants 12 meses

- (iii) Estimativa de investimentos divulgado ao mercado em 19 de dezembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2024
Estimativa de Investimentos	R\$ bilhões	24,0	19,3

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2 Fundo de Investimento e Cotas (FIC – FIDC)

Em fevereiro de 2025, a Companhia e o BTG Pactual aditaram o acordo de cotistas para: (i) alterar a data limite para o exercício das opções de compra e venda, que passarão de 4 (quatro) anos para 7 (sete) anos, contados da assinatura do acordo de cotistas e (ii) alterar a cláusula que dispõe a respeito do preço de exercício da opção, mediante ajuste na taxa spread que passará de 2,35% ao ano para 1,95% ao ano, a partir da data de assinatura do acordo de cotistas.

9.3 Prorrogação da Concessão

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, autorizando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo prazo final dos contratos se extinguem entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu período de consulta pública para coletar informações do setor para aprimoramentos da minuta do referido contrato. Em 25 de fevereiro de 2025, o processo foi concluído e os termos da prorrogação das concessões com a redação final dos contratos encaminhado para apreciação do Ministério de Minas e Energia. Após esta apreciação e definição dos termos dos contratos, as concessionárias terão 30 dias para apresentar para a ANEEL e Ministério de Minas e Energia os requerimentos das prorrogações. A Energisa Paraíba mantém o interesse na prorrogação da concessão.

9.4 Empréstimos Contratados - controladas

- ✓ Em 09 de janeiro de 2025 a controlada indireta AGRIC teve a liberação de R\$47,5 milhões referente à primeira parcela do contrato Nº 24.9.0146-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, firmado em 05 de novembro de 2024.
- ✓ Em 07 de março de 2025 a controlada direta ALSOL, captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R\$180,0 milhões, correspondente a USD30,8 milhões dólares americanos, com remuneração de SOFR mais 0,52% ao ano, com vencimento em 06 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI mais 0,55% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

9.5 Emissão de Debêntures - controladora

Em 25 de fevereiro de 2025 a companhia, efetuou a 23ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$900,0 milhões sendo: (i) R\$579,5 milhões referente a 1ª Série com vencimento em 25 de fevereiro de 2030 e remuneração de CDI mais 0,80% ao ano; (ii) R\$320,5 milhões referente a 2ª Série com vencimento em 25 de fevereiro de 2032 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 27 de fevereiro de 2025, os recursos serão destinados a gestão ordinária dos negócios da emissora.

9.6 Emissão de Debêntures - controladas

Em 25 de fevereiro de 2025 a controlada indireta ETO, efetuou a 12ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$320,0 milhões com vencimento 25 de fevereiro de 2030 e remuneração de CDI mais 1,00% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 27 de fevereiro de 2025 e serão destinados a gestão ordinária dos negócios da controlada.

9.7 Pagamentos de dividendos do exercício de 2024 - controladora

Em 20 de fevereiro de 2025, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos a conta do lucro do exercício de 2024, no valor de R\$ 868,5 milhões, o que equivale a R\$0,38 por ação ordinária e preferencial, que será pago em 28 de março de 2025.

9.8 Dividendos do exercício de 2024 - controladas

A Administração das controladas aprovou em 20 de fevereiro de 2025, a distribuição de dividendos a conta do lucro do exercício de 2024 conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dividendos (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)		Data pagamento
		ON	PN	
EPB	51.732	49,38686314606	-	a partir do dia 21/02/2025
ESE	14.663	75,00	-	a partir do dia 21/02/2025
EMS	129.403	200,00	-	a partir do dia 21/02/2025
EMT	525.461	2,40	2,40	25/03/2025
ETO	117.291	180,00	180,00	a partir do dia 21/02/2025
EGO I	12.970	0,04985836082	-	a partir do dia 21/02/2025
EPT	3.530	0,11386680806	-	a partir do dia 21/02/2025

Dinâmica	117	0,05963816851	-	a partir do dia 21/02/2025
EPLAN	1.182	0,40841992843	-	a partir do dia 21/02/2025
URB	1.414	0,13737780155	-	a partir do dia 21/02/2025
Reenergisa I	1.191	0,15589843126	-	a partir do dia 21/02/2025
Reenergisa II	2.722	0,74635091308	-	a partir do dia 21/02/2025
Flowsolar	4.155	2,00137652647	-	a partir do dia 21/02/2025
Reenergisa V	700	0,02234075937	-	a partir do dia 21/02/2025
Reenergisa VI	47	0,00567097242	-	a partir do dia 21/02/2025
Reenergisa VII	1.138	0,13672934065	-	a partir do dia 21/02/2025
EDG	26.641	0,03347295589	0,03347295589	a partir do dia 21/02/2025
Rede Power	70.000	266,27410256118	-	a partir do dia 21/02/2025
REDE	517.029	0,245	-	26/03/2025
DENERGE	361.872	466,00	-	a partir do dia 21/02/2025
QMRA	121	0,02758663539	-	a partir do dia 21/02/2025
EPM	362.155	0,38080788339	1,20099004412	a partir do dia 21/02/2025

A Administração

ANEXO I – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A.1 Empresas por linha de negócio

Linha de negócio	Empresas e conceitos
✓ Distribuição de energia elétrica	EPB, EMR, ETO, EMT, EMS, ESS, EAC, ERO e ESE
✓ Transmissão de energia elétrica	Energisa Transmissão Consolidado, incluindo as holdings ETE Controladora e Gemini
• (re)energisa	A (re)energisa é a marca do grupo responsável pela gestão e comercialização de energia e de gás no mercado livre, prestação de serviços de valor agregado e geração distribuída de fontes renováveis.
• Geração distribuída	Alsol Consolidado
• Comercialização de energia elétrica	Energisa Comercializadora
• Serviços de valor agregado	Energisa Soluções Consolidada
✓ Distribuição de gás natural	ES Gás
✓ Holding e outros	Energisa Geração - Usina Maurício S/A, Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A, Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A, Parque Eólico Sobradinho LTDA., Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A, Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A, Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro-Muquim S/A, Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A, Multi Energisa Serviços S/A, Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A, Voltz Capital S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros LTDA., Dinâmica Direitos Creditórios LTDA., QMRA - Participações S/A, Energisa S/A, Rede Energia Participações S/A, Denerge Desenvolvimento Energético S/A, Energisa Biogás S/A Consolidada, Rede Power Holding de Energia S/A, Energisa Participações Minoritárias S/A, Clarke Desenvolvimento de Software S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha I S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha II S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha III S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha IV S/A, Energisa Geração Central Eólica Maravilha V S/A, Clarke, Norgás S/A e Infra gás e Energia S/A.
✓ Eliminações intercompany	Eliminação de transações realizadas entre empresas do grupo Energisa a fim de evitar a dupla contagem de receitas, despesas, ativo e passivo
✓ Combinação de negócios	Refere-se a realização das mais valia das combinações de negócios reconhecidas conforme IFRS 3 ou o CPC 15 (R1).

A.2 Receita operacional líquida – Consolidado

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	7.461,0	7.540,4	- 1,1	28.224,7	26.360,0	+ 7,1
✓ Residencial	4.149,2	4.046,9	+ 2,5	15.337,0	13.661,4	+ 12,3
✓ Industrial	317,7	401,6	- 20,9	1.351,4	1.617,1	- 16,4
✓ Comercial	1.291,7	1.378,7	- 6,3	5.093,5	5.060,1	+ 0,7
✓ Rural	797,0	842,0	- 5,3	3.106,0	2.911,9	+ 6,7
✓ Outras classes	905,4	871,2	+ 3,9	3.336,8	3.109,6	+ 7,3
(+) Suprimento de energia elétrica	128,4	14,4	+ 791,9	362,7	202,4	+ 79,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	143,7	113,4	+ 26,7	12,9	252,7	- 94,9
(+) Vendas pela comercializadora (ECOM)	578,5	231,8	+ 149,6	1.284,1	754,7	+ 70,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	868,8	726,8	+ 19,5	3.230,9	2.714,6	+ 19,0
(+) Receita de construção de infraestrutura	1.989,9	1.396,6	+ 42,5	6.560,1	4.944,9	+ 32,7
(+) Receita de distribuição de gás natural	388,9	-	-	1.975,7	-	-
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização	(60,9)	(48,3)	+ 26,1	791,3	578,3	+ 36,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	696,4	453,6	+ 53,5	2.360,7	1.721,6	+ 37,1
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	189,6	94,2	+ 101,2	616,7	562,0	+ 9,7
(+) Outras receitas	238,7	817,0	- 70,8	831,0	1.848,1	- 55,0
(=) Receita Bruta	12.623,1	11.339,9	+ 11,3	46.250,9	39.939,1	+ 15,8
(-) Impostos sobre vendas	2.441,3	2.390,9	+ 2,1	9.196,7	8.115,3	+ 13,3
(-) Encargos setoriais	623,6	872,9	- 28,6	3.338,7	3.292,0	+ 1,4
(=) Receita líquida	9.558,1	8.076,1	+ 18,4	33.715,5	28.531,9	+ 18,2
(-) Receita de construção de infraestrutura	1.989,9	1.396,6	+ 42,5	6.560,1	4.944,9	+ 32,7
(=) Receita líquida, sem receita de construção de infraestrutura	7.568,2	6.679,5	+ 13,3	27.155,4	23.587,0	+ 15,1

A.3 EBITDA por empresa

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Distribuição de energia elétrica	1.437,2	1.717,7	- 16,3	6.719,2	6.667,2	+ 0,8
EMR	29,1	77,6	- 62,5	205,6	245,4	- 16,2
ESE	111,9	124,0	- 9,7	493,2	459,6	+ 7,3
EBO ⁽¹⁾	-	-	-	-	23,7	-
EPB	200,6	187,1	+ 7,2	816,5	695,7	+ 17,4
EMT	449,4	677,0	- 33,6	2.054,4	2.438,6	- 15,8
EMS	297,8	415,9	- 28,4	1.303,3	1.361,2	- 4,3
ETO	104,1	154,6	- 32,6	652,3	590,8	+ 10,4
ESS	55,1	100,0	- 44,9	324,0	399,5	- 18,9
ERO	121,6	1,5	+ 8.286,8	621,3	322,4	+ 92,7
EAC	67,4	(20,0)	-	248,7	130,2	+ 91,0
Transmissão de energia elétrica ⁽²⁾	250,4	196,7	+ 27,3	880,7	573,1	+ 53,7
EGO	14,0	13,0	+ 8,1	57,9	43,1	+ 34,1
EPA I	18,9	16,0	+ 18,1	75,1	45,3	+ 65,7
EPA II	15,1	12,1	+ 25,1	70,5	55,1	+ 28,0
ETT	23,7	21,2	+ 11,7	87,5	(99,8)	-
EAM	32,8	24,3	+ 34,9	120,4	97,5	+ 23,5
EAM II	17,3	3,0	+ 469,1	31,2	4,9	+ 530,7
ETT II	3,7	2,9	+ 26,6	14,4	9,6	+ 50,6
EPT	3,7	2,7	+ 35,2	14,3	10,2	+ 40,6
EAP	13,0	14,6	- 11,2	42,7	14,6	+ 192,5
Gemini	89,0	71,9	+ 23,7	287,0	358,4	- 19,9
ETE controladora	(0,8)	2,1	-	(2,5)	(3,7)	- 32,6
(re)energisa	57,8	10,0	+ 475,6	39,6	193,2	- 79,5
Geração distribuída	62,8	48,0	+ 30,9	187,9	99,1	+ 89,6
Comercialização de energia elétrica	(0,7)	(51,9)	- 98,6	(166,2)	71,6	-
Serviços de valor agregado	(4,3)	14,0	-	18,0	22,5	- 20,2
Distribuição de gás natural	34,1	51,7	- 34,1	187,1	98,1	+ 90,7
Holdings e outros	35,5	(25,3)	-	(19,2)	21,4	-
Combinação de negócios	(15,5)	12,9	-	170,0	71,5	+ 137,7
EBITDA	1.791,0	1.963,8	- 8,8	7.969,0	7.624,5	+ 4,5
Receitas de multas	103,0	111,2	- 7,4	424,7	442,0	- 3,9
EBITDA ajustado covenants	1.894,0	2.075,0	- 8,7	8.393,7	8.066,5	+ 4,1

(1) Em função da incorporação da EBO pela EPB em abril/2023, os valores apresentados em 2023 referem-se a 4 meses do período acumulado de 2023. | (2) ETE Consol considera os impactos da combinação de negócios pela aquisição Grupo Gemini.

A.4 Lucro (prejuízo) líquido por empresa

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Distribuição de energia elétrica	1.847,4	856,1	+ 115,8	4.268,7	2.922,0	+ 46,1
EMR	34,6	37,4	- 7,4	79,4	84,6	- 6,2
ESE	44,8	82,0	- 45,4	260,8	249,7	+ 4,4
EBO ⁽¹⁾	-	-	-	-	17,3	-
EPB	163,3	131,2	+ 24,4	555,6	437,8	+ 26,9
EMT	278,8	453,0	- 38,5	1.088,1	1.379,0	- 21,1
EMS	183,8	201,5	- 8,8	603,7	609,0	- 0,9
ETO	73,7	89,4	- 17,5	376,2	309,2	+ 21,7
ESS	61,6	21,4	+ 188,3	147,8	138,6	+ 6,6
ERO	986,4	(118,6)	-	1.079,2	(287,2)	-
EAC	20,5	(41,1)	-	78,0	(16,1)	-
Transmissão de energia elétrica ⁽²⁾	55,7	54,9	+ 1,3	338,8	39,6	+ 755,8
EGO	13,7	13,9	- 1,8	57,5	45,4	+ 26,5
EPA I	9,3	12,7	- 26,9	52,1	27,0	+ 93,0
EPA II	3,5	9,1	- 61,3	46,1	36,4	+ 26,6
ETT	11,7	11,8	- 0,7	44,3	(79,8)	-
EAM	4,0	18,1	- 77,9	70,3	76,7	- 8,4
EAM II	15,1	3,1	+ 382,6	28,3	4,7	+ 499,4
ETT II	3,6	2,5	+ 44,7	13,3	8,0	+ 66,5
EPT	3,6	3,0	+ 21,9	14,6	10,6	+ 37,7
EAP	11,5	13,0	- 11,5	38,0	13,0	+ 193,2
Gemini	26,2	23,4	+ 11,9	85,5	133,3	- 35,9
ETE controladora	49,5	50,3	- 1,6	320,7	19,3	+ 1.561,3
(re)energisa	(9,8)	(41,2)	- 76,2	(129,8)	4,7	-
Geração distribuída	(4,6)	(10,6)	- 56,5	(17,5)	(32,9)	- 46,8
Comercialização de energia elétrica	(0,9)	(37,5)	- 97,7	(114,6)	34,0	-
Serviços de valor agregado	(4,3)	6,9	-	2,3	3,6	- 35,2
Distribuição de gás natural	(1,5)	51,7	-	37,6	72,9	- 48,5
Holdings e outros	299,1	(150,1)	-	173,7	(288,7)	-
Combinação de negócios	(71,7)	(42,4)	+ 69,4	(52,8)	(167,0)	- 68,4
Lucro líquido	2.119,1	729,1	+ 190,6	4.636,3	2.583,5	+ 79,5

(1) Em função da incorporação da EBO pela EPB em abril/2023, os valores apresentados em 2023 referem-se a 4 meses do período acumulado de 2023. | (2) ETE Consol considera os impactos da combinação de negócios pela aquisição Grupo Gemini.

A.5 Debêntures espelho

Debêntures Privadas das distribuidoras com a Controladora Energisa S.A.	Data da Captação	Valor de emissão (R\$ milhões)	Saldo da Dívida em dezembro/24	Data Vencimento	Index	Spread (a.a.)
ESA 22ª Emissão – CVM – 160 (1):	15/09/2024	730,00	748,9	15/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
✓ EAC 5ª Emissão	14/09/2024	115,0	117,4	14/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
✓ EAP 1ª Emissão	14/09/2024	100,0	102,1	14/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
✓ EMR 17ª Emissão	14/09/2024	100,0	102,1	14/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
✓ EMT 21ª Emissão	14/09/2024	50,0	51,1	14/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
✓ EPB 15ª Emissão	14/09/2024	45,0	46,0	14/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
✓ ERO 11ª Emissão	14/09/2024	150,0	153,1	14/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
✓ ESS 13ª Emissão	14/09/2024	170,0	173,5	14/09/2034	IPCA	IPCA + 6,44%
ESA 20ª Emissão – CVM – 160 (1):	15/04/2024	1.440,00	1.498,7	1ª série: 15/04/2031 2ª série: 15/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
✓ EMR 16ª Emissão	15/04/2024	150,0	155,8	1ª série: 13/04/2031 2ª série: 13/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
✓ EMT 19ª Emissão	15/04/2024	240,0	249,2	1ª série: 13/04/2031 2ª série: 13/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
✓ EMS 22ª Emissão	15/04/2024	180,0	186,9	1ª série: 13/04/2031 2ª série: 13/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
✓ ETO 11ª Emissão	15/04/2024	450,0	467,3	1ª série: 13/04/2031 2ª série: 13/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
✓ ERO 10ª Emissão	15/04/2024	250,0	259,6	1ª série: 13/04/2031 2ª série: 13/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
✓ ESS 11ª Emissão	15/04/2024	50,0	51,9	1ª série: 13/04/2031 2ª série: 13/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
✓ ESE 13ª Emissão	15/04/2024	120,0	124,6	1ª série: 13/04/2031 2ª série: 13/04/2039	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,40%
ESA 19ª Emissão – CVM – 160 (1):	15/09/2023	1.227,0	1.437,4	1ª série: 15/09/2030 2ª série: 15/09/2033	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,45%
✓ ERO 8ª Emissão	13/09/2023	200,0	214,3	1ª série: 13/09/2030 2ª série: 13/09/2033	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,45%
✓ EMR 15ª Emissão	13/09/2023	90,0	96,5	1ª série: 13/09/2030 2ª série: 13/09/2033	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,45%
✓ EMT 16ª Emissão	13/09/2023	150,0	160,8	1ª série: 13/09/2030 2ª série: 13/09/2033	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,45%
✓ ESS 10ª Emissão	13/09/2023	42,0	45,0	1ª série: 13/09/2030 2ª série: 13/09/2033	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,45%
✓ ETE 6ª Emissão	13/09/2023	90,0	96,5	1ª série: 13/09/2030 2ª série: 13/09/2033	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,45%

Debêntures Privadas das distribuidoras com a Controladora Energisa S.A.	Data da Captação	Valor de emissão (R\$ milhões)	Saldo da Dívida em dezembro/24	Data Vencimento	Index	Spread (a.a.)
✓ EPB 12ª Emissão	13/09/2023	145,0	155,4	1ª série:13/09/2030 2ª série:13/09/2033	IPCA	1ª série IPCA + 6,16% 2ª série IPCA + 6,45%
✓ EAC 4ª Emissão	13/09/2023	142,0	152,2	1ª série:13/09/2030 2ª série:13/09/2033	IPCA	1ª série IPCA + 6,16% 2ª série IPCA + 6,45%
✓ ESE 12ª Emissão	13/09/2023	90,0	96,4	1ª série:13/09/2030 2ª série:13/09/2033	IPCA	1ª série IPCA + 6,16% 2ª série IPCA + 6,45%
✓ EMS 20ª Emissão	13/09/2023	200,0	214,3	1ª série:13/09/2030 2ª série:13/09/2033	IPCA	1ª série IPCA + 6,16% 2ª série IPCA + 6,45%
✓ ETO 10ª Emissão	13/09/2023	78,0	83,6	1ª série:13/09/2030 2ª série:13/09/2033	IPCA	1ª série IPCA + 6,16% 2ª série IPCA + 6,45%
ESA 16ª Emissão - CVM 476:	15/04/2022	500,0	562,5	1ª série:15/04/2029 2ª série: 15/04/2032	IPCA	1ª série: IPCA + 6,16% 2ª série: IPCA + 6,28%
✓ ERO 7ª Emissão	15/04/2022	410,0	461,5	1ª série: 13/04/2029 2ª série: 13/04/2032	IPCA	1ª série IPCA + 6,16% 2ª série IPCA + 6,28%
✓ ETO 8ª Emissão	15/04/2022	90,0	101,3	1ª série: 13/04/2029 2ª série: 13/04/2032	IPCA	1ª série IPCA + 6,16% 2ª série IPCA + 6,28%
ESA 15ª Emissão - CVM 476: ⁽¹⁾	15/10/2021	330,0	395,3	15/10/2031	IPCA	IPCA + 6,09%
✓ EPB 10ª Emissão	15/10/2021	54,6	65,4	13/10/2031	IPCA	IPCA + 6,09%
✓ ETO 7ª Emissão	15/10/2021	82,0	98,2	13/10/2031	IPCA	IPCA + 6,09%
✓ ESE 10ª Emissão	15/10/2021	59,0	70,6	13/10/2031	IPCA	IPCA + 6,09%
✓ ERO 6ª Emissão	15/10/2021	92,8	111,2	13/10/2031	IPCA	IPCA + 6,09%
✓ EAM 1ª Emissão	15/10/2021	41,6	49,9	13/10/2031	IPCA	IPCA + 6,09%
ESA 14ª Emissão - CVM 476:	15/10/2020	480,0	633,7	1a série: 15/10/2027 2a série: 15/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ EMS 15ª Emissão	11/10/2020	75,0	99,0	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ EMG 13ª Emissão	11/10/2020	35,0	46,2	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ ENF 2ª Emissão	11/10/2020	10,0	13,2	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ ETO 6ª Emissão	11/10/2020	60,0	79,2	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ ERO 3ª Emissão	11/10/2020	85,0	112,2	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ EAC 2ª Emissão	11/10/2020	40,0	52,8	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ EPB 9ª Emissão	11/10/2020	70,0	92,4	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ ESE 9ª Emissão	11/10/2020	30,0	39,6	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ ESS 6ª Emissão	11/10/2020	60,0	79,2	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
✓ EBO 5ª Emissão	11/10/2020	15,0	19,8	1a série: 11/10/2027 2a série: 11/10/2030	IPCA	1a série: IPCA + 4,23% 2a série: IPCA + 4,475%
ESA 11ª Emissão - CVM 476:	15/04/2019	500,0	703,6	15/04/2026	IPCA	4,62%
✓ EAC 1ª Emissão	14/04/2019	175,0	246,2	14/04/2026	IPCA	4,62%
✓ ERO 2ª Emissão	14/04/2019	325,0	457,3	14/04/2026	IPCA	4,62%
ESA 9ª Emissão - CVM 400:	15/10/2017	850,0	31,4	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%

Debêntures Privadas das distribuidoras com a Controladora Energisa S.A.	Data da Captação	Valor de emissão (R\$ milhões)	Saldo da Dívida em dezembro/24	Data Vencimento	Index	Spread (a.a.)
✓ EMG 9ª Emissão	15/10/2017	50,0	1,8	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%
✓ EMT 7ª Emissão	15/10/2017	145,0	5,4	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%
✓ EMS 9ª Emissão	15/10/2017	148,0	5,5	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%
✓ ESS 3ª Emissão	15/10/2017	118,0	4,4	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%
✓ ESE 5ª Emissão	15/10/2017	98,0	3,6	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%
✓ ETO 3ª Emissão	15/10/2017	131,0	4,8	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%
✓ EPB 3ª Emissão	15/10/2017	160,0	5,9	3ª série - 15/10/2027	IPCA	3ª série - IPCA+5,1074%
Total	2017-2024	5.327,0	6.011,50			

(1) O saldo da dívida apresentado reflete apenas o montante das séries incentivadas espelhadas nas emissões privadas das concessões.

A.6 Investimento por empresa

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativo Elétrico			Ativo Não Elétrico			Ativos Próprios Total			Obrigações Especiais			Investimento Total		
	4T24	4T23	Var. %	4T24	4T23	Var. %	4T24	4T23	Var. %	4T24	4T23	Var. %	4T24	4T23	Var. %
Distribuidoras de energia elétrica	1.401,2	992,7	+ 41,2	65,4	57,8	+ 13,2	1.466,6	1.050,4	+ 39,6	169,1	50,4	+ 235,6	1.635,7	1.100,8	+ 48,6
EMR	59,0	57,8	+ 2,1	3,6	4,8	- 24,5	62,6	62,6	+ 0,0	3,7	1,3	+ 191,0	66,3	63,8	+ 3,8
ESE	67,2	50,1	+ 34,0	6,6	4,5	+ 47,7	73,7	54,6	+ 35,1	4,3	1,6	+ 170,2	78,1	56,2	+ 39,0
EPB+EBO	122,3	90,0	+ 35,9	10,7	11,9	- 10,7	132,9	101,9	+ 30,4	11,4	3,4	+ 235,4	144,3	105,3	+ 37,1
EMT	427,4	266,1	+ 60,6	17,2	12,1	+ 42,3	444,6	278,1	+ 59,8	10,4	14,6	- 28,7	455,0	292,7	+ 55,4
EMS	174,5	129,3	+ 34,9	5,4	6,3	- 14,6	179,9	135,6	+ 32,6	68,0	8,5	+ 704,1	247,9	144,1	+ 72,0
ETO	174,7	98,8	+ 76,8	6,6	4,8	+ 38,0	181,3	103,6	+ 75,0	11,5	9,7	+ 18,8	192,8	113,3	+ 70,2
ESS	53,2	71,4	- 25,5	5,6	6,7	- 16,5	58,8	78,2	- 24,7	29,1	13,9	+ 110,1	88,0	92,0	- 4,4
ERO	148,7	101,4	+ 46,7	6,7	3,6	+ 84,9	155,4	105,0	+ 48,0	2,2	(3,6)	-	157,6	101,4	+ 55,5
EAC	174,3	127,8	+ 36,4	3,0	3,0	+ 0,1	177,3	130,8	+ 35,5	28,5	1,1	+ 2.397,3	205,8	132,0	+ 55,9
Transmissoras de energia elétrica	171,8	147,0	+ 16,9	0,3	(4,7)	-	172,1	142,3	+ 21,0	-	-	-	172,1	142,3	+ 21,0
EPA I	0,1	0,0	+ 6.127,3	-	0,0	-	0,1	0,0	+ 94,6	-	-	-	0,1	0,0	+ 94,6
EPA II	0,0	-	-	-	0,0	-	0,0	0,0	+ 39,6	-	-	-	0,0	0,0	+ 39,6
EGO I	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-	-	0,0	-
ETT	-	-	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-	-	0,0	-
ETT II	(0,9)	9,9	-	-	0,0	-	(0,9)	9,9	-	-	-	-	(0,9)	9,9	-
EAM	50,5	75,0	- 32,6	0,2	(0,3)	-	50,7	74,7	- 32,1	-	-	-	50,7	74,7	- 32,1
EAM II	50,7	11,2	+ 353,9	-	0,0	-	50,7	11,2	+ 353,1	-	-	-	50,7	11,2	+ 353,1
EAP	20,6	26,7	- 22,8	-	-	-	20,6	26,7	- 22,8	-	-	-	20,6	26,7	- 22,8
EPT	0,3	0,0	+ 2.352,7	-	(0,0)	-	0,3	-	-	-	-	-	0,3	-	-
EMA I	2,7	-	-	-	-	-	2,7	-	-	-	-	-	2,7	-	-
GEMINI Consolidado	47,8	24,3	+ 96,9	0,2	(4,6)	-	47,9	19,7	+ 143,6	-	-	-	47,9	19,7	+ 143,6
(re)energisa	-	-	-	99,1	87,8	+ 12,9	99,1	87,8	+ 12,9	-	-	-	99,1	87,8	+ 12,9
ALSOL Consolidado	-	-	-	93,4	83,4	+ 12,0	93,4	83,4	+ 12,0	-	-	-	93,4	83,4	+ 12,0
ECOM	-	-	-	3,3	0,2	+ 1.231,3	3,3	0,2	+ 1.231,3	-	-	-	3,3	0,2	+ 1.231,3
ESOL Consolidado	-	-	-	2,4	4,2	- 42,5	2,4	4,2	- 42,5	-	-	-	2,4	4,2	- 42,5
Distribuição de gás natural	46,8	-	-	0,0	24,6	(100,0)	46,8	24,6	90,5	-	-	-	46,8	24,6	90,5
ES GÁS	46,8	-	-	0,0	24,6	- 100,0	46,8	24,6	+ 90,5	-	-	-	46,8	24,6	+ 90,5
Biogás	-	1,8	-	14,8	1,6	809,1	14,8	3,5	327,4	-	-	-	14,8	3,5	327,4
AGRIC	-	1,8	-	14,8	1,6	+ 809,1	14,8	3,5	+ 327,4	-	-	-	14,8	3,5	+ 327,4
Holdings e Outras empresas	-	-	-	47,4	26,8	+ 77,0	47,4	26,8	+ 77,0	-	-	-	47,4	26,8	+ 77,0
RIO PEIXE I	-	-	-	0,0	0,7	- 98,3	0,0	0,7	- 98,3	-	-	-	0,0	0,7	- 98,3
RIO PEIXE II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESA	-	-	-	46,7	22,0	+ 111,9	46,7	22,0	+ 111,9	-	-	-	46,7	22,0	+ 111,9
Outras empresas	-	-	-	0,7	4,1	- 81,8	0,7	4,1	- 81,8	-	-	-	0,7	4,1	- 81,8
Total Consolidado	1.619,8	1.141,5	+ 41,9	227,2	193,8	+ 17,2	1.847,0	1.335,3	+ 38,3	169,1	50,4	+ 235,6	2.016,0	1.385,7	+ 45,5

Investimentos	Ativo Elétrico			Ativo Não Elétrico			Ativos Próprios Total			Obrigações Especiais			Investimento Total		
Valores em R\$ milhões	2024	2023	Var. %	2024	2023	Var. %	2024	2023	Var. %	2024	2023	Var. %	2024	2023	Var. %
Distribuidoras de energia elétrica	5.016,5	3.760,6	+ 33,4	186,5	197,4	- 5,5	5.203,0	3.958,1	+ 31,5	481,3	445,8	+ 8,0	5.684,3	4.403,9	+ 29,1
EMR	212,3	216,6	- 2,0	13,1	15,4	- 15,0	225,4	231,9	- 2,8	9,7	6,1	+ 58,1	235,1	238,1	- 1,3
ESE	242,8	190,0	+ 27,8	14,6	14,3	+ 2,0	257,4	204,3	+ 26,0	11,5	10,9	+ 4,7	268,9	215,3	+ 24,9
EPB+EBO	457,3	337,1	+ 35,7	24,0	34,7	- 31,0	481,3	371,8	+ 29,5	22,4	20,5	+ 9,3	503,7	392,3	+ 28,4
EMT	1.400,1	952,0	+ 47,1	49,7	43,9	+ 13,2	1.449,7	995,8	+ 45,6	69,2	113,5	- 39,0	1.519,0	1.109,4	+ 36,9
EMS	644,3	530,1	+ 21,5	27,1	25,8	+ 5,1	671,5	555,9	+ 20,8	112,7	55,8	+ 102,1	784,2	611,7	+ 28,2
ETO	703,2	435,6	+ 61,4	16,5	19,8	- 16,6	719,7	455,4	+ 58,0	28,6	39,0	- 26,7	748,2	494,4	+ 51,4
ESS	266,6	264,9	+ 0,7	15,9	17,7	- 9,9	282,6	282,6	+ 0,0	149,2	29,7	+ 403,0	431,7	312,2	+ 38,3
ERO	526,4	445,0	+ 18,3	18,2	15,9	+ 14,5	544,6	460,9	+ 18,2	44,6	84,6	- 47,2	589,2	545,5	+ 8,0
EAC	563,4	389,4	+ 44,7	7,5	10,0	- 25,4	570,9	399,4	+ 42,9	33,4	85,7	- 61,0	604,4	485,1	+ 24,6
Transmissoras de energia elétrica	542,3	560,6	- 3,3	0,7	4,4	- 84,0	543,0	565,0	- 3,9	-	-	-	543,0	565,0	- 3,9
EPA I	0,1	0,0	+ 6.127,3	0,1	0,0	+ 380,5	0,2	0,0	+ 560,1	-	-	-	0,2	0,0	+ 560,1
EPA II	0,0	20,2	- 99,8	0,1	0,0	+ 165,1	0,1	20,2	- 99,6	-	-	-	0,1	20,2	- 99,6
EGO I	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	-	-	-	0,0	-
ETT	-	184,3	-	-	0,0	-	-	184,4	-	-	-	-	-	184,4	-
ETT II	21,5	39,9	- 46,2	0,0	0,0	+ 89,5	21,5	39,9	- 46,1	-	-	-	21,5	39,9	- 46,1
EAM	223,4	222,9	+ 0,2	0,2	0,0	+ 2.222,1	223,5	222,9	+ 0,3	-	-	-	223,5	222,9	+ 0,3
EAM II	93,6	19,1	+ 391,1	(0,0)	0,0	-	93,6	19,1	+ 390,5	-	-	-	93,6	19,1	+ 390,5
EAP	99,3	47,8	+ 107,6	-	-	-	99,3	47,8	+ 107,6	-	-	-	99,3	47,8	+ 107,6
EPT	0,4	0,0	+ 2.791,4	-	0,1	-	0,4	0,1	+ 304,8	-	-	-	0,4	0,1	+ 304,8
EMA I	2,7	-	-	-	-	-	2,7	-	-	-	-	-	2,7	-	-
GEMINI Consolidado	101,4	26,4	+ 283,9	0,3	4,1	- 92,0	101,8	30,6	+ 233,1	-	-	-	101,8	30,6	+ 233,1
(re)energisa	-	-	-	351,4	940,8	- 62,7	351,4	940,8	- 62,7	-	-	-	351,4	940,8	- 62,7
ALSOL Consolidado	-	-	-	332,4	921,2	- 63,9	332,4	921,2	- 63,9	-	-	-	332,4	921,2	- 63,9
ECOM	-	-	-	7,6	1,2	+ 552,9	7,6	1,2	+ 552,9	-	-	-	7,6	1,2	+ 552,9
ESOL Consolidado	-	-	-	11,4	18,5	- 38,5	11,4	18,5	- 38,5	-	-	-	11,4	18,5	- 38,5
Distribuição de gás natural	92,9	-	-	0,2	34,9	(99,3)	93,1	34,9	166,8	-	-	-	93,1	34,9	166,8
ES GÁS	92,9	-	-	0,2	34,9	- 99,3	93,1	34,9	+ 166,8	-	-	-	93,1	34,9	+ 166,8
Biogás	-	1,8	-	28,4	1,6	1.638,4	28,4	3,5	717,2	-	-	-	28,4	3,5	717,2
AGRIC	-	1,8	-	28,4	1,6	+ 1.638,4	28,4	3,5	+ 717,2	-	-	-	28,4	3,5	+ 717,2
Holdings e Outras empresas	-	-	-	71,8	69,0	+ 4,1	71,8	69,0	+ 4,1	-	-	-	71,8	69,0	+ 4,1
RIO PEIXE I	-	-	-	0,4	1,4	- 73,0	0,4	1,4	- 73,0	-	-	-	0,4	1,4	- 73,0
RIO PEIXE II	-	-	-	-	0,5	-	-	0,5	-	-	-	-	-	0,5	-
ESA	-	-	-	64,5	52,9	+ 21,8	64,5	52,9	+ 21,8	-	-	-	64,5	52,9	+ 21,8
Outras empresas	-	-	-	7,0	14,2	- 50,8	7,0	14,2	- 50,8	-	-	-	7,0	14,2	- 50,8
Total Consolidado	5.651,7	4.323,1	+ 30,7	639,1	1.248,1	- 48,8	6.290,7	5.571,2	+ 12,9	481,3	445,8	+ 8,0	6.772,0	6.017,0	+ 12,5

Nota: ES GÁS não considera os 6 primeiros meses de 2023 antes da aquisição do controle acionário do Grupo Energisa, em 03 de julho de 2023

ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

		Nota	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	6.1	134.301	123.789	899.139	1.298.424	
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	1.249.724	1.839.396	7.662.110	6.090.167	
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	7	79.213	85.658	4.450.773	4.830.600	
Títulos de créditos a receber		25	25	4.524	11.322	
Estoques		240	263	137.932	177.590	
Tributos a recuperar	8	84.829	21.480	1.747.604	2.244.835	
Dividendos a receber		156.324	14.650	23.932	-	
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	35	37.173	420	565.220	419.014	
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	209.676	209.964	
Concessão do serviço público- ativo de contrato	14.2	-	-	778.670	699.014	
Outros créditos	11	15.596	10.343	1.536.437	1.225.250	
Total do circulante		1.757.425	2.096.024	18.016.017	17.206.180	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	5.931.290	3.408.678	411.155	205.350	
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	495.941	1.952.031	
Títulos de créditos a receber		-	-	7.682	7.955	
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	224.604	93.706	
Créditos com partes relacionadas	12	370.497	1.052.436	-	-	
Tributos a recuperar	8	276.882	242.235	2.672.683	2.029.417	
Créditos tributários	13	-	-	2.604.624	1.514.602	
Depósitos judiciais	25	5.374	3.848	1.630.185	1.545.701	
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	35	1.351.032	705.412	2.596.230	1.760.322	
Ativo financeiro indenizável da concessão	14.1	-	-	14.530.813	11.729.556	
Concessão do serviço público- ativo de contrato	14.2	-	-	8.156.200	7.318.603	
Outros créditos	11	200.708	203.048	587.428	545.848	
		8.135.783	5.615.657	33.917.545	28.703.091	
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	18	-	-	2.376.168	2.042.928	
Investimentos	16	19.968.162	15.655.497	673.262	73.205	
Imobilizado	17	122.947	111.585	3.256.099	2.852.921	
Intangível	18	90.637	70.222	18.942.562	17.190.146	
Total do não circulante		28.317.529	21.452.961	59.165.636	50.862.291	
Total do ativo		30.074.954	23.548.985	77.181.653	68.068.471	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

2. Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	19	38.121	33.330	2.622.158	2.556.850
Encargos de dívidas	20	124.572	395.136	400.180	759.123
Empréstimos e financiamentos	20	473.470	1.091.439	4.601.133	3.985.120
Debêntures	21	410.513	674.217	1.720.229	2.925.493
Impostos e contribuições sociais	22	18.846	22.380	854.600	912.336
Parcelamento de impostos	23	-	-	710	1.240
Encargos setoriais	24	-	-	307.700	426.933
Incorporação de redes	26	-	-	260.471	254.902
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	35	2.248	25.361	530.338	588.098
Benefícios pós-emprego	36	1.547	1.999	27.514	33.202
Dividendos a pagar		808.483	412.253	873.865	428.470
Obrigações estimadas		25.264	20.932	174.827	156.712
Passivos financeiros setoriais		-	-	989.925	1.100.022
Contribuição de iluminação pública		-	-	134.537	137.228
Arrendamentos operacionais		677	24	25.158	9.043
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	27	-	-	404.823	468.180
Outros passivos	27	54.659	36.720	725.223	606.709
Total do circulante		1.958.400	2.713.791	14.653.391	15.349.661
Não circulante					
Fornecedores	19	6.131	2.747	173.966	149.024
Empréstimos e financiamentos	20	-	588.320	11.721.414	13.130.279
Debêntures	21	9.677.727	7.838.045	17.074.785	12.336.479
Passivos financeiros setoriais	10	-	-	435.086	225.379
Impostos e contribuições sociais diferidos	13	663.368	469.658	5.895.378	5.006.144
Arrendamentos operacionais		1.621	287	104.514	73.025
Impostos e contribuições sociais	22	5.273	5.758	854.720	2.022.860
Parcelamento de impostos	23	-	-	183	805
Encargos setoriais	24	-	-	153.969	124.770
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental	25	547	426	1.579.003	1.836.463
Instrumentos financeiros derivativos	35	463.928	2.101	762.351	62.847
Benefícios pós-emprego	36	10.576	13.406	202.774	249.434
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	27	-	-	923.875	1.465.681
Outros passivos	27	7.885	16.936	503.022	319.924
Total do não circulante		10.837.056	8.937.684	40.385.040	37.003.114
Patrimônio líquido					
Capital social	28.1	7.540.743	5.047.375	7.540.743	5.047.375
Custo com emissão de ações	28.1	(109.447)	(65.723)	(109.447)	(65.723)
Reserva de capital	28.2	1.134.104	776.729	1.134.104	776.729
Reserva de lucros	28.3 a 28.7	8.717.744	6.248.113	8.717.744	6.248.113
Dividendos adicionais propostos	28.8	63.639	-	63.639	-
Outros resultados abrangentes	28.10	(67.285)	(108.984)	(67.285)	(108.984)
		17.279.498	11.897.510	17.279.498	11.897.510
Participação de acionistas não controladores	28.11	-	-	4.863.724	3.818.186
Total do patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		17.279.498	11.897.510	22.143.222	15.715.696
Total do passivo e patrimônio líquido		30.074.954	23.548.985	77.181.653	68.068.471

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

3. Demonstração de resultados

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	29	369.347	320.057	33.715.476	28.531.858
Custo do serviço de energia elétrica	30	-	-	(14.217.900)	(11.886.529)
Compra e transporte do gás	30	-	-	(1.298.750)	(818.855)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	30	(273.561)	(225.826)	(9.635.190)	(8.045.485)
Lucro bruto		95.786	94.231	8.563.636	7.780.989
Despesas gerais e administrativas	30	(112.635)	(103.044)	(2.034.407)	(1.546.368)
Outras receitas	32	822	1.220	179.341	32.342
Outras despesas	32	(1.227)	-	(589.181)	(219.647)
Equivalência patrimonial		3.605.681	2.109.710	(8.467)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		3.588.427	2.102.117	6.110.922	6.047.316
Receitas financeiras	33	892.762	643.925	1.855.184	1.687.304
Despesas financeiras	33	(499.596)	(770.118)	(3.590.947)	(4.164.782)
Despesas financeiras líquidas		393.166	(126.193)	(1.735.763)	(2.477.478)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		3.981.593	1.975.924	4.375.159	3.569.838
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(156.111)	(751.637)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(191.915)	(81.705)	417.234	(234.667)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		3.789.678	1.894.219	4.636.282	2.583.534
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	39	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	28.6	3.789.678	1.894.219	4.636.282	2.583.534
Lucro atribuível a:					
Acionistas da controladora		3.789.678	1.894.219	3.789.678	1.894.219
Acionistas não controladores		-	-	846.604	689.315
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$		1,59	0,93	1,59	0,93
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial das operações continuadas - R\$		1,59	0,93	1,59	0,93

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		3.789.678	1.894.219	4.636.282	2.583.534
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes	28.10	41.699	23.620	49.764	36.307
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		3.831.377	1.917.839	4.686.046	2.619.841
Atribuível a:					
Acionistas controladores		3.831.377	1.917.839	3.831.284	1.917.839
Acionistas não controladores		-	-	854.762	702.002

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

5. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Custo com emissão de ações	Outras reservas de capital	Reservas de lucros				Dividen dos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
				Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de orçamento de capital	Retenção de lucro acumulado originado de mudança de prática contábil						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	4.946.375	(65.723)	1.037.141	550.740	4.533.622	-	62.539	87.802	-	(132.604)	11.019.892	1.463.860	12.483.752
Aumento de capital conforme RCA 16/03/2023	28.1	101.000	-	-	(101.000)	-	-	(87.802)	-	-	-	1.891.051	1.891.051
Pagamento de dividendos adicionais	28.8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.802)	-	(87.802)
Transações com investimentos	28.2	-	(275.283)	-	-	-	-	-	-	-	(275.283)	237.648	(37.635)
Programa de remuneração variável (ILP)	28.2	-	7.993	-	-	-	-	-	-	-	7.993	651	8.644
Investimento PUT	-	-	6.878	-	-	-	-	-	-	-	6.878	-	6.878
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.894.219	-	1.894.219	689.315	2.583.534
Proposta de destinação do lucro líquido:													
. Reserva Legal	28.3	-	-	94.711	-	-	-	-	(94.711)	-	-	-	-
. Dividendos	28.8	-	-	-	-	-	-	-	(692.007)	-	(692.007)	(477.026)	(1.169.033)
. Reserva de orçamento de capital	28.7	-	0	-	-	1.107.501	-	-	(1.107.501)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	28.10	-	-	-	-	-	-	-	-	23.620	23.620	12.687	36.307
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.047.375	(65.723)	776.729	645.451	4.432.622	1.107.501	62.539	-	-	(108.984)	11.897.510	3.818.186	15.715.696
Aumento de capital conforme RCA 29/01/2024	28.1	2.493.368	-	-	-	-	-	-	-	-	2.493.368	-	2.493.368
Aquisição de investimentos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007.522	1.007.522
Pagamento de dividendos adicionais reflexos	28.8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(409.581)	(409.581)
Custo captação de capital	28.2	-	(43.724)	-	-	-	-	-	-	-	(43.724)	-	(43.724)
Transações com investimentos	28.2	-	374.344	-	-	-	-	-	-	-	374.344	(32.786)	341.558
Programa de remuneração variável (ILP)	28.2	-	1.362	-	-	-	-	-	-	-	1.362	692	2.054
Investimento PUT	-	-	(18.331)	-	-	-	-	-	-	-	(18.331)	-	(18.331)
Dividendos prescritos	28.8	-	-	-	-	-	-	-	5.724	-	5.724	692	6.416
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	28.8	-	-	-	-	-	-	-	(93)	93	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.789.678	-	3.789.678	846.604	4.636.282
Proposta de destinação do lucro líquido:													
. Reserva Legal	28.3	-	-	189.484	-	-	-	-	(189.484)	-	-	-	-
. Dividendos	28.8	-	-	-	-	-	-	-	(1.262.039)	-	(1.262.039)	(375.763)	(1.637.802)
. Reserva de orçamento de capital	28.7	-	-	-	-	2.280.147	-	-	(2.280.147)	-	-	-	-
. Dividendos adicionais propostos	28.8	-	-	-	-	-	-	63.639	(63.639)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	28.10	-	-	-	-	-	-	-	-	41.606	41.606	8.158	49.764
Saldo em 31 dezembro de 2024	7.540.743	(109.447)	1.134.104	834.935	4.432.622	3.387.648	62.539	63.639	-	(67.285)	17.279.498	4.863.724	22.143.222

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6. Demonstração do fluxo de caixa

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

		Nota	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	39		3.789.678	1.894.219	4.636.282	2.583.534
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13		191.915	81.705	(261.123)	986.304
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas			478.471	445.086	3.972.902	1.934.495
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	14		-	-	(616.718)	(561.990)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	14.2		-	-	(125.560)	(91.560)
Depreciação e amortização	30		33.202	14.226	1.858.036	1.577.181
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	30		-	-	477.177	288.479
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatorios	30		216	842	109.100	(21.446)
Perda na desativação de bens do imobilizado e do intangível	32		(160)	-	130.089	232.941
Remuneração do ativo de contrato	14		-	-	(931.315)	(760.027)
Marcação a Mercado dos contratos de compra / venda de energia comercializada	32		-	-	181.028	(63.165)
Equivalência patrimonial	16		(3.605.681)	(2.109.710)	8.467	-
Marcação a mercado da dívida	33		(580.272)	126.839	(1.306.305)	557.054
Marcação a mercado de derivativos	33		(190.698)	(459.411)	610.778	(971.758)
Instrumentos financeiros derivativos	33		(77.915)	61.321	(1.334.369)	1.084.109
Programa de remuneração variável - ILP			1.203	2.289	2.054	2.940
Redução (aumento) dos ativos						
Consumidores e concessionárias			6.445	(14.801)	2.031.777	(741.583)
Títulos de créditos a receber			-	-	7.071	(804)
Estoques			23	1	40.408	(18.249)
Tributos a recuperar			(97.996)	13.377	(464.607)	(129.181)
Cauções e depósitos vinculados			(1.526)	(211)	(6.021)	(142.007)
outros créditos			(3.575)	11.115	(813.924)	(188.466)
Aumento (redução) dos passivos						
Fornecedores			8.175	10.310	39.957	276.912
Impostos e contribuições sociais			(1.009)	16.499	(11.681)	1.775.351
Imposto de renda e contribuição pagos			-	-	(552.003)	(575.735)
Obrigações estimadas			4.332	3.708	18.091	11.850
Variação dos ativos e passivos setoriais	10		-	-	(816.089)	(564.498)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos			(153)	(2.987)	(429.380)	(192.417)
Outras contas a pagar			1.596	(64.149)	764.019	394.158
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			(43.729)	30.268	7.218.141	6.682.422
Atividades de investimentos						
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos			(3.227.653)	(2.156.942)	-	-
Aplicações financeiras e recursos vinculados			(1.149.414)	(618.071)	(784.828)	(464.898)
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	14,17 e 18		(64.491)	(52.941)	(5.678.277)	(4.502.906)
Aplicações em linhas de transmissão de energia			-	-	(516.201)	(384.106)
Pagamentos pela combinação de negócios			-	(1.438.429)	(1.026.822)	(1.490.341)
Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios			-	-	51.493	141.112
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,17 e 18		1.484	-	167.105	179.638
Transações com partes relacionadas			766.430	(897.185)	-	-
Recebimento de dividendos e JCP			1.820.172	2.158.745	-	-
Caixa pago na transferência de ações			(54.000)	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos			(1.907.472)	(3.004.823)	(7.787.530)	(6.521.501)
Atividades de financiamento						
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	20 e 21		4.024.605	4.738.958	17.550.632	10.550.655
Pagamentos de empréstimos e debentures - principal	20 e 21		(1.760.830)	(388.899)	(14.947.422)	(7.138.691)
Pagamentos de empréstimos e debentures - juros	20 e 21		(1.917.247)	(645.415)	(4.084.288)	(2.513.680)
Parcelamento de impostos			-	-	(1.152)	-
Recebimento (pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos			27.055	(38.831)	87.486	(842.774)
Aumento de capital com subscrição de ações			2.493.368	-	2.493.368	-
Pagamentos de dividendos			(860.085)	(609.584)	(1.596.264)	(1.256.640)
Pagamento de incorporação de redes	26		-	-	(243.098)	(372.065)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil			(1.429)	(197)	(52.956)	(13.977)
Pagamento de parcelamento de impostos			-	-	-	(14.863)
Aquisição de participação adicional de não controladores			-	-	1.007.522	1.823.331
Custos relacionados a Ações em Tesouraria Adquiridas			(43.724)	-	(43.724)	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento			1.961.713	3.056.032	170.104	221.296
Variação líquida do caixa			10.512	81.477	(399.285)	382.217
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	6		123.789	42.312	1.298.424	916.207
Caixa mais equivalentes de caixa finais	6		134.301	123.789	899.139	1.298.424
Variação líquida do caixa			10.512	81.477	(399.285)	382.217

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras trimestrais.

7. Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Receitas de vendas de energia e serviços	29	418.440	373.405	40.812.877	35.910.309
Outras receitas	32	822	1.220	179.341	43.991
Receitas relativas à construção de ativos próprios	29		-	5.554.714	4.123.826
Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação incobráveis	30		-	(477.177)	(290.059)
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Custo da energia elétrica vendida			-	16.765.196	13.611.302
Materiais e serviços de terceiros		80.433	79.298	1.549.458	1.432.888
Outros custos operacionais		10.601	8.264	6.354.645	4.719.474
		91.034	87.562	24.669.299	19.763.664
Valor adicionado bruto		328.228	287.063	21.400.456	20.024.403
Depreciação, amortização e realização de ágio	30	33.202	14.226	1.857.227	1.577.181
Valor adicionado líquido		295.026	272.837	19.543.229	18.447.222
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	16	3.605.681	2.109.710	(8.467)	-
Receitas financeiras	33	935.880	689.262	1.983.750	1.817.230
Valor adicionado total a distribuir		4.836.587	3.071.809	21.518.512	20.264.452
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal					
Remuneração direta		181.440	162.046	1.076.740	995.628
Benefícios		31.664	24.029	476.211	394.229
FGTS		10.981	9.495	110.615	95.092
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		310.051	189.416	5.489.983	6.593.962
Tributos		310.051	189.416	2.151.270	3.302.149
Obrigações intrassetoriais		-	-	3.338.713	3.291.813
Estaduais		160	124	5.962.211	5.260.563
Municipais		10.626	18.833	39.524	49.865
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	33	499.596	770.119	3.707.642	4.259.813
Aluguéis		2.391	3.528	19.304	31.766
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	28.8	1.319.954	692.007	1.695.025	692.007
Lucros Retidos		2.469.724	1.202.212	2.469.724	1.202.212
Participação dos acionistas não controladores nos lucros			-	471.533	689.315
		4.836.587	3.071.809	21.518.512	20.264.452

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8. Balanço social

ENERGISA S/A BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO ANUAL - 2024 (Em milhares de reais)						
	2024			2023		
Receita líquida (RL)	33.715.476			28.531.858		
Resultado operacional (RO)	4.375.159			3.569.838		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.745.049			1.563.747		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	286.675	16,37%	0,85%	240.515	15,38%	0,84%
Encargos sociais compulsórios	252.171	14,40%	0,75%	199.247	12,74%	0,70%
Previdência privada	52.840	3,02%	0,16%	56.725	3,63%	0,20%
Saúde	67.071	3,83%	0,20%	123.089	7,87%	0,43%
Segurança e saúde no trabalho	81.999	4,68%	0,24%	25.804	1,65%	0,09%
Educação	1.610	0,09%	0,00%	1.701	0,11%	0,01%
Cultura	1.217	0,07%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.929	0,45%	0,02%	8.675	0,55%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	5.052	0,29%	0,01%	6.799	0,43%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	263.082	15,02%	0,78%	190.690	12,19%	0,67%
Outros	55.076	3,14%	0,16%	48.780	3,12%	0,17%
Total - Indicadores sociais internos	1.074.722	61,36%	3,17%	902.025	57,67%	3,16%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	9.763	0,22%	0,03%	6.327	0,18%	0,02%
Cultura	15.286	0,35%	0,05%	9.953	0,28%	0,03%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	995	0,02%	0,00%	815	0,02%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	10.546	0,24%	0,03%	6.105	0,17%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	36.590	0,83%	0,11%	23.200	0,65%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	7.953.756	181,79%	23,59%	11.705.141	327,89%	41,02%
Total - Indicadores sociais externos	7.990.346	182,62%	23,70%	11.728.341	328,54%	41,09%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	679.230	15,52%	2,01%	593.428	16,62%	2,08%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	20.593	0,47%	0,06%	159.292	4,46%	0,56%
Total dos investimentos em meio ambiente	699.823	15,99%	2,07%	752.720	21,08%	2,64%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2024			2023		
Nº de empregados(as) ao final do período	17.473			16.648		
Nº de admissões durante o período	4.715			2.555		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	16.162			5.540		
Nº de estagiários(as)	295			286		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.843			1.792		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.377			3.233		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	30,89%			25,32%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	10.178			9.387		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	29,10%			27,39%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	719			687		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			Metas 2025		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,92			18,92		
Número total de acidentes de trabalho	37			23		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.373.225	no Procon 12.372	na Justiça 28.657	na empresa 3.373.225	no Procon 11.083	na Justiça 24.471
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 94%	na Justiça 46%	na empresa 71%	no Procon 95%	na Justiça 44%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2024: 21.518.512			Em 2023: 20.264.452		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	53% governo 8% colaboradores(as) 6% acionistas 17% terceiros 15% retido			59% governo 7% colaboradores(as) 3% acionistas 21% terceiros 9% retido		
7 - Outras Informações	2024			2023		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	298.284			178.855		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	33.179			20.669		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	331.463			199.524		
7.2 - Programa de eficiência Energética	70.804			70.989		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	24.896			14.366		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	427.163			284.879		

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto e está registrada na Bolsa de Valores, B3 SA Brasil Bolsa Balcão. O objeto social principal da Companhia é a participação no capital de outras empresas, a prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia, transmissoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

Atividades:

A Energisa através de suas controladas diretas e indiretas possuem o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica e a concessão de distribuição de gás natural.

Distribuição de energia elétrica:

Controladas	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
Controladas diretas:			
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A (“EMR”)	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“ERO”)	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“EAC”)	Rio Branco (AC)	07/12/2018	06/12/2048
Controladas indiretas:			
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”) ⁽¹⁾	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031

⁽¹⁾ Em 09 de agosto de 2023, foi assinado o 5º Termo Aditivo do contrato de concessão da EPB, formalizando o agrupamento das áreas de concessão da EPB e Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A (“EBO”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio da Resolução Autorizativa nº 12.687, de 13 de setembro de 2022 e Despacho 2.673, de 3 de agosto de 2023.

As distribuidoras controladas diretas e indiretas são companhias de capital aberto e fechado, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

Transmissão de energia elétrica:

As controladas indiretas, transmissoras de energia elétrica, têm como objetivo principal a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (“EGO I”)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (“EPA I”)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.				
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Função I e II 22/12/2022 e Função III 26/01/2023
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("LMTE")	LT 500 kV Jurupari - Oriximiná; LT 230 kV Jurupari - Laranjal; LT 230 kV Laranjal - Macapá; SE 500/138 kV Oriximiná 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("LXTE")	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE 500 kV Xingu; SE 500 kV Tucuruí; SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA.	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ("LTTE")	LT 500 kV Taubaté - Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("EPTE")	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	- Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4. LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ("ETT II")	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	08/05/2024
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ("EAP")	LT 230kV Macapá - Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana - Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV. SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	23/12/2024

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes - Macapá C1.				
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ("EAM II")	LT 230 kV Mauá 3 - Manaus, C1, com 12,9 km (trechos aéreos e subterrâneos). O prazo estimado para construção é de 48 meses.	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção
Energisa Maranhão Transmissora Energia S/A ("EMA")	LT 500 kV Teresina IV - Graça Aranha C1, CS LT 500 kV Boa Esperança - Graça Aranha C1, CS SE 500 kV Teresina; SE 500 kV Boa Esperança.	Maranhão	28/06/2024	28/06/2024	Em construção

Geração de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	A CGH possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
PCH Rio Vermelho	A PCH possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A Usina possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”)	A controlada possui sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e projetos em fase de implementação, bem como participação em sociedades com a mesma finalidade.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Parque Solar:			
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I EGCS-RP I	As controladas têm como objeto social o desenvolvimento e exploração de parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II EGCS-RP I		Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A EGCS-CO		Parque Solar	Cataguases (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho			
EOL Alecrim	Controladas não-operacional com finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Maravilha I a V		Geração Eólica	Cataguases (MG)

Comercialização de energia elétrica:

Controlada	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("ECOM")	Controlada que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Serviços e Outros:

Controladas	Natureza
Energisa Soluções S/A ("ESOL")	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A ("ESOLC")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S/A	Oferecer produtos financeiros e otimizar os meios de pagamentos e serviços da área financeira, através de soluções tecnológicas.
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda	Produção e comercialização de gás natural renovável, compostagem e tratamento de resíduos orgânicos industriais para produção de biofertilizante.
Clarke Desenvolvimento de Software S/A	Desenvolvimento de sistemas e programas de computador, licenciamento de programas não-customizáveis, intermediação e agenciamento de serviços e negócios e consultoria em gestão empresarial.

Distribuição de gás natural:

Controlada	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Companhia de Gás do Espírito Santo (“ES GÁS”)	Controlada atua como concessionária de serviço público de gás natural canalizado e possui sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, atendendo atualmente consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, climatização, automotivo, termogeração e cogeração.	Vitória (ES)	01/08/2020	01/08/2045
Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A - “EDGNE” (nova denominação social da Infra Gás e Energia S/A)	Por meio da investida Norgás S/A a controlada EDGNE é detentora de participações minoritárias nas concessões serviço público de gás natural canalizado: • ALGÁS - Gás de Alagoas S/A • CEGÁS - Companhia de Gás do Ceará • COPERGÁS - Companhia Pernambucana de Gás • POTIGÁS - Companhia Potiguar de Gás	Alagoas Ceará Pernambuco Rio Grande do Norte	17/09/1993 30/12/1993 05/11/1992 21/12/1994	17/09/2043 30/12/2043 05/11/2042 21/12/2044

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Denerge Desenvolvimento Energético S/A (“DENERGE”), Rede Energia Participações S/A (“REDE”), Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), QMRA Participações S/A (“QMRA”) e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (“EEVP”), incorporada posteriormente pela DENERGE, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Em 2022, o plano de recuperação foi devidamente cumprido, possibilitando o encerramento e o seu respectivo arquivamento.

Os saldos remanescentes das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial estão registrados nas controladas, nas rubricas de Empréstimos, Debêntures, Fornecedores e Outras contas a pagar e estão líquidos do Ajuste a Valor Presente (AVP). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das controladas.

Descrição	REDE ENERGIA	DENERGE	CTCE	Total
Saldos em 2022	303.567	310.069	88.024	701.660
(+) Atualização	11.448	57.030	3.498	71.976
Reversão Ajuste a Valor Presente	34.678	12.358	11.070	58.106
(-) Pagamentos	(4.456)	(30.913)	(961)	(36.330)
Saldos em 2023	345.237	348.543	101.631	795.411
(+) Atualização	11.467	37.828	3.520	52.815
Reversão Ajuste a Valor Presente	41.198	14.646	13.376	69.220
(-) Pagamentos	(4.456)	(31.226)	(961)	(36.643)
Saldos em 2024	393.446	369.792	117.566	880.804

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2025.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 35.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores, concessionárias e outros: fornecimento de energia elétrica não faturada e provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajuste/revisão tarifária;
- III. Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- IV. Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público: ativo de contrato;
- V. Nota explicativa nº 17 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- VI. Nota explicativa nº 18 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;

- VII. Nota explicativa nº 25 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias: estimativa de perda em processos;
- VIII. Nota explicativa nº 31 - Energia elétrica comprada para revenda - consolidado: provisão de valores referentes à operação de compra e venda de energia elétrica;
- IX. Nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e
- X. Nota explicativa nº 36 - Benefícios-pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Clientes, consumidores, concessionárias e outros - inclui, principalmente, contas a receber referentes à transmissão de energia elétrica, fornecimento de energia elétrica e gás natural, faturado e não faturado, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

c. Ajuste a valor presente - determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;

d. Tributos a recuperar - referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;

e. Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas distribuidoras de energia elétrica, sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço;

g. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente - os

tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas têm normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

No que tange aos Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM e de reinvestimentos, como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais, na qual são mantidos até sua capitalização pelas controladas;

- h. Ativo financeiro indenizável da concessão (distribuição de energia elétrica) e Concessão do serviço público - ativo de contrato (transmissão de energia elétrica)** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição e transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas.

Ativo financeiro indenizável da concessão: os contratos para o para o segmento de distribuição de energia elétrica estabelecem e determinam que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Ativo de contrato - os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos de concessão de transmissão. Esses valores são mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto na formalização do contrato de concessão. As concessões das controladas de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas, nem pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida (RAP), correspondendo aos fluxos de caixa estabelecidos no contrato da concessão. A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor na época de decisão de investir nos ativos de transmissão, considerando os valores vigentes à época do investimento.

As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras e Transmissoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica. Além disso, consideram as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 específicas para as transmissoras de energia elétrica.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, e foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

- **Transmissão de energia elétrica:**

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo contratual de suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 12% ao ano e atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, as controladas utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- i. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica e de gás, de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. No que tange as distribuidoras de energia elétrica, quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20;

- j. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável.

Combinação de negócios - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração;

- k. **Imobilizado** - itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- l. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16), softwares e direito de concessão.

Contratos de concessão do serviço público

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas operações vinculadas ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

O intangível do contrato de concessão de distribuição de gás está relacionado aos ativos da infraestrutura de distribuição de gás, onde o concessionário tem um direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos prestados. É constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão. Está apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização, cujo prazo está definido no Contrato de Concessão.

A alienação dos bens reversíveis vinculados à concessão de distribuição de gás para terceiros, bem como a constituição de ônus sobre eles ou a sua transferência, por qualquer modalidade, observará os limites legais e a regulamentação aplicada, que deverá atender cumulativamente, os requisitos: a) não comprometimento da

continuidade na prestação do serviço concedido; e b) não comprometimento da qualidade na prestação do serviço concedido.

Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Intangível direito de uso*: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento*: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Direito de Concessão

O direito de concessão refere-se, principalmente, aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas concessionárias de serviços públicos. A amortização está sendo realizada, de forma significativa, pelo prazo de concessão das controladas.;

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente;

m. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2024 e 2023, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- n. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatória. As controladas transmissoras de energia elétrica não capitalizam juros e encargos financeiros em suas obras em curso;

- o. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia

e suas controladas, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

- p. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- q. Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Receita do segmento de distribuição de energia elétrica:

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento energia elétrica faturada e não faturada é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

Receita do segmento de transmissão de energia elétrica:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada

para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 12% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços.

Receita do segmento de distribuição de gás:

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando os volumes de gás são entregues aos clientes e podem ser medidos de forma confiável em uma periodicidade mensal e são mensurados de acordo com as tarifas especificadas nos termos contratuais.

Também são reconhecidas como receitas com vendas a receita de gás não faturada referente à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base nos faturamentos realizados até o 2º dia útil do mês seguinte. Historicamente, o valor estimado não faturado não difere significativamente dos valores reais.

As receitas de construção, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

Demais receitas:

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
 - O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
 - O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.
- r. **Operações de compra e venda de energia - comercializadora** - a controlada ECOM tem como atividade principal a compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL), além disso, trabalha com a representação e gestão de consumidores livres de energia. Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a controlada assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). A

controlada tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de riscos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. A Companhia e sua controlada ECOM não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

s. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro

derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Clientes, consumidores, concessionárias e outros - Nota explicativa nº 7; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 35.

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de fornecimento de energia elétrica a Companhia e suas controladas realizam duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Para ativos de contratos, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros ao custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em “Swap”, que visam exclusivamente a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 35, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- t. **Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego:** a Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde).

Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia e de suas controladas, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de

vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os outros benefícios pós emprego (saúde, prêmio/gratificação de aposentadoria e indenização por tempo de serviço), são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados a serem realizados pela Companhia e suas controladas. A avaliação atuarial desses benefícios é realizada anualmente, pelo método crédito unitário projetado.

Os custos do serviço corrente e do serviço passado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

- u. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/2024 e NBC TG09/CPC 09 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras individual e consolidadas.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia e suas controladas aplicarão a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas.

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				2024	2023
<u>Controladas diretas</u>					
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	ESE	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMR	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	ESA	Distribuição de energia	99,41	99,23
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	ESA	Distribuição de energia	99,73	99,37
Energisa Soluções S/A	ESOL	ESA	Serviços	100	100
Voltz Capital S/A	Voltz	ESA	Serviços	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Dinâmica	ESA	Securitização de créditos	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	ESEA	ESA	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	EPLAN	ESA	Corretagem de seguros	58,26	58,26

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				2024	2023
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	ECOM	ESA	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A	EGUM	ESA	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	EGCS-CO	ESA	Geração solar de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda.	SOBR	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A	EGCE-BE	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A	EGCE-MA	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A	EGCE-AL	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A ⁽³⁾	EGCE-UM	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	ESA	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	ESA	Geração solar de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	ESA	Holding e Geração de energia distribuída	89,70	89,67
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽⁴⁾	EPM	ESA	Holding	45	45
Energisa Participações Nordeste S/A ⁽⁴⁾	EPNE	ESA	Holding	55	-
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	DENERGE	ESA	Holding	99,98	99,98
Energisa Transmissão de Energia S/A ⁽¹⁾	ETE	ESA	Holding	100	100
Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	ESA	Holding	50,47	100
Energisa Biogás S/A	EBG	ESA	Holding	100	100
Fundo de Investimento em Cotas ⁽⁵⁾	FDIC	ESA	Fundo de investimento	100	26
FIM Zona da Mata	FIM	ESA	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	CX FI ESA	ESA	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Clarke Desenvolvimento de Software S/A	CLARKE	ESA	Serviços	70,04	-
Controladas indiretas					
Rede Energia Participações S/A ⁽¹⁾	REDE	DENERGE	Holding	86,43	86,43
Rede Power Holding de Energia S/A ⁽³⁾	Rede Power	REDE	Holding	86,43	86,43
QMRA Participações S/A	QMRA	REDE	Holding	86,43	86,43
Multi Energisa Serviços S/A	Multi	REDE	Serviços	86,45	86,45
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	CTCE	REDE	Comercialização de energia	86,45	86,45
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMT	REDE	Distribuição de energia	76,48	76,48
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A ^{(1) (4)}	EMS	REDE	Distribuição de energia	86,38	86,38
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	ETO	REDE	Distribuição de energia	66,27	66,27
Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	ESS	REDE	Distribuição de energia	85,79	85,79
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	ESOLC	ESOL	Serviços	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A II	ETT II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Gemini Energy S/A	Gemini	ETE	Transmissão de energia	100	100
Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	Nova Gemini	ETE	Holding	100	100
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Gemini	Transmissão de energia	85,04	85,04
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Gemini	Transmissão de energia	83,34	83
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia	LITE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Plena Op. e Manut. de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda.	Laralsol	ALSOL	Geração de energia distribuída	99,9	99,9
URB - Energia Limpa Ltda.	URB	ALSOL	Geração de energia distribuída	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda.	Reenergisa I	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	Reenergisa II	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	Reenergisa III	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	Reenergisa IV	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A	Reenergisa V	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	Reenergisa VI	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				2024	2023
Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A	Reenergisa VII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A	Reenergisa VIII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda.	Renesolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Flowsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Carbonsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda.	AGRIC	EBG	Usina de compostagem	100	83,33
Companhia de Gás do Espírito Santo	ES GÁS	EDG	Distribuição de gás natural	100	100
Ângulo 45 Participações S/A	Ângulo 45 Part	ALSOL	Holding	100	-
Ângulo 45 Empreendimentos S/A	Empreendimentos	Ângulo 45	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A (nova denominação social da Infra Gás e Energia S/A)	EDGNE	EDG	Holding	100	-
Norgás S/A	Norgás	INFRAGÁS	Holding	51	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ^{(1) (2)}	EPB	EPNE	Distribuição de energia	100	-

(1) Companhias abertas.

(2) Em 2024, a controlada teve seu controle transferido para a controlada EPNE, vide nota explicativa nº 16.

(3) A Rede Power Holding de Energia S/A é controlada pela Rede Energia Participações S/A, e possui 35,92% de participação na EMS.

(4) Participação % conforme acordo de acionista, vide nota explicativa nº 35.

(5) Fundo de Investimento e Cotas (FIC - FIDC) - a Companhia e suas controladas realizaram em janeiro de 2021, a cessão de determinados créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais têm como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) o qual contou com participação de 74,0% do Banco BTG Pactual e 26,0% da Companhia. A valoração dos créditos para a cessão aos FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

A Companhia passou a consolidar o fundo a partir de 31 de março de 2021, devido as atividades conduzidas pelo FIDC atenderem substancialmente as necessidades operacionais da Companhia, e também pelo fato de estar exposta a todos os riscos e benefícios atrelados ao fundo. O acordo de cotista prevê uma opção de venda contra a Companhia para a aquisição das cotas do banco BTG Pactual no montante de R\$322.192 (R\$283.900 em 2023) atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo. A Companhia possui opção de compra para aquisição das cotas do banco BTG Pactual no FIDC nas mesmas condições da opção de venda, ou seja, com uma atualização de CDI + 2,35%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2024							
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos / combinação de negócios	Total
Receitas operacional líquida	29.006.004	1.511.699	414.070	1.155.900	1.627.587	770.873	(770.657)	33.715.476
Custos e despesas operacionais	(21.960.229)	(715.011)	(202.838)	(1.326.993)	(1.440.532)	(772.595)	680.147	(25.738.051)
Depreciações e amortizações	(1.617.159)	(2.464)	(102.839)	(895)	(63.922)	(56.066)	(14.691)	(1.858.036)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	5.428.616	794.224	108.393	(171.988)	123.133	(57.788)	(105.201)	6.119.389
Receitas Financeiras	1.282.004	67.086	28.690	9.304	36.080	1.263.170	(831.150)	1.855.184
Despesas Financeiras	(3.003.737)	(288.609)	(168.892)	(31.789)	(101.074)	(838.813)	841.967	(3.590.947)
Resultado financeiro	(1.721.733)	(221.523)	(140.202)	(22.485)	(64.994)	424.357	10.817	(1.735.763)
Resultado de participações societárias	-	-	14.723	-	-	8.209.353	(8.232.543)	(8.467)
Imposto de renda e contribuição societárias	561.860	(126.921)	21.084	57.633	(20.574)	(302.514)	70.555	261.123
Lucro líquido do período	4.268.743	445.780	3.998	(136.840)	37.565	8.273.408	(8.256.372)	4.636.282

	2023							
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos/c combinação de negócios	Total
Receitas operacional líquida	25.489.607	1.185.640	422.857	671.914	944.889	769.571	(952.620)	28.531.858
Custos e despesas operacionais	(18.495.872)	(652.597)	(304.576)	(600.590)	(846.795)	(743.116)	736.185	(20.907.361)
Depreciações e amortizações	(1.430.153)	(863)	(70.034)	(218)	(31.314)	(29.481)	(15.118)	(1.577.181)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	5.563.582	532.180	48.247	71.106	66.780	(3.026)	(231.553)	6.047.316
Receitas Financeiras	1.229.441	49.842	40.978	8.049	8.569	1.171.936	(821.511)	1.687.304
Despesas Financeiras	(3.197.029)	(259.983)	(159.963)	(40.489)	(2.739)	(1.336.524)	831.945	(4.164.782)
Resultado financeiro	(1.967.588)	(210.141)	(118.985)	(32.440)	5.830	(164.588)	10.434	(2.477.478)
Resultado de participações societárias	-	-	2.010	-	-	6.600.247	(6.602.257)	-
Imposto de renda e contribuição societárias	(817.237)	(50.167)	1.938	(19.628)	305	(185.064)	83.549	(986.304)
Lucro líquido do período	2.778.757	271.872	(66.790)	19.038	72.915	6.247.569	(6.739.827)	2.583.534

	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás	Holding e Serviços	2024	2023
Ativos dos segmentos	54.571.158	9.846.293	3.674.922	401.176	2.150.423	14.936.314	85.580.286	75.511.146
Ativo circulante	12.617.675	1.400.519	376.775	305.776	609.780	4.362.619	19.673.144	19.375.761
Ativo não circulante	41.953.483	8.445.774	3.298.147	95.400	1.540.643	10.573.695	65.907.142	56.135.385
Passivos dos segmentos	37.914.438	4.854.743	2.320.116	624.042	1.275.107	16.516.052	63.504.498	59.830.264
Passivo circulante	9.594.104	613.178	1.175.495	248.997	703.452	3.129.802	15.465.028	16.130.890
Passivo não circulante	28.320.334	4.241.565	1.144.621	375.045	571.655	13.386.250	48.039.470	43.699.374

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2024	2023
Receita		
Receita líquida total de segmentos	34.486.133	29.484.478
Eliminação de receitas intersegmentos	(770.657)	(952.620)
Receita líquida consolidada	33.715.476	28.531.858
Custos e despesas operacionais		
Custos e despesas operacionais	(26.418.198)	(21.643.546)
Eliminação de receitas intersegmentos	680.147	736.185
Custos e despesas operacionais consolidada	(25.738.051)	(20.907.361)
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	(1.843.345)	(1.562.063)
Eliminação de receitas intersegmentos	(14.691)	(15.118)
Amortização e depreciação consolidada	(1.858.036)	(1.577.181)
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	2.686.334	2.508.815
Eliminação de receitas intersegmentos	(831.150)	(821.511)
Receita financeira consolidada	1.855.184	1.687.304
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(4.432.914)	(4.996.727)
Eliminação de despesa intersegmentos	841.967	831.945
Despesa financeira consolidada	(3.590.947)	(4.164.782)
Total do resultado dos segmentos	4.375.159	3.569.838
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.375.159	3.569.838
Impostos		
Imposto de renda e contribuição societárias	261.123	(986.304)
Impostos sobre Lucro	261.123	(986.304)
Lucro		
Lucro líquido do período	4.636.282	2.583.534
Lucro líquido do período	4.636.282	2.583.534

	2024	2023
Ativo		
Ativo total dos segmentos	85.580.286	75.511.146
Outros valores não alocados	(8.398.633)	(7.442.675)
Total Ativo consolidado	77.181.653	68.068.471
Passivo		
Passivo total dos segmentos	63.504.498	59.830.264
Outros valores não alocados	(8.466.067)	(7.477.489)
Total passivo consolidado	55.038.431	52.352.775

6. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 2024 equivale a 100,1% (101,5% do CDI em 2023) na controladora e 93,5% do CDI (89,7% do CDI em 2023) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	78.626	22.080	691.639	774.876
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	55.675	101.709	76.725	194.410
Operações compromissadas	-	-	130.775	329.138
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante ⁽¹⁾	134.301	123.789	899.139	1.298.424

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, letra financeira do tesouro, notas do tesouro nacional, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2024 equivale a 101,1% do CDI (84,1% do CDI em 2023) na controladora e 106,8% do CDI (100,5% do CDI em 2023) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	140.527	57	458.077	80.344
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	14.778	9.567
Compromissadas	14	13	1.626	1.315
Debêntures ⁽²⁾	5.882.326	3.727.147	-	-
Fundos de Investimentos ⁽³⁾	90.504	73.902	460.818	223.913
Depósitos Bancários	-	-	-	150.000
BTG Zona da Mata Fim	-	-	3.304	-
Investimento Internacional	-	-	7	-
Capitalização	-	-	16	-
Conta Garantia - Kamino	-	-	160	-
Fundos de investimentos exclusivos ⁽⁴⁾				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	20.206	19.778	124.970	40.252
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	836	978	5.536	24.746
Debêntures	-	-	237	18.212
Compromissadas	195.491	102.607	1.310.350	485.929
Fundo Multimercado	48.419	2.528	299.467	103.962
Fundo de Renda Fixa	529.871	1.087.278	3.375.900	4.068.011
Letra financeira do Tesouro (LFT)	113.356	49.853	784.451	213.315
Nota Promissória	-	-	-	12.836
Letra financeira (LF)	119.171	99.867	737.085	486.079
Nota de Crédito	2.573	6.190	15.914	12.597
Letra Financeira (LFS)	-	1.771	-	3.603
Nota do tesouro nacional (NTNB)	37.720	74.563	233.714	169.598
Nota do tesouro nacional (NTNF)	-	1.542	50.604	3.138
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	95.933	88.421
Recursos Vinculados	-	-	33.700	32.737
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁵⁾	-	-	66.618	66.942
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁶⁾	7.181.014	5.248.074	8.073.265	6.295.517
Circulante	1.249.724	1.839.396	7.662.110	6.090.167
Não Circulante	5.931.290	3.408.678	411.155	205.350

⁽¹⁾ Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - refere-se a recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica de outros passivos - outras contas a pagar, classificado no passivo circulante no consolidado e são remunerados 97,0% a 100,0% (99,0% a 100,5% em 2023) e média ponderada 100,0% (99,8% em 2023) do CDI;

⁽²⁾ Debêntures - refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;

⁽³⁾ Fundo de Investimento - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 55,3% a 1369,2% (-2.463,0% a 113,3%) e média ponderada 215,5% (0,7% em 2023) do CDI;

⁽⁴⁾ Fundos de investimentos exclusivos são remunerados a 103,9% (103,5% em 2023) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 99,3% do CDI Fundo Energia Futuro, (101,6% em 2023) do CDI Fundo BB Energisa, 102,8% (85,1% em 2023) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 110,5% (134,6% em 2023) do CDI Fundo MAG Zona da Mata II, 116,2% (69,5% em 2023) do CDI Fundo Cataguases e 106,1% (98,6% em 2023) do CDI Fundo Zona da Mata;

⁽⁵⁾ Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034; e

(6) Inclui na controladora R\$40.358 (R\$37.233 em 2023) e no consolidado R\$720.160 (R\$573.539 em 2023) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósito judicial credores	21.460	19.698	21.460	24.146
Bloqueio Judicial	825	100	12.251	9.913
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	18.073	-	66.618	66.942
Programa Luz para todos e Mais Luz para Amazônia	-	-	314.694	290.352
Garantia com comercialização de energia	-	-	18.878	13.144
Conselho do consumidor	-	-	3.668	2.524
Garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures ^(*)	-	-	135.096	97.591
FIDC Voltz	-	17.435	18.073	33.147
Outros	-	-	129.422	35.780
Total	40.358	37.233	720.160	573.539

(*) Inclui a garantia de empréstimos junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) das controladas indiretas transmissoras de energia elétrica, LMTE e LXTE.

7. Clientes, consumidores, concessionárias e outros

	Controladora		Consolidado							Total	
	2024	2023	Saldo a vencer		Saldo vencidos				PPECLD ⁽⁶⁾	2024	2023
			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias			
Valores correntes: ⁽¹⁾											
Residencial	-	-	646.400	-	572.372	101.920	19.459	42.570	(187.674)	1.195.047	1.278.754
Industrial	-	-	135.599	-	26.495	3.910	7.051	55.739	(55.840)	172.954	196.169
Comercial	-	-	260.712	-	93.531	14.312	10.321	58.774	(71.941)	365.709	422.497
Rural	-	-	157.753	-	75.083	21.477	33.190	20.931	(21.605)	286.829	319.824
Poder público	-	-	151.202	-	15.926	399	521	12.338	(12.428)	167.958	165.751
Iluminação pública	-	-	65.674	-	1.728	-	1.350	11.886	(11.893)	68.745	73.923
Serviço público	-	-	58.740	-	17.118	12.033	21.766	189.454	(213.814)	85.297	88.066
Fornecimento não faturado	-	-	1.316.719	-	-	-	-	-	(11.804)	1.304.915	1.570.471
Arrecadação Processo Classificação	-	-	(4.328)	-	-	-	-	-	-	(4.328)	(19.609)
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	57.790	290.727	39.475	23.462	25.952	160.769	(318.848)	279.327	263.246
Industrial	-	-	7.705	27.892	4.412	2.014	5.999	33.814	(49.566)	32.270	43.997
Comercial	-	-	25.629	174.429	14.992	5.137	6.898	57.623	(98.966)	185.742	149.710
Rural	-	-	12.056	50.381	6.493	2.863	3.915	12.308	(36.279)	51.737	45.341
Poder público ⁽²⁾	-	-	7.765	182.117	1.025	423	325	2.313	(5.690)	188.278	334.755
Iluminação pública	-	-	2.283	14.798	73	1	42	75	(116)	17.156	25.439
Serviço público	-	-	1.897	10.196	210	-	105	3.794	(3.900)	12.302	14.286
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	-	-	(2.224)	(177.809)	-	-	-	-	-	(180.033)	(197.779)
Subtotal-clientes	-	-	2.901.372	572.731	868.933	187.951	136.894	662.388	(1.100.364)	4.229.905	4.774.841
Suprimento energia a concessionárias ⁽⁴⁾	-	-	126.345	-	-	-	-	32.027	(354)	158.018	66.554
Serviços Especializados	79.213	85.658	123.565	-	-	-	-	-	(38.041)	85.524	114.162
Serviços de transmissão de energia elétrica ⁽⁵⁾	-	-	71.725	-	2.563	4.754	11.186	18.774	(12.225)	96.777	90.872
Serviços de distribuição de gás Energia	-	-	70.973	-	1.308	74	673	631	(1.293)	72.366	132.241
Comercializada com clientes livres	-	-	160.402	-	-	-	-	-	(2.709)	157.693	93.464
Outros ⁽⁶⁾	-	-	38.874	-	-	-	-	234.806	(127.249)	146.431	1.510.497
Total	79.213	85.658	3.493.256	572.731	872.804	192.779	148.753	948.626	(1.282.235)	4.946.714	6.782.631
Circulante	79.213	85.658								4.450.773	4.830.600
Não circulante	-	-								495.941	1.952.031

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

- (2) **Poder Público** - inclui valores de créditos a receber pelas controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) A controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal.

Em 24 de abril de 2024, a controlada ESE recebeu o precatório no montante de R\$104.508. Permanece em discussão um valor adicional de R\$40.941, cujos cálculos encontram-se na contabilidade judicial para análise. A posição dos nossos assessores legais é de que o recebimento do valor adicional é de provável realização, uma vez que a discussão está baseada em erro de cálculo da CODEVASF.

O risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal.

Em 2024, o valor a receber referente a esses créditos, com juros e correção monetária é de R\$46.651 (R\$165.132 em 2023). Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$28.781 (R\$58.493 em 2023), dos quais R\$29.712(reversão), (R\$33.665 em 2023) foram contabilizados na demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras, calculado pela aplicação da taxa de desconto anual de IPCA-E + 20%, refletindo o risco da operação sendo o credor a União. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(ii) A controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 2024 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$65.908 (R\$77.693 em 2023). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$23.962 (R\$14.406 em 2023), tendo sido contabilizado R\$9.556 (R\$5.755 em 2023) na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (3) **Ajuste a valor presente (AVP)** - calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado.

- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos e débitos junto a CCEE	Consolidado	
	2024	2023
Saldos a vencer	126.345	34.216
Créditos vinculados a liminares ^(a)	32.027	32.692
Sub-total créditos CCEE ^(*)	158.372	66.908
(-) Aquisição de energia na CCEE ^(**)	(116.388)	(80.837)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(**)	(34.290)	(43.576)
Total dos débitos líquidos	7.694	(57.505)

- (*) O subtotal de R\$158.372 (R\$66.908 em 2023) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$354 (R\$354 em 2023).

- (**) Vide nota explicativa nº 19.

(a) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (5) Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das controladas transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde as controladas avaliaram que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuaram o reconhecimento da provisão para perdas;

- (6) **Outros** - inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores, tais como: .

ICMS incidente sobre a TUSD: no exercício anterior, o saldo incluía o ICMS incidente nas faturas dos consumidores que estão amparados por liminares para o não recolhimento do ICMS sobre a TUSD. Durante o exercício de 2024, as controladas, amparadas na evolução do entendimento de seus assessores jurídicos de que estas não são parte no processo judicial entre esses consumidores e o governo do estado, revisou a contabilização baixando os valores contabilizados nesta rubrica no ativo contra o passivo não circulante no mesmo montante.

ICMS Demanda - processo referente ao ICMS Demanda movido pelo Estado de Mato Grosso contra a controlada EMT decorrentes de autuações sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a

demanda. A controlada EMT firmou em 23 de setembro de 2021 o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021, do débito integral com a adesão ao Programa REFIS-MT. A controlada ingressou com medidas administrativas e/ou judiciais para a recuperação dos valores pagos, com o regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas de R\$80.543 (R\$80.896 em 2023) em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

Geração Distribuída - inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição e da tarifa de energia dos consumidores com geração distribuída (GD) que não estão abarcados pela isenção concedida pelos Estados no valor de R\$185.094 (R\$ 220.704 em 2023), líquido de provisão de perda estimada em R\$16.157. Em 2024 foram reconhecidos no resultado o valor de R\$24.769 de perda e R\$ 7.826 de provisão. As controladas iniciaram as cobranças dos valores.

Créditos de ICMS a receber dos clientes		
Empresa/Origem	2024	2023
EMT - ICMS Demanda	80.543	80.896
EMT - Geração Distribuída	73.600	101.810
EPB - Geração Distribuída	15.537	19.444
ESE - Geração Distribuída	210	1.756
EMR - Geração Distribuída	1.323	2.621
EAC - Geração Distribuída	1.264	1.263
ERO - Geração Distribuída	12.617	12.914
TOTAL	185.094	220.704

(7) Seguem as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - circulante e não circulante	1.528.336	1.415.438
Saldo de aquisição da combinação de novos negócios	-	5.429
Provisões liquidas constituídas no exercício ⁽¹⁾	474.935	288.530
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis ⁽²⁾	(599.663)	(181.061)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante e não circulante	1.403.608	1.528.336
Alocação:		
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.282.235	1.428.508
Títulos de créditos a receber	3.687	3.687
Outros créditos	117.686	96.141
	1.403.608	1.528.336

(1) Inclui reversão de R\$10 (R\$51 em 2023 na controlada ESOL e ESOLC na controlada ESOLC referente a contas a receber sobre venda de ativos contabilizados em outros resultados; (ii) Provisão constituída no montante de R\$9.768 nas controladas EMT, EMR, EPB e ESE relacionado a ICMS geração distribuída (GD) também está contabilizada em outros resultados.

(2) As controladas ERO e EAC, reconheceram no exercício baixas de títulos incobráveis no montante de R\$380.872.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	591.385	508.895
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	333.153	228.194	1.617.183	1.115.760
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	14.299	10.032	410.072	254.476
Contribuições ao PIS e à COFINS	14.008	25.109	272.695	279.439
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	1.458.858	2.086.839
Outros	251	380	70.094	28.843
Total	361.711	263.715	4.420.287	4.274.252
Circulante	84.829	21.480	1.747.604	2.244.835
Não circulante	276.882	242.235	2.672.683	2.029.417

⁽¹⁾ Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS:

Empresas	2024	2023
Ações judiciais com trânsito em julgado		
EPB	148.654	286.795
ETO	64.184	59.462
ESE	10.751	92.246
EMT	586.838	814.090
EMS	157.788	255.140
EAC	-	9.010
EMR	200.722	252.549
ESS	289.921	317.547
Total	1.458.858	2.086.839
Circulante	533.308	1.183.540
Não Circulante	925.550	903.299

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$ 2.976.207 em 2021, oriundos de ações judiciais transitadas em julgado de suas controladas. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$1.485.101 (R\$1.365.650 em 2023), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado ao longo dos exercícios.

As controladas EPB, ETO, ESE, EMT, EMS, ERO, EAC, ESS (Incorporadas ELO, ENA, CAIUÁ e EBR) e EMR tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações realizadas foram de R\$3.002.450 (R\$2.255.018 em 31 de dezembro de 2023).

9. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

9.1 Distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão das controladas de distribuição de energia elétrica, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica também podem solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

9.1.1 Reajustes tarifários:

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Empresas	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 3.341, de 09/07/2024	-9,89%	12/07/2024
EPB	Resolução 3.378, de 27/08/2024	-1,35%	28/08/2024
ETO	Resolução 3.340, de 02/07/2024	8,95%	04/07/2024
EMS	Resolução 3.316, de 02/04/2024	-1,61%	08/04/2024
EMT	Resolução 3.315, de 02/04/2024	-4,40%	08/04/2024
ESE	Resolução 3.318, de 16/04/2024	1,16%	22/04/2024
EMR	Resolução 3.334, de 18/06/2024	-1,76%	22/06/2024
EAC	Resolução 3.421, de 03/12/2024	-3,84%	13/12/2024
ERO	Resolução 3.424, de 10/12/2024	3,03%	13/12/2024

9.1.2 Revisões Tarifárias Periódicas:

As Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EPB e, (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS, ESE, EMR, ESS, ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

9.1.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 1	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

9.1.4 Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio d Despacho Nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Foram contabilizados no exercício de 2024 um montante negativo de R\$11.292 (R\$40.670 em 2023) relativos majoritariamente ao resultado do ano, além de R\$1.371 (R\$9.300 em 2023) de atualização financeira positiva.

Empresas	2023	Principal	Atualização Monetária	2024
EMT	(49.182)	562	(5.017)	(53.637)
EMS	50.421	77	4.629	55.127
ESS	(3.096)	-	(335)	(3.431)
EPB	17.137	-	1.854	18.991
ERO	38.397	-	4.154	42.551
EAC	(25.887)	(11.931)	(3.522)	(41.340)
EMR	(3.624)	-	(392)	(4.016)
Saldos - ativos e passivos não circulantes	24.166	(11.292)	1.371	14.245

9.2 Transmissão de energia elétrica

9.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu as RAP's das controladas de transmissão de energia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. A RAP das controladas foram reajustadas pelo IPCA em +3,93%.

A seguir, RAP das controladas reajustadas sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Empresas	Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Total	Total
		RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC/RCDM	Ciclo 2024-2025	Ciclo 2023-2024
LMTE	009/2008	145.100	87	3	7.463	2.305	782	155.740	147.842
EAM	009/2021	14.172	216	-	11.937	4.280	-	30.606	23.658
EGO I	024/2017	52.143	-	-	-	-	-	52.143	51.605
EPA I	043/2017	50.929	-	-	9.719	-	4.590	65.238	65.127
EPA II	030/2018	37.044	6.647	-	8.642	-	890	53.222	50.228
EPT	022/2016	3.097	-	-	8.524	-	1.544	13.166	12.668
ETT II	014/2021	1.036	-	-	3.129	-	640	4.805	-
ETT I	004/2019	79.481	-	-	4.345	-	1.624	85.450	82.607
LXTE	008/2008	161.274	9.173	-	-	-	-	170.447	162.505
LTTE	020/2011	45.536	7.559	-	6.439	15.492	6.205	81.231	78.162

9.2.2 Revisão Tarifaria Periódica - RTP

A Resolução homologatória nº 3.343 de julho de 2024 estabeleceu o resultado das revisões tarifarias periódicas da Receita Anual Permitida (RAP) de 2024 que impactaram diretamente o contrato de concessão de transmissão das controladas LMTE, LXTE, EPA I e ETT, resultando nos seguintes índices de reposicionamento (IRT):

Empresas	ITR
LMTE	5,33%
LXTE	4,99%
EPA I	2,80%
ETT I	2,89%

9.3 Distribuição de gás natural

9.3.1 Reajustes tarifários:

O valor da tarifa compreende: (i) o preço da molécula (impactado pela cotação do Brent e pelo câmbio); (ii) o transporte, que se refere ao custo para trazer o gás dos pontos de extração e produção até as redes de distribuição; (iii) a conta gráfica, decorrente do descasamento temporário entre o custo médio do gás repassado pela concessionária aos consumidores cativos através das tarifas e o custo do gás efetivamente incorrido pela concessionária ao longo do período de vigência das tarifas; (iv) os tributos (PIS/Cofins e ICMS); (v) a margem de distribuição. O Reajuste Tarifário é realizado trimestralmente com o objetivo de repassar os custos de gás e de transporte e para repassar o saldo acumulado da conta gráfica. Anualmente, em agosto, ocorre o reajuste da margem de distribuição pela inflação.

Ato Regulatório	Efeitos	Vigência	
		Início	Término
Decisão ARSP 003, de 18/10/2023	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/11/2023	31/01/2024
Decisão ARSP 001, de 18/01/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/02/2024	30/04/2024
Decisão ARSP 002, de 19/04/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e termoeletrico	01/05/2024	31/07/2024
Resolução ARSP 075, de 17/07/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e margem de distribuição	01/08/2024	31/10/2024
Decisão ARSP 003, de 21/10/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/11/2024	31/01/2025

9.3.2 Revisões tarifárias:

O processo de Revisão Tarifária Ordinária ("RTO") tem como objetivo revisar a margem média de distribuição, considerando a estrutura projetada de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, o plano de investimentos, além das metas de qualidade para o ciclo tarifário em processamento. Ocorre a cada 5 (cinco) anos e está previsto para ocorrer em 2025, sendo que a nova estrutura tarifária vigorará partir de 01 de agosto de 2025.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais - Consolidado

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2024			2023		
	Valores em		Total	Valores em		Total
	Amortização	Constituição		Amortização	Constituição	
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	60.816	148.860	209.676	70.613	139.351	209.964
Não Circulante	-	224.604	224.604	-	93.706	93.706
	60.816	373.464	434.280	70.613	233.057	303.670
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	881.844	108.081	989.925	868.827	231.195	1.100.022
Não Circulante	-	435.086	435.086	-	225.379	225.379
	881.844	543.167	1.425.011	868.827	456.574	1.325.401
Saldo líquido dos ativos e passivos	(821.028)	(169.703)	(990.731)	(798.214)	(223.517)	(1.021.731)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2023	Receita Operacional		Remuneração ⁽¹⁾	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2024
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(4.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(461.319)	115.242	395.454	5.170	-	(2.347)	-	52.200
Transporte de energia elétrica - Rede básica	306.389	183.399	(257.180)	9.755	-	-	-	242.363
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(19.504)	(13.384)	25.001	(582)	-	-	-	(8.469)
Encargo de serviços de sistema ESS	54.824	150.529	9.304	6.889	-	(61.944)	-	159.602
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	64.892	(40.995)	(72.152)	(1.289)	-	-	-	(49.544)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	35.749	1.641	(29.599)	340	-	-	-	8.131
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(151.741)	-	-	-	-	-	(151.741)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(166.512)	(222.146)	211.976	(15.985)	-	-	-	(192.667)
Sobrecontratação de energia	267.414	205.973	(236.920)	12.412	-	(29.363)	-	220.146
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(272.841)	(208.297)	94.259	(27.841)	-	-	-	(414.720)
CUSD	3.292	5.781	(6.541)	51	-	-	-	2.583
Exposição de submercados	(1.469)	(5.586)	1.554	(315)	-	-	-	(5.816)
Garantias financeiras	6.977	8.026	(6.334)	418	-	-	-	9.087
Saldo a compensar	18.473	(5.312)	(24.868)	(94)	-	-	-	(11.801)
Diferimento Risco Hidrológico ⁽³⁾	4.817	52.982	(3.273)	6.290	-	-	-	60.816
Outros itens financeiros ⁽⁴⁾	(862.913)	(1.058.663)	1.672.561	(71.969)	(708.339)	-	118.422	(910.901)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(1.021.731)	(982.551)	1.773.872	(76.750)	(708.339)	(93.654)	118.422	(990.731)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (4.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(325.354)	(427.425)	330.753	(29.986)	-	(9.307)	-	(461.319)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	276.711	238.481	(234.673)	25.870	-	-	-	306.389
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	48.486	(33.096)	(33.363)	(1.531)	-	-	-	(19.504)
Encargo de serviços de sistema ESS	(230.645)	278.846	82.027	1.565	-	(76.969)	-	54.824
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	233.417	27.606	(202.979)	6.848	-	-	-	64.892
Transporte de energia elétrica - Itaipu	13.881	31.464	(11.984)	2.388	-	-	-	35.749
Bandeiras Tarifárias CCRBT (1)	(1.450)	1.450	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	5.376	(209.353)	41.774	(4.309)	-	-	-	(166.512)
Sobrecontratação de energia	501.279	64.226	(298.553)	33.119	-	(32.657)	-	267.414
Devoluções Tarifárias (2)	(494.916)	102.193	147.169	(27.287)	-	-	-	(272.841)
CUSD	(265)	4.247	(789)	99	-	-	-	3.292
Exposição de submercados	7.106	(1.201)	(7.253)	(121)	-	-	-	(1.469)
Garantias financeiras	6.017	5.660	(5.151)	451	-	-	-	6.977
Saldo a compensar	38.209	33.764	(53.432)	(68)	-	-	-	18.473
Diferimento Risco Hidrológico (3)	-	4.817	-	-	-	-	-	4.817
Outros itens financeiros (4)	(361.496)	(1.343.220)	2.046.246	(2.843)	(1.309.638)	-	108.038	(862.913)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(283.644)	(1.221.541)	1.799.792	4.195	(1.309.638)	(118.933)	108.038	(1.021.731)

⁽¹⁾ **Bandeiras tarifárias CCBRT** - desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos ou repassados pelas controladas referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 2024, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, estão apresentados a seguir:

Empresas	2024		2023	
	Recebido	Repassado	Recebido	Repassado
EMR	9.991	-	13.842	(3)
ESE	6.833	(4.383)	6.880	-
EBO	-	-	380	-
EPB	14.458	(1.572)	13.571	-
EMT	24.043	(5.947)	24.682	-
EMS	12.485	(7.308)	12.758	-
ESS	23.345	-	9.276	-
ETO	6.884	(4.964)	7.076	-
ERO	11.520	(6.371)	12.384	-
EAC	16.490	(1.850)	18.087	-
Total	126.049	(32.395)	118.936	(3)

(2) **Devoluções tarifárias** - referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Para as controladas distribuidoras de energia elétrica que já assinaram o novo termo aditivo do Contrato de Concessão, estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da controlada distribuidora de energia elétrica (EAC, EMR, ETO, ESS e ERO). Para as controladas distribuidoras de energia que ainda regem as regras anteriores do Contrato de Concessão, estes valores são acumulados durante o Ciclo de Revisão Tarifária (EMS, EMT, EPB e ESE).

(3) **Diferimento Risco Hidrológico - ERO** - em 11 de dezembro de 2023, por intermédio da Carta ENERGISARO/VPR ANEEL/Nº055/2023, a ERO apresentou proposta de diferimento, no valor de R\$57.800 que estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado, alocado como componente financeiro de parcela A, com intuito de contribuir para a mitigação dos impactos tarifários neste ano, a ser revertido no processo tarifário subsequente e atualizado pela SELIC.

(4) **Outros itens financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras de energia elétrica, tais como:

- **Spread da Conta Escassez Hídrica - REN 1.008/2022** - No processo tarifário de 2024 das distribuidoras EMT, EMS e ESE, ocorreu o reconhecimento do financeiro Spread da Conta de Escassez Hídrica. O Art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022-ANEEL dispõe sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios nas operações de créditos da Conta Escassez Hídrica por distribuidoras de energia elétrica. O reconhecimento para a controlada EAC ocorreu no processo tarifário de 2023.

Empresas	REN 1.008/2022
EMT	45.409
EMS	13.243
ESE	6.020
ESS	2.216
EAC	5.364
Total	72.252

- **Créditos de PIS e COFINS:** conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado. A seguir apresentamos os valores reconhecidos no último ciclo tarifário de cada controlada:

Empresas	Valores reconhecidos nos processos tarifários	
	2024	2023
EMT	266.970	308.165
EMS	104.623	210.586
ETO ^(a)	(512)	119.535
ESS	33.277	112.001
EMR	97.144	44.360
EPB	132.840	152.158
ESE	71.868	82.520
ERO	1.436	13.346
EAC	693	2.139
Total	708.339	1.044.810

(a) **Reversão dos créditos de PIS/ COFINS (ETO):** Considerando que a controlada indireta ETO devolveu via tarifa para os consumidores créditos do PIS/COFINS superior ao valor compensado junto à Receita Federal do Brasil, a Aneel no processo tarifário de 2024 considerou um componente financeiro de reversão do valor à distribuidora via tarifa.

- **Repassa Bandeira Escassez Hídrica** - no processo tarifário de 2021, foi considerado o financeiro negativo denominado “Bandeira Escassez Hídrica”, cujo propósito era o de não repassar, às tarifas definidas naquele processo, o déficit até então acumulado pelas distribuidoras na Conta Bandeiras. No processo tarifário de 2023 (ciclo 2023/2024), o financeiro em questão foi revertido, visto que, na apuração da CVA, está sendo realizado o encontro de contas entre: 1) o total de arrecadação associada à Bandeira Escassez Hídrica e; 2) os déficits acumulados até o processo tarifário de 2021 somados aos custos incorridos pela distribuidora posteriormente ao processo tarifário de 2021, conforme descrito na Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, com a inclusão do patamar específico de Bandeira Escassez Hídrica.

Empresas	Valores reconhecidos
EMT	252.178
EMS	64.068
ESE	73.613
Total	389.859

(4.1) **Recebimentos/pagamentos**

Reversão Efeito Decreto nº 10.665/2021 e DSP nº 417/2022 - Reversão Bônus Itaipu - o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere - se a reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Tais valores foram reconhecidos nos processos tarifários das distribuidoras EMS, EMT, ESS e EMR. O valor pago pelos consumidores das distribuidoras irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu estão apresentados a seguir:

Empresas	2024		2023	
	Valores homologados	Valores pagos	Valores homologados	Valores pagos
EMT	208.503	207.831	199.814	129.063
EMS	-	15.498	46.509	30.995
ESS	-	9.920	16.683	7.085
EMR	27.719	14.472	-	-
Total	236.222	247.721	263.006	167.143

Repasse CDE Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024 a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. Os valores aprovados pela Aneel das controladas estão apresentados a seguir:

Empresas	Valores Recebidos	
	2024	2023
EMT	33.489	15.219
sem	19.472	9.088
ESS	14.363	6.807
ETO	9.301	4.335
EMR	6.523	2.473
EBO	-	1.101
EPB	18.498	7.506
ESSE	10.487	4.445
erro	13.534	6.064
EAC	3.632	2.067
Total	129.299	59.105

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Subvenção créditos CCC:				
Sub-rogação da CCC ⁽¹⁾	-	-	60.595	73.860
CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009 ⁽²⁾	-	-	71.301	53.156
Créditos CCC - ICMS óleo diesel a receber ⁽³⁾	-	-	55.817	55.817
Subtotal	-	-	187.713	182.833
Subvenção Baixa Renda ⁽⁴⁾	-	-	108.477	114.296
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽⁵⁾	-	-	615.864	149.269
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽⁶⁾	-	-	2.729	2.729
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	263.131	287.513
Outras ordens de serviço	609	3.601	50.057	61.591
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.386	1.386
Adiantamentos a fornecedores	190	276	59.587	36.674
Adiantamentos a empregados	193	643	28.919	28.251
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁷⁾	-	-	63.123	59.608
Despesas pagas antecipadamente	373	1.641	122.952	128.850
Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos ⁽⁸⁾	165	10	96.299	123.978
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais ⁽⁹⁾	-	-	130.347	90.743
Recursos Inergus ⁽¹⁰⁾	-	-	30.302	23.539
Títulos de créditos cedidos ao FIDC ⁽¹¹⁾	200.000	200.000	181.874	230.328
Fundos patronais dos planos previdenciários ⁽¹²⁾	-	-	16.383	23.011
Outros	14.774	7.220	164.722	226.499
Total	216.304	213.391	2.123.865	1.771.098
Circulante	15.596	10.343	1.536.437	1.225.250
Não circulante	200.708	203.048	587.428	545.848

(1) **Sub-rogação CCC** - a controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2024	2023
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	51.519	19.265	-	8.009
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	4.143	1.119	1.891	2.343
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	18.057	18.966	58.704	63.508
Total		152.928	94.964	73.719	39.350	60.595	73.860
Circulante						7.824	17.704
Não Circulante						52.771	56.156

(2) **CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos de aquisição com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC, gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que após aprovados são repassados às controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Fundo CDE e CCC	EMT	ERO	EAC	Total
SalDOS em 2022 - circulante	6.457	4.220	50.853	61.530
Provisão	13.396	35.802	420.074	469.272
Recebimento	(16.735)	(35.653)	(425.258)	(477.646)
SalDOS em 2023 - circulante	3.118	4.369	45.669	53.156
Provisão	27.135	51.895	447.146	526.176
Recebimento	(23.826)	(49.189)	(435.016)	(508.031)
SalDOS em 2024 - circulante	6.427	7.075	57.799	71.301

(3) **Créditos CCC - ICMS óleo diesel a receber** - refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. A Administração tem expectativa de realizar o recebimento dos valores nos próximos exercícios.

(4) **Subvenção Baixa Renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de novembro e dezembro de 2024 com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após revisão da Aneel. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção baixa renda	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
SalDOS em 2022 - circulante	6.669	12.677	25.940	14.983	10.688	15.002	5.110	5.274	3.967	100.310
Subvenção	41.773	77.859	164.912	96.532	64.912	96.607	34.278	39.995	29.403	646.271
Ressarcimentos	(41.510)	(71.667)	(162.335)	(95.631)	(65.159)	(95.509)	(33.481)	(38.690)	(28.303)	(632.285)
SalDOS em 2023 - circulante	6.932	18.869	28.517	15.884	10.441	16.100	5.907	6.579	5.067	114.296
Subvenção	39.910	77.330	175.279	90.203	62.360	96.559	32.693	43.082	35.619	653.035
Ressarcimentos	(40.318)	(83.409)	(174.269)	(91.118)	(62.237)	(96.829)	(33.555)	(42.427)	(34.692)	(658.854)
SalDOS em 2024 - circulante	6.524	12.790	29.527	14.969	10.564	15.830	5.045	7.234	5.994	108.477

(5) **Subvenção CDE** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos em 2022 - circulante	4.740	10.348	11.409	76.615	10.499	32.972	6.499	6.101	(251)	158.932
Subvenção	66.449	58.815	100.261	404.196	90.843	181.595	105.442	56.472	11.237	1.075.310
Ressarcimentos	(67.189)	(52.044)	(94.599)	(437.682)	(91.384)	(185.487)	(99.806)	(48.807)	(7.975)	(1.084.973)
Saldos em 2023 - circulante	4.000	17.119	17.071	43.129	9.958	29.080	12.135	13.766	3.011	149.269
Subvenção	87.382	74.318	126.733	611.221	138.337	371.794	159.262	113.812	24.827	1.707.686
Ressarcimentos	(72.104)	(70.440)	(112.909)	(448.152)	(108.079)	(233.518)	(125.503)	(59.346)	(11.040)	(1.241.091)
Saldos em 2024 - circulante	19.278	20.997	30.895	206.198	40.216	167.356	45.894	68.232	16.798	615.864

(6) **Bônus - Reembolso do Fundo CDE:**

	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos em 2022 - circulante	179	79	235	786	242	410	266	445	91	2.733
Bônus - reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	-	-	(23)	-	19	(4)
Saldos em 2023 - circulante	179	79	235	786	242	410	243	445	110	2.729
Bônus - reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 2024 - circulante	179	79	235	786	242	410	243	445	110	2.729

(7) **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará - CELPA** - são valores, líquidos do AVP, que a Rede Energia e suas controladas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber créditos das Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber pelas controladas é atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

(8) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de postes, inclui R\$16.069 de provisão para perdas e venda de sucatas.

(9) **Depósito para reinvestimento** - incentivos fiscais - refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que as controladas distribuidoras de energia dispõem para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM/ SUDENE, instalada nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	2023	Atualizaçã o Juros	Resgate SUDAM/SUDE NE	Depósito 28/03/2024	2024
EMT (*)	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	75.222	7.184	7.469	23.536	51.971
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	19.498	1.746	-	6.413	11.339
EAC	SUDAM	018/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	2.945	289	-	-	2.656
EPB	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	28.782	2.650	-	6.371	19.757
ESE (**)	SUDENE	0043/2023	22/06/2023 a 31/12/2028	3.900	560	5.290	3.610	5.020
		0438/2018	01/01/2018 a 31/12/2027					
TOTAL				130.347	12.429	12.759	39.933	90.743

(*) Resgate do Reinvestimento AC 2017 - Referente a liberação do Recurso Ofício nº 168/2024-DGFAI

(**) Resgate do Reinvestimento AC 2022 - Referente a liberação do Recurso Ofício nº 21/03/2024/SIBF/SUDENE

(10) **Recursos INERGUS** - refere-se a recursos antecipados pela controlada ESE ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano BD-1 - INERGUS. Os valores transferidos ao plano têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico.

(11) Refere-se a créditos cedidos ao FIDC, conforme operação divulgada na nota explicativa nº 4, o valor registrado no consolidado está líquido das perdas esperadas.

(12) **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo Previdenciário Patronal** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora. Em 2024 o saldo remanescente é de R\$16.383(R\$23.011 em 2023).

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (27,72% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (100% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (66,51% do capital total) e pela Multisetor S/A (33,49% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total). A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (72,64% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cientes, consumidores, concessionárias e outros - Serviços especializados	79.213	-	85.658	-
Compartilhamento	10.220	-	-	(1.688)
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	-	-	1.671	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	5.882.326	-	3.727.147	-
Debêntures ⁽¹⁾	-	(796.656)	-	(1.171.971)
Mútuos:				
. CTCE ⁽²⁾	6.246	-	5.654	-
. CTCE ⁽³⁾	80.130	-	67.476	-
. REDE ⁽³⁾ e ⁽⁴⁾	168.305	-	139.894	-
. ECOM ⁽²⁾	47.590	-	48.643	-
. DENERGE ⁽²⁾	62.763	-	374.304	-
. VOLTZ ⁽²⁾	-	-	35.936	-
. ETE ⁽²⁾	5.410	-	4.898	-
. REDE POWER ⁽²⁾	-	-	375.631	-
. EDG ⁽²⁾	53	-	-	-
Total - não circulante	370.497	-	1.052.436	-
Investimentos - Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁵⁾:				
. EGCS-CO	-	-	60	-
. SOBR	840	-	398	-
. EGCE-BE	9	-	30	-
. EGCE-MA	2	-	32	-
. EGCE-AL	2	-	31	-
. EGCE-UM	8	-	29	-
. ETE	1.014.445	-	738.218	-
. ESEA	2.169	-	3.666	-
. VOLTZ	39.871	-	18.495	-
. EGCS-RP1	-	-	84.330	-
. EGCS-RP2	-	-	82.475	-
. EAC	-	-	295.200	-
. ERO	-	-	353.777	-
. ESOL	14.130	-	34.742	-
. EBG	10	-	60.048	-
. ECOM	7.000	-	-	-
. EDG	940.291	-	2.421	-
. EPNE	2.760	-	-	-
	2.021.537	-	1.673.952	-
Total	8.363.793	(796.656)	6.540.864	(1.173.659)

⁽¹⁾ São debêntures emitidas pela Companhia, conforme nota explicativa nº 21, adquiridas por fundo exclusivo cujo único quotista é a controlada EPM. Portanto, para fins de demonstrações consolidadas, tais transações são eliminadas seguindo os conceitos estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

⁽²⁾ Mútuos - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,9159% a.a. (CDI + 1,0324% a.a. em 2023), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65% a.a..

Controladas	Taxa	Vencimento
CTCE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2026
EDG	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	06/08/2026
ETE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	30/12/2026
VOLTZ	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2025
REDE POWER	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	19/12/2025
DENERGE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2026
ECOM	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2026

(3) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial das controladas indireta;

(4) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano;

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos. Os aumentos de capital das controladas foram totalmente integralizado pela Companhia, mediante a capitalização de saldo dos créditos oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas e indiretas	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽²⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira ⁽³⁾)	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures ^(5 e 6)
. EMR	24129	4.015	37.522	4.300	415.541
. EPB	52.098	7.854	52.878	12.544	384.948
. ESE	28.234	6.024	39.546	6.690	334.909
. ESOL	3.573	-	-	611	-
. EMT	94.120	36.180	40.154	24.404	466.424
. EMS	52.282	9.800	43.962	10.563	505.720
. ETO	34.254	15.955	69.596	7.235	834.541
. ESS	36.426	7.320	22.232	6.661	353.986
. ESOLC	2.190	-	-	355	-
. CTCE	-	-	13.569	-	-
. MULTI	2.509	-	-	408	-
. EPLAN	33	-	-	12	-
. ESEA	44	-	-	9	-
. ECOM	4.329	29	6.669	1.096	-
. EGUM	46	-	-	10	-
. REDE	-	-	28.411	-	-
. ERO	38.115	12.617	154.438	7.500	1.769.284
. EAC	17.602	4.676	45.749	3.289	568.549
. EPA I	457	399	-	115	-
. EGO I	323	307	-	80	-
. EPA II	383	347	-	101	-
. ETT	969	686	-	226	-
. DINAMICA	-	-	-	2	-
. DENERGE	-	-	21.198	-	-
. ALSOL	9.807	-	-	2.196	-
. VOLTZ ⁽⁴⁾	(886)	-	1.007	666	-
. EAM	651	289	5.262	142	49.901
. ETT II	101	-	-	22	-
. EAP	-	-	2.044	-	102.044
. ETE	-	-	11.077	-	96.479
. EPT	269	42	-	27	-
. LMTE	2.126	878	-	414	-
. LXTE	2.373	1.003	-	418	-
. LTTE	1.216	1.321	-	310	-
. REDE POWER	-	-	13.074	-	-
. EPM ⁽⁵⁾	-	-	(117.480)	-	(796.656)
. EGCS-RP1	-	114	-	10	-
. EGCS-RP2	-	102	-	9	-
. ESGAS	6.409	406	-	1.415	-
. AGRIC	8	-	-	1	-
. EDG	-	-	2	-	-
2024	414.190	110.364	490.910	91.841	5.085.670
2023	371.983	59.061	388.132	85.578	2.556.847

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$865.212, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

- (2) **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022;
- (3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao exercício findo em 2024 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;
- (4) A controlada VOLTZ prestou serviços de intermediação de antecipação de pagamento para os fornecedores prestadores de serviços das controladas do Grupo Energisa. No exercício findo em 2024 o saldo de serviços prestados foi de R\$3.948 (R\$1.307 em 2023) e de serviços contratados foi de R\$3.062 (R\$586 em 2023). O saldo a receber foi de R\$431 (R\$1.161 em 2023) e a pagar foi de R\$1.097 (R\$91 em 2023).
- (5) A Companhia efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela EPM com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 21. Em 2024 o valor atualizado é de R\$796.656 (R\$1.171.971 em 2023); e
- (6) Refere-se a debêntures adquiridas pela Companhia emitidas pelas controladas.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração anual ⁽¹⁾	12.913	11.661	101.632	86.861
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	3.249	2.190	6.590	5.251
Remuneração da Diretoria	1.856	2.514	36.928	30.500
Outros benefícios ⁽²⁾	3.173	3.076	30.954	24.550

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o período de 2024 foi aprovado em AGO/E de 30 de abril de 2024. Para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO/E de 26 de abril de 2023.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2024, foram de R\$114 e R\$1 na controladora e R\$167 e R\$3 no consolidado (R\$200 e R\$1 na controladora e R\$220 e R\$26 no consolidado em 2023), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$21 na controladora e R\$46 no consolidado (R\$25 na controladora e R\$45 no consolidado em 2023).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (units), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia e suas controladas possuem um total de três programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (ii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026, (iii) e o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes) e o segundo Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2027.

O 5º Programa é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e 7º Programas de Performance Shares são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e 7º Programas de Restricted Shares são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit, adicionadas das units extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Controladora							
	4º programa	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações_Extraordinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações_Matching 2024 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (units) outorgadas	65.537	109.398	57.279	57.279	66.317	66.317	36.939	10.990
Opções de Ações (units) prescritas	10.148	13.450	N/A	N/A	-	-	-	-
Data da aprovação do Conselho de Administração	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024
Data de início vesting	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	7,88%	12,55%	N/A	N/A	N/A	10,97%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2024	DI1F2025	N/A	-	N/A	DI1J2027	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	35,09%	34,88%	N/A	N/A	N/A	27,28%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,19	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	46,79	48,56	46,79	45,71
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

	Consolidado							
	4º programa	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações_Extraordinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações_Matching 2024 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (units) outorgadas	269.963	397.613	207.233	207.408	239.514	239.514	109.150	39.707
Opções de Ações (units) prescritas	34.433	79.844	10.687	10.792	9.771	9.771	11.581	-
Data da aprovação do Conselho de Administração	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024
Data de início vesting	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos

	Consolidado							
	4º programa	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações Extraordinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações Matching 2024 - Líderes
Taxa de juros livre de risco	7,88%	12,55%	N/A	N/A	N/A	10,97%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2024	DI1F2025	N/A	-	N/A	DI1J2027	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	35,09%	34,88%	N/A	N/A	N/A	27,28%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,19	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	46,79	48,56	46,79	45,71
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 27 de maio de 2024 e 01 de junho de 2023 foram assinados os termos de quitação e ciência do 4º e 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2024.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (units).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram contabilizados R\$1.833 (R\$8.564 em 2023) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) no consolidado, sendo R\$1.203 (R\$2.289 em 2023) na controladora. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$36.453 (R\$35.091 em 2023).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$987.254 (R\$834.571 em 2023) na controladora e R\$3.311.706 (R\$3.826.300 em 2023) no consolidado em face de não apresentar perspectiva de realização neste exercício. Caso os estudos apontem a probabilidade de recuperação serão reconhecidos os créditos correspondentes.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Prejuízos fiscais ⁽¹⁾	-	-	1.326.074	453.942
Base negativa da contribuição social ⁽¹⁾	-	-	477.387	164.564
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	-	-	589.091	658.894
Contribuição social	-	-	212.072	237.202
Total - ativo não circulante	-	-	2.604.624	1.514.602
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de renda	487.771	345.336	4.334.837	3.680.988
Contribuição social	175.597	124.322	1.560.541	1.325.156
Total - passivo não circulante	663.368	469.658	5.895.378	5.006.144
Total líquido - (passivo) não circulante	(663.368)	(469.658)	(3.290.754)	(3.491.542)

- (1) No exercício, a controlada ERO reconheceu o montante de R\$ 1.095.624 de créditos tributários, referente a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, por ter se enquadrado nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados tributáveis para os próximos exercícios que demonstram sua recuperação. Os créditos fiscais são apurados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis dos próximos anos estejam disponíveis para serem utilizados na compensação dos créditos fiscais. Esta verificação é realizada com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores estimados são revisados e os efeitos de realização ou liquidação, são refletidos no cenário.

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2024		2023	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações (*)	(945.722)	(321.545)	(406.125)	(138.083)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Marcação a mercado - dívida	(29.542)	(10.044)	(12.440)	(4.230)
Outras exclusões temporárias	(32.774)	(11.143)	(19.732)	(6.709)
Total - Passivo Não Circulante	(1.951.083)	(663.368)	(1.381.342)	(469.658)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	2024		2023	
	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	5.304.297	1.803.461	1.819.135	618.506
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD)	976.316	331.947	930.004	316.201
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório	494.246	168.044	580.360	197.322
Provisão ajuste atuarial	407.859	138.672	526.154	178.892
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	359.779	122.325	243.315	82.727
Créditos fiscais - ágio (*)	118.163	40.175	142.272	48.372
Intangível - mais valia (2)	(6.216.813)	(2.113.716)	(5.917.509)	(2.011.953)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(3.394.096)	(1.153.993)	(2.811.625)	(955.953)
Ajustes a valor presente (4)	(2.079.796)	(707.131)	(2.028.939)	(689.839)
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.685.594)	(573.102)	(1.295.198)	(440.367)
Marcação a mercados - derivativos	(1.060.026)	(360.409)	(623.367)	(211.944)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.008)	(342.383)	(1.007.100)	(342.414)
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações (*)	(945.722)	(321.545)	(406.125)	(138.083)
Marcação a mercado da dívida	(440.611)	(149.808)	131.492	44.707
Provisão IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(175.122)	(59.541)	(215.679)	(73.331)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(30.256)	(10.287)	(43.135)	(14.666)
Outras exclusões temporárias	(179.950)	(61.183)	(168.933)	(57.439)
Total	(9.678.687)	(3.100.891)	(10.269.230)	(3.491.542)
Total - Ativo Não Circulante	7.660.660	2.604.624	4.454.721	1.514.602
Total - Passivo Não Circulante	(17.339.346)	(5.705.515)	(14.723.951)	(5.006.144)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- (1) Os créditos fiscais - ágio - no montante de R\$40.175 (R\$48.372 em 2023) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões da controlada EPB pelo método linear.

- (2) Intangível mais valia - referem-se tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios, deduzido de R\$88.100(R\$92.254 em 2023) de amortização realizada no exercício.

- (3) Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR reconhecidos pelas controladas EMR e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até

assinatura dos aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos com base na amortização.

- (4) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas DENERGE, REDE e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial.

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2025	103.149
2026	151.715
2027	173.053
2028	175.789
2029 e 2030	919.746
Após 2031	1.081.172
Total	2.604.624

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.981.593	1.975.924
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(1.353.742)	(671.814)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	1.225.932	717.301
Marcação a mercado - bônus de subscrição ^(*)	-	(294)
Créditos tributários não constituídos no exercício	(63.787)	(77.138)
Efeito do Imposto de renda e contribuição social resultante do JSCP	-	(48.714)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(5.313)	-
Outros	4.995	(1.046)
Imposto de renda e contribuição social	(191.915)	(81.705)
Alíquota efetiva	4,82%	4,14%

(*) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 21.

	Consolidado	
	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.375.159	3.569.838
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(1.487.554)	(1.213.745)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(2.879)	-
Incentivos fiscais - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDENE) ⁽¹⁾	141.300	116.688
Incentivos fiscais - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽¹⁾	223.668	330.206
Créditos tributários não constituídos no exercício	(160.922)	(414.440)
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	1.034.077	3.842
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	29.969	25.967
Incentivos fiscais - Depósito para Reinvestimento (SUDENE) ⁽³⁾	8.722	3.741
Incentivos fiscais - Depósito para Reinvestimento (SUDAM) ⁽³⁾	5.688	18.075
Incentivos fiscais - Outros ⁽⁵⁾	33.254	59.588
Marcação a mercado - bônus de subscrição ⁽⁴⁾	-	(294)
Juros Selic sobre indêbitos tributários ⁽⁶⁾	36.229	-
Créditos referentes a indêbitos tributários ⁽⁶⁾	351.601	-
Efeito do regime tributário - lucro presumido	87.583	55.384
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(14.591)	(907)
Efeito do regime tributário - lucro real (CPC 32, item 47)	(11.229)	-
Efeito do Imposto de renda e contribuição social resultante do JSCP	4.998	-
Outros	(18.791)	29.591
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	261.123	(986.304)

- (1) As controladas do Grupo, localizadas nas regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, utilizam dos seguintes incentivos fiscais:

a) redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, base legal: art. 13 da Lei n. 4.239, de 27 de junho de 1963; art. 23 do Decreto-Lei n. 756, de 11 de agosto de 1969; Decreto-lei. 1.564, de 29 de junho de 1977; art. 3º da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997; art. 1º da Medida Provisória n. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei n. 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto n.4.212, de 26 de abril de 2002; e Decreto n. 6.539, de 18 de agosto de 2008:

b) depósitos para reinvestimento, base legal: art. 3º da Medida Provisória n. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei n. 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto n. 4.212, de 26 de abril de 2002; inciso I do art. 2º da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997; inciso II do art. 1º e art. 19 da Lei n. 8.167, de 16 de janeiro de 1991; art. 23 da Lei n. 5.508, de 11 de outubro de 1968; e art. 29 do Decreto-Lei n. 756, de 11 de agosto de 1969.

A seguir, demonstra-se a vigências dos laudos construtivos, bem como os incentivos reconhecidos pelas controladas:

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Redução 75%	Depósitos p/ Reinvestimento (30%)	2024	2023
EPB ⁽¹⁾	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	95.836	8.465	104.301	69.904
ESE	SUDENE	0438/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	45.464	257	45.721	46.196
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	150.196	1.649	151.845	275.684
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	73.472	4.039	77.511	72.597
LXTE	SUDAM	0204/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	-	-	-	4.330
				364.968	14.410	379.378	468.711

⁽¹⁾ Inclui saldo incorporado da EBO.

⁽²⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

⁽³⁾ Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.

⁽⁴⁾ Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 21; e

⁽⁵⁾ Outras exclusões/adicionais permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

⁽⁶⁾ Reconhecimento do Crédito de IRPJ e da CSLL Sobre Juros Selic Sobre Indébitos Tributários: as controladas de distribuição de energia elétrica até o ano-calendário de 2023 optaram pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários - caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, no ano-calendário de 2024, as controladas reavaliaram sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil - RFB entendeu o direito de as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal (Ativo).

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, as controladas optaram por reconhecer, em dezembro de 2024, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários (relativos ao período de 2021 a 2023) caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

14. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

14.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (distribuição de energia elétrica)

Empresas	Saldos em 2023	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 2024
EMR	117.276	64.582	(463)	6.362	187.757
EPB	1.505.830	286.945	(2.834)	77.608	1.867.549
ESE	1.074.004	139.679	(5.265)	53.763	1.262.181
EMT	5.557.646	1.047.908	(51.071)	297.048	6.851.531
ETO	97.011	72.264	(29)	5.515	174.761
EMS	2.659.695	496.517	(20.719)	138.572	3.274.065
ESS	217.816	62.122	(194)	11.943	291.687
ERO	368.809	44.184	(512)	18.511	430.992
EAC	131.469	51.500	(75)	7.396	190.290
Total - não circulante	11.729.556	2.265.701	(81.162)	616.718	14.530.813

Empresas	Saldos em 2022	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 2023
EMR	85.689	27.511	(166)	4.242	117.276
EPB ⁽¹⁾	1.266.242	184.682	(3.525)	58.431	1.505.830
ESE	907.614	153.092	(8.704)	22.002	1.074.004
EMT	4.825.060	445.452	(25.943)	313.077	5.557.646
ETO	74.739	18.630	(2)	3.644	97.011
EMS	2.148.182	377.208	(20.638)	154.943	2.659.695
ESS	165.812	43.771	(86)	8.319	217.816
ERO	268.035	99.546	(445)	1.673	368.809
EAC	48.246	87.806	(242)	(4.341)	131.469
Total - não circulante	9.789.619	1.437.698	(59.751)	561.990	11.729.556

⁽¹⁾ Em 30 de abril de 2023 a EPB incorporou a EBO.

⁽¹⁾ Adições: refere-se às transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura da construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros são demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA (índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária) e reduzido pelo percentual de glosas históricas apuradas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração sobre o valor justo do ativo.

14.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (transmissão de energia elétrica)

Empresas	Ativo de Contrato em 2023	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	2024	Circulante	Não Circulante
EGO I	526.707	59.447	-	6.190	-	-	(49.242)	543.102	47.783	495.319
EPA I	666.543	76.297	-	6.902	-	-	(62.630)	687.112	60.842	626.270
EPA II ⁽¹⁾	631.106	72.693	-	6.267	(10)	(72)	(50.721)	659.263	48.848	610.415
ETT	1.126.648	94.808	-	8.615	-	-	(82.208)	1.147.863	85.125	1.062.738
EAM ⁽²⁾	811.103	70.625	53.933	5.534	29.557	231.826	(32.577)	1.170.001	58.207	1.111.794
ETT II	60.602	9.206	13.344	146	(7.491)	22.275	(3.004)	95.078	5.156	89.922
EPT	121.837	14.507	-	2.368	-	-	(13.272)	125.440	11.337	114.103
EAP	75.542	13.244	26.584	54	4.512	103.033	(768)	222.201	13.288	208.913
LMTE	1.589.814	205.992	811	12.797	(3.670)	39.672	(172.256)	1.673.160	176.448	1.496.712
LXTE	1.778.643	206.642	26	10.359	(127)	1.371	(178.645)	1.818.269	191.040	1.627.229
LTTE	604.029	102.487	4	8.474	(10)	112	(80.650)	634.446	80.596	553.850
EAM II	25.043	5.345	25.149	-	2.527	97.167	-	155.231	-	155.231
EMA	-	22	3.192	-	(2.283)	2.773	-	3.704	-	3.704
Total	8.017.617	931.315	123.043	67.706	23.005	498.157	(725.973)	8.934.870	778.670	8.156.200

Empresas	Ativo de Contrato em 2022	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	2023	Circulante	Não Circulante
EGO I	528.497	41.823	-	6.270	(156)	156	(49.883)	526.707	45.768	480.939
EPA I	674.919	45.516	-	6.648	(316)	106	(60.330)	666.543	58.277	608.266
EPA II ⁽¹⁾	596.596	54.630	(1.219)	5.673	2.461	20.519	(47.554)	631.106	46.058	585.048
ETT	1.101.411	98.644	-	8.326	(30.055)	27.772	(79.450)	1.126.648	82.356	1.044.292
EAM ⁽²⁾	473.167	31.554	49.360	3.755	53.298	222.025	(22.056)	811.103	34.203	776.900
ETT II	9.216	1.743	5.739	-	2.533	41.371	-	60.602	-	60.602
EPT	119.048	13.125	-	2.245	(2.645)	2.645	(12.581)	121.837	10.859	110.978
EAP	10.644	2.014	6.011	-	7.259	49.614	-	75.542	-	75.542
LMTE	1.554.842	187.338	58	12.555	(3.718)	8.517	(169.778)	1.589.814	163.739	1.426.075
LXTE	1.751.515	188.135	130	10.276	(1.895)	7.491	(177.009)	1.778.643	180.557	1.598.086
LTTE	579.240	94.976	69	8.743	(84)	2.724	(81.639)	604.029	77.197	526.832
EAM II	-	529	5.148	-	(418)	19.784	-	25.043	-	25.043
Total	7.399.095	760.027	65.296	64.491	26.264	402.724	(700.280)	8.017.617	699.014	7.318.603

⁽¹⁾ Em 25 de maio de 2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 10.088, de 25 de maio de 2021, foi autorizada que a controlada EPA II iniciasse um reforço da infraestrutura de transmissão (SE Integradora Sossego - instalação do 1º reator de barra 500kV (3+1) x 45,33 Mvar) onde a estimativa de custo é na ordem de R\$46.666, cuja RAP prevista é de R\$3.923. Em 27/03/2023, a controladora EPA II obteve junto ao ONS o termo Liberação Definitivo - TDL autorizando o início da operação comercial do reforço.

⁽²⁾ Por meio da Resolução Autorizativa 10.382 de 10 de agosto de 2021, foi autorizado a EAM o reforço da infraestrutura de transmissão no empreendimento T2021-066 - SE Mauá III - instalação do 5º transformador 230/138 Kv com custo estimado de R\$34.371 e RAP estimada de R\$3.726, com previsão de término das obras em 10 de fevereiro de 2024.

Taxa de remuneração do ativo de contrato de concessão						
Empresas	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos	RAP anual ⁽¹⁾
EGO I	30,52%	12,57%	6% a 10% a.a.	IPCA	255.912	52.143
EPA I	25,98%	11,02%	6% a 10% a.a.	IPCA	318.137	65.238
EPA II	6,77%	10,94%	4% a 8% a.a.	IPCA	472.862	53.222
ETT	31,22%	10,48%	4% a 8% a.a.	IPCA	716.928	85.450
EAM	23,84%	17,06%	3% a 8% a.a.	IPCA	493.094	86.343
ETT II	36,94%	4,85%	3% a 8% a.a.	IPCA	69.709	5.170
EPT	0% a 5%	10% a 18%	8% a 12% a.a.	IPCA	35.328	13.166
EAP	38,56%	7,04%	3% a 8% a.a.	IPCA	134.654	13.638
LMTE	0% a 5%	8,19%	3% a 8% a.a.	IPCA	1.365.158	160.636
LXTE	0% a 5%	6,48%	3% a 12% a.a.	IPCA	1.380.158	170.447
LTTE	0% a 5%	14,60%	4% a 12% a.a.	IPCA	505.208	81.231
EAM II	34,93%	1,93%	4% a 12% a.a.	IPCA	62.014	20.162
EMA	38,24%	8,59%	5% a 12% a.a.	IPCA	2.672	112.500
					5.811.834	919.346

⁽¹⁾ Resolução Homologatória da ANEEL nº 3.348 de 16 de julho de 2024 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2024-2025, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,93%.

15. Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

	Saldos em 2023	Adição	Transferências			Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2024
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros ⁽¹⁾		
Ativo contratual - infraestrutura em construção							
Em construção	2.630.520	5.563.801	(2.824.419)	(2.468.148)	13.839	-	2.915.593
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão							
Em construção	587.592	481.310	(330.998)	(202.447)	-	3.968	539.425
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	2.042.928	5.082.491	(2.493.421)	(2.265.701)	13.839	(3.968)	2.376.168

	Adição	Transferências	Baixas	
--	--------	----------------	--------	--

	Saldos em 2022		Combinação de Negócios	Intangível - contrato de concessão	Ativo financeiro indenizável da concessão	Outras		Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
Ativo contratual - infraestrutura em construção									
Em construção	2.371.887	4.236.277	59.390	(2.446.914)	(1.560.672)	320	(29.768)	-	2.630.520
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão									
Em construção	699.933	445.778	-	(443.807)	(122.974)	-	-	8.662	587.592
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.671.954	3.790.499	59.390	(2.003.107)	(1.437.698)	320	(29.768)	(8.662)	2.042.928

⁽¹⁾ O montante de R\$2.493.421 (R\$2.003.107 em 2023) foi transferido para o intangível - contrato de concessão, enquanto do montante R\$13.839 (R\$320 em 2023), R\$15.620 foi reclassificado do Imobilizado e o montante negativo de R\$1.781 reclassificado do intangível - software;

⁽²⁾ O montante negativo de R\$29.768 em 2023 refere-se à baixa de estoques de reforma;

⁽³⁾ Refere-se a estimativa de Amortização - Indenização à concessão AIC das parcelas de obrigações vinculadas a concessão a receber a serem aplicadas as obras já construídas, das controladas direta, ERO e EAC no montante de R\$3.968 (R\$8.662 em 2023).

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participação em controladas e coligadas	19.840.780	15.494.922	649.418	-
Outros	127.382	160.575	23.844	73.205
Total	19.968.162	15.655.497	673.262	73.205

2024									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial ^(*)	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								1.839.366	7.291.879
EMR	100	1.059	312.022	2.287.348	1.913.632	373.716	79.381	79.381	373.716
ESE	100	196	417.604	2.579.454	1.795.753	783.701	260.802	260.802	783.701
EPB	100	-	-	-	-	-	331.432	331.432	-
EAC	99,73	1.300.846	876.971	4.435.333	1.886.515	2.548.818	36.673	36.465	2.541.824
ERO	99,41	24.544	3.477.371	10.244.224	6.638.317	3.605.907	1.136.419	1.129.366	3.584.549
EMT	0,18	402	1.677.113	14.391.611	9.985.906	4.405.705	1.045.969	1.920	8.089
Geração de Energia Elétrica								(10.309)	959.956
SOBR	100	11.787	11.787	6.334	585	5.749	(490)	(490)	5.749
EGUM	100	6.784	6.784	6.414	173	6.241	(635)	(635)	6.241
EGCS-CO	100	1.274	1.274	531	-	531	(5)	(5)	531
EGCE-BE	100	153	144	1	-	1	(9)	(9)	1
EGCE-MA	100	156	147	1	-	1	(2)	(2)	1
EGCE-AL	100	147	147	1	-	1	(2)	(2)	1
EGCE-UM	100	153	144	1	-	1	(8)	(8)	1
EGCS-RP1	100	160.482	160.482	205.132	68.121	137.011	2.738	2.738	137.011
EGCS-RP2	100	134.336	134.336	175.543	62.470	113.073	3.781	3.781	113.073
ALSOL ^(3 e 7)	89,70	287	843.634	2.954.716	2.177.299	777.417	(17.478)	(15.677)	697.347
Comercialização de Energia Elétrica								(118.088)	21.332
ECOM	100	5.119	101.433	388.394	372.412	15.982	(114.623)	(114.623)	15.982
CLARKE ⁽⁴⁾	70,04	17.975	34.455	9.112	1.473	7.639	(4.947)	(3.465)	5.350
Prestação de Serviços								259	189.996
ESOL	100	162.561	162.561	264.515	78.214	186.301	2.339	2.339	186.301
ESEA	100	13.242	13.242	1.431	644	787	(2.768)	(2.768)	787
EPLAN	58,26	1.686	4.109	5.994	1.003	4.991	1.181	688	2.908
Holdings e demais Companhias								1.921.905	11.258.555
Dinâmica	100	1.955	1.877	2.007	43	1.964	116	116	1.964
Denerge	99,98	776	2.063.475	3.016.555	581.442	2.435.113	985.047	984.808	2.434.523
REDE	0,18	3.789	3.223.219	5.574.690	1.332.309	4.242.381	1.468.517	2.637	7.619
ETE	100	1.792.197	1.792.197	5.287.489	1.327.029	3.960.460	320.736	320.736	3.960.460
EPM ^(**)	45	427.958	6.016.368	5.487.916	2.144	5.485.772	1.059.480	476.766	2.468.597
VOLTZ	100	174.662	174.662	79.382	12.816	66.566	(50.047)	(50.047)	66.566
EBG	100	60.049	60.049	59.727	1.212	58.515	921	921	58.515
EDG ⁽¹⁾	50,47	401.723	652.235	1.872.075	7.660	1.864.415	59.742	37.598	1.406.733
EPNE ^{(2) (**)}	55	725.554	862.778	1.669.239	52.510	1.616.729	217.820	119.801	890.442

2024									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial (*)	Investimentos
Resultado não realizado em controladas (***)		-	-	-	-	-	-	28.569	(36.864)
Ágio pago na aquisição de controladas								(14.691)	119.062
Total								3.618.442	19.840.780

(*) A equivalência patrimonial no valor de R\$3.618.442, não inclui o valor da perda de R\$12.761 referente a participação no resultado do FIDC, registrada em Outros investimentos.

(**) Participação % conforme acordo de acionista.

(***) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

2023									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								372.379	6.486.468
EMR	100	1.059	300.029	1.877.031	1.510.083	366.948	84.632	84.632	366.948
ESE	100	196	417.604	2.552.729	1.777.525	775.204	249.734	249.734	775.204
EPB (*)	100	918	676.222	4.020.109	2.568.514	1.451.595	437.790	437.790	1.451.595
EBO (*)	100	293	-	-	-	-	17.266	17.266	-
EAC	99,37	565.058	868.408	4.028.157	2.077.116	1.951.041	(54.588)	(54.196)	1.940.539
ERO	98,16	7.818	3.468.700	8.512.413	6.555.222	1.957.191	(368.356)	(364.379)	1.944.931
EMT	0,18	402	1.677.113	13.301.512	9.352.458	3.949.054	1.336.892	1.532	7.251
Geração de Energia Elétrica								(66.675)	969.438
SOBR	100	11.389	11.389	5.923	540	5.383	(150)	(150)	5.383
EGUM	100	6.784	6.784	7.391	223	7.168	409	409	7.168
EGCS-CO	100	1.214	1.214	536	-	536	(2)	(2)	536
EGCE-BE	100	123	114	1	-	1	(2)	(2)	1
EGCE-MA	100	124	115	1	-	1	(4)	(4)	1
EGCE-AL	100	125	116	1	-	1	(2)	(2)	1
EGCE-UM	100	123	114	1	-	1	(2)	(2)	1
EGCS-RP1	100	76.152	76.152	277.715	143.442	134.273	(19.033)	(19.033)	134.273
EGCS-RP2	100	51.861	51.861	248.384	139.092	109.292	(18.412)	(18.412)	109.292
ALSOL (3 e 7)	89,67	263	843.634	2.595.245	1.800.345	794.900	(32.875)	(29.477)	712.782
Comercialização de Energia Elétrica								33.997	43.459
ECOM	100	5.119	5.119	396.099	352.640	43.459	33.997	33.997	43.459
Prestação de Serviços								2.488	174.632
ESOL	100	127.819	127.819	279.317	109.773	169.544	2.658	2.658	169.544
ESEA	100	8.929	9.576	2.025	1.126	899	(2.575)	(2.575)	899
EPLAN	58,26	1.686	4.109	10.059	2.869	7.190	4.129	2.405	4.189
Holdings e demais Companhias								1.760.781	7.706.172
Dinâmica	100	1.955	1.877	1.918	11	1.907	73	73	1.907
Denerge	99,98	776	2.063.475	2.831.935	850.170	1.981.765	1.047.980	1.047.725	1.981.285
REDE	0,18	3.789	3.223.219	5.203.891	1.235.530	3.968.361	1.652.556	2.968	7.127
ETE	100	1.053.979	1.053.979	4.484.235	1.783.054	2.701.181	19.306	19.306	2.701.181
EPM (**)	45	427.958	6.016.368	5.726.913	4.209	5.722.704	1.256.712	689.629	2.575.218
FIDC (***)	26	68.365.960	267.749	331.016	851	330.165	-	47.438	-
VOLTZ	100	67.028	156.167	119.979	43.242	76.737	(32.443)	(32.443)	76.737
EBG (6)	100	1	1	60.560	2.976	57.584	(2.465)	(2.465)	57.584
EDG (5)	100	330.260	399.814	870.567	1	870.566	(31.698)	(31.698)	370.566
Resultado não realizado em controladas (****)	-	-	-	-	-	-	-	20.248	(65.433)
Distribuição de Gás								21.858	-
ES GÁS (1)	-	-	-	-	-	-	21.858	21.858	-
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	114.753
Total								2.109.710	15.494.922

(*) Em 30 de abril de 2023 a EPB incorporou a EBO.

(**) Participação % conforme acordo de acionista.

(***) A equivalência desse fundo é registrada em Outros investimentos.

(****) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

(1) Aquisição da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A - EDGNE (nova denominação social da Infra Gás e Energia S/A)

Em 06 de novembro de 2024 a controlada EDG concluiu a aquisição de ações ordinárias representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A (EDGNE) prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 10 de maio de 2024, conforme aditado em 19 de julho de 2024. Também, na mesma data, foi concluída a operação contemplando a aquisição, pela EDGNE, de ações representativas de 51% do capital social total e votante da Norgás S/A, holding detentora das participações societárias em distribuidoras de gás natural localizadas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Sergipe.

Especificamente com relação à participação detida pela Norgás na Sergipe Gás S/A (“Sergás”), no contexto do exercício de determinados direitos de preferência por parte do Estado de Sergipe, em 27 de setembro de 2024, o Estado de Sergipe celebrou contratos de compra e venda de ações que regulam a aquisição da totalidade da participação societária detida pela Norgás na Sergás. Após a verificação das condições precedentes e o fechamento dessa transação envolvendo a Norgás e o Estado de Sergipe, em 18 de dezembro de 2024 a Norgás deixou de ser acionista da Sergás, recebendo por essa operação o valor de R\$132.522.

O quadro abaixo apresenta as participações societárias detidas pela Norgás nas distribuidoras de gás natural localizadas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco:

Empresas	Participação no capital votante	Participação no capital total
Gás de Alagoas S/A	17,4%	29,4%
Companhia de Gás do Ceará	17,4%	29,4%
Companhia Pernambucana de Gás	24,5%	41,5%
Companhia Potiguar de Gás	49,0%	83,0%

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, na data da aquisição. Em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a avaliação preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos, considerando que o período de mensuração ainda está em vigor. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	745.484
% de participação	100%
Valor da participação	745.484
Valor de aquisição	935.347
Resultado auferido na combinação ne negócios	189.863
Data da aquisição	06/11/2024

	EDGNE
Caixa e equivalentes de caixa	941
Outros ativos circulantes	13.863
Intangível - contrato de concessão	544.565
Investimentos	375.978
Impostos e contribuições sociais diferido	189.863
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	935.347

(2) Acordo de Investimento com Banco Bradesco S/A

A Companhia celebrou, 11 de setembro de 2024, acordo de investimento e outras avenças com o Banco Bradesco S/A, regulando os termos e condições gerais para o ingresso do Bradesco no quadro acionário de sociedade controlada pela Companhia, denominada Energisa Participações Nordeste S/A (“EPNE”). A EPNE é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia ou, ainda, em consórcios de empresas. As partes realizaram uma operação de aumento de capital mediante a subscrição de novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da EPNE, nos seguintes principais termos: (i) a Companhia subscreveu novas ações ordinárias de emissão da EPNE, e as integralizou, mediante a transferência do acervo líquido composto por (i.1) ações ordinárias de emissão da EPB, representativas da totalidade do seu capital social; e (i.2) passivo registrado pela Energisa decorrente da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais, em série única, no valor de R\$ 1.000.000 quitada com os recursos do item (ii); e (ii) o Bradesco subscreveu novas ações preferenciais de emissão da EPNE, e as integralizou, à vista, por meio de aporte de R\$ 1.000.000.

Com a efetivação da operação, o Bradesco passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPNE, correspondentes a 23,64% do seu capital social total. A Companhia, por sua vez, é titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da EPNE, passando a deter 76,36% de participação no seu capital total.

Os direitos e obrigações da Companhia e do Bradesco, na qualidade de acionistas da EPNE, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. Dentre outras avenças próprias de documentos dessa natureza, o Acordo de Acionistas assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade do Bradesco no âmbito da operação aqui tratada, exercível entre o 4º (quarto) e o 10º (décimo) aniversário da conclusão da operação. Além disso, definiu que todo e qualquer dividendos seja pago primeiramente às ações preferenciais, até que o total pago equivalha a 45% do lucro líquido auferido pela EPNE.

(3) Aquisição da participação na Ângulo

A controlada Alsol celebrou em 10 de julho de 2024, com a totalidade dos acionistas da Ângulo 45 Participações S/A, contrato de compra e venda de ações e outras avenças, por meio do qual a controlada Alsol regulou os termos e condições para passar a ser titular de ações equivalentes a 100% do capital social Ângulo 45 Participações S/A.

A Ângulo 45 Participações S/A é a única acionista da Ângulo 45 Empreendimentos S/A que detém um conjunto de ativos operacionais de geração distribuída de plantas fotovoltaicas nos estados de São Paulo, Maranhão e Piauí que totalizam aproximadamente 19,4 MWp de capacidade instalada.

	Cafelândia	Pongáí	Mata Roma	Cumbica	Oeiras
Localização	São Paulo	São Paulo	Maranhão	São Paulo	Piauí
Capacidade (MWp)	2,6	2,6	4,8	3,1	6,3
Entrada em Operação	Mai/22	Nov/22	Dez/22	Out/23	Set/23

Em 02 de setembro 2024 a aquisição foi concluída, com a assunção do controle dos ativos pela controlada Alsol.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, na data da aquisição. Em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a avaliação preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos, considerando que o período de mensuração ainda está em vigor. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	63.655
% de participação	100%
Valor da participação	63.655
Valor de aquisição	63.655
Resultado auferido na combinação ne negócios	-
Data da aquisição	02/09/2024
Caixa e equivalentes de caixa	482
Tributos a recuperar	80
Outros ativos circulantes	11
Investimentos	20.577
Intangível	42.530
Outros passivos	25
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	63.655

(4) Aquisição da participação na Clarke

Em 22 de março de 2024 a Companhia adquiriu a participação de 70,04% das ações da Clarke Desenvolvimento de Software S/A, por meio de um investimento total de R\$27.820.

A Clarke, startup e primeiro marketplace de Mercado Livre de Energia do Brasil, é uma plataforma independente que conecta clientes aptos a acessarem o mercado livre a mais de 50 comercializadoras e geradoras de forma digital.

Com a transação a startup pretende ampliar sua atuação no mercado de comercialização de energia, além da oferta mais completa para a experiência do cliente com a diversificação de produtos.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, na data da aquisição. Em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a avaliação preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos, considerando que o período de mensuração ainda está em vigor. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Valor justo dos ativos adquiridos	21.108
% de participação	70%
Valor da participação	14.784
Valor de aquisição	27.820
Resultado auferido na combinação ne negócios	13.036
Data da aquisição	22/03/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.437

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	604
Clientes	190
Devedores diversos	1.004
Tributos a recuperar	8
Outros ativos circulantes	21
Imobilizado	20
Intangível	2.553
Outros ativos não circulantes	510
Fornecedores	322
Obrigações Trabalhistas	24
Impostos e contribuições sociais	28
Outros passivos	243
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	27.820

⁽⁵⁾ **Aquisição da participação da ES GÁS**

Em 31 de março de 2023, a Companhia se sagrou vencedora do leilão de privatização realizado na mesma data para aquisição de 100% do capital social da Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS, pelo valor de R\$1.423.000. Adicionalmente, os vendedores farão jus a dividendos a serem apurados até a data anterior a assinatura do Contrato de Compra e Venda, nos termos do edital. A ESGÁS é detentora da concessão para exploração dos serviços de gás canalizado e demais atividades correlatas no Estado do Espírito Santo, com prazo da concessão até 2045.

Em 11 de abril de 2023, a Comissão de Licitação da B3 e o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDES, divulgaram o Aviso de Resultado Preliminar do Leilão de privatização da ES Gás. Em 25 de abril de 2023, Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDES, divulgou o Aviso de Resultado Definitivo da Sessão Pública do Leilão de privatização da ES GÁS.

Em 12 de maio de 2023 o CADE publicou no Diário Oficial da União a aprovação, sem restrições, do Ato de Concentração nº 08700.003237/2023-61, que apreciou a aquisição do controle de 100% das ações representativas do capital social total da ES GÁS pela Companhia, no âmbito leilão realizado em 31 de março de 2023, de acordo com as regras contidas no edital de leilão nº 01/2023.

Em 03 de julho de 2023 foi concluída a aquisição de 100% das ações representativas do capital social total da ES GÁS, por meio da celebração do contrato de compra e venda com o Estado do Espírito Santo e a Vibra Energia, de acordo com as regras contidas no edital. A aquisição foi concluída por meio do pagamento de R\$1.438.429 com a correção pela variação do IPCA desde a data do leilão, conforme previsto em edital.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "*Business Combination*" na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, estão apresentados a seguir:

Valor justo dos ativos adquiridos	1.438.429
% de participação	100%
Valor da participação	1.438.429
Valor da aquisição ajustado	1.438.429
Data da aquisição	03/07/2023

Caixa e equivalentes de caixa	141.100
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	74.516
Clientes, consumidores e concessionárias	122.061
Estoques	13.920
Tributos a recuperar	90.312
Outros ativos circulantes	1.248
Despesas pagas antecipadamente	817
Cauções e depósitos vinculados	485
Intangível - direito de uso	1.852
Intangível - Contrato e bens da Concessão	1.448.527
Fornecedores	174.530
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	46.660
Impostos e contribuições sociais	37.154
Dividendos/juros sob capital próprio	152.772
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	27.180
Arrendamentos Operacionais	1.908
Outros passivos	16.205
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	1.438.429

Transferências de controle

Em 27 de setembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou operações que resultaram na transferência das ações da controlada direta ES GÁS para controlada indireta EDG I. As operações aprovadas foram: (i) pagamento do valor do resgate antecipado da 1ª emissão de notas comerciais, em série única, da Companhia, adquirida pela controlada indireta EDG I, no valor de R\$1.118.018. O pagamento foi realizado mediante a transferência de 382.037.999 de ações ordinárias e 110.252.343 ações preferências, ambas de emissão da ES GÁS, que representavam 77,38% do capital total da ES GÁS de titularidade da Companhia; (ii) aumento do capital social da EDG I mediante a emissões de 111.653.411 novas ações ordinárias e 32.222.057 ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal de emissão ES GÁS e de titularidade da Companhia, representativas de 22,62% do capital social da ES GÁS.

Incorporação EDG I pela ES GÁS

Nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 29 de dezembro de 2023 foi aprovada a incorporação societária da EDG I pela ES GÁS. A operação de incorporação resultou num aumento de capital na ES GÁS no montante de R\$145.160, pela absorção da totalidade do acervo líquido da EDG I, desconsiderando o investimento em ações que a EDG I possui na ES GÁS. Considerando que a ES GÁS e a EDG I possuem um único acionista, a EDG, as ações da EDG I foram canceladas e substituídas pelas ações de emissão da ES GÁS, detidas pela EDG I.

⁽⁶⁾ Aquisição da participação da Agric

Em 04 de agosto de 2023 a controlada Energisa Biogás S/A passou a ser titular de 83,33% do capital social total da Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda.

A Agric é uma empresa de compostagem de resíduos orgânicos industriais para produção de biofertilizante localizado em Santa Catarina.

A assunção do controle da Agric foi consumada por meio do pagamento de R\$6,5 milhões e de um aporte de capital na sociedade no montante de R\$54,5 milhões. O capital aportado será utilizado para investimentos na melhoria do sistema de compostagem e novo projeto de produção de biogás e biometano.

Com esta aquisição, a Companhia ingressa no setor de produção e comercialização de gás natural renovável, grande vetor para a transição energética no País, em linha com a estratégia de diversificação do seu portfólio e com sinergias operacionais e administrativas com as demais linhas de negócios do Grupo Energisa.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “*Business Combination*” na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

Valor justo dos ativos adquiridos	66.393
% de participação	83,33%
Valor da participação	55.325
Valor de aquisição	61.212
Resultado auferido na combinação de negócios	5.887
Data da aquisição	04/08/2023
Caixa e equivalentes de caixa	44.599
Clientes	1.051
Estoques	750
Outros ativos	379
Imobilizado	1.738
Intangível	13.869
Fornecedores	404
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	330
Impostos e contribuições sociais	417
Impostos e contribuições sociais - diferido	4.954
Outros passivos	956
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	61.212

⁽⁷⁾ Aquisição de Empresa de Geração Distribuída Fotovoltaica

Em 28 de janeiro de 2022 a controlada Alsol celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças (contrato), por meio do qual a Alsol se tornará titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes sociedades: SPE Vision Solar I Ltda., Vision Francisco Sá SPE S.A., Vision Itaobim SPE S.A., UFV Vision IV Curvelo S.A., SPE Vision V Almenara Ltda., UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda., SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda., Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda., Renesolar Engenharia Elétrica Ltda., Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda. e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda. (“Sociedades”).

As Sociedades atuam no ramo de geração distribuída fotovoltaica no Estado de Minas Gerais, detendo, conforme o caso, unidades de geração fotovoltaica em operação, em construção e em desenvolvimento.

Em 30 de março de 2022 ocorreu a aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 8 de abril de 2022 foi finalizado aquisição das sociedades que detém os projetos de unidades de geração fotovoltaica em desenvolvimento, quais sejam, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda, com investimento de R\$20.240.

As demais aquisições estão apresentadas a seguir:

	SPE Vision Solar I Ltda	Vision Francisco Sá SPE S/A	UFV Vision IV Curvelo S/A	UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE S/A	Vision Itaobim SPE S/A	SPE Vision V Almenara Ltda	Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda	SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda
Data da aquisição	06/05/2022	06/05/2022	02/10/2023	02/10/2023	01/11/2023	01/03/2024	01/03/2024	02/09/2024
Potência	1,51 MWp	3,70 MWp	3,00 MWp	3,51 MWp	3,89 MWp	2,4 MWp	2,4 MWp	2,4 MWp
Nova razão social	Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA	Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A	Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A	Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A

Em 02 de setembro de 2024 foi finalizado a transferência do controle de todas as SPE's da Vision.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição das companhias apresentadas a seguir de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination” na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	REENERGISA I	REENERGISA II	REENERGISA IV	REENERGISA VI	REENERGISA III	REENERGISA V	REENERGISA VIII	REENERGISA VII
Valor justo dos ativos adquiridos	4.826	8.361	21.364	20.678	11.563	19.449	22.163	25.402
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor da participação	4.826	8.361	21.364	20.678	11.563	19.449	22.163	25.402
Valor de aquisição	7.231	18.520	21.974	21.297	8.641	19.449	22.163	25.402
Resultado auferido na combinação ne negócios	2.405	10.159	610	619	(2.922)	-	-	-
Data da aquisição	06/05/2022	06/05/2022	02/10/2023	02/10/2023	01/11/2023	01/03/2024	01/03/2024	02/09/2024

	REENERGISA I	REENERGISA II	REENERGISA IV	REENERGISA VI	REENERGISA III	REENERGISA V	REENERGISA VIII	REENERGISA VII
Caixa e equivalentes de caixa	1.356	684	1	3	8	1	24	9
Clientes	319	900	-	-	89	0	-	0
Tributos a recuperar	3	10	-	-	-	6	7	14
Outros ativos circulantes	51	178	492	783	110	1.689	1.769	652
Imobilizado	5.927	14.174	17.259	17.909	21.527	18.477	19.893	22.403
Intangível	800	1.900	5.226	2.835	772	384	2.608	2.492
Fornecedores	5	9	98	12	39	1	1	77
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.576	-	1.416	802	2.565	644	2.118	40
Debentures	-	9.342	-	-	8.261	0	-	0
Outros passivos	49	134	100	38	79	79	19	51
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio	7.231	18.520	21.974	21.297	8.641	19.833	22.163	25.402

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício de 2024:

	Saldo em 2023	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	ILP/Transações entre sócios ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrangentes	Incorporação ^(*)	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial ^(**)	Saldo em 2024
Distribuição de Energia Elétrica	6.486.468	1.074.398	462	10.174	(1.449.114)	(669.875)	1.839.366	7.291.879
EMR	366.948	-	178	8.654	-	(81.445)	79.381	373.716
ESE	775.204	-	(72)	2.519	-	(254.752)	260.802	783.701
EPB	1.451.595	-	(1.340)	-	(1.449.114)	(332.573)	331.432	-
EAC	1.940.539	561.050	3.752	18	-	-	36.465	2.541.824
ERO	1.944.931	513.348	(2.056)	(1.040)	-	-	1.129.366	3.584.549
EMT	7.251	-	-	23	-	(1.105)	1.920	8.089
Geração de Energia Elétrica	969.438	24.758	(23.661)	22	-	(292)	(10.309)	959.956
SOBR	5.383	840	-	16	-	-	(490)	5.749
EGUM	7.168	-	-	-	-	(292)	(635)	6.241
EGCS-CO	536	-	-	-	-	-	(5)	531
EGCE-BE	1	9	-	-	-	-	(9)	1
EGCE-MA	1	2	-	-	-	-	(2)	1
EGCE-AL	1	2	-	-	-	-	(2)	1
EGCE-UM	1	8	-	-	-	-	(8)	1
EGCS-RP1	134.273	-	-	-	-	-	2.738	137.011
EGCS-RP2	109.292	-	-	-	-	-	3.781	113.073
ALSOL	712.782	23.897	(23.661)	6	-	-	(15.677)	697.347
Comercialização de Energia Elétrica	43.459	95.821	108	32	-	-	(118.088)	21.332
ECOM	43.459	87.000	114	32	-	-	(114.623)	15.982
CLARKE	-	8.821	(6)	-	-	-	(3.465)	5.350
Prestação de Serviços	174.632	16.299	(493)	1.274	-	(1.975)	259	189.996
ESOL	169.544	14.130	(498)	786	-	-	2.339	186.301
ESEA	899	2.169	-	487	-	-	(2.768)	787
EPLAN	4.189	-	5	1	-	(1.975)	688	2.908
Holdings e demais Companhias	7.706.172	1.997.377	398.081	26.619	498.105	(1.289.704)	1.921.905	11.258.555
Dinâmica	1.907	-	-	-	-	(59)	116	1.964
Denerge	1.981.285	-	176	23.435	-	(555.181)	984.808	2.434.523
CREDE	7.127	-	-	60	-	(2.205)	2.637	7.619
ETE	2.701.181	1.014.445	267	7	-	(76.176)	320.736	3.960.460
EPM	2.575.218	-	34.365	6.519	-	(624.271)	476.766	2.468.597
Voltz	76.737	39.871	-	5	-	-	(50.047)	66.566
EBG	57.584	10	-	-	-	-	921	58.515
EDG	370.566	940.291	61.639	-	-	(3.361)	37.598	1.406.733
EPNE	-	2.760	301.634	(3.407)	498.105	(28.451)	119.801	890.442
Resultado não realizado em controladas	(65.433)	-	-	-	-	-	28.569	(36.864)
Ágio pago na aquisição de controladas	114.753	19.000	-	-	-	-	(14.691)	119.062
Total	15.494.922	3.227.653	374.497	38.121	(951.009)	(1.961.846)	3.618.442	19.840.780

(*) A entrega da participação acionária da EPB à EPNE envolveu: i) a transferência de 100% do Patrimônio Líquido da EPB no valor de R\$1.676.562; ii) a absorção da reserva de capital no montante de R\$227.448 referente distribuição de dividendos do resultado auferido pela EPB no período anterior da transferência do controle; iii) a transferência da nota comercial no valor de R\$1.005.008 (R\$1.000.000 de principal e R\$5.008 de juros) e iv) o repasse de caixa de R\$54.000 da Companhia para sua controlada EPNE.

(**) A equivalência patrimonial no valor de R\$3.739.300, não inclui o valor da perda de R\$12.761 referente a participação no resultado do FIDC, registrada em Outros investimentos

(1) As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

Controladas	ILP	Transações entre sócios ^(*)	Total
Distribuição de Energia Elétrica			
EMR	178	-	178
ESE	(72)	-	(72)
EPB	(1.340)	-	(1.340)
EAC	56	3.696	3.752
ERO	(6)	(2.050)	(2.056)
Geração Distribuída			
ALSOL	33	(23.694)	(23.661)
Comercialização de Energia Elétrica			
ECOM	114	-	114
Clarke	-	(6)	(6)
Prestação de Serviços			
ESOL	(498)	-	(498)
EPLAN	5	-	5
Holdings e demais Companhias			
DENERGE	159	17	176
ETE	265	2	267
EPM	241	34.124	34.365

Controladas	ILP	Transações entre sócios ^(*)	Total
EPNE	752	300.882	301.634
EDG	272	61.367	61.639
Total	159	374.338	374.497

(*) Refere-se a ganhos e perdas por mudança de percentual de participação e/ou aumento de capital, compras de ações e recebimento de dividendos, das controladas.

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício de 2023:

	Saldo em 2022	Aquisição/Adiamento para futuro aumento de capital	ILP/Transações entre sócios ^(*)	Outros Resultados Abrangentes	Incorporação/Transferência ^(**)	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2023
Distribuição de Energia Elétrica	4.169.982	2.524.753	(8.244)	4.352	-	(576.754)	372.379	6.486.468
EMR	340.632	-	272	(9.415)	-	(49.173)	84.632	366.948
ESE	675.352	-	358	11.142	-	(161.382)	249.734	775.204
EPB	1.182.762	-	1.099	2.790	171.624	(344.470)	437.790	1.451.595
EBO	175.287	-	49	-	(171.624)	(20.978)	17.266	-
EAC	1.491.815	496.578	6.305	37	-	-	(54.196)	1.940.539
ERO	304.134	2.021.230	(15.744)	(310)	-	-	(364.379)	1.944.931
EMT	-	6.945	(583)	108	-	(751)	1.532	7.251
Geração de Energia Elétrica	644.804	392.372	74	(12)	-	(1.125)	(66.675)	969.438
SOBR	5.163	397	-	(27)	-	-	(150)	5.383
EGUM	7.884	-	-	-	-	(1.125)	409	7.168
EGCS-CO	518	20	-	-	-	-	(2)	536
EGCE-BE	1	2	-	-	-	-	(2)	1
EGCE-MA	-	5	-	-	-	-	(4)	1
EGCE-AL	-	3	-	-	-	-	(2)	1
EGCE-UM	1	2	-	-	-	-	(2)	1
EGCS-RP1	68.977	84.329	-	-	-	-	(19.033)	134.273
EGCS-RP2	45.229	82.475	-	-	-	-	(18.412)	109.292
ALSOL	517.031	225.139	74	15	-	-	(29.477)	712.782
Comercialização de Energia Elétrica	17.846	-	130	(15)	-	(8.499)	33.997	43.459
ECOM.	17.846	-	130	(15)	-	(8.499)	33.997	43.459
Prestação de Serviços	137.367	38.408	604	10	-	(4.245)	2.488	174.632
ESOL	133.926	34.742	604	166	-	(2.552)	2.658	169.544
ESEA	(36)	3.666	-	(156)	-	-	(2.575)	899
EPLAN	3.477	-	-	-	-	(1.693)	2.405	4.189
Holdings e demais Companhias	5.864.923	1.527.449	(262.143)	20.963	330.259	(1.488.622)	1.760.781	7.706.172
Dinâmica	1.844	-	-	-	-	(10)	73	1.907
Denerge	1.919.436	-	1.531	8.708	-	(996.115)	1.047.725	1.981.285
REDE	6.827	-	4	22	-	(2.694)	2.968	7.127
ETE	1.398.456	1.287.807	203	(6)	-	(4.585)	19.306	2.701.181
EPM	2.622.477	-	(263.910)	12.240	-	(485.218)	689.629	2.575.218
Voltz	1.548	107.633	-	(1)	-	-	(32.443)	76.737
EBG	-	60.049	-	-	-	-	(2.465)	57.584
EDG	-	71.976	29	-	330.259	-	(31.698)	370.566
Resultado não realizado em controladas	(85.681)	-	-	-	-	-	20.248	(65.433)
Outros investimentos	16	(16)	-	-	-	-	-	-
FIDC ^(*)	-	-	-	-	-	-	47.438	-
Distribuição de Gás	-	1.438.429	-	-	(1.460.287)	-	21.858	-
ES GÁS	-	1.438.429	-	-	(1.460.287)	-	21.858	-
Ágio pago na aquisição de controladas	129.871	-	-	-	-	-	(15.118)	114.753
Total	10.964.793	5.921.411	(269.579)	25.298	(1.130.028)	(2.079.245)	2.109.710	15.494.922

(*) Inclui o saldo dos Outros investimentos da Companhia relacionado ao Fundo de Investimento FIDC.

(**) Visando uma estrutura societária mais adequada no segmento de gás, a Companhia detentora das ações da controlada ES GÁS, efetuou em 30 de setembro de 2023 a transferência destas ações para a holding EDG I (controlada indireta). Essa transação não trouxe impacto nas companhias envolvidas, por se tratar de empresas sob o controle da Energisa, e seguiu as recomendações da Lei das S/A.

(2) As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

Controladas	ILP	Transações entre sócios (*)	Total
Distribuição de Energia Elétrica			
EMR	272	-	272
ESE	358	-	358
EPB	1.099	-	1.099
EBO	49	-	49
EAC	401	5.904	6.305
ERO	439	(16.183)	(15.744)
EMT	1	(584)	(583)
Geração Distribuída			
ALSOL	77	(3)	74
Comercialização de Energia Elétrica			
ECOM	130	-	130
Prestação de Serviços			
ESOL	604	-	604
Holdings e demais Companhias			
DENERGE	1.529	2	1.531
REDE	4	-	4
ETE	203	-	203
EPM	509	(264.419)	(263.910)
EDG	29	-	29
Total	5.704	(275.283)	(269.579)

(*) Refere-se a ganhos e perdas por mudança de percentual de participação e/ou aumento de capital das controladas.

Participações indiretas:

2024					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Controlada pela Rede Energia Participações S/A					
ETO	66,27	4.322.006	2.982.008	1.339.998	381.429
EMT	76,48	14.465.006	10.050.551	4.414.455	1.054.719
EMS	86,38	7.432.209	6.091.321	1.340.888	591.734
ESS	85,79	3.276.915	2.625.568	651.347	170.007
MULTI	86,45	40.291	9.641	30.650	13.397
QMRA	86,43	3.086	566	2.520	127
Rede Power	86,43	515.071	23.617	491.454	220.783
CTCE	86,45	3.670	243.368	(239.698)	(14.483)
Controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A					
Nova Gemini	99,90	28	-	28	(37)
Gemini Energy	100	1.408.788	2.142	1.406.646	122.031
LMTE	85,04	1.890.434	1.244.231	646.203	59.641
LXTE	83,34	1.952.920	1.278.037	674.883	55.081
LTTE	100	665.851	496.125	169.726	19.214
LITE	100	133	1.034	(901)	(68)
POMTE	100	3.783	912	2.871	1.368
EGO I	100	565.698	43.484	522.214	57.477
EPA I	100	748.734	258.219	490.515	52.057
EPA II	100	732.542	318.962	413.580	46.085
ETT I	100	1.385.097	696.527	688.570	44.252
EAM I	100	1.191.196	343.616	847.580	70.287
ETT II	100	96.516	17.342	79.174	13.259
EAP	100	317.804	129.487	188.317	38.049
EPT	100	139.638	10.282	129.356	14.574
EAM II	100	155.974	16.631	139.343	28.296
ETE IX	100	1	-	1	-
ETE VII	100	1	-	1	-
ETE IV	100	3.752	766	2.986	540
ETE V	100	1	-	1	-
ETE VIII	100	1	-	1	-
Controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A					
Laralsol	99,9	6.525	6.472	53	1.429

2024					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
URB	100	18.526	904	17.622	1.206
Reenergisa I	100	10.608	732	9.876	1.232
Reenergisa II	100	23.826	1.406	22.420	2.786
Renesolar	100	1.048	492	556	338
Flowsolar	100	9.907	3.300	6.607	4.155
Carbonsolar	100	1.475	49	1.426	(49)
Reenergisa IV	100	29.735	1.762	27.973	1.444
Reenergisa V	100	27.261	1.721	25.540	1.188
Reenergisa VI	100	27.273	1.957	25.316	1.699
Reenergisa VII	100	31.886	1.462	30.424	260
Reenergisa VIII	100	32.173	2.290	29.883	1.996
Reenergisa III	100	28.543	3.094	25.449	(143)
Ângulo Participações	100	115.221	23.738	91.483	(2.804)
Controlada pela Energisa Distribuição de Gás S/A					
ES GÁS	100	2.150.422	1.275.106	875.316	37.564
EDGNE	100	1.564.019	242.491	1.321.528	22.654
Controlada pela Energisa Participações Nordeste S/A					
EPB	100	4.484.866	2.806.361	1.678.505	234.218
Controlada pela Energisa Soluções S/A					
ESOLC	100	82.446	19.351	63.095	(3.618)
2023					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controlada pela Rede Energia Participações S/A					
ETO	66,27	3.783.570	2.627.242	1.156.328	309.175
EMT	76,48	13.301.512	9.352.458	3.949.054	1.336.892
EMS	86,38	6.500.021	5.193.072	1.306.949	561.914
ESS	85,79	2.961.706	2.343.947	617.759	138.628
MULTI	86,45	27.917	10.668	17.249	11.108
QMRA	86,43	3.123	539	2.584	227
Rede Power	86,43	898.035	408.387	489.648	187.799
CTCE	86,45	4.198	230.032	(225.834)	(12.502)
Controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A					
Nova Gemini	99,9	16	-	16	(35)
Gemini Energy	100	1.230.198	18.376	1.211.822	138.073
LMTE	85,04	1.832.956	1.291.789	541.167	61.798
LXTE	83,34	1.946.254	1.353.280	592.974	66.275
LTTE	100	643.617	508.037	135.580	27.326
LITE	100	132	965	(833)	(38)
POMTE	100	2.668	1.165	1.503	3.552
EGO I	100	593.895	55.205	538.690	45.436
EPA I	100	721.714	251.579	470.135	26.971
EPA II	100	716.011	311.630	404.381	36.409
ETT I	100	1.341.642	697.674	643.968	(79.791)
EAM I	100	985.583	310.060	675.523	76.698
ETT II	100	60.673	6.543	54.130	7.963
EAP	100	105.464	12.442	93.022	12.976
EPT	100	137.875	12.262	125.613	10.583
EAM II	100	60.965	1.983	58.982	4.721
ETE IX	100	1	-	1	-
ETE VII	100	1	-	1	-
Controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A					
Laralsol	99,9	4.925	10.088	(5.163)	(717)
URB	100	16.827	487	16.340	1.104
Reenergisa I	100	10.948	347	10.601	(223)
Reenergisa II	100	29.547	8.368	21.179	971
Reenergisa III	100	14	6	8	(68)
Reenergisa IV	100	2.524	188	2.336	1.278
Reenergisa VI	100	204	29	175	(249)
Renesolar	100	27.678	2.274	25.404	(63)
Flowsolar	100	26.229	2.382	23.847	(138)
Carbonsolar	100	29.371	10.155	19.216	120
Controlada pela Energisa Distribuição de Gás S/A					
ES GÁS	100	2.029.449	1.188.195	841.254	(71.483)

17. Imobilizado

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos		606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,35%	27.826	-	3.587	-	-	31.413
Máquinas e equipamentos	15,34%	71.320	-	35.148	-	-	106.468
Veículos	14,23%	11.220	-	1.198	(3.862)	-	8.556
Móveis e utensílios	6,25%	17.831	-	474	-	-	18.305
Total do imobilizado em serviço		128.803	-	40.407	(3.862)	-	165.348
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(7.182)	-	-	-	(1.013)	(8.195)
Máquinas e equipamentos		(33.196)	-	-	-	(12.152)	(45.348)
Veículos		(9.661)	-	-	3.200	(859)	(7.320)
Móveis e utensílios		(14.508)	-	-	-	(309)	(14.817)
Total depreciação acumulada		(64.547)	-	-	3.200	(14.333)	(75.680)
Subtotal imobilizado		64.256	-	40.407	(662)	(14.333)	89.668
Imobilizado em curso		47.329	23.179	(37.229)	-	-	33.279
Total do imobilizado		111.585	23.179	3.178	(662)	(14.333)	122.947

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2022	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos		606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,36%	27.679	-	147	-	27.826
Máquinas e equipamentos	14,96%	56.111	-	15.209	-	71.320
Veículos	14,29%	10.946	-	274	-	11.220
Móveis e utensílios	6,26%	17.381	-	450	-	17.831
Total do imobilizado em serviço		112.723	-	16.080	-	128.803
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(6.258)	-	-	(924)	(7.182)
Máquinas e equipamentos		(25.048)	-	-	(8.148)	(33.196)
Veículos		(8.284)	-	-	(1.377)	(9.661)
Móveis e utensílios		(14.222)	-	-	(286)	(14.508)
Total depreciação acumulada		(53.812)	-	-	(10.735)	(64.547)
Subtotal imobilizado		58.911	-	16.080	(10.735)	64.256
Imobilizado em curso		20.902	35.220	(8.793)	-	47.329
Total do imobilizado		79.813	35.220	7.287	(10.735)	111.585

⁽¹⁾ O montante de R\$3.178 (R\$7.287 em 2023) refere-se às reclassificações para intangível - software e outros.

⁽²⁾ A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre a depreciação dos bens e equipamentos no montante de R\$1.215 (R\$9.588 em 2023).

Consolidado								
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos		2.876	-	-	-	-	-	2.876
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,93%	2.592	-	-	-	-	-	2.592
Edificações e benfeitorias	3,30%	336.588	-	-	84.781	-	-	421.369
Máquinas e equipamentos	11,68%	2.158.488	72.946	20.023	598.024	(5.913)	-	2.843.568
Veículos	14,27%	95.280	-	1.302	10.089	(10.685)	-	95.986
Móveis e utensílios	6,25%	103.225	1	259	4.036	(283)	-	107.238
Total do imobilizado em serviço		2.699.049	72.947	21.584	696.930	(16.881)	-	3.473.629
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(488)	-	-	-	-	(78)	(566)
Edificações e benfeitorias		(30.142)	-	-	-	-	(22.262)	(52.404)
Máquinas e equipamentos		(380.696)	(3.641)	-	-	678	(126.841)	(510.500)
Veículos		(60.803)	-	-	-	8.594	(8.126)	(60.335)

Consolidado								
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 2024
Móveis e utensílios		(70.719)	(1)	-	-	92	(3.442)	(74.070)
Total depreciação acumulada		(542.848)	(3.642)	-	-	9.364	(160.749)	(697.875)
Subtotal imobilizado		2.156.201	69.305	21.584	696.930	(7.517)	(160.749)	2.775.754
Imobilizado em curso		696.720	60.772	432.898	(710.045)	-	-	480.345
Total do Imobilizado		2.852.921	130.077	454.482	(13.115)	(7.517)	(160.749)	3.256.099

⁽¹⁾ Do montante de R\$454.482 (R\$ R\$1.047.160 em 2023), R\$283.156 e R\$373 (R\$899.048, R\$1.383 e R\$505 em 2023) referem-se aos investimentos das controladas diretas ALSOL, RIO PEIXE I e II, R\$170.953 (R\$146.224 em 2023) de investimentos das demais controladas.

⁽²⁾ O montante negativo de R\$13.115 (R\$2.601 em 2023) refere-se às transferências para o ativo contratual - infraestrutura da construção.

⁽³⁾ O montante de R\$7.517 (R\$9.970 em 2023), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo

Consolidado								
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2022	Combinação de Negócios	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos		2.070	-	813	12	(19)	-	2.876
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,93%	4.552	-	28	-	(1.988)	-	2.592
Edificações e benfeitorias	3,34%	107.443	-	-	235.114	(5.969)	-	336.588
Máquinas e equipamentos	13,23%	1.220.086	-	86.916	855.009	(3.523)	-	2.158.488
Veículos	14,29%	76.842	-	104	21.209	(2.875)	-	95.280
Móveis e utensílios	6,25%	97.773	-	285	5.299	(132)	-	103.225
Total do imobilizado em serviço		1.508.766	-	88.146	1.116.643	(14.506)	-	2.699.049
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(1.106)	-	(13)	-	707	(76)	(488)
Edificações e benfeitorias		(13.808)	-	-	-	432	(16.766)	(30.142)
Máquinas e equipamentos		(289.794)	-	(51)	-	636	(91.487)	(380.696)
Veículos		(56.463)	-	(1)	-	2.756	(7.095)	(60.803)
Móveis e utensílios		(67.413)	-	-	-	5	(3.311)	(70.719)
Total depreciação acumulada		(428.584)	-	(65)	-	4.536	(118.735)	(542.848)
Subtotal imobilizado		1.080.182	-	88.081	1.116.643	(9.970)	(118.735)	2.156.201
Imobilizado em curso		794.988	56.695	959.079	(1.114.042)	-	-	696.720
Total do Imobilizado		1.875.170	56.695	1.047.160	2.601	(9.970)	(118.735)	2.852.921

⁽⁴⁾ Do montante de R\$449.939 (R\$ R\$1.047.160 em 2023), R\$303.628 e R\$373 (R\$899.048, R\$1.383 e R\$505 em 2023) referem-se aos investimentos das controladas diretas ALSOL, RIO PEIXE I e II, R\$145.938 (R\$146.224 em 2023) de investimentos das demais controladas.

⁽⁵⁾ O montante negativo de R\$15.746 (R\$2.601 em 2023) refere-se às transferências para o ativo contratual - infraestrutura da construção.

⁽⁶⁾ O montante de R\$7.516 (R\$9.970 em 2023), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

18. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Intangível - contrato de concessão	-	-	17.829.875	16.428.780
Direito de concessão	-	-	385.830	210.396
Direito de uso	2.007	290	112.219	76.020
Intangível - software e outros	88.630	69.932	614.638	474.950
Total	90.637	70.222	18.942.562	17.190.146

18.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2024
Intangível em serviço								
Custo	4,18%	36.167.252	544.565	13.016	2.824.716	(378.161)	-	39.171.388
Amortização acumulada		(16.132.678)	-	-	(3.932)	278.289	(1.916.343)	(17.774.664)
Total Intangível		20.034.574	544.565	13.016	2.820.784	(99.872)	(1.916.343)	21.396.724
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Custo	3,91%	7.384.495	-	-	331.090	(21.008)	-	7.694.577
Amortização acumulada		(3.778.701)	-	-	(3.727)	-	(345.300)	(4.127.728)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		3.605.794	-	-	327.363	(21.008)	(345.300)	3.566.849
Total Intangível - contrato de concessão (5)		16.428.780	544.565	13.016	2.493.421	(78.864)	(1.571.043)	17.829.875

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2022	Combinação de Negócios	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2023
Intangível em serviço								
Custo	4,13%	32.629.314	1.389.137	5.693	2.446.896	(303.788)	-	36.167.252
Amortização acumulada		(14.633.488)	-	-	(2.989)	208.281	(1.704.482)	(16.132.678)
Total Intangível		17.995.826	1.389.137	5.693	2.443.907	(95.507)	(1.704.482)	20.034.574
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Custo	3,79%	6.957.970	-	-	443.807	(17.282)	-	7.384.495
Amortização acumulada		(3.455.054)	-	-	(3.007)	-	(320.640)	(3.778.701)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		3.502.916	-	-	440.800	(17.282)	(320.640)	3.605.794
Total Intangível - contrato de concessão (5)		14.492.910	1.389.137	5.693	2.003.107	(78.225)	(1.383.842)	16.428.780

(1) São transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção.

(2) O montante de R\$78.864 (R\$78.225 em 2023) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

(3) A controladora e suas controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$61.260 (R\$57.145 em 2023), e não inclui o montante de R\$197 (R\$9.674 em 2023) referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

(4) Refere-se aos ativos em construção relacionados a concessão de gás;

(5) Inclui R\$6.270.770 (R\$6.080.206 em 2023) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica, para esses ativos a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,18% (4,13% em 2023). Para os ativos relacionados a estrutura de distribuição de gás natural a taxa média ponderada de amortização é de 4,10% (3,90% em 2023), limitada ao prazo do contrato de concessão.

Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:

Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	2024	2023
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.411.969	2.979.493
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	5.808.875	5.780.194
Participação da União - recursos RGR ⁽³⁾	302.598	298.629
Reserva para reversão ⁽⁴⁾	4.620	5.384
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	338.858
(-) Amortização acumulada	(4.127.728)	(3.778.701)
Total	5.739.192	5.623.857
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.632.918	1.430.471
Ativo contratual - infraestrutura em construção	539.425	587.592
Intangível - contrato de concessão	3.566.849	3.605.794
Total	5.739.192	5.623.857

⁽¹⁾ As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ Inclui a participação da União, com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados aos programas Luz para Todos e Mais Luz para Amazônia; a participação do Governo do Estado; e recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito do uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

⁽³⁾ Participação da União - recursos RGR Indenização a concessão - Ativo contratual - infraestrutura em construção - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo contratual - infraestrutura em construção nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL.

⁽⁴⁾ A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão de distribuição de energia elétrica, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

18.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	2024	2023
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	327.186	112.436
(-) Amortização acumulada	(777.957)	(738.641)
Subtotal	385.830	210.396

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	210.396	234.546
Aquisição participação	214.750	15.593
(-) Amortização no exercício	(39.316)	(39.743)
Saldo em 2024 e 2023	385.830	210.396

(1) **Intangível reconhecido por controladas:**

Refere-se ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado desde abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 2024, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$55.407 (R\$80.032 em 2023).

(2) **Intangíveis reconhecidos pela controladora:**

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ESE e EPB, no montante de R\$56.771 (R\$66.634 em 2023), líquido das amortizações. A Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear, desde 01 de janeiro de 2017.

Adicionalmente a Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, em montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 2023). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) **Combinação de negócio - Aquisição de participação**

- I. Grupo Rede - em 11 de abril de 2014 foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram amortizados R\$60.553 (R\$55.728 em 2023).

II. Outras aquisições:

Empresa	Controladora	Data de aquisição	2024	2023
Dinâmica	ESA	14/05/2015	4.512	4.512
ALSOL	ESA	17/06/2019	29.467	29.467
URB	ALSOL	12/2021	18	18
REENERGISA I	ALSOL	06/05/2022	2.405	2.405
REENERGISA II	ALSOL	06/05/2022	10.159	10.159
REENERGISA IV	ALSOL	02/10/2023	610	610
REENERGISA VI	ALSOL	02/10/2023	619	619
CLARKE	ESA	22/03/2024	13.036	-
EDGNE	EDISGÁS	31/12/2024	189.863	-

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do IRPJ e CSSL
2025 e 2026	34.754	8.373
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 e 2032	13.572	-
2033 e 2034	5.259	-
2035 e 2036	5.259	-
2037 em diante	247.357	-
Total	385.830	18.839

18.3 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Direito de uso					
Custo	20,33%	823	2.365	-	3.188
Amortização acumulada		(533)	-	(648)	(1.181)
Total do intangível - direito de uso		290	2.365	(648)	2.007

	Controladora			
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
Direito de uso				
Custo	4.86%	823	-	823
Amortização acumulada		(493)	(40)	(533)
Total do intangível - direito de uso		330	(40)	290

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Direito de uso						
Custo	10,71%	145.828	58.141	(102)	-	203.867
Amortização acumulada		(69.808)	-	4	(21.844)	(91.648)
Total do intangível - direito de uso		76.020	58.141	(98)	(21.844)	112.219

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2022	Combinação de Negócios	Adição	Baixa	Amortização	Saldos em 2023
Direito de uso							
Custo	5,07%	122.228	3.375	30.943	(10.718)	-	145.828
Amortização acumulada		(60.886)	(1.523)	-	-	(7.399)	(69.808)
Total do intangível - direito de uso		61.342	1.852	30.943	(10.718)	(7.399)	76.020

18.4 Intangível - software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2024
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	123.581	-	2.282	-	125.863
Amortização acumulada		(59.732)	-	-	(19.436)	(79.168)
Em Curso		6.083	41.312	(5.460)	-	41.935
Total do intangível - software e outros		69.932	41.312	(3.178)	(19.436)	88.630

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2022	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 2023
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	84.388	-	39.193	-	123.581
Amortização acumulada		(46.693)	-	-	(13.039)	(59.732)
Em Curso		34.842	17.721	(46.480)	-	6.083
Total do intangível - software e outros		72.537	17.721	(7.287)	(13.039)	69.932

⁽¹⁾ O montante negativo de R\$3.178 (R\$7.287 em 2023) refere-se às transferências para o imobilizado.

	Consolidado							
	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 2023	Combinação de Negócios	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixa	Amortização	Saldo em 2024
Custo dos Softwares e outros								
Em serviço	20,00%	974.834	67.303	245	45.616	(4.889)	-	1.083.109
Amortização Acumulada		(552.247)	-	-	-	1.358	(121.764)	(672.653)
Em curso		52.363	-	198.159	(46.340)	-	-	204.182
Total do intangível - software e outros		474.950	67.303	198.404	(724)	(3.531)	(121.764)	614.638

	Consolidado							
	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 2022	Combinação de Negócios	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixa	Amortização	Saldo em 2023
Custo dos Softwares e outros								
Em serviço	20,00%	668.636	8.875	5.625	291.976	(278)	-	974.834
Amortização Acumulada		(466.562)	(42)	-	(24)	-	(85.619)	(552.247)
Em curso		175.352	-	171.884	(294.873)	-	-	52.363
Total do intangível - software e outros		377.426	8.833	177.509	(2.921)	(278)	(85.619)	474.950

⁽¹⁾ O montante de R\$724(R\$2.921 em 2023) refere-se às transferências para o ativo contratual - infraestrutura em construção.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	1.384.458	1.361.776
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	-	-	116.388	80.837
Compra de gás natural ⁽³⁾	-	-	104.167	182.062
Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS ⁽⁴⁾	-	-	192.294	168.583
Encargos de conexão ⁽¹⁾	-	-	17.624	17.874
Encargo de serviços do sistema ⁽⁵⁾	-	-	34.290	43.576
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	-	-	29.221	27.350
Materiais, serviços e outros ⁽⁶⁾	44.252	36.077	917.682	823.816
Total	44.252	36.077	2.796.124	2.705.874
Circulante	38.121	33.330	2.622.158	2.556.850
Não Circulante	6.131	2.747	173.966	149.024

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidos pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Os custos mais elevados em 2024 dos efeitos de curto prazo foram motivados, principalmente, pela redução da geração hídrica.

⁽³⁾ **Compra de Gás Natural** - refere-se à aquisição de gás natural dos supridores Petrobrás, GALP, 3R PETROLEUM - TAG.

⁽⁴⁾ **Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS** - refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte.

⁽⁵⁾ **Encargos do serviço do sistema** - ESS - os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o custo do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao mesmo período de 2023;

⁽⁶⁾ **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

20. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldos em 2023	Captação ⁽¹⁾	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
CDI	1.535.994	1.000.000	(1.855.857)	(418.394)	145.890	-	407.633
(-) Custo com captação	(1.451)	-	-	-	1.451	-	-
Total ao custo amortizado	1.534.543	1.000.000	(1.855.857)	(418.394)	147.341	-	407.633
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	492.261	-	(447.036)	(19.351)	101.563	-	127.437
Euro	52.659	-	-	(3.407)	14.142	-	63.394
(-) Custo com captação	(124)	-	-	-	124	-	-
Marcação a mercado	(4.444)	-	-	-	-	4.022	(422)
Total ao valor justo	540.352	-	(447.036)	(22.758)	115.829	4.022	190.409
Total	2.074.895	1.000.000	(2.302.893)	(441.152)	263.170	4.022	598.042
Circulante	1.486.575						598.042
Não Circulante	588.320						-

(1) Dos valores de pagamento de principal e pagamento de juros está incluso o valor de R\$1.005.009 (R\$1.000.000 de principal e R\$5.009 de juros) foram liquidados com a entrega da participação acionária da EPB à EPNE, conforme nota explicativa nº 16.

	Controladora						
	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal ⁽¹⁾	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
CDI	1.602.477	1.091.938	(1.326.795)	(94.875)	263.249	-	1.535.994
(-) Custo com captação	(3.933)	-	-	-	2.482	-	(1.451)
Total ao custo amortizado	1.598.544	1.091.938	(1.326.795)	(94.875)	265.731	-	1.534.543
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	260.921	248.364	-	(14.675)	(2.349)	-	492.261
(-) Custo com captação	-	50.000	-	-	2.659	-	52.659
Marcação a mercado	(371)	-	-	-	247	-	(124)
Total ao valor justo	(17.772)	-	-	-	-	13.328	(4.444)
Total	242.778	298.364	-	(14.675)	557	13.328	540.352
Total	1.841.322	1.390.302	(1.326.795)	(109.550)	266.288	13.328	2.074.895
Circulante	543.926						1.486.575
Não Circulante	1.297.396						588.320

(1) Do montante de R\$1.326.795 de pagamento de principal, R\$1.130.028 foram liquidados com a entrega da participação acionária da ES GÁS à EDG I, conforme nota explicativa nº 16.

Consolidado									
	Saldos em 2023	Captação	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado									
Moeda nacional									
Pré Fixado	608.080	-	11.639	(37.610)	(34.104)	37.578	-	-	585.583
Pós Fixado									
INPC	128.123	-	-	(11.430)	(6.249)	12.147	-	-	122.591
IPCA	3.459.149	964.000	12.424	(261.650)	(229.851)	382.078	-	-	4.326.150
CDI	6.015.702	2.445.009	-	(5.047.583)	(1.061.529)	661.016	-	-	3.012.615
TR	993.693	-	-	-	(78.710)	100.229	-	-	1.015.212
(-) Custo com captação	(27.229)	-	(267)	-	-	14.564	(12.879)	-	(25.811)
Outros	13.638	1.879	-	(1.447)	(744)	1.444	-	-	14.770
Total ao custo amortizado	11.191.156	3.410.888	23.796	(5.359.720)	(1.411.187)	1.209.056	(12.879)	-	9.051.110
Mensuradas ao valor justo									

Consolidado									
	Saldos em 2023	Captação	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Moeda estrangeira									
Dólar	6.296.228	5.912.253		(6.522.328)	(378.403)	1.976.478	-	-	7.284.228
Euro	385.086	-		-	(16.780)	94.331	-	-	462.637
(-) Custo com captação	(124)	-		-	-	124	-	-	-
Marcação a mercado	2.176	-		-	-	-	-	(77.424)	(75.248)
Total ao valor justo	6.683.366	5.912.253	-	(6.522.328)	(395.183)	2.070.933	-	(77.424)	7.671.617
Total	17.874.522	9.323.141	23.796	(11.882.048)	(1.806.370)	3.279.989	(12.879)	(77.424)	16.722.727
Circulante	4.744.243								5.001.313
Não Circulante	13.130.279								11.721.414

Consolidado									
	Saldos em 2022	Captação	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado									
Moeda nacional									
Pré Fixado	546.993	81.071	-	(32.472)	(25.388)	37.876	-	-	608.080
Pós Fixado									
INPC	133.445	1.559	-	(12.748)	(6.651)	12.518	-	-	128.123
IPCA	2.459.407	1.097.440	-	(155.739)	(202.475)	260.516	-	-	3.459.149
SELIC	3.285	-	-	(3.260)	(252)	227	-	-	-
CDI	4.961.076	1.950.000	46.696	(1.139.457)	(546.954)	744.341	-	-	6.015.702
TR	956.407	-	-	-	(86.404)	123.690	-	-	993.693
(-) Custo com captação	(21.407)	-	(36)	-	-	10.014	(15.800)	-	(27.229)
Outros	21.967	2.532	-	(550)	(11.862)	1.551	-	-	13.638
Total ao custo amortizado	9.061.173	3.132.602	46.660	(1.344.226)	(879.986)	1.190.733	(15.800)	-	11.191.156
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	4.710.548	4.490.885	-	(2.607.958)	(253.482)	(43.765)	-	-	6.296.228
Euro	493.860	230.865	-	(337.812)	(7.242)	5.415	-	-	385.086
(-) Custo com captação	(371)	-	-	-	-	247	-	-	(124)
Marcação a mercado	(57.878)	-	-	-	-	-	-	60.054	2.176
Total ao valor justo	5.146.159	4.721.750	-	(2.945.770)	(260.724)	(38.103)	-	60.054	6.683.366
Total	14.207.332	7.854.352	46.660	(4.289.996)	(1.140.710)	1.152.630	(15.800)	60.054	17.874.522
Circulante	4.045.261								4.744.243
Não Circulante	10.162.071								13.130.279

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2024	2023								
ESA										
FRN Santander - 4132130	-	23.050	CDI + 0.90%	-	nov/24	Semestral a partir de dez/21	11,78%	-	-	1
BRADESCO - NP 6ª Emissão 2ª Série	-	189.279	CDI + 2.30%	-	dez/24	Final	13,18%	-	-	2
BANCO DA CHINA BRASIL - CCB - L0036-2020	85.441	85.170	CDI + 1.60%	-	dez/25	Final	12,48%	-	-	2
BTG - FIDC ⁽⁶⁾	322.192	283.900	CDI + 2.35%	-	jan/25	Final	13,23%	-	-	NA
Nota Promissória 7ª Emissão	-	954.595	CDI + 1.80%	-	jul/24	Final	12,68%	-	-	2
(-) Custo com captação	-	(1.451)								
Total em Moeda Nacional	407.633	1.534.543								
ICBC - CCB	-	242.098	USD + 1.85%	CDI + 1,71 %	jun/24	Final	29,75%	12,59%	-	2
ICBCBRPANAMAWK2021001	-	150.510	USD + 5.84%	CDI + 1,85 %	jun/25	Final	33,74%	12,73%	-	2
SCOTIABANK LOAN 26062023	-	99.653	USD + 5.74%	CDI + 1,85 %	jun/25	Final	33,64%	12,73%	-	2
JP MORGAN LOAN 28062023	127.437		EURO + 5.13%	CDI + 1,85 %	jun/25	Final	25,4%	12,73%	-	2
BNP Loan 01072023	63.394	52.659								
(-) Custo com captação	-	(124)								
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(422)	(4.444)								
Total em Moeda Estrangeira	190.409	540.352								
Total ESA	598.042	2.074.895								
ESE										

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2024	2023								
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	3.995	3.916	IPC + 5.41%	-	jul/44	Mensal a partir de jan/21	10,09%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Sergipe CD	2.042	3.088	IPCA + 5.78%	-	jun/26	Mensal a partir de jun/21	10,61%	-	A	NA
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A	27.923	36.033	IPCA + 1.83 + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,66%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B	71.181	67.895	IPCA + 1.83 + 3.00%	CDI + 0,02%	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,66%	10,90%	A + R	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	7.260	7.191	IPC + 5.16%	-	fev/41	Mensal a partir de abr/22	9,84%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	2.554	2.531	IPC + 5.16%	-	dez/40	Mensal a partir de abr/22	9,84%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	150.229	CDI + 1.80%	-	Jun/25	Final	12,68%	-	A	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	35.061	54.451	IPCA + 5.78%	-	mai/26	Mensal a partir de jul/23	10,61%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.350	11.144	IPCA + 5.41%	-	jun/44	Mensal a partir de jul/23	10,24%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	6.574	8.055	IPCA + 4.96%	-	abr/28	Mensal a partir de jul/23	9,79%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	961	-	IPC + 4.96%	-	set/25	Mensal a partir de mar/24	9,64%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0331-1	76.760	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,81%	-	F	NA
(-) Custo com captação	(915)	(943)								
Total em Moeda Nacional	244.746	343.590								
Resolução 4131 - Citibank Loan 62779	-	244.505	SOFR + 0.75%	CDI + 1,40%	jul/24	Final	33,96%	12,28%	A	2
Resolução 4131 - Citibank Loan 63406	-	61.272	SOFR + 0.84%	CDI + 1,55 %	jul/24	Final	34,05%	12,43%	A	2
CITIBANK - LOAN TRADE 64065	-	49.902	SOFR + 0.86%	CDI + 1,70 %	jul/24	Final	34,07%	12,58%	A	2
CITIBANK - LOAN TRADE 66131	457.285	-	SOFR + 0.93%	CDI 1,25 %	jul/26	Final	34,14%	12,13%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(7.213)	1.199								
Total em Moeda Estrangeira	450.072	356.878								
Total ESE	694.818	700.468								
EPB										
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa Saldado	1.923	2.135	INPC + 5.28%	-	dez/29	Mensal a partir de jan/21	-	-	A	NA
CCB Bradesco 24032020	-	137.402	CDI + 1.75%	-	mar/24	Final	12,63%	-	A	2
BUTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A	91.044	101.113	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	fev/31	Mensal a partir de abr/22	9,89%	-	A + R	2
BUTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B	60.246	57.464	IPCA + 1.83% + 3.23%	CDI + 0,25%	dez/34	Mensal a partir de fev/31	9,89%	11,13%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD ⁽⁷⁾	22.138	23.013	INPC + 5.28%	-	jun/33	Mensal a partir de jan/21	10,05%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I ⁽⁷⁾	66.626	68.883	INPC + 5.28%	-	nov/33	Mensal a partir de jan/21	10,05%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I ⁽⁷⁾	1.450	1.499	INPC + 5.28%	-	nov/33	Mensal a partir de jan/21	10,05%	-	A	NA
1ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA ⁽⁹⁾	-	50.076	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
BNDES - 23.2.0334-1	110.770	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,81%	-	F	2
(-) Custo com captação	(1.011)	(239)								
Total em Moeda Nacional	353.186	441.346								
BAML - LOAN 24032023	58.678	45.876	USD + 5.03%	CDI + 1,55 %	mar/25	Final	32,93%	12,43%	A	2

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencime nto	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garant ias ⁽²⁾	Cove nants ⁽³⁾
	2024	2023								
SCOTIABANK LOAN 4131 09032023	-	38.277	USD + 1.52%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	29,42%	12,53%	A	2
SCOTIABANK LOAN 4131 09032023	24.307	18.997	USD + 5.36%	CDI + 1,57 %	mar/26	Final	33,26%	12,45%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 63408	-	61.272	SOFR + 0.84%	CDI + 1,55 %	jul/24	Final	5%	12,43%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 64064	-	49.902	SOFR + 0.86%	CDI + 1,70 %	jul/24	Final	34,07%	12,58%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 66133	144.037	-	SOFR + 0.93%	CDI + 1,25 %	jul/26	Final	34,14%	12,13%	A	2
SANTANDER LOAN CCB 1067308	193.491	-	USD + 5.37%	CDI + 1,25 %	jul/26	Final	33,27%	12,13%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(4.585)	(799)								
Total em Moeda Estrangeira	415.928	213.525								
Total EPB	769.114	654.871								
EMR										
BTG PACTUAL - BNDES 2/20	67.627	70.952	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,89%	-	A + R	2
1ª Nota comercial	105.916	106.719	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	12,43%	-	A	2
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	90.137	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
BNDES - 23.2.0337-1	60.279	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de juL/25	11,81%	-	F	2
(-) Custo com captação	(785)	(850)								
Total em Moeda Nacional	233.037	266.958								
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021	-	38.277	USD + 1.52%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	29,42%	12,53%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 28012021	-	88.692	USD + 1.83%	CDI + 1,75 %	fev/24	Final	29,73%	12,63%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 09122021	-	34.155	USD + 2.19%	CDI + 1,50%	jun/24	Final	30,09%	12,38%	A	2
BAML - LOAN 20052022	37.849	29.591	USD + 3.98%	CDI + 1,75 %	mai/25	Final	31,88%	12,63%	A	2
BAML - LOAN 24012023	125.821	98.404	USD + 5.31%	CDI + 1,40 %	jan/25	Final	33,21%	12,28%	A	2
BAML - LOAN 18122024	128.741	-	USD + 5.34%	CDI + 1,58 %	jan/26	Final	33,24%	12,46%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 06122024	113.049	-	USD + 4.52%	CDI + 1,10 %	dez/27	Final	32,42%	11,98%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(4.306)	(2.341)								
Total em Moeda Estrangeira	401.154	286.778								
Total EMR	634.191	553.736								
EMT										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.690	353.542	TR + 7.00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	7,81%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	328.116	360.251	CDI + 0.70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	11,58%	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	86.034	111.084	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,66%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	219.438	209.308	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,66%	10,90%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD ⁽⁷⁾	11.018	11.690	INPC + 5.46%	-	dez/31	Mensal a partir de jan/21	10,23%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco ⁽⁷⁾	1.371	1.376	INPC + 0.00%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	4,77%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	500.763	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	67.471	-	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	12,08%	-	A	2
SANTANDER - FRN - CCB Nº 1071684	301.940	-	CDI + 1.04%	-	dez/27	Final	11,92%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	203.445	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de juL/25	11,81%	-	F	2
(-) Custo com captação	(2.870)	(3.060)								
Total em Moeda Nacional	1.569.653	1.544.954								
Merryl Lynch Loan 09022022	160.472	133.427	EURO + 1.48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	21,75%	12,48%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021	-	113.500	USD + 1.21%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	29,11%	12,53%	A	2
J P MORGAN Loan	-	286.265	USD + 3.04%	CDI + 1,55%	mar/24	Final	30,94%	12,43%	A	2
Citibank Loan 60976	-	101.819	SOFR + 1.00%	CDI + 1,40%	mar/24	Final	34,21%	12,28%	A	2

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencime nto	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garant ias ⁽²⁾	Cove nants ⁽³⁾
	2024	2023								
Scotiabank Loan 13102022	-	241.016	USD + 5.25%	CDI + 1,40%	ago/24	Final	33,15%	12,28%	A	2
Merryl Lynch Loan 01122022	-	186.563	USD + 5.67%	CDI + 1,45%	dez/24	Final	33,57%	12,33%	A	2
Citibank Loan 62778	-	293.478	SOFR + 0.80%	CDI + 1,50%	jun/24	Final	34,01%	12,28%	A	2
Scotiabank Loan 09032023 ¹	279.530	218.469	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	33,26%	12,45%	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023 ¹	35.207	27.525	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	32,93%	12,43%	A	2
Safra Loan 157495	-	15.404	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	fev/24	Final	34,32%	12,48%	A	2
Safra Loan 157497	-	13.030	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	ago/24	Final	34,32%	12,48%	A	2
Safra Loan 157522	15.858	11.535	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	34,32%	12,48%	A	2
Safra Loan 157523	295.312	214.812	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	ago/25	Final	34,32%	12,48%	A	2
BAML LOAN 17112023	152.667	119.382	USD + 5.95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	33,85%	12,41%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65874	365.181	-	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	34,71%	12,13%	A	2
Scotiabank Loan 4131 30072024	311.874	-	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	32,93%	12,28%	A	2
J P MORGAN Loan 20092024	171.206	-	USD + 5.27%	CDI + 0,60%	jan/25	Final	33,17%	11,48%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(13.247)	1.452								
Total em Moeda Estrangeira	1.774.060	1.977.677								
Total EMT	3.343.713	3.522.631								
EMS										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.730	291.607	TR + 7.00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	7,81%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	149.731	164.392	CDI + 0.70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	11,58%	-	R	NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	70.275	90.686	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,66%	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	179.142	170.872	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02%	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,66%	10,90%	A + R	2
Nota Promissória 3ª emissão	-	68.120	CDI + 1.75%	-	jul/24	Final	12,63%	-	A	2
1ª Nota comercial 1ª série	211.396	212.927	CDI + 1.40%	-	jul/25	Final	12,28%	-	A	2
1ª Nota comercial 2ª série	211.545	213.074	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	12,43%	-	A	2
2ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	190.290	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
BNDES - 23.2.0329-1	148.324	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de juL/25	11,81%	-	F	2
3ª Nota comercial Série Única	53.414	-	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	12,08%	-	A	2
(-) Custo com captação	(2.900)	(3.415)								
Total em Moeda Nacional	1.312.657	1.398.553								
BAML - LOAN 4131 - 16032022	72.825	60.559	EURO + 1.60%	CDI + 1,60 %	mar/25	Final	21,87%	12,48%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 28012021	-	74.677	USD + 1.83%	CDI + 1,60 %	fev/24	Final	29,73%	12,63%	A	2
Loan Citi - 60975	-	152.729	SOFR + 1.00%	CDI + 1,75 %	mar/24	Final	34,21%	12,28%	A	2
Scotiabank Loan 4131 01122022	-	139.524	USD + 4.48%	CDI + 1,40 %	dez/25	Final	32,38%	12,33%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24032023	82.149	64.226	USD + 5.03%	CDI + 1,45 %	mar/25	Final	32,93%	12,43%	A	2
Citibank - Loan Trade 64331	-	141.173	SOFR + 0.84%	CDI + 1,55 %	set/25	Final	34,05%	12,53%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65873	292.332	-	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25 %	jun/28	Final	34,71%	12,13%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24042024	232.259	-	USD + 5.34%	CDI + 1,25 %	jun/26	Final	33,24%	12,13%	A	2
Scotiabank Loan 4131 Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	182.202	-	USD + 5.03%	CDI + 1,40 %	ago/27	Final	32,93%	12,28%	A	2
Total em Moeda Estrangeira	852.943	631.334								
Total EMS	2.165.600	2.029.887								
ETO										
BNDES - 20.2.0496-1	164.571	172.667	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,66%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	2.764	3.035	INPC + 4.96%	-	jun/30	Mensal a partir de jan/21	9,73%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.745	1.751	INPC + 5.17%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,94%	-	A	NA
1ª Emissão Nota Comercial	134.719	119.645	CDI + 1.55%	-	set/25	Final	12,43%	-	A	2
2ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	30.046	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
3ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	157.083	157.658	CDI + 1.55%	-	ago/25	Final	12,43%	-	A	2

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencime nto	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garant ias ⁽²⁾	Cove nants ⁽³⁾
	2024	2023								
BNDDES - 23-2-0332-1	118.932	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,81%	-	F	2
4ª NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	9.839	-	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	12,08%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.785)	(1.233)								
Total em Moeda Nacional	587.868	483.569								
BAML - LOAN 4131 - 28012021	-	74.677	USD + 1.83%	CDI + 1,75%-	fev/24	Final	29,73%	12,63%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 19032024	126.530	-	USD + 5.43%	CDI + 1,30%	mar/26	Final	33,33%	12,18%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 12082024	196.483	-	USD + 4.74%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	32,64%	12,28%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 09122024	133.355	-	USD + 4.42%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	32,32%	11,98%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(8.542)	(257)								
Total em Moeda Estrangeira	447.826	74.420								
Total ETO	1.035.694	557.989								
ESS										
BNDDES - 20.2.0497-1	126.693	132.924	IPCA + 2.10%+ 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,93%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	10.867	11.991	INPC + 4.91%	-	abr/30	Mensal a partir de jan/21	9,68%	-	A	NA
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMIÇÃO 3ª SÉRIE	-	123.096	CDI + 1.50%	-	ago/24	Final	12,38%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Défict - Plano Elétricas BD I	2.170	2.206	INPC + 4.75%	-	fev/36	Mensal a partir de abr/22	9,52%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	158.875	160.079	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	12,43%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Défict - Plano Elétricas OP	519	544	INPC + 5.04%	-	dez/32	Mensal a partir de jan/23	9,81%	-	A	NA
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	50.076	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
BNDDES - 23.2.0333-1	88.013	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,81%	-	F	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ¹⁾	9.839	-	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	12,08%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.562)	(1.407)								
Total em Moeda Nacional	395.414	479.509								
Scotiabank Loan - 14122021	-	119.365	USD + 1.98%	CDI + 1,60%	ago/24	Final	29,88%	12,48%	A	2
Scotiabank Loan - 13102022	-	60.253	USD + 5.25%	CDI + 1,40%	ago/24	Final	33,15%	12,28%	A	2
SANTANDER Loan - CCB	114.654	-	USD + 5.40%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	33,30%	12,13%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 ¹⁾	290.219	-	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	32,93%	12,28%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024	51.386	-	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	32,42%	11,98%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(6.942)	(4.683)								
Total em Moeda Estrangeira	449.317	174.935								
Total ESS	844.731	654.444								
ERO										
CCEE - Eletrobrás	142.036	144.719	PRÉ + 5.00%	-	out/48	Mensal a partir de jan/24	5,00%	-	R	NA
FRN 4131614	-	14.336	CDI + 0.90%	-	nov/24	Semestral a partir de dez/21	11,78%	-	A	1
BTG PACTUAL - BNDDES 4/200	192.025	201.469	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,89%	-	A + R	2
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	400.610	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
BNDDES - 23-2-0335-1	38.614	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,81%	-	F	2
(-) Custo com captação	(351)	(1.752)								
Total em Moeda Nacional	372.324	759.382								
Scotiabank Loan 13102022	-	60.253	USD + 5.25%	CDI + 1,40%	ago/24	Final	33,15%	12,28%	A	2
Santander Loan CCB	-	304.773	USD + 6.63%	CDI + 1,65%	ago/24	Final	34,53%	12,53%	A	2
Citibank Loan 64334	-	204.060	SOFR + 0.84%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	34,05%	12,53%	A	2
CITIBNAK NCE - TRADE 65875	256.859	-	SOFR + 1.47%	CDI + 1,10%	jun/27	Final	34,68%	11,98%	A	2

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencime nto	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garant ias ⁽²⁾	Cove nants ⁽³⁾
	2024	2023								
SANTANDER LOAN CCB 1067306	341.454	-	USD + 5.37%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	33,27%	12,13%	A	2
SCOTIABANK LOAN 4131 - 30072024 ¹	77.967	-	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	32,93%	12,28%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(6.277)	5.909								
Total em Moeda Estrangeira	670.003	574.995								
Total ERO	1.042.327	1.334.377								
EAC										
CCEE - Eletrobrás	67.553	68.812	PRÉ + 5.00%	-	dez/48	Mensal a partir de jan/24	5,00%	-	R	NA
BTG PACTUAL - BNDES 1/20	95.945	100.660	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,89%	-	A + R	2
NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMIÇÃO 5ª SÉRIE	-	17.088	CDI + 1.81%	-	jan/24	Final	12,69%	-	A	2
NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMIÇÃO 6ª SÉRIE	-	324.132	CDI + 1.81%	-	jul/24	Final	12,69%	-	A	2
China Constrution Bank CCB nº 1303950	90.467	90.191	CDI + 1.50%	-	jun/26	Final	12,38%	-	A	2
1ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁹⁾	-	140.214	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
BNDES - 23.2.0336-1	64.096	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de juL/25	11,81%	-	F	2
(-) Custo com captação	(2.122)	(3.291)								
Total em Moeda Nacional	315.939	737.806								
Total EAC	315.939	737.806								
ESOL										
BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56735	-	8.556	USD + 1.74%	CDI + 1,34%	fev/24	Anual a partir de fev/23	29,64%	12,22%	A	NA
BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56890	-	12.002	USD + 1.77%	CDI + 1,36%	jun/24	Anual a partir de jun/23	29,67%	12,24%	A	NA
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	-	(327)								
Total em Moeda Estrangeira	-	20.231								
Total ESOL	-	20.231								
ETE										
1ª Nota Comercial	352.359	352.456	CDI + 1,45%	-	jun/25	Final	12,33%	-	A	NA
(-) Custo com captação	(175)	(524)								
Total em Moeda Nacional	352.184	351.932								
Santander Loan 4131 - 27072023	-	469.531	USD + 6.68%	CDI + 1,75%	jul/25	Final	34,58%	12,63%	A	2
CITIBANK - LOAN TRADE Nº 67071 ⁽³⁾	142.386	-	SOFR + 0.79%	CDI + 0,40%	jun/25	Final	34,00%	11,28%	A	2
BAML LOAN 4131 - 24122024	97.221	-	USD + 5.26%	CDI + 0,69%	dez/26	Final	33,16%	11,57%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.145)	8.439								
Total em Moeda Estrangeira	238.462	477.970								
Total ETE	590.646	829.902								
EPA I										
BASA - CCB 048-19/0002-0 ⁽⁵⁾	187.337	195.329	IPCA + 1.89%	CDI - 3,88%	abr/40	Mensal a partir de mai/24	6,72%	7,00%	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(924)	(999)								
Total em Moeda Nacional	186.413	194.330								
Total EPA I	186.413	194.330								
EPA II										
BASA - CCB 128-20/0050-8 ⁽⁵⁾	236.385	242.625	IPCA + 1.68%	CDI - 4,07%	jul/40	Mensal a partir de mai/24	6,51%	6,81%	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(1.244)	(1.323)								
Total em Moeda Nacional	235.141	241.302								
Total EPA II	235.141	241.302								
ECOM										
XP Comercializadora LP01- 2024	5.872	71.777	IPCA + 0.00	-	jan/25	Mensal a partir de fev/24	4,83%	-	-	N/A
Total em Moeda Nacional	5.872	71.777								
BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56889	-	19.195	USD + 1.76%	CDI + 1,36%	mai/24	Anual a partir de jun/23	29,66%	12,24%	A	N/A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencime nto	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garant ias ⁽²⁾	Cove nants ⁽³⁾
	2024	2023								
BBM LOAN AGREEMENT Nº 57777	-	30.034	USD + 5.45%	CDI + 1,40%	set/24	Final	33,35%	12,28%	A	N/A
BOCOM BBM LOAN Nº 58172	48.688	-	USD + 5.06%	CDI + 1,42 %	mai/26	Final	32,96%	12,3%	A	N/A
BOCOM BBM LOAN Nº 58394	33.998	-	USD + 4.54%	CDI + 0,95 %	set/25	Final	32,44%	11,83%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(770)	(765)								
Total em Moeda Estrangeira	81.916	48.464								
Total ECOM	87.788	120.241								
EGCS-RP1										
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO A	55.411	55.112	IPCA + 1.50% + 5.31%	-	set/47	Mensal a partir de jan/24	11,64%	-	F	2
(-) Custo com captação	(251)	(273)								
Total em Moeda Nacional	55.160	54.839								
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 27072023 ⁽³⁾	-	67.718	USD + 6.40%	-	jan/24	Final	34,3%	12,16%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	-	(41)								
Total em Moeda Estrangeira	-	67.677								
Total EGCS-RP1	55.160	122.516								
EGCS-RP2										
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO B	55.411	55.112	IPCA + 1.50% + 5.31%	-	set/47	Mensal a partir de jan/24	11,64%	-	F	2
(-) Custo com captação	(251)	(273)								
Total em Moeda Nacional	55.160	54.839								
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 27072023 ⁽³⁾	-	67.718	USD + 6.40%	-	jan/24	Final	34,3%	12,16%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	-	(41)								
Total em Moeda Estrangeira	-	67.677								
Total EGCS-RP2	55.160	122.516								
ETT										
BASA - CCB 128-21/0008-1 ⁽⁵⁾	325.904	330.631	IPCA + 2.46%	-	mai/41	Mensal a partir de out/24	7,29%	-	A + R + F	ICSD
BNDES - 21.02.0247-1 ⁽⁵⁾	202.076	188.756	IPCA + 3.03% + 1.81%	-	mai/41	Mensal a partir de out/24	9,67%	-	R	ICSD
(-) Custo com captação	(1.530)	(1.664)								
Total em Moeda Nacional	526.450	517.723								
Total ETT	526.450	517.723								
ALSOL										
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO A	21.862	23.569	PRÉ + 4.55%	-	out/37	Mensal a partir de nov/22	4,55%	-	A + R	NA
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO B	24.522	25.204	IPCA + 3.28% + 3.51%	-	out/37	Mensal a partir de nov/22	11,62%	-	A + R	NA
BNDES - 22.2.0405-1 SUBREDITO A	571.453	544.684	IPCA + 5.23% + 1.50%	-	jan/39	Mensal a partir de jan / 26	11,56%	-	F	NA
BNDES - 22.2.0405-1 SUBREDITO B	68.643	68.628	PRÉ + 2.52%	-	jan/39	Mensal a partir de jan / 26	2,52%	-	F	NA
BNDES - 23.2.0405-1	82.509	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	jun/40	Mensal a partir de jan / 26	11,81%	-	F	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	118.750	105.202	CDI + 1.80%	-	ago/25	Final	12,68%	-	A	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	104.338	104.672	CDI + 1.80%	-	ago/25	Final	12,68%	-	A	2
(-) Custo com captação	(6.879)	(4.532)								
Total em Moeda Nacional	985.198	867.427								
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 02022022	-	361.767	USD + 1.89%	CDI + 1,34%	fev/24	Final	29,79%	12,22%	A	2
BOCOM BBM LOAN 58152	-	-	USD + 5.14%	CDI + 0,70%	nov/24	Final	33,04%	11,58%	A	2
BOCOM BBM LOAN 23072024	347.257	-	USD + 5.68%	CDI + 1,10%	jul/25	Final	33,58%	11,98%	A	2
BOCOM BBM LOAN 58316	165.649	-	USD + 4.88%	CDI + 0,95%	jul/25	Final	32,78%	11,83%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 66779	164.712	-	USD + 5.32%	CDI + 0,65%	jan/25	Final	33,22%	11,53%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(3.325)	(1.140)								
Total em Moeda Estrangeira	674.293	360.627								
Total ALSOL	1.659.491	1.228.054								
REDE										
Credores "RJ" - Bicbanco	9.386	8.449	1,0% (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	R	NA

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencime nto	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽⁸⁾	Garant ias ⁽²⁾	Cove nants ⁽³⁾
	2024	2023								
Credores "RJ" - BNB	20.680	18.617	1,0% (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	R	NA
Total em Moeda Nacional	30.066	27.066								
Total Rede Energia S.A.	30.066	27.066								
DENERGE										
FI-FGTS (Reestruturado)	369.792	348.544	TR + 4,00%	-	nov/35	Final	4,81%	-	-	SG
Total em Moeda Nacional	369.792	348.544								
Total Denerge	369.792	348.544								
LXTE										
BASA - CCB 007-10/0061-5 ⁽⁷⁾	110.998	127.207	PRÉ + 10.00%	-	out/31	Mensal a partir de mar/15	10%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	110.998	127.207								
Total LXTE	110.998	127.207								
LMTE										
BASA - CCB 007-10/0062-3 ⁽⁷⁾	133.056	148.079	PRÉ + 10.00%	-	out/33	Mensal a partir de abr/22	10%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	133.056	148.079								
Total LMTE	133.056	148.079								
EAM										
BASA - CCB 128-22/0001-9 ⁽⁵⁾	150.567	150.054	IPCA + 4,7031%	-	jul/42	Mensal a partir de abr/26	9,53%	-	A + F + R	ICSD
Total em Moeda Nacional	150.567	150.054								
Total AMAZONAS	150.567	150.054								
ES GÁS										
BANESTES - CCB Nº 22.036559-0	17.550	23.049	CDI + 3.91%	-	fev/27	Mensal apartir de 03/2024	14,79%	-	R	NA
BANESTES CCB Nº 23.0269-0	21.634	22.778	CDI + 3.91%	-	set/27	Mensal apartir de 10/2024	14,79%	-	R	NA
Total em Moeda Nacional	39.184	45.827								
BNP LOAN 01072023	165.946	138.441	EURO + 5.13%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	25,4%	12,73%	A	2
SCOTIABANK LOAN 28062023	-	401.135	USD + 5.84%	CDI + 1,85%	ago/24	Final	33,74%	12,73%	A	2
JP MORGAN LOAN 26062023	343.723	268.681	USD + 5.70%	CDI + 1,85%	jun/25	Final	33,6%	12,73%	A	2
SCOTIABANK LOAN 30072024	525.215	-	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	set/27	Final	32,93%	12,28%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(9.650)	1.569								
Total em Moeda Estrangeira	1.025.234	809.826								
Total ES GÁS	1.064.418	855.653								
ÂNGULO 45										
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO A	11.369	-	PRÉ + 2,52%	-	jan/39	Mensal a partir de set/26	2,52%	-	F	NA
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO B	12.299	-	IPCA + 5,23% + 1,50%	-	jan/39	Mensal a partir de set/26	11,56%	-	F	NA
(-) Custo com captação	(256)	-								
Total em Moeda Nacional	23.412	-								
Total ÂNGULO 45	23.412	-								
Em Moeda Nacional	9.051.110	11.191.156								
Em Moeda Estrangeira	7.671.617	6.683.366								
Energisa Consolidada	16.722.727	17.874.522								

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 35;

⁽²⁾ A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, FB = Fiança Bancária R=Recebíveis, S= Seguro;

⁽³⁾ Condições restritivas financeiras (Covenants) - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants ^(*)	⁽¹⁾ Menor ou igual a 4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019	Trimestral e Anual

(2) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações

(1) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35). Em 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35).

(5) Em julho de 2019, junho de 2020, junho de 2021 e em junho de 2022 as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I), Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II), Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT), Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (EAM) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia. Além disso, a Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) contratou financiamento junto ao BNDES. Esses financiamentos possuem apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

- ✓ Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

(6) Vide nota explicativa nº 4.

(7) As controladas indiretas LMTE e LXTE, possuem as Garantias e *Covenants*, conforme segue:

Garantias:

CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

Covenants:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. Em 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

(8) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2024 demonstrados na nota explicativa nº 35;

(9) Em 26 de dezembro de 2024 as controladas diretas e indiretas fizeram a liquidação antecipada junto ao Banco Bradesco S/A no valor de R\$1.713.254

Garantias:

- ✓ Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$66.618 (R\$66.942 em 2023), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e "recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35).

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2024	2023
US\$ x R\$	27,90%	-7,21%
TJLP	6,19%	7,05%
CDI	10,88%	13,15%
IPCA	4,83%	4,62%
TR	0,81%	2,39%
IPC-FIPE	4,68%	3,17%
Euro	20,27%	-3,91%
INPC	4,77%	3,71%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2026	-	2.903.635
2027	-	3.303.767
2028	-	787.849
2029	-	477.254
Após 2029	-	4.248.909
Total	-	11.721.414

21. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	4.579.659	876.564	(192.132)	(1.226.084)	551.463	-	-	4.589.470
IPCA	3.848.591	2.170.000	(270.814)	(250.011)	513.941	-	-	6.011.707
(-) Custo com captação	(29.499)	-	-	-	9.304	(21.959)	-	(42.154)
Marcação a mercado	113.511	-	-	-	-	-	(584.294)	(470.783)
Total ao custo amortizado	8.512.262	3.046.564	(462.946)	(1.476.095)	1.074.708	(21.959)	(584.294)	10.088.240
Circulante	674.217							410.513
Não Circulante	7.838.045							9.677.727

	Controladora							
	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	2.666.145	2.030.000	(192.132)	(411.330)	486.976	-	-	4.579.659
IPCA	2.378.316	1.337.000	-	(124.535)	257.810	-	-	3.848.591
(-) Custo com captação	(16.051)	-	-	-	4.896	(18.344)	-	(29.499)
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	113.511	113.511
Total ao custo amortizado	5.028.410	3.367.000	(192.132)	-535.865	749.682	(18.344)	113.511	8.512.262
Circulante	321.569							674.217
Não Circulante	4.706.841							7.838.045

	Consolidado								
	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado									
Pré Fixado	80.993	-	-	-	(3.340)	12.311	-	-	89.964
Pós Fixado									
CDI	6.646.015	29.845	4.619.700	(2.115.659)	(1.823.260)	780.540	-	-	8.137.181
IPCA	7.401.364	-	3.740.000	(803.975)	(441.504)	974.500	-	-	10.870.385
TJLP	986.668	-	-	(145.740)	(9.814)	73.847	-	-	904.961
(-) Custo com captação	(181.194)	(83)	-	-	-	44.311	(169.756)	-	(306.722)
Marcação a mercado	328.126	-	-	-	-	-	-	(1.228.881)	(900.755)
Total ao custo amortizado	15.261.972	29.762	8.359.700	(3.065.374)	(2.277.918)	1.885.509	(169.756)	(1.228.881)	18.795.014
Circulante	2.925.493								1.720.229
Não Circulante	12.336.479								17.074.785

	Consolidado								
	Saldos em 2022	Combinação de Negócios	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado									
Pré Fixado	73.204	-	-	-	(3.339)	11.128	-	-	80.993
Pós Fixado									
CDI	7.394.942	-	1.487.168	(2.198.360)	(1.021.893)	984.158	-	-	6.646.015
IPCA	6.315.233	8.261	1.285.955	(509.051)	(337.333)	638.299	-	-	7.401.364
TJLP	1.052.316	-	-	(136.502)	(10.405)	81.259	-	-	986.668
(-) Custo com captação	(150.185)	-	-	-	-	30.011	(61.020)	-	(181.194)

Marcação a mercado	(168.874)	-	-	-	-	-	-	497.000	328.126
Total ao custo amortizado	14.516.636	8.261	2.773.123	(2.843.913)	(1.372.970)	1.744.855	(61.020)	497.000	15.261.972
Circulante	3.104.422								2.925.493
Não Circulante	11.412.214								12.336.479

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimen- tos (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencim- ento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP (% a.a) ⁽³⁾	Gara- ntias ⁽¹⁾	Covenan- ts ⁽⁴⁾
	2024	2023										
ESA												
Debêntures 8ª Emissão/2ª Série	-	254.935	15/06/2017	177348 / 177348	IPCA + 5.66%	-	jun/24	Final	10,49%	-	R	1
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	-	16.098	15/10/2017	1328 / 1328	IPCA + 4.71%	-	out/24	Final	9,54%	-	R	1
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	31.469	29.982	15/10/2017	2472 / 2472	IPCA + 5.11%	-	out/27	Final	9,94%	-	R	1
Debêntures 11ª Emissão	703.649	669.936	15/04/2019	500000 / 500000	IPCA + 4.62%	-	abr/26	Final	9,45%	-	SG	1
Debêntures 13ª Emissão	11.076	402.882	25/08/2020	576396 / 576396	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	13,18%	-	SG	2
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	72.579	69.152	15/10/2020	55000 / 55000	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	9,06%	-	SG	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	561.107	534.609	15/10/2020	425000 / 425000	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54	out/30	Anual a partir de out/28	9,3%	9,34%	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	395.275	376.586	15/10/2021	330000 / 330000	IPCA + 6.09%	-	out/31	Anual a partir de out/29	10,92%	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	56.687	718.834	15/10/2021	700000 / 700000	CDI + 1.64%	-	out/26	Final	12,52%	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 3ª Série	307.784	308.170	15/10/2021	300000 / 300000	CDI + 1.80%	-	out/28	Final	12,68%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	348.081	331.622	15/04/2022	309.383 / 309.383	IPCA + 6.16%	-	abr/29		10,99%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	214.509	204.366	15/04/2022	190.617 / 190.617	IPCA + 6.28%	-	abr/32	Anual a partir de abr/30	11,11%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 3ª Série	256.331	256.655	15/04/2022	250.000 / 250.000	CDI + 1.50%	-	abr/27	Final	12,38%	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 1ª Série	562.890	563.441	20/10/2022	550.000 / 550.000	CDI + 1.50%	-	out/27	Final	12,38%	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 2ª Série	204.745	204.944	20/10/2022	200.000 / 200.000	CDI + 1.65%	-	out/29	Final	12,53%	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 1ª Série	1.364.298	1.211.040	20/06/2023	1.130.000 / 1.130.000	CDI + 1.60%	-	jun/26	Final	12,48%	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 2ª Série	401.292	401.249	20/06/2023	400.000 / 400.000	CDI + 2.10%	-	jun/28	Final	12,98%	-	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	198.001	187.566	15/09/2023	184.299 / 184.299	IPCA + 6.17%	CDI + 0,65	set/30	Final	11%	11,53%	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	1.239.364	1.173.739	15/09/2023	1.152.701 / 1.152.701	IPCA + 6.45%	CDI + 0,90 / CDI 0,88 / CDI + 0,891	set/33	Final	11,28%	11,78%	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 3ª Série	517.557	512.444	15/09/2023	500.000 / 500.000	CDI + 1.45%	-	set/28	Final	12,33%	-	SG	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	672.733	-	15/04/2024	646.556 / 646.556	IPCA + 6.16%	CDI + 0,15	abr/31	Final	10,99%	11,03%	SG	2
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	825.963	-	15/04/2024	793.444 / 793.444	IPCA + 6.40%	CDI + 0,44	abr/39	Final	11,23%	11,32%	SG	2
Debêntures 21ª Emissão 2ª Série	906.810	-	04/09/2024	876.564 / 876.564	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	11,68%	-	SG	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	748.977	-	15/09/2024	730.000 / 730.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04	set/34	Final	11,27%	10,92%	SG	2
(-) Custos de captação	(42.154)	(29.499)	-	-	-							
Marcação à Mercado de Dívida	(470.783)	113.511										
Total ESA INDIVIDUAL	10.088.240	8.512.262										
(Debêntures 18ª Emissão 1ª Série) ⁽²⁾	(796.656)	(1.171.971)										
Total ESA	9.291.584	7.340.291										
ESE												
Debêntures 6ª Emissão	30.594	58.286	15/09/2018	65000 / 65000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 7ª Emissão	-	50.307	10/06/2019	50000 / 50000	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	11,61%	10,88%	A	1
Debêntures 11ª Emissão	80.327	76.479	15/01/2022	68.000 / 68.000	IPCA + 5.74%	CDI + 0,509%	jul/27	Final	10,57%	11,39%	A	2
(-) Custos de captação	(950)	(1.437)										
Total ESE	109.971	183.635										
EPB												
Debêntures 5ª Emissão	63.542	121.055	15/09/2018	135000 / 135000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	-	72.442	10/06/2019	72000 / 72000	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	11,61%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	48.326	48.297	10/06/2019	48000 / 48000	CDI + 0.83%	-	jun/26	Final	11,71%	-	A	1
Debêntures 8ª Emissão	13.278	102.702	25/08/2020	146933 / 146933	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de set/23	13,18%	-	A	2
Debêntures 11ª Emissão	74.512	70.940	15/01/2022	63.000 / 63.000	IPCA + 6.01%	CDI + 0,755%	jan/30	Semestral a partir de jan/29	10,84%	11,64%	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	130.838	-	15/04/2024	125.747 / 125.747	IPCA + 6.16%	CDI + 0.15%	abr/31	Final	10,99%	11,03%	A	2

	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP (% a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2024	2023										
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	181.395	-	15/04/2024	174.253 / 174.253	IPCA + 6.40%	CDI + 0,44%	abr/39	Semestral a partir de abr/37	11,23%	11,32%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	38.033	-	04/09/2024	36.764 / 36.764	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	11,68%	-	A	2
(-) Custos de captação	(1.694)	(2.430)										
Total EPB	548.230	413.006										
REDE ENERGIA												
Debêntures 4ª Emissão	89.964	80.993	22/12/09	370.000 / 0	1,00%	-	nov / 35	Final	1,00%	0,25%	-	NA
Total REDE ENERGIA	89.964	80.993										
EMS												
Debêntures 11ª Emissão	72.956	138.990	15/09/2018	155000 / 155000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 12ª Emissão	-	110.675	10/06/2019	110000 / 110000	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	11,61%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	6.807	97.486	25/08/2020	139471 / 139471	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	13,18%	-	A	2
Debêntures 16ª Emissão	383.297	365.175	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,85%	out/31	Anual a partir de out/29	10,92%	11,73%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	156.541	157.165	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de out/26	12,48%	-	A	2
Debêntures 18ª Emissão	-	209.981	15/02/2023	200.000 / 200.000	CDI + 1.40%	-	fev/25	Final	12,28%	-	A	2
Debêntures 21ª Emissão	425.967	-	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,72%	fev/31	Final	10,94%	-	A	2
Debêntures 23ª Emissão	259.097	-	04/09/2024	250.455 / 250.455	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	11,68%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão	277.019	-	15/09/2024	270.000 / 270.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04%	set/34	Final	11,27%	-	A	2
Debêntures 25ª Emissão	190.556	-	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	11,68%	-	A	2
(-) Custos de captação	(7.673)	(9.742)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total EMS	1.764.567	1.069.730										
EMT												
Debêntures 9ª Emissão	181.212	345.233	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	-	118.220	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	11,61%	-	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.724	32.705	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05%	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	11,93%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	12.623	266.555	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	13,18%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	79.309	75.564	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	9,06%	11,72%	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	92.286	87.928	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47%	CDI + 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	9,30%	9,34%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	419.231	399.410	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	10,92%	11,59%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	185.005	176.257	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,99%	11,6%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	107.541	102.456	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr/32	Anual a partir de abr/30	11,11%	11,76%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	425.967	-	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,7275%	fev/31	Anual a partir de fev/30	10,94%	11,61%	A	2
Debêntures 18ª Emissão	470.927	-	15/04/2024	460.000 / 460.000	CDI + 0.75%	-	abr/29	Anual a partir de abr/30	11,63%	-	A	NA
Debêntures 20ª Emissão	120.421	-	04/09/2024	116.404 / 116.404	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	11,68%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	720.801	-	15/12/2024	718.000 / 718.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	11,68%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	263.034	-	15/12/2024	262.000 / 262.000	CDI + 0.95%	-	dez/31	Final	11,83%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	200.729	-	15/12/2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7.03%	CDI + 0,67%	dez/34	Final	11,86%	10,21%	A	2
(-) Custos de captação	(8.698)	(16.635)										
Total EMT	3.303.112	1.587.693										
EMR												
Debêntures 10ª Emissão	23.534	44.836	15/09/2018	50000 / 50000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 11ª Emissão 1º Série	-	34.208	10/06/2019	34000 / 34000	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	11,61%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão 2º Série	36.244	36.223	10/06/2019	36000 / 36000	CDI + 0.83%	-	jun/26	Final	11,71%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	62.617	62.866	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	12,48%	-	A	2
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	27.464	27.587	15/02/2020	26300 / 26300	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	12,03%	-	A	1
Debêntures 18ª Emissão	190.556	-	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	11,68%	-	A	2
(-) Custos de captação	(248)	(496)										
Total EMR	340.167	205.224										
ETO												
Debêntures 4ª Emissão	112.963	215.211	15/09/2018	240000 / 240000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de out/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	-	239.080	10/06/2019	237596 / 237596	CDI + 0.95%	-	jun/24	Final	11,83%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.534	163.435	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15%	-	jun/26	Final	12,03%	-	A	1
Debêntures 9ª Emissão	209.043	209.981	15/02/2023	200.000 / 200.000	CDI + 1.40%	-	fev/25	Final	12,28%	-	A	2

	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a)	Encargos Swap Pontas Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de SWAP (% a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2024	2023										
(-) Custos de captação	(603)	(1.740)										
Total ETO	484.937	825.967										
ESS												
Debêntures 4ª Emissão	32.948	62.770	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 5ª Emissão	62.654	62.937	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	12,03%	-	A	1
Debêntures 7ª Emissão	95.838	91.242	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan/32	Anual a partir de jan/30	10,93%	11,69%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	125.233	125.732	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	12,48%	-	A	2
Debêntures 9ª Emissão	-	157.543	15/02/2023	150.000 / 150.000	CDI + 1.50%	-	fev/26	Anual a partir de ago/26	12,38%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão	170.693	-	04/09/2024	165.000 / 165.000	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	11,68%	-	A	2
(-) Custos de captação	(129)	(737)										
Total ESS	487.237	499.487										
ETE												
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	105.062	100.099	15/12/2018	75500 / 75500	IPCA + 4.92%	104,25% CDI	dez/25	Final	9,75%	11,43%	F	1
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	71.618	68.234	15/12/2018	51462 / 51462	IPCA + 5.14%	105,15% CDI	dez/28	Anual a partir de dez/26	9,97%	11,44%	F	1
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	171.217	163.129	15/12/2018	123038 / 123038	IPCA + 4.98%	104,50% CDI	dez/25	Final	9,81%	11,37%	F	1
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	75.746	72.169	00/01/00	57.400 / 57.400	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,93%	11,72%	A	2
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	109.053	103.903	15/10/2020	82600 / 82600	IPCA + 4.47%	CDI + 1,78%	out/30	Anual a partir de out/28	9,30%	9,34%	A	2
Debêntures 3ª Emissão	-	312.786	05/03/2021	300000 / 300000	CDI + 1.80%	-	mar/24	Final	12,68%	10,88%	A	2
(-) Custos de captação	(2.697)	(9.407)										
Total ETE	529.999	810.913										
ERO												
Debêntures 5ª Emissão	-	301.386	18/06/2021	300000 / 300000	CDI + 1.90%	-	jun/24	Final	12,78%	-	A	2
Debêntures 9ª Emissão	286.710	-	15/04/2024	280.000 / 280.000	CDI + 0.85%	-	abr/29	Anual a partir de out/29	11,73%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 1ª Série	349.359	-	15/12/2024	348.500 / 348.500	CDI + 0.95%	-	dez/29	Final	11,83%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 2ª Série	51.629	-	15/12/2024	51.500 / 51.500	CDI + 1.10%	-	dez/31	Anual a partir de dez/30	11,98%	-	A	2
(-) Custos de captação	(811)	-										
Total ERO	686.887	301.386										
EAC												
Debêntures 3ª Emissão	140.553	-	15/12/2024	140.000 / 140.000	CDI + 0.95%	-	dez/29	Final	11,83%	-	A	2
(-) Custos de captação	(464)	-										
Total EAC	140.089	-										
ALSOL												
Debêntures 1ª Emissão	-	102.814	23/10/2019	100000 / 100000	CDI + 1.20%	-	out/24	Final	12,08%	-	A	2
Debêntures 2ª Emissão	134.910	135.214	15/03/2021	130000 / 130000	CDI + 2.35%	-	mar/25	Final	13,23%	-	A	NA
(-) Custos de captação	(49)	(310)										
Total ALSOL	134.861	237.718										
LTTE												
Debêntures 5ª Emissão	489.540	491.876	15/10/2020	410.000 / 410.000	IPCA + 5.09%	-	out/38	Anual a partir de out/22	9,92%	-	A	ICSD
(-) Custos de captação	(24.139)	(25.884)										
Total LTTE	465.401	465.992										
LXTE												
Debêntures 1ª Emissão	466.274	508.373	27/01/12	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 6.00%	-	out/30	Semestral a partir de abr/15	7,19%	-	R + S + B	ICSD
Debêntures 2ª Emissão	159.432	156.501	29/03/21	120.000 / 120.000	IPCA + 5.83%	-	out/36	Anual a partir de abr/23	10,66%	-	A	2
(-) Custos de captação	(10.122)	(11.522)										
Sub Total LXTE	615.584	653.352										
(Debêntures 2ª Emissão)	-	(34.970)										
Total LXTE	615.584	618.382										
LMTE												
Debêntures 3ª Emissão ⁽³⁾	438.687	478.295	27/01/12	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 6.00%	-	out/30	Semestral a partir de out/22	7,19%	-	SG	1
(-) Custos de captação	(5.733)	(6.716)										
Total LMTE	432.954	471.579										
TOTAL	20.002.491	15.115.040										
(-) Custos de captação (deb. Espelho)	(200.558)	(64.639)										
(-) Custos de captação (deb. Não espelho)	(106.164)	(116.555)										
Total dos (-) Custos de captação	(306.722)	(181.194)										
Marcação à Mercado de Dívida	(900.755)	328.126										
Total em moeda nacional	18.795.014	15.261.972										
CONSOLIDADO	18.795.014	15.261.972										

(1) R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. e SG = Sem Garantia, S = Seguro
B= CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

(2) Eliminado para fins do consolidação.

(3) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2024 demonstrados na nota explicativa nº 35.

(4) Condições de *covenants*:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado <i>Covenants</i> (*)	(1) Menor ou igual a 4,0x de março de 2021 para emissões até março de 2021 (2) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento para as demais emissões	Trimestral e Anual
(*) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios)		

Para as debentures da LTTE e LXTE, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,20, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas. Em 2024 as exigências contratuais foram cumpridas.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 2024, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	1.855.448	1.814.279
2027	1.008.940	1.646.256
2028	1.477.420	1.777.322
2029	1.578.120	5.020.942
Após 2029	3.757.799	6.815.986
Total	9.677.727	17.074.785

22. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ^{(1) e (2)}	305	271	502.616	1.704.081
Encargos Sociais	12.656	10.878	107.273	93.122
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	-	-	54.341	93.690
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	21.919	44.887
Contribuições ao PIS e a COFINS	2.786	5.944	910.904	890.773
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.957	3.033	34.121	29.280
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	164	2.589	751	3.365
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.920	4.036	34.754	32.961
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta - CPRB	-	-	1.481	278
Outros	1.331	1.387	41.160	42.759
Total	24.119	28.138	1.709.320	2.935.196
Circulante	18.846	22.380	854.600	912.336
Não Circulante	5.273	5.758	854.720	2.022.860

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - a controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$78.009 (R\$68.586 em 2023), com depósito judicial.

(2) ICMS incidente sobre a TUSD: no exercício anterior, o ICMS incidente nas faturas dos consumidores que estão amparados por liminares para o não recolhimento do ICMS sobre a TUSD. Durante o exercício de 2024, as controladas, amparadas na evolução do entendimento

de seus assessores jurídicos de que estas não são parte no processo judicial entre esses consumidores e o governo do estado, revisou a contabilização baixando os valores contabilizados nesta rubrica do passivo contra o ativo não circulante no mesmo montante. (vide nota explicativa nº 7.)

23. Parcelamento de impostos - consolidado

Os parcelamentos em andamento são como seguem:

Empresa/Tributo	Consolidado						
	Principal	Multa	Juros	Total Parcelado	Forma de Adesão	Índice de Atualização	Vigência do Parcelamento
ERO							
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.999	1.620	25.063	35.682	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	2.572	772	5.888	9.232	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Estorno de Créditos CIAP	1.144	1.030	818	2.992	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
ESS							
ICMS	91.786	4.589	6.869	103.244	Ordinário	SELIC	04/2013 a 05/2023
AGRIC							
IRPJ 6828584	78	16	1	95	Ordinário	SELIC	10/2020 a 09/2025
CSLL 6828584	27	5	1	33	Ordinário	SELIC	10/2020 a 09/2025
IRPJ 6966357	50	10	1	61	Ordinário	SELIC	02/2021 a 01/2026
CSLL 6966357	17	3	0	21	Ordinário	SELIC	02/2021 a 07/2024
SIMPLES NACIONAL							
	139	-	30	170	Ordinário	SELIC	02/2020 a 01/2025
Total-Consolidado							
	104.812	8.045	38.671	151.530			

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Empresa/Tributo	Consolidado						
	Saldo em 2023	Atualização	Pagamentos	Saldo em 2024	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO							
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	-						
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	748	333	(974)	107	107	-	2
Estorno de Créditos de ICMS - CIAP	1.297	143	(742)	698	598	100	14
ESS							
ICMS	-	-	-	-	-	-	-
AGRIC							
IRPJ 6828584	36	10	(26)	20	20	-	9
CSLL 6828584	12	3	(9)	6	6	-	9
IRPJ 6966357	28	6	(16)	19	19	-	13
CSLL 6966357	3	2	(5)	-	-	-	-
SIMPLES NACIONAL							
	28	16	(44)	-	-	-	1
Total							
	2.152	513	(1.816)	850	750	100	48

Empresa/Tributo	Consolidado						
	Saldo em 2022	Atualização	Pagamentos	Saldo em 2023	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO							
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.924	-	(8.924)	-	-	-	-
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	1.390	50	(692)	748	641	107	14
Estorno de Créditos de ICMS - CIAP	1.895	17	(615)	1.297	599	698	130
ESS							
ICMS	4.632	-	(4.632)	-	-	-	-
AGRIC							
IRPJ 6828584	69	10	(23)	36	36	-	21
CSLL 6828584	23	3	(8)	12	12	-	21
IRPJ 6966357	57	5	(15)	28	28	-	25
CSLL 6966357	8	2	(7)	3	3	-	07
SIMPLES NACIONAL							
	56	14	(42)	28	28	-	13
Total							
	17.054	101	(14.958)	2.152	1.347	805	231

24. Encargos setoriais - consolidado

	2024	2023
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.212	82.422
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT ^(1 e 2)	8.145	526
Ministério de Minas e Energia - MME ^(1 e 2)	4.073	266
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	8.640	38.636
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	163.945	182.988
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	262.654	245.386
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.479
Total	461.669	551.703
Circulante	307.700	426.933
Não circulante	153.969	124.770

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic, para as empresas distribuidora de energia elétrica.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante. Para as empresas transmissoras de energia elétrica somente são atribuídos os valores de P&D.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados no ativo circulante na rubrica de Outros créditos - ordem de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

25. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório.

25.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhista	
	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	426	2.609
Provisões e reversões líquidas	216	842
Pagamentos realizados	(153)	(2.987)
Atualização monetária	58	(38)
Saldo em 2024 e 2023 - não circulante	547	426

Consolidado	Trabalhist a	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambien tal	2024	2023
-------------	-----------------	-------	-------------	--------	---------------	------	------

Saldos em 2023 e 2022 - não circulante	85.514	643.104	28.273	1.019.926	59.646	1.836.463	1.970.886
Provisões e reversões líquidas (*)	75.092	85.027	5.669	(47.108)	(9.580)	109.100	(21.446)
Pagamentos	(81.915)	(308.204)	(19.240)	(96)	(19.925)	(429.380)	(192.417)
Atualização	(2.600)	(3.942)	(3.243)	72.408	197	62.820	52.260
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	27.180
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	76.091	415.985	11.459	1.045.130	30.338	1.579.003	1.836.463

(*) A principal variação ocorrida no período foi na controlada ERO no montante R\$141.942 em decorrência de encerramento de processos.

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$5.374 (R\$3.848 em 2023) na Controlada e R\$1.630.185 (R\$1.545.701 em 2023) no Consolidado, e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

• Trabalhista

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) verbas contratuais/legais; (ii) indenizações envolvendo acidentes de trabalho; (iii) horas extras/reflexos; (iv) sobreaviso e reflexos; (v) equiparação salarial e reflexos; (vi) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cível

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de unidade consumidora; (vii) (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (viii) acidentes com terceiros; (ix) ações de cobrança; (x) constituição de servidão administrativa; (xi) indenização de passagem; (xii) questões envolvendo regras ambientais, (xiii) ações consumeristas e (xiv) ações relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

• Fiscal

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios, sendo as provisões revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como: (i) prazo de prescrição aplicável, (ii) conclusões de inscrições fiscais ou (iii) exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dessa forma, possui discussões relacionadas especialmente a ICMS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS e ISS.

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	2024	2023
LMTE	Mandado de Segurança	0006439-63.2014.8.14.0004	Processo impetrado em dezembro/2014 em razão de ato coator praticado pela Secretária de Fazenda do Município de Almeirim/PA sobre a cobrança do crédito tributário objeto do auto de infração nº 004/2014, lavrado para exigir ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica. Processo teve o prognóstico alterado para remoto, tendo como base a prescrição do crédito tributário.	-	31.176

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	2024	2023
LXTE	Execuções Fiscais	0002402-76.2014.8.14.0138	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em setembro/2014 para cobrança de débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão de energia no Município de Anapú, objeto da inscrição em dívida ativa nº 004/2013.	12.350	-
ERO	Execuções Fiscais	-	Contingência fiscal constituída pela controlada ERO, relacionada aos processos de ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016, cujos valores estão em negociação com Estado de Rondônia.	853.176	770.450

• Ambiental

Processos administrativos relacionados em sua grande maioria a suposto descumprimento de preceitos ambientais.

Principal processo: LXTE

Empr esa	Processo	Tipo de Ação	Objeto	2024	2023
LXTE	5051902-68.2019.4.02.5101	Ambiental	Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental. Processo teve o valor reduzido haja visto pagamento de parte da multa, que está sendo discutido.	20.123	44.386

• Regulatório

Processos envolvendo discussões sobre possível descumprimento de preceitos regulatórios.

25.2 Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Trabalhista	Cível	Fiscal	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	111	5.817	104.898	110.826	102.462
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(108)	(3.088)	-	(3.196)	(4.124)
Encerramento	-	-	(82.794)	(82.794)	(139)
Atualização monetária	6	230	3.235	3.471	12.627
Saldo em 2024 e 2023	9	2.959	25.339	28.307	110.826

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	Regulatória	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	136.713	1.958.348	3.470.447	16.903	109.725	5.692.136	5.858.440
Novos processos	10.244	21.177	386.782	3.745	3.274	425.222	227.009
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(8.553)	64.050	94.834	(32.212)	20.447	138.566	(682.422)
Encerramento	(27.082)	(168.038)	(806.328)	(1.895)	(7.909)	(1.011.252)	(221.748)
Atualização monetária	13.891	99.925	332.141	11.685	1.163	458.805	510.857
Saldo em 2024 e 2023	125.213	1.975.462	3.477.876	33.878	91.048	5.703.477	5.692.136

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhista

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

- **Cível**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede; (iii) ações de cobrança; (iv) constituição de servidão administrativa; (v) indenização de passagem; (vi) questões envolvendo regras ambientais, (vii) ações consumeristas e (xiv) ações relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2024	2023
EMS	00651268720144013800	Ação Coletiva	Ação por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder concedente.	234.552	223.409
EMS	00081923720034036000	Ação Civil Pública	Por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação do reajuste tarifário autorizado pela Resolução Homologatória em 2003.	82.913	78.973
EMT	Ação de Cobrança	1004068-45.2018.4.01.3600	O autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.	419.787	399.843
EMT	Ação de indenização	17436-75.2014.8.11.0041	Ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.	97.157	92.541
EMT	Ação de indenização	54570-73.2013.8.11.0041	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.	55.058	52.442
EMT	Ação de indenização	13549-66.2015.8.11.0003	Discute matéria relacionada a danos morais e materiais.	47.554	45.294
EMT	Ação de indenização	1005691-76.2017.8.11.0041	Discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.	39.530	37.652
EMT	Ação de indenização	0009533-77.2003.4.01.3600	Ação de Indenização envolvendo discussão sobre ressarcimento de rede.	66.860	21.500
ETO	Ação Judicial	0007336-94.2008.4.01.3400	Discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.	46.313	44.113
ERO	Ação de indenização	0013664-30.2015.401.4100	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos. Processo encerrado, haja vista o trânsito em julgado da ação. Processo encerrado.	-	68.661
REDE	Ação de execução	0141537-58.2012.8.26.0100	Para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial. Processo encerrado após realização de acordo.	-	66.591
CTCE	Arbitragem	07_2021	Processo de arbitragem movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. A administração entende que havendo condenada o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.	44.736	42.610
ESS	Ação Declaratória	1019659-89.2020.8.26.0482	Processo envolvendo discussão sobre utilização de faixa de domínio.	51.644	-
LMTE/GEMINI	Ações consumeristas - Apagão Amapá	S/N	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do	112.288	119.282

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2024	2023
			Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).		
LMTE	Ação Criminal	1008725-07.2020.4.01.3100	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.	78.571	74.838

- **Fiscal**

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica alocados no ativo permanente da empresa, (vi) escrituração de documento fiscal, (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (x) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC; (xi) ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica; (xii) PERDCOMP sobre restituição de crédito advindo de saldo negativo de CSLL.

Principais processos:

Empres a	Tipo de Ação	Nº Processo/açã o	Objeto	2024	2023
ESA	Auto de infração	18471.000772.2 008-26	Objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada ESE. Processo encerrado.	-	82.063
EMR	Execução Fiscal	0087729- 97.2016.8.13.0 153	Discussão sobre ICMS exigido em razão da quebra do diferimento, teve em dezembro de 2022 o prognóstico alterado para possível, haja vista decisão judicial proferida	46.383	43.067
ESE	Auto de infração	10.510.724763/ 2011-12	A Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da ESE, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. Em 2024 o prognóstico foi alterado para remoto, após avaliação dos assessores jurídicos.	-	214.956
ESE	Auto de Infração	0801303- 84.2019.4.05.8 500	Discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu valor pedido corrigido em 2022, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.	116.609	105.082
ESE	Auto de Infração	201942403	O Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica ao órgão da administração pública direta e suas fundações e autarquias.	52.405	47.225
EPB	Auto de Infração	93300008.09.00 002840/2021-87	Discute não recolhimento de ICMS sobre operações de fornecimento de energia elétrica, supostamente declaradas como isentas.	37.873	34.129
EPB	Auto de Infração	10480.729848/2 019-31	Discute anulação de multa envolvendo discussão sobre impactos nas apurações de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL das perdas não técnicas.	37.070	33.405
EMS	Execução Fiscal	5009015- 61.2019.4.03.6 000	Ação proposta pela Energisa Mato Grosso do Sul para discussão sobre cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.	107.450	94.323
EMT	Execução Fiscal	0010774- 95.2017.4.01.3 600	Envolve discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da EMT no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.	170.314	153.478
EMT	Processo administrati vo	14094.720008/2 018-36	Relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	116.669	105.025
EMT	Processo administrati vo	14041.720061/2 020-77	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	34.674	31.246
EMT	Execução fiscal	1026238- 64.2022.8.11.0 041	Processo envolvendo discussão sobre recolhimento de ICMS DIFAL. Processo teve o prognóstico foi alterado de remoto para possível, após reavaliação enviada pelo consultor jurídico.	69.727	-
ESS	Auto de Infração	4.034.268-2	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva	31.710	-
ERO	Auto de Infração	10240- 722.819/2020- 12	Reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.	497.633	448.441
ERO	Auto de Infração	10240- 721.054/2020- 95	Referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível).	349.374	314.838
ERO	Auto de Infração	7006275- 51.2023.8.22.0 000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015> Em dezembro de 2023 teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após reavaliação de risco dos consultores jurídicos.	254.804	229.616
ERO	Auto de Infração	2020270010009 6	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015. Discussão encerrada na esfera administrativa e segue na esfera judicial no processo 7006273-81.2023.8.22.0000, com prognóstico de possível.	-	146.914
ERO	Auto de Infração	2019227001003 92	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015. Discussão encerrada na esfera administrativa e segue na esfera judicial no processo 7006273-51.2023.8.22.0000, com prognóstico de possível.	-	131.697
ERO	Auto de Infração	2020270010009 9	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016.	84.403	76.060
ERO	Auto de Infração	7006273- 81.2023.8.22.0 000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015. Em dezembro de 2023 teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após reavaliação de risco dos consultores jurídicos.	63.791	57.485
ERO	Ação anulatória	0012763- 90.2013.8.22.0 001	Discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia elétrica no exercício de 2001. Processo encerrado após decisão favorável para controlada.	-	44.552
ERO	Auto de Infração	2019270010039 3	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015. Discussão encerrada na esfera administrativa e segue na esfera judicial no processo 7006272-96.2023.8.22.0000, com prognóstico de possível.	-	38.890
ERO	Auto de Infração	10280- 731.896.2023- 21	Decorrente da glosa de créditos IRPJ/CSLL das contribuições relacionadas às perdas não técnicas.	34.616	31.194
ERO	Execução Fiscal	7006272- 96.2023.8.22.0 000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014. Processo teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após encerramento da discussão na esfera administrativa.	280.793	-

Empres a	Tipo de Ação	Nº Processo/açã o	Objeto	2024	2023
REDE POWER	Execução Fiscal	0045138- 87.2016.4.03.6 182	Discussão sobre débitos fiscais de IRPJ e CSLL ano calendário 2008.	35.481	28.605
EAC	Auto de Infração	39910/2020	Discute questões relacionadas à ICMS (imposto não pago/recolhido) apurado no ano de 2016, tendo por fundamento incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais em valores superiores ao que efetivamente a EAC teria direito à apropriar-se em sua escrita fiscal no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação pela administração fazendária da totalidade dos cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final. Processo encerrado.	-	77.692
EAC	Auto de Infração	11.314/2018 (2018/81/46743)	Discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.	65.489	59.015
EAC	Auto de Infração	2019/81/33314 (AI 12.097)	Lavrado pelo Estado do Acre que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no § VIII da cláusula primeira do Convênio ICMS nº30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. A controlada apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.	46.874	43.941
GEMINI	Auto de Infração	001/2015	Lavrado em razão do suposto não recolhimento de ISS, no período de 2009 a 2013, referente aos serviços prestados de instalação de estrutura metálica para transmissão de energia elétrica do contrato de concessão nº 008/2008-ANEEL, celebrado entre a ANEEL e a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. No caso, para a prestação dos serviços relacionados no contrato de concessão, a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. celebrou contrato “turn-key” - LCTE/EPC_000/08 com a Isolux Projetos e Instalações Ltda, sendo que o ISS em cobrança é decorrente dos serviços que teriam sido prestados pela Isolux Projetos e Instalações Ltda, no âmbito desse contrato “turn-key”. Processo teve prognóstico alterado para remoto haja vista decadência do crédito tributário.	-	64.472
LXTE	Execução Fiscal	0001307- 30.2019.8.14.0 075	Ajuizada em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	49.679	44.768
DENERGE	Execução Fiscal	0001954- 81.2016.4.03.6 182	Cobrança de multa isolada no percentual de 75% (setenta e cinco por cento), com fundamento no art. 18, § 2º, da Lei nº 10.833/2003, sob a alegação de que seriam improcedentes compensações pretendidas pela Embargante no período de dezembro de 2003 a dezembro de 2004.	30.228	-

• Ambiental

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas nos processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento.

• Regulatório

As controladas distribuidoras de energia elétrica EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos junto à ANEEL decorrente principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações; e

A controlada indireta transmissora de energia elétrica LITE, possui ação envolvendo discussão sobre suposto descumprimento de prazo regulatório.

Principais Processos:

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2024	2023
LITE	Processo administrativo	48500.006110/2017-27	A ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controlada defende a inocorrência das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.	58.599	39.382
ETO	Ação Civil Pública	0001610-19.2012.4.01.4300	Promovida pelo Ministério Público Federal em face da ETO e ANEEL, objetivando a declaração da ilegalidade da metodologia de reajuste tarifário adotada pela ANEEL desde 2002, bem como a restituição dos valores indevidamente apropriados ao longo dos anos ou compensação dos referidos valores neste ou nos reajustes futuros ou na próxima revisão tarifária, além da correção dos últimos reajustes. Processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto, baseado em parecer de risco emitida pelo consultor jurídico.	-	38.339

26. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos de atualização e mora de acordo com o estabelecido nas resoluções aplicáveis a cada caso.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	254.902	359.021
Adição no exercício	168.429	214.614
Atualização monetária e juros	80.238	53.332
Pagamentos	(243.098)	(372.065)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante	260.471	254.902

27. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participações de empregados e administradores	35.086	20.781	192.466	147.105
Salários a pagar	8.504	7.938	45.870	45.804
Outros benefícios a empregados	4.898	2.259	42.076	30.337
Prêmio de seguros	19	318	3.986	22.036
Créditos de consumidores ⁽¹⁾	11.311	6.591	221.632	86.139
Retenção de caução contratual empreiteiras	77	77	34.392	28.819
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	4.914	6.902
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.166	18.166
Ressarcimento AIC - Eletrobrás ⁽²⁾	-	-	68.752	104.298
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽³⁾	-	-	58.548	59.471
Bônus de redução voluntaria do consumo ⁽⁴⁾	-	-	5.339	5.454
Provisão para Desmobilização ⁽⁶⁾	-	-	139.176	104.745
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽⁵⁾	-	-	1.328.698	1.933.861
Outras contas a pagar ⁽⁷⁾	2.649	15.692	392.928	267.357
Total	62.544	53.656	2.556.943	2.860.494
Circulante	54.659	36.720	1.130.046	1.074.889
Não Circulante	7.885	16.936	1.426.897	1.785.605

⁽¹⁾ Inclui o valor do Bônus de Itaipu homologado por meio da Resolução Homologatória nº 3.420, de 26 de novembro de 2024, a ser repassado às Unidades Consumidoras elegíveis ao recebimento, nas faturas de energia emitidas em janeiro de 2025."

- (2) Ressarcimento do Ativo Imobilizado em curso - AIC - Eletrobrás: refere-se a parcela a ser ressarcida pelas controladas ERO e EAC à Eletrobrás, prevista no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração das bases de remuneração regulatória, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 13 de outubro de 2020. Os pagamentos foram acordados em 60 parcelas, onde a controlada EAC iniciou o pagamento em outubro de 2021 e a controlada ERO em fevereiro de 2022.

	ERO		EAC		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldos em 2023 e 2022	80.503	105.676	23.795	34.453	104.298	140.129
Pagamento	(34.294)	(42.589)	(11.647)	(14.778)	(45.941)	(57.367)
Atualização financeira - Selic	8.185	17.416	2.210	4.120	10.395	21.536
Saldos em 2024 e 2023	54.394	80.503	14.358	23.795	68.752	104.298
Circulante	25.105	25.422	8.049	15.241	33.154	40.663
Não Circulante	29.289	55.081	6.309	8.554	35.598	63.635

- (3) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT à EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.
- (4) Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia.
- (5) **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado.**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017) e ESE. Em 17 de agosto de 2021, 21 de setembro de 2021, 22 de outubro de 2021, 12 de novembro de 2021 e 06 de dezembro de 2021, respectivamente, transitaram em julgado as ações judiciais propostas pelas controladas ESS (incorporada EBR), EMT, ERO, EAC e EMR ((nova denominação social da EMG, incorporou ENF). Em 14 de fevereiro de 2022 transitou em julgado a ação da controlada Companhia Nacional de Energia Elétrica (empresa incorporada pela ESS em 2017). Os demais processos nos quais são discutidos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas reconheceram o montante de R\$1.328.698 (R\$1.933.861 em 2023), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias.

Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, pós ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	1.933.861	3.017.036
Atualização financeira	107.722	234.705
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(4.546)	(11.100)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores	(708.339)	(1.306.780)
Saldo em 2024 e 2023	1.328.698	1.933.861
Circulante	404.823	468.180
Não Circulante	923.875	1.465.681

(6) Valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pelas controladas na desmontagem de equipamentos e recuperação/restauração do sítio onde se encontram instalados as usinas fotovoltaicas, quando do encerramento dos contratos de arrendamentos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração.

(7) Inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

28. Patrimônio líquido

28.1 Capital Social

O capital social em 2024 é de R\$7.540.743 (R\$5.047.375 em 2023), representando 2.289.424.663 (2.039.086.540 em 2023) ações nominativas, sendo 887.231.247 (800.898.864 em 2023) ações ordinárias e 1.402.193.416 (1.238.187.676 em 2023) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 348.310.836 (307.199.679 em 2023).

Em Reunião do Conselho de Administração de 29 de janeiro de 2024 foi aprovado a emissão de 98.415.590 novas Ações Ordinárias e 151.922.533 Ações Preferencias, todas nominativas e escriturais com exclusão do direito de preferência e com a concessão de prioridade na subscrição das Ações objeto da Oferta, nos termos do artigo 172, I da Lei das Sociedades por Ações e dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social, ao preço por ações de R\$9,96 totalizando um montante de R\$2.493.368, integralmente destinado para o aumento de capital social da Companhia, de forma que o capital social passou de R\$5.047.375 para R\$7.540.743.

Em Reunião do Conselho de Administração de 02 de fevereiro de 2024 aprova a conversão por parte de acionistas titulares de 15.307.996 Ações Ordinárias e de acionistas titulares de 815.906 Ações Preferenciais, em Units. Com a conversão, serão formadas 3.224.758 novas Units de emissão da Companhia, considerando a proporção prevista no Estatuto Social da Companhia, em que cada Unit representa 1 Ação Ordinária e 4 Ações Preferenciais. Foram objeto de Conversão: (i) 12.246.372 Ações Ordinárias para Ações Preferencias; e (ii) 163.165 Ações Preferencias, convertidas para Ações Ordinárias, tendo sido verificadas, ainda, a sobra de 31 Ações Ordinárias e 81 Ações preferenciais que, por não formarem Units, não foram convertidas. Como resultado da Conversão, o capital social da Companhia passa a ser composto por 887.231.247 Ações Ordinárias e 1.402.193.416 Ações Preferenciais.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$109.447 (R\$65.723 em 2023), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

O saldo das ações mantido em tesouraria em 2024 é de R\$33.019 (R\$33.019 em 2023), correspondentes a 754.475 (754.475 em 2023) Units. O valor de mercado em 31 de dezembro de 2024 que corresponde as ações em tesouraria é de R\$27.526 (R\$40.613 em 2023).

28.2 Reserva de Capital

	2024	2023
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽¹⁾	1.051.943	677.599
Custo de captação - aumento de capital	(109.447)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) ⁽²⁾	43.859	43.859
Investimento PUT ⁽³⁾	-	18.331
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽⁴⁾	36.453	35.091
Total	1.024.657	711.006

⁽¹⁾ Transações entre sócios - inclui desde 2019 o montante R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

Transações entre sócios	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	677.599	952.882
Ganho/perda apurado com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas, MTM subscrição debêntures e ações em tesouraria ^(*)	374.344	(275.283)
Saldo em 2024 e 2023	1.051.943	677.599

^(*) A composição da movimentação de R\$374.344 (R\$275.283 em 2023) está demonstrada na nota explicativa 16.

⁽²⁾ Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se incentivos federais deduzidos do Imposto de Renda das controladas, destinados as pessoas jurídicas detentoras de empreendimentos nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, na forma de depósitos para reinvestimentos de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, aplicados em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de taxa de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em "Outras Reservas de Capital" e, após aprovações pelas Superintendências e liberação dos recursos pelos Bancos Oficiais (BNB e BASA), serão capitalizados em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento do exercício das efetivas liberações

⁽³⁾ Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC, totalmente liquidadas com a conclusão da Aquisição das controladas.

⁽⁴⁾ Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 12).

28.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

28.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros no exercício em 31 de dezembro de 2024 é de R\$4.432.622 (R\$4.432.622 em 2023)

28.5 Limite da reserva de lucros

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de janeiro de 2024, foi aprovada a capitalização de R\$2.493.368, em decorrência da Oferta Pública de ações, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapassasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passou a ser de R\$7.540.743.

A administração destinará para capitalização o excesso das reservas de lucro de 2024 na próxima Assembleia Geral Ordinária.

28.6 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2007. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R\$60.000 e R\$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R\$62.539 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

28.7 Reserva de Lucros - orçamentos de capital

O montante destinado para reservas de lucros - orçamento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$2.280.147(R\$1.107.501 em 2023).

28.8 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.789.678	1.894.219
Dividendos prescritos	5.724	-
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	(93)	-
Reserva legal (5%)	(189.484)	(94.711)
Lucro líquido ajustado	3.605.825	1.799.508
Dividendos mínimos obrigatórios 35%	1.262.038	629.828
Dividendos correspondem a R\$0,20 (R\$0,14 em 2023) por ação ordinária e preferencial e R\$1,00 (R\$0,70 em 2023) por Units ⁽¹⁾	457.130	284.944
Dividendos a pagar correspondem a R\$0,352156966861 (R\$1,00 em 2023) por ação ordinária e preferencial e R\$1,760784834303 (R\$0,20 em 2023) por Units ⁽¹⁾	804.909	407.063
Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$0,027843033139 (R\$1,00 em 2023) por ação ordinária e preferencial e R\$0,139215165697 (R\$0,20 em 2023) por Units ⁽¹⁾	63.639	-
Total dos dividendos	1.325.678	692.007
% sobre o lucro líquido ajustado	37%	38%

⁽¹⁾ O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 07 de agosto de 2024, a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de junho de 2024. Os pagamentos foram efetuados em 28 de agosto de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 12 de agosto de 2024.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

28.9 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EMT, ETO, EAC, LXTE e LMTE por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas controladas

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda		Incentivo fiscal de Reinvestimento	
			2024	2023	2024	2023
EPB ⁽¹⁾	SUDENE	20/2020	95.836	68.313	8.465	1.591
ESE	SUDENE	438/2018	45.464	44.045	257	2.150
EMT	SUDAM	0176/2023	150.196	261.642	1.649	14.042
ETO	SUDAM	0150/2023	73.472	68.564	4.039	4.033
LXTE	SUDAM	204/2018	-	4.330	-	-
Total			364.968	446.894	14.410	21.816

⁽¹⁾ Em 30 de abril de 2023 a EPB incorporou a EBO.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

28.10 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização dos planos de benefícios a empregados líquidos de impostos, da Companhia e suas controladas. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	(108.984)	(132.604)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego (reflexo)	41.699	23.620
Saldo em 2024 e 2023	(67.285)	(108.984)

28.11 Participação de acionistas não controladores

Movimentação da participação de acionistas não controladores:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2023	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2024
EMT	2,30%	91.025	24.110	(13.874)	286	(5)	-	101.542
ETO	23,33%	269.756	87.761	(48.426)	2.265	26	-	311.382
EMS	0,07%	851	363	(369)	6	-	-	851
Rede Power	0,01%	47	21	(22)	-	-	-	46
CTCE	0,02%	(48)	(4)	-	-	-	-	(52)
MULTI	0,10%	20	13	-	-	-	-	33
REDE	0,25%	9.755	3.609	(3.018)	83	-	-	10.429
ERO	0,76%	12.262	7.052	-	(6)	2.052	-	21.360
EAC	0,63%	10.496	208	-	-	(3.711)	-	6.993
ESS	0,74%	4.595	1.099	(1.091)	77	-	-	4.680
EPM	55,00%	3.147.486	582.716	(677.328)	8.227	(43.928)	-	3.017.173
DENERGE	0,02%	481	238	(134)	6	-	-	591
GEMINI	31,62%	180.110	18.098	2.689	-	2	-	200.899
ALSOL	0,10%	82.124	(1.803)	-	1	(246)	-	80.076
AGRIC	0,17%	9.226	(402)	-	-	1.902	-	10.726
EPNE	45,00%	-	98.019	(23.279)	(2.787)	(345.668)	1.000.000	726.285
CLARKE	29,96%	-	(1.482)	-	-	(3.752)	7.522	2.288
EDGNE ⁽¹⁾	49,00%	-	26.988	(19.800)	-	361.234	-	368.422
Total		3.818.186	846.604	(784.652)	8.158	(32.094)	1.007.522	4.863.724

⁽¹⁾ Refere-se à participação já existente do acionista não controlador na Norgás, no contexto da operação de aquisição da EDGNE, que detém as participações societárias em distribuidoras de gás natural.

	Participação o acionária e no capital votante	Saldo em 2022	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2023
EMT	2,30%	82.852	32.975	(17.914)	1.364	(8.252)	-	91.025
ETO	23,33%	247.593	72.127	(49.188)	(938)	162	-	269.756
EMS	0,07%	780	366	(285)	(10)	-	-	851
Rede Power	0,01%	45	20	(17)	(1)	-	-	47
CTCE	0,02%	(45)	(3)	-	-	-	-	(48)
MULTI	0,10%	18	11	(9)	-	-	-	20
REDE	0,25%	9.345	2.827	(3.688)	31	1.240	-	9.755
ERO	0,76%	77	(3.976)	-	(2)	15.752	411	12.262
EAC	0,63%	16.791	(393)	-	-	(7.140)	1.238	10.496
ESS	0,74%	4.216	1.031	(594)	(25)	(33)	-	4.595
EPM	55,00%	874.157	567.083	(396.996)	12.264	236.478	1.854.500	3.147.486
DENERGE	0,02%	466	255	(242)	2	-	-	481
GEMINI	31,62%	167.915	20.287	(8.093)	-	1	-	180.110
ALSOL	0,10%	59.650	(3.397)	-	2	(62)	25.931	82.124
AGRIC	0,17%	-	102	-	-	153	8.971	9.226
Total		1.463.860	689.315	(477.026)	12.687	238.299	1.891.051	3.818.186

29. Receita operacional

29.1 Receita operacional bruta - controladora

	2024	2023
Receita operacional		
Serviços especializados ⁽¹⁾	418.440	373.405
Deduções a receita operacional		
PIS	(6.902)	(6.180)
COFINS	(31.793)	(28.463)
ISS	(10.398)	(18.705)
Receita operacional líquida	369.347	320.057

⁽¹⁾ Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados às controladas.

29.2 Receita operacional - consolidada

	2024			2023		
	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$
Residencial	7.451.283	16.587.418	15.337.001	7.413.589	15.571.026	13.661.387
Industrial	39.039	1.292.074	1.351.361	41.361	1.717.405	1.617.061
Comercial	553.754	4.957.783	5.093.521	583.586	5.352.674	5.060.070
Rural	649.937	3.329.324	3.106.012	685.413	3.317.542	2.911.867
Poder público	77.372	2.091.139	1.881.760	76.220	1.931.289	1.651.399
Iluminação pública	8.346	1.488.812	803.497	9.815	1.577.271	807.397
Serviço público	10.366	806.791	651.533	9.875	881.656	650.812
Consumo próprio	1.796	47.896	-	1.796	44.188	-
Subtotal	8.791.893	30.601.237	28.224.685	8.821.655	30.393.051	26.359.993
Suprimento de energia a concessionárias	2	2.496.634	362.730	2	1.969.255	202.389
Fornecimento não faturado líquido	-	(2.090)	12.899	-	272.584	252.658
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	6.243	-	3.230.935	2.712	-	2.714.575
Energia comercializada com clientes livres	-	8.369.240	1.284.075	-	4.261.616	754.707
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	931.315	-	-	760.027
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	123.043	-	-	65.296
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	67.706	-	-	64.491
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	-	-	23.005	-	-	26.264

	2024			2023		
	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$	Nº de consumidores ^(*)	MWh ^(*)	R\$
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	5.438.019	-	-	4.048.369
Serviços especializados	-	-	603.592	-	-	372.445
Penalidades Regulatórias	-	-	(145.919)	-	-	(141.091)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	616.718	-	-	561.990
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	791.321	-	-	578.251
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	2.360.721	-	-	1.721.581
Receita da atividade de distribuição de gás natural ⁽²⁾	-	-	1.975.706	-	-	1.222.892
Outras receitas operacionais ⁽³⁾	-	-	350.345	-	-	374.267
Total - receita operacional bruta	8.798.138	41.465.021	46.250.896	8.824.369	36.896.506	39.939.104
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	5.955.701	-	-	5.254.174
PIS	-	-	571.006	-	-	501.024
COFINS	-	-	2.630.106	-	-	2.307.778
CPRB	-	-	6.927	-	-	8.506
ISS	-	-	32.968	-	-	43.776
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	107.165	-	-	95.531
Encargos de consumidor - Procel	-	-	23.467	-	-	22.226
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	3.043.727	-	-	3.021.138
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	53.666	-	-	49.426
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	46.296	-	-	42.870
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	23.148	-	-	21.438
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	41.243	-	-	39.359
Total - deduções da receita operacional	-	-	12.535.420	-	-	11.407.246
Total - receita operacional líquida	8.798.138	41.465.021	33.715.476	8.824.369	36.896.506	28.531.858

(*) Não examinadas pelos auditores independentes

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$4.859.982 (R\$3.645.606 em 2023) refere-se a receita de construção das controladas distribuidoras de energia elétrica, R\$498.157 (R\$402.724 em 2023) refere-se a receita de construção das controladas transmissoras de energia elétrica e R\$79.880 refere-se a receita de construção da controlada distribuidora de gás. Adicionalmente, o total do custo de construção do seguimento de distribuição de energia elétrica e gás é o mesmo valor da receita de construção dos seguimentos.

(2) Receita da atividade de distribuição de gás natural

	2024		2023	
	Volume (mil m³) ^(*)	R\$	Volume (mil m³) ^(*)	R\$
Receita Bruta				
Residencial Individual	662	5.000	387	2.768
Residencial Coletivo	5.514	33.436	2.998	18.270
Industrial	603.754	1.723.524	303.488	1.070.266
Comercial	4.234	24.179	2.151	12.345
Climatização	107	449	64	269
Matéria Prima	12.601	37.701	6.437	19.092
Cogeração	443	1.750	708	2.569
Veicular	23.164	86.541	15.219	56.060
Térmica	40.398	40.324	48.842	7.878
Serviços prestados de assistência técnica	-	7.000	-	132
Encargos de capacidade ("Ship or pay")	-	10.732	-	6.652
Receita variação de tarifa ToP recuperável de clientes	-	4.346	-	1.429
Receita de construção	-	79.880	-	29.825
Conta Gráfica - Custo gás natural na tarifa	-	734	-	(4.663)
Totais - receita operacional bruta	690.877	2.055.596	380.294	1.222.892
Deduções da Receita Operacional				
ICMS	-	(279.114)	-	(196.183)
PIS	-	(26.186)	-	(14.456)
COFINS	-	(120.664)	-	(66.586)
ISS	-	(2.036)	-	(756)

	2024		2023	
	Volume (mil m ³) ^(*)	R\$	Volume (mil m ³) ^(*)	R\$
Abatimentos	-	(9)	-	(22)
Totais - deduções da receita operacional	-	(428.009)	-	(278.003)
Totais - receita operacional líquida	690.877	1.627.587	380.294	944.889

(*) Não examinadas pelos auditores independentes

⁽³⁾ Inclui a receitas de aluguéis uso mútuo de poste, serviços taxados, comissão de administração e outras.

30. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora				
	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
			2024	2023
Pessoal e administradores	211.668	42.082	253.750	217.524
Programa de remuneração variável (ILP)	-	1.203	1.203	2.289
Benefícios pós emprego	887	5.411	6.298	5.255
Material	2.620	1.452	4.072	2.658
Serviços de terceiros	34.230	41.414	75.644	74.872
Depreciação e amortização	21.407	11.795	33.202	14.226
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	216	216	842
Outras	2.749	9.062	11.811	11.204
Total	273.561	112.635	386.196	328.870

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros		2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	11.722.455	-	-	-	11.722.455	9.662.605
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	2.495.444	-	-	-	2.495.444	2.223.924
Compra e transporte de gás	-	1.298.750	-	-	1.298.750	818.855
Pessoal e administradores	-	1.334.435	54	616.581	1.951.070	1.699.044
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.833	1.833	8.564
Benefícios pós emprego	-	42.821	1.306	9.984	54.111	46.252
Material	-	256.790	943	85.500	343.233	322.914
Serviços de terceiros	-	633.524	1.625	530.091	1.165.240	1.074.178
Depreciação e amortização	-	1.585.703	-	272.333	1.858.036	1.577.181
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD ^(*)	-	477.177	-	-	477.177	288.479
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(143.386)	-	289.690	146.304	126.281
Custo de construção da infraestrutura	-	-	5.417.531	-	5.417.531	4.192.776
Outras	-	25.683	985	228.395	255.063	256.184
Total	14.217.899	5.511.497	5.422.444	2.034.407	27.186.247	22.297.237

31. Energia Elétrica comprada para revenda - consolidada

	Consolidado			
	MWH ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Energia de Itaipú - Binacional	3.546.881	3.464.455	905.145	752.734
Energia de leilão ⁽²⁾	22.636.087	20.966.192	5.687.518	4.635.855
Energia bilateral e outros suprimentos	4.012.251	4.188.876	3.120.507	2.715.813
Reembolso CCC	-	-	(459.333)	(436.308)
Cotas de Angra	1.249.059	1.202.883	420.721	411.249
Energia de curto prazo - CCEE ⁽³⁾	1.188.185	1.562.359	729.808	259.752
Cotas Garantia Física	6.229.879	6.938.946	1.224.527	1.116.172
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	688.996	684.091	379.926	411.999
Energia de Reserva - ERR	-	-	704.732	750.851
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(991.096)	(955.512)
Total	39.551.338	39.007.802	11.722.455	9.662.605

⁽¹⁾ Não examinadas pelos auditores independentes.

⁽²⁾ Inclui créditos relacionados a geração distribuída.

⁽³⁾ Inclui demais custos sendo: os efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

32. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras Receitas				
Ganhos na desativação	822	-	163.574	24.609
Outras	-	1.220	15.767	7.733
Total Outras Receitas	822	1.220	179.341	32.342
Outras Despesas				
Perdas na desativação	(662)	-	(293.663)	(257.549)
Marcação a mercado dos contratos ⁽¹⁾	-	-	(181.028)	63.165
Provisão/Perda ICMS geração distribuída	-	-	(32.457)	-
Recompra de créditos cedidos ao FIDC	-	-	(12.796)	-
Outras	(565)	-	(69.237)	(25.263)
Total Outras Despesas	(1.227)	-	(589.181)	(219.647)

⁽¹⁾ Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia, tendo sido apurado ganho em 2024 no montante de R\$181.028 (ganho de R\$63.165 em 2023). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue:

	2024	2023
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	146.195	308.660
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(345.675)	(239.057)
Subtotal	(199.480)	69.603
(-) Tributação PIS e COFINS	18.452	(6.438)
Efeito líquido de tributos	(181.028)	63.165

33. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	783.526	392.515	992.316	724.011
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	424.704	442.016
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	27.730	52.967
Juros Selic s/ impostos a recuperar	32.665	19.415	213.047	122.850
Atualização depósito judicial	60	279	78.463	96.441
Comissão de aval	33.797	36.664	-	-
Atualização dos contratos de mútuos	84.491	183.745	-	-
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	119.451	238.713
Tributos sobre receita financeira - PIS e COFINS	(43.118)	(45.337)	(128.566)	(129.926)
Receita Financeira CCEE	-	-	1.286	9.250
Indenização à concessão	-	-	-	1.835
Outras	1.341	56.644	126.753	129.147
Total receitas financeiras	892.762	643.925	1.855.184	1.687.304
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas - juros	(1.014.343)	(915.676)	(2.836.336)	(2.704.068)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(323.535)	(100.294)	(2.329.162)	(193.417)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	116.695	95.031
Marcação a Mercado de derivativos	190.698	459.411	(610.778)	971.758
Marcação a Mercado da dívida	580.272	(126.839)	1.306.305	(557.054)
Instrumentos Financeiros Derivativos	77.915	(61.321)	1.334.369	(1.084.109)
Atualização PEE e P&D	-	-	(17.475)	(16.587)
Ajuste a valor presente - AVP	(275)	-	(8.016)	(40.817)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	(58)	38	(54.437)	(95.968)
Despesas com IOF	-	(1)	(33.770)	(43.736)
Despesas Bancárias	(5.355)	(3.669)	(52.017)	(32.306)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(104.480)	(48.772)
Juros e multa	(95)	(23)	(39.054)	(26.231)
Juros de incorporação de redes	-	-	(80.238)	(53.332)
Plano de saúde - Atuário	(869)	(696)	(15.985)	(3.546)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	(107.722)	(234.705)
Outras	(3.951)	(21.048)	(58.846)	(96.923)
Total despesas financeiras	(499.596)	(770.118)	(3.590.947)	(4.164.782)
Despesas financeiras líquidas	393.166	(126.193)	(1.735.763)	(2.477.478)

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Controladora	
			2024	2023
Responsabilidade Civil geral	23/06/2025	90.000	68	68
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	270	271
Auto - Frota	23/10/2025	Até 1.110/ veículo	33	57
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	207.336	664	613
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	3	3
Total			1.038	1.012

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Consolidado	
			2024	2023
Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade cibernética	25/08/2025	50.000	1.327	1.182
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	25.000	990	283
Riscos operacionais	21/09/2025	200.000	29.646	15.539
Responsabilidade civil geral	11/10/2025	90.000	6.129	5.977
Responsabilidade civil obras	30/06/2026	30.000	557	-
Auto - Frota	23/10/2025	Até 1.000/ veículo	1.685	1.369
Responsabilidade civil geral a 2º risco	23/06/2025	10.000	166	166
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	22/12/2025	3.527	2	3
Vida em grupo acidentes pessoais	31/01/2026	246.441	4.196	4.246
Transporte nacional	30/07/2025	Até 5.000/ viagem	223	177
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) ⁽¹⁾	05/08/2025	100.000	496	493
Aeronáutico - casco/LUC	22/12/2025	20.000	489	365
Responsabilidade do explorador ou transporte - R.E.T.A (Drones)	30/06/2025	1.157/drone	78	22
Compreensivo empresarial	14/02/2026	10.000	2.000	282
Riscos diversos (RD) equipamentos	11/11/2025	216.000	452	815
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	30/06/2028	188.818	1.405	703
Total			49.841	31.622

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

35.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição de energia elétrica terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$616.718 (R\$561.990 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 14.1.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		134.301	134.301	123.789	123.789
Clientes		79.213	79.213	85.658	85.658
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		370.497	370.497	1.052.436	1.052.436
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		5.882.326	5.882.326	3.727.147	3.727.147
		6.466.362	6.466.362	4.989.055	4.989.055
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	7.181.014	7.181.014	5.248.074	5.248.074
Instrumentos financeiros derivativos	2	37.173	37.173	125.653	125.653
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	1.351.032	1.351.032	580.179	580.179
		8.569.219	8.569.219	5.953.906	5.953.906
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		44.252	44.252	36.077	36.077

Controladora					
	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		10.145.930	10.191.111	10.396.748	10.396.748
Arrendamentos operacionais		2.298	2.298	311	311
		10.192.480	10.237.661	10.433.136	10.433.136
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas		540.352	540.352	190.409	190.409
Instrumentos financeiros derivativos	2	466.176	466.176	27.462	27.462
		1.006.528	1.006.528	217.871	217.871

Consolidado					
	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		899.139	899.139	1.298.424	1.298.424
Clientes, consumidores, concessionárias e outros		4.946.714	4.946.714	6.782.631	6.782.631
Titulos de créditos a receber		12.206	12.206	19.277	19.277
Ativos financeiros setoriais		434.280	434.280	303.670	303.670
		6.292.339	6.292.339	8.404.002	8.404.002
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	8.073.265	8.073.265	6.295.517	6.295.517
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	14.530.813	14.530.813	11.729.556	11.729.556
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.810.418	1.810.418	1.599.157	1.599.157
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	1.351.032	1.351.032	580.179	580.179
		25.765.528	25.765.528	20.204.409	20.204.409
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.796.124	2.796.124	2.705.874	2.705.874
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		28.834.375	28.997.663	25.464.877	25.000.960
Arrendamentos operacionais		129.672	129.672	82.068	82.068
Passivos financeiros setoriais		1.425.011	1.425.011	1.325.401	1.325.401
Parcelamento de impostos		893	893	2.045	2.045
		33.186.075	33.349.363	29.580.265	29.116.348
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas		6.683.366	6.683.366	7.671.617	7.671.617
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.292.689	1.292.689	650.945	650.945
		7.976.055	7.976.055	8.322.562	8.322.562

⁽¹⁾ Opção de compra de ações:

Itaú Unibanco S/A

O Conselho de Administração aprovou em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S/A ("Itaú") regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada EPM. O acordo prevê a Companhia detém o direito de recompra da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPM, o qual poderá ser exercido entre 10 de fevereiro de 2027 e 31 de dezembro de 2032, como também definiu que todo e qualquer dividendo, seja pago primeiramente as ações preferencias, até que o total pago equivalha 55% do lucro líquido auferido pela EPM.

Com a efetivação da operação, o Itaú Unibanco S/A, passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais e a Companhia, por sua vez, de 100,0% das ações ordinárias de emissão da controlada. Com o resultado da operação, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 95,21% do capital social total da Rede Energia e 88,9% da EMT. Após os novos aportes, ocorridos em fevereiro e dezembro de 2023, realizados pelo Itaú na controlada EPM, as participações da Companhia passaram a ser de 86,43% e 76,48%, respectivamente.

Banco Bradesco S/A

Em 11 de setembro de 2024 a Companhia celebrou acordo de investimento e outras avenças com o Banco Bradesco S/A, regulando os termos e condições gerais para o ingresso do Bradesco como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada Energisa Participações Nordeste S/A (EPNE). Os direitos e obrigações da Companhia e do Bradesco, na qualidade de acionistas da EPNE, foram

disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. O Acordo assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade do Bradesco, exercível entre o 4º (quarto) e o 10º (décimo) aniversário da conclusão da operação, como também definiu que todo e qualquer dividendo, seja pago primeiramente as ações preferencias, até que o total pago equivalha 45% do lucro líquido auferido pela EPNE.

Com a efetivação da operação, o Bradesco passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPNE, correspondentes a 23,64% do seu capital social total. A Companhia, por sua vez, é titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da EPNE, passando a deter 76,36% de participação no seu capital total.

A mensuração do valor justo destes instrumentos é baseada em dados não observáveis uma vez que, para essas ações, existe uma opção de compra cujo valor é calculado com base no aporte realizado pelo acionista minoritário, corrigido por 100% do CDI acrescido de um spread menos os dividendos distribuídos (strike). O modelo utilizado para mensurar o valor justo das opções de compra é uma variante da modelo de Black & Scholes, geralmente empregada e reconhecida pelo mercado para esse tipo de opção, que oferece a flexibilidade necessária para incorporar todas as condições contratuais. Os dados empregados nesses cálculos foram obtidos de fontes confiáveis e de mercado, tais como a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e BACEN, sempre que aplicável. O acionista minoritário não detém a opção de venda, sendo que o risco de investimento (*equity risk*) do minoritário está sob o controle da controladora, que exerce ou não a sua opção de compra.

Em 2024 os instrumentos financeiros de Nível 3 mensurado a valor justo demonstra o montante de R\$1.351.032 (R\$580.179 em 2023) correspondente ao valor justo apurado pela Administração, reconhecido no resultado financeiro da controladora e no consolidado.

35.2 Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia e suas controladas efetuam a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$1.228.881 (devedor) (R\$497.000 em 2023) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2024, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado têm quaisquer ganhos ou perdas, resultantes de sua re-mensuração, reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício findo em 2024, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$77.424 (devedor) (R\$60.054 em 2023) e reconhecido no resultado financeiro consolidado no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

35.3 Gerenciamento dos Riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	Consolidado	
	2024	2023
Dívida ⁽¹⁾	35.517.741	33.136.494
Caixa e equivalentes de caixa	(899.139)	(1.298.424)
Dívida líquida	34.618.602	31.838.070
Patrimônio líquido	17.279.498	11.897.510
Índice de endividamento líquido	2,00	2,68

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 20 e 21.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		38.121	-	-	-	6.131	44.252
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,78%	883.053	451.002	4.842.921	4.089.746	6.331.591	16.598.313
Instrumentos Financeiros Derivativos		(37.564)	2.639	21.785	44.275	397.868	429.003
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros		-	-	-	-	(1.351.032)	(1.351.032)
Total		883.610	453.641	4.864.706	4.134.021	5.384.558	15.720.536

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.622.158	-	-	-	173.966	2.796.124
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,57%	4.493.983	4.473.490	16.752.563	12.836.904	25.762.158	64.319.098
Instrumentos Financeiros Derivativos		269	(26.990)	(690.255)	(120.912)	331.094	(506.794)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros		-	(8.161)	-	-	(1.353.806)	(1.361.967)
Total		7.116.410	4.438.339	16.062.308	12.715.992	24.913.412	65.246.461

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	134.301	123.789	899.139	1.298.424
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	7.181.014	5.248.074	8.073.265	6.295.517
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	7	79.213	85.658	4.946.714	6.782.631
Títulos de créditos a receber	-	25	25	12.206	19.277
Ativos financeiros setoriais líquidos	10	-	-	(990.731)	(1.021.731)
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	-	-	14.530.813	11.729.556
Instrumentos financeiros derivativos	35	37.173	125.653	1.810.418	1.599.157

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas em 2024, excluídos os efeitos dos custos com captação, é de R\$35.850.274 (R\$33.345.041 em 2023), e R\$7.671.617 (R\$6.683.490 em 2023) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº20 e nº21.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com aumento de 27,91% sobre 31 de dezembro de 2023, cotado a R\$6,1923 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2024 era de 14,51%, enquanto 2023 foi de 9,87%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com aumento de 20,27% sobre 31 de dezembro de 2023, cotado a R\$6,4363/Euro. A volatilidade do Euro em 31 de dezembro de 2024 era de 15,24%.

O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	37.173	420	565.220	419.014
Ativo não circulante	1.351.032	705.412	2.596.230	1.760.322
Total do ativo	1.388.205	705.832	3.161.450	2.179.336
Passivo circulante	2.248	25.361	530.338	588.098
Passivo não circulante	463.928	2.101	762.351	62.847
Total do passivo	466.176	27.462	1.292.689	650.945

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Empresa / Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ESA - Controladora					
Resolução 4131 - J.P. Morgan	20.576	USD + 6,7471%	CDI + 1,85%	30/06/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - BNP Paribas	9.552	EUR + 6,03%	CDI + 1,85%	30/06/2025	Fair Value Option
EMR					
Resolução 4131 - Bank of America	6.085	USD + 4,6824%	CDI + 1,75%	22/05/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	20.096	USD + 6,2471%	CDI + 1,40%	27/01/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	20.243	USD + 6,2824%	CDI + 1,58%	29/01/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	18.197	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	44.265	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	5.682	USD + 5,9176%	CDI + 1,55%	27/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	2.322	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	21/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Safra	43.246	USD + 7,55%	CDI + 1,60%	18/08/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	24.450	USD + 7,00%	CDI + 1,53%	17/11/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P. Morgan	27.199	USD + 6,20%	CDI + 0,60%	24/01/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	58.824	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Merrill Lynch	20.070	USD + 6,3882%	CDI + 1,35%	20/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	31.071	USD + 5,5755%	CDI + 1,40%	16/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	21.466	USD + 5,1955%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Santander	18.007	USD + 6,38%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	45.784	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	8.271	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Santander	53.626	USD + 6,35%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	41.376	SOFR + 1,47%	CDI + 1,10%	14/06/2027	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	7.820	USD + 7,24%	CDI + 1,42%	27/05/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	5.487	USD + 6,56%	CDI + 0,95%	05/09/2025	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Merrill Lynch	11.310	EUR + 1,8788%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	13.258	USD + 5,9176%	CDI + 1,55%	27/03/2025	Fair Value Option

Empresa / Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America	36.495	USD + 6,2824%	CDI + 1,25%	24/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	47.089	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	71.560	(SOFR + 0,93%) x 117,647%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
ALSOL					
Resolução 4131 - Bank of America	54.471	USD + 6,6824%	CDI + 1,10%	25/07/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	26.746	USD + 7,00%	CDI + 0,95%	30/07/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	26.307	USD + 6,2623%	CDI + 0,65%	25/01/2025	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Scotiabank	3.849	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	9.470	USD + 5,9176%	CDI + 1,55%	27/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	30.388	USD + 6,35%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	22.540	(SOFR + 0,93%) x 117,647%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
ES GÁS					
Resolução 4131 - J.P. Morgan	55.498	USD + 6,70%	CDI + 1,85%	30/06/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - BNP Paribas	25.000	EUR + 6,03%	CDI + 1,85%	30/06/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	82.857	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	22.951	(SOFR + 0,79%) x 117,647%	CDI + 0,40%	18/06/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	15.690	USD + 6,1882%	CDI + 0,69%	22/12/2026	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Empresa / Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ESA - Controladora					
XP	174.586	IPCA + 6,1666%	CDI + 0,65%	16/09/2030	Fair Value Hedge
XP	472.498	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,90%	15/09/2033	Fair Value Hedge
BTG Pactual	308.400	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,88%	15/09/2033	Fair Value Hedge
Bradesco	308.399	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,891%	15/09/2033	Fair Value Hedge
XP	629.162	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	771.282	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
XP	544.968	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	730.000	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
EMR					
J.P. Morgan	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	16.667	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Bank of America	4.277	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Bank of America	1.216	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
EMT					
J.P. Morgan	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	128.333	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Bank of America	64.107	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	Não Designada
Itaú	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
BR Partners	372.870	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	387.861	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,7275%	17/02/2031	Fair Value Hedge
XP	89.631	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	200.000	IPCA + 7,0292%	CDI - 0,67%	15/12/2034	Fair Value Hedge
ETO					
J.P. Morgan	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	80.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Bank of America	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
ESS					
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	23.333	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Bank of America	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
EAC					
Itaú	105.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú	70.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Bank of America	4.885	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada

Empresa / Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ERO					
Itaú	195.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú	130.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Bank of America	10.389	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	92.800	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
Bank of America	253.694	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,789%	15/04/2029	Fair Value Hedge
Bank of America	156.306	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,945%	15/04/2032	Fair Value Hedge
ETE					
Santander	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Bank of America	61.227	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	Não Designada
XP	105.916	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
EMS					
J.P. Morgan	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	51.667	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Bank of America	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Itaú	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge
XP	387.861	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,72%	17/02/2031	Fair Value Hedge
ABC Brasil	270.000	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
ESE					
J.P. Morgan	2.472	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bank of America	3.669	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Itaú	59.006	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	58.928	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	68.000	IPCA + 5,7360%	CDI + 0,509%	15/07/2027	Fair Value Hedge
EPB					
J.P. Morgan	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bank of America	8.555	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Bank of America	1.835	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Itaú BBA	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge
XP	122.364	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	169.386	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
EPA I					
XP	186.451	IPCA + 1,8834%	CDI - 3,88%	16/04/2040	Não Designada
EPA II					
XP	235.953	IPCA + 1,6834%	CDI - 4,07%	16/07/2040	Não Designada
EAM					
J.P. Morgan	41.638	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 2024 e 2023.

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de Hedge)	150.000	545.404	Moeda Estrangeira	(190.409)	(540.331)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	190.409	540.331
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(153.236)	(548.977)
			Posição Líquida Swap	37.173	(8.646)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(153.236)	(548.977)

Consolidado

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de Hedge)	6.685.532	6.930.926	Moeda Estrangeira	(7.671.043)	(6.691.363)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	7.671.043	6.714.956
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	6.685.532	6.930.926	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(6.923.764)	(7.145.706)
			Posição Líquida Swap	747.279	(430.750)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(6.923.764)	(7.122.113)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação da taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de Hedge)	3.939.296	1.337.000	Taxa Pré-Fixada	(3.788.883)	(1.477.692)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	3.788.888	1.477.686
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	3.939.296	1.337.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(4.255.064)	(1.368.748)
			Posição Líquida Swap	(466.176)	108.938
			Posição Líquida Dívida + Swap	(4.255.059)	(1.368.754)

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de Hedge)	9.784.346	6.624.598	Taxa Pré-Fixada	(9.028.501)	(6.187.408)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	10.132.580	7.998.872
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	9.784.346	6.624.598	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(10.373.065)	(6.828.222)
			Posição Líquida Swap	(240.485)	1.170.650
			Posição Líquida Dívida + Swap	(9.268.986)	(5.016.758)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2024 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 20 e 21 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

35.4 Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(150.000)	Alta Câmbio	(141.925)	(187.509)	(233.092)
Variação Dívida			8.075	(37.509)	(83.092)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	190.409		182.334	227.918	273.501
Variação			(8.075)	37.509	83.092
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(153.236)		(153.236)	(153.236)	(153.236)
Subtotal	37.173		29.098	74.682	120.265
Total Líquido	(112.827)		(112.827)	(112.827)	(112.827)

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(6.685.532)	Alta Câmbio	(5.570.174)	(7.209.096)	(8.848.017)
Variação Dívida			1.115.358	(523.564)	(2.162.485)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.671.043		6.555.685	8.194.607	9.833.528
Variação			(1.115.358)	523.564	2.162.485
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(6.923.764)		(6.923.764)	(6.923.764)	(6.923.764)
Subtotal	747.279		(368.079)	1.270.843	2.909.764
Total Líquido	(5.938.253)		(5.938.253)	(5.938.253)	(5.938.253)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2024, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$112.827 na controladora e R\$5.938.253 no consolidado, em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(3.939.296)	Alta CDI	(3.939.296)	(3.939.296)	(3.939.296)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	3.788.888		3.788.888	3.788.888	3.788.888
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(4.255.064)		(4.255.064)	(5.268.164)	(6.549.458)
Variação			-	(1.013.100)	(2.294.394)
Subtotal	(466.176)		(466.176)	(1.479.276)	(2.760.570)
Total Líquido	(4.405.472)		(4.405.472)	(5.418.572)	(6.699.866)

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(9.784.346)	Alta CDI	(9.784.346)	(9.784.346)	(9.784.346)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	10.132.580		10.132.580	10.132.580	10.132.580
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(10.373.065)		(10.373.065)	(12.169.767)	(14.315.870)
Variação			-	(1.796.702)	(3.942.805)
Subtotal	(240.485)		(240.485)	(2.037.187)	(4.183.290)
Total Líquido	(10.024.831)		(10.024.831)	(11.821.533)	(13.967.636)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros 31 de dezembro de 2024 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	8.073.265	Alta CDI	1.210.990	1.513.738	1.816.485
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(6.923.764)	Alta CDI	(1.038.565)	(1.298.206)	(1.557.848)
	(11.149.796)	Alta CDI	(1.672.469)	(2.090.586)	(2.508.704)
	(904.961)	Alta TJLP	(56.017)	(70.021)	(84.026)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(14.295.780)	Alta IPCA	(690.486)	(863.108)	(1.035.729)
	(122.591)	Alta INPC	(5.848)	(7.310)	(8.772)
	(645.420)	Alta TR	(5.228)	(6.535)	(7.842)
Subtotal ⁽²⁾	(34.042.312)		(3.468.613)	(4.335.766)	(5.202.921)
Total -perdas ⁽²⁾	(25.969.047)		(2.257.623)	(2.822.028)	(3.386.436)

⁽¹⁾ Considera o CDI e SELIC de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024, TR 0,81% ao ano, TJLP 6,19% ao ano, INPC 4,77% ao ano e IPCA 4,83% ao ano.

⁽²⁾ Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.807.962

36. Benefícios pós-emprego

36.1 Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

Empresas	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Planos de Saúde	Plano de Previdência				Total	
			Passivo Atuarial - Plano BD	Contratos de dívida / Serviço Passado		Total Planos de Previdência	2024	2023
				Plano BD	Plano CD			
ESA - Controladora	5.609	6.514	-	-	-	-	12.123	15.405
EMR	7.828	7.736	-	-	-	-	15.564	25.169
ESE	4.744	31.729	56.808	14.770	55.027	126.605	163.078	183.099
EPB	-	11.716	-	69.999	22.138	92.137	103.853	99.811
EMT	-	15.053	-	1.371	11.018	12.389	27.442	41.999
EMS	-	18.118	-	-	-	-	18.118	28.316
ESS	-	23.644	-	2.689	10.867	13.556	37.200	50.083
ETO	598	14.279	-	1.745	2.764	4.509	19.386	30.630
ERO ⁽¹⁾	-	1.397	21.654	-	-	21.654	23.051	22.504
EAC	-	16	-	-	-	-	16	36
EAM	-	4	-	-	-	-	4	8
ESOL	1.470	1.256	-	-	-	-	2.726	3.429
ALSOL	-	1	-	-	-	-	1	8
ESOLC	-	66	-	-	-	-	66	-
MULTI	-	6	-	-	-	-	6	9
ECOM	6	4	-	-	-	-	10	46
VOLTZ	-	3	-	-	-	-	3	7
ESEA	-	-	-	-	-	-	-	537
EPLAN	2	-	-	-	-	-	2	4
SOBR	13	14	-	-	-	-	27	35
Total Consolidado	20.270	131.556	78.462	90.574	101.814	270.850	422.676	501.135
Circulante	2.342	19.081	6.091	8.072	31.769	45.932	67.355	67.444
Não circulante	17.928	112.475	72.371	82.502	70.045	224.918	355.321	433.691
Benefícios pós-emprego							230.288	282.636
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							192.388	218.499

⁽¹⁾ Refere-se a uma contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, coberta de forma paritária pelo patrocinador e pelos participantes do Plano Energisa Rondônia CD que atendiam o critério de inscritos no Plano CD até 30 de setembro de 2017, e que tinham ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011.

36.2 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33 (R1) / IAS 19.

A administração desses planos é realizada por meio das instituições elencadas a seguir:

- **Energisaprev** - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.
- **INERGUS** - Instituto Energipe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento

autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar, responsável pela gestão apenas do plano Plano BD-1 patrocinado pela ESE.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são:

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Status	Data Instituição	Benefício
Plano BD-1 - Inergus	BD	ESE	Fechado	20/05/1986	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de serviço/idade; . Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; . Aposentadoria especial; . Abono anual; . Pensão por morte; . Auxílio-reclusão.
Plano Sergipe Saldado	BD	ESE	Fechado	18/12/2008	• Complementação de aposentadoria saldada por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por morte; • Abono saldado anual; • Auxílio-reclusão saldado.
Plano Sergipe CD	CD	ESE	Fechado	18/12/2008	• Benefício programado; • Benefício de renda por invalidez; • Benefício de pensão por morte. • Abono anual.
Plano Elétricas BD	BD	ETO e ESS	Fechado	01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de serviço/idade; . Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; . Aposentadoria especial; . Abono anual; . Pensão por morte e pecúlio por morte.
Plano Elétricas OP	CV	ETO, ESS e EMS	Fechado	01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano Cemat BD-I	BD	EMT	Fechado	01/01/1994	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano Cemat OP	CV	EMT	Fechado	01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.
Plano I	BD	EMS	Fechado	18/07/1989	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano II	CV	EMS	Fechado	01/05/2002	• Aposentadoria normal ou antecipada; • Aposentadoria por invalidez; • Pensão por morte de ativo; e • Pensão por morte de aposentado.
Plano Risco	BD	ETO, ESS, EMS e EMT	Fechado	01/08/1986	• Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Abono Anual; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte.
Plano Funasa PO	BD	EPB	Fechado	25/02/1987	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de contribuição/idade; . Aposentadoria por invalidez; . Aposentadoria especial; . Abono anual; . Pensão e pecúlio por morte.
Plano Funasa PCD	CD	EPB	Fechado	19/12/2008	• Benefício programado; • Benefício de renda por invalidez; • Benefício de pensão por morte. • Abono anual.
Plano Funasa Saldado	BD	EPB	Fechado	19/12/2008	• Complementação de aposentadoria saldada por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria saldada especial; • Complementação de aposentadoria saldada por idade; • Complementação de aposentadoria saldada por invalidez; • Pensão saldada por morte e pecúlio saldado por

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Status	Data Instituição	Benefício
					morte; • Abono saldado anual.
Plano Energisa Sudeste	CV	ESA, EMT, ETO, ESS, EMS, EMR, ESOL, ECOM, EPLAN, EPB, ESE, ESOLC, ERO, EAC, ESEA e SOBR	Fechado	01/07/1981	• Complementação de aposentadoria por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; • Complementação de abono anual; • Aposentadoria; • Benefício por Invalidez; • Pensão por Morte.
Plano Energisa Rondônia	CD	ERO	Fechado	26/07/2011	Plano encerrado.
Plano Energisa Acre	CD	EAC	Fechado	26/11/2008	Plano encerrado.
Plano Energisa CD	CD	ESA, EMT, ETO, ESS, EMS, EMR, ESOL, ECOM, EPLAN, EPB, ESE, ESOLC, ERO, EAC, ESEA, SOBR, EGO, EPA, ALSOL, ETT, GEMINI, ES GÁS	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

O custeio dos planos Sergipe Saldado, Risco e Funasa Saldado é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes desse plano está apresentado a seguir:

Plano Energisa CD	Consolidado	
	2024	2023
Ativos	13.068	11.181
Autopatrocinados	45	44
Benefício Proporcional Diferido - BPD	319	234
Assistidos	1.952	1.908
Total	15.384	13.367

36.2.1 Situação financeira dos planos de benefícios definido - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2024, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) / IAS 19- Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Consolidado	
	2024	2023
Ativos	181	243
Assistidos	656	765
Beneficiários Pensionistas	379	328
Total	1.216	1.336

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Avaliação atuarial 2024											
	BD-1 - INERGUS	SERGIPE SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICA S BD	ELÉTRICA S OP	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas												
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	MI 85	MI 85	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo

	Avaliação atuarial 2024											
	BD-1 - INERGUS	SERGIPE SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICA S BD	ELÉTRICA S OP	Plano I	Plano II
Composição Familiar (Ativos)	Não aplicável	Não aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,85% a.a	6,79% a.a	6,85% a.a	6,71%a.a.	6,79% a.a	6,71%a.a	6,79%a.a	6,71%a.a	6,79%a.a	6,79%a.a	6,85% a.a	6,79% a.a
4,00% a.a 4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00%a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a
Expectativa de Inflação Futura	11,12%a.a	11,06%a.a	11,13%a.a	10,97%a.a	11,06% a.a.	10,97%a.a	11,06%a.a	10,97%a.a	11,06%a.a	11,97%a.a	11,13% a.a	11,06% a.a
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	100% a.a	100% a.a	100% a.a.	Não Aplicável	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	100% a.a.	100% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	Não aplicável	Não aplicável	2,19%	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	2,19%	Não Aplicável	Não Aplicável	2,19%
Taxa de Crescimento Real de Salários	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	0% a.a	0% a.a	0%a.a	0%a.a
Taxa de Rotatividade	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
III - Regime Financeiro de Capitalização												

	Avaliação atuarial 2023											
	BD-1 - INERGUS	SERGIPE SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	SUDESTE	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas												
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	N/A	LIGHT FRACA	N/A	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	N/A	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85	N/A	MI 85	MI 85	N/A	MI 85	MI 85
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família média padrão	Família média padrão	N/A	N/A	N/A	Família média padrão	N/A	N/A	N/A	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.	5,75% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.	9,98% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	N/A	N/A	2,19% a.a	N/A	N/A	2,19% a.a	N/A	2,19% a.a	2,19% a.a	N/A	N/A	2,19% a.a
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(¹) As Taxas Real de Desconto da Obrigação Atuarial entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2024 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I e Plano R foram de 6,71%a.a., 6,79%a.a. e 6,85%a.a (6,17%a.a. e 6,26% a.a. em 2023)

(²) As Taxas de Rendimento Esperado dos Ativos entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2023 os percentuais da taxa de rendimento dos ativos do Plano BD-I e Plano R foram de 10,97%a.a., 11,06%a.a., 11,12%a.a. e 11,13%a.a. (11,48%a.a. e 11,57%a.a. em 2023).

(³) Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1) / IAS 19.

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) / IAS 19 e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão das controladas:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	Consolidado	
	2024	2023
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	304.390	315.794
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(11.396)	17.422
Retorno esperado dos ativos do plano	32.372	38.842
Contribuições do empregador	13.092	13.822
Contribuições dos participantes do plano	2.841	2.441
Benefícios pagos	(37.509)	(40.065)
Custo do serviço passado	-	(43.866)
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	303.790	304.390

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	420.576	464.949
Custo do serviço corrente	17	25
Custo dos juros	41.621	52.023
Contribuições de participantes	2.841	2.441
(Ganhos)/Perdas atuariais	(42.898)	(6.359)
Benefícios pagos	(37.509)	(40.065)
Custo do serviço passado	-	(52.438)
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	384.648	420.576

Posição Líquida dos planos	Consolidado	
	2024	2023
Valor justo dos ativos	303.790	304.390
Valor presente das obrigações	(384.648)	(420.577)
Posição Líquida	(80.858)	(116.187)
Limite do Ativo	(42.817)	(42.514)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	(123.676)	(158.701)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras.

Movimentação dos Saldos	Consolidado	
	2024	2023
Posição líquida em 2023 e 2022	158.701	179.923
Efeito em outros resultados abrangentes (ORA)	(36.547)	(16.205)
Contribuição do empregador	(12.080)	(13.177)
Impacto decorrente de redução no plano (Encurtamento/curtailment)	-	10.911
Transferência de dívida entre planos (BD-CD)	-	(19.510)

Movimentação dos Saldos	Consolidado	
	2024	2023
Efeito no resultado do exercício	13.602	16.759
Posição líquida em 2024 e 2023	123.676	158.701
Circulante	5.911	7.097
Não Circulante	66.617	151.604

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2025 segundo os critérios do CPC 33 (R1) / IAS 19:

	Consolidado
	2025
Custo do Serviço Corrente	15
Custo dos juros	13392
Retorno dos Ativos do Plano	(7.028)
Juros sobre o Excesso ao Valor Justo dos Ativos	(461)
Mudanças em função de alterações no plano e premissas atuariais	(1)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	5.918

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2024											
	BD-1 INERGUS	SERGIPE SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	SUDESTE	ELÉTRICA S BD	ELÉTRICA S PO	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	PLANO I	PLANO II
Investimentos:												
Títulos públicos	0,00%	91,64%	76,38%	85,78%	32,70%	75,07%	74,03%	73,96%	74,19%	85,52%	90,53%	85,32%
Créditos privados e depósitos	0,00%	0,00%	2,24%	0,00%	0,18%	1,02%	1,35%	0,73%	1,81%	0,88%	0,00%	0,00%
Fundos de investimento	0,00%	8,15%	15,30%	14,14%	64,01%	23,89%	23,87%	24,66%	23,04%	13,44%	9,32%	11,47%
Investimento imobiliário	0,00%	0,00%	5,90%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com participantes	0,00%	0,21%	0,18%	0,08%	3,11%	0,02%	0,75%	0,65%	0,96%	0,16%	0,15%	0,06%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	2023											
	BD-1 INERGUS	SERGIPE SALTADO	FUNASA PO	FUNASA SALTADO	SUDESTE	ELÉTRICA S BD	ELÉTRICA S PO	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	PLANO I	PLANO II
Investimentos:												
Títulos públicos	0,00%	80,51%	66,93%	61,93%	43,81%	65,10%	54,90%	65,91%	74,50%	78,98%	98,35%	72,00%
Créditos privados e depósitos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,55%	1,78%	1,08%	2,50%	1,39%	0,00%	5,00%
Fundos de investimento	0,00%	19,23%	19,42%	37,95%	53,70%	33,32%	42,29%	32,29%	21,96%	19,39%	1,45%	23,00%
Investimento imobiliário	0,00%	0,00%	11,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com participantes	0,00%	0,26%	0,30%	0,11%	2,28%	0,04%	1,03%	0,72%	1,04%	0,24%	0,20%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	2,04%	0,01%	0,21%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% e 0,5% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Empresas	Plano Beneficiário	2024		
		Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5% e 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5% e 0,5%
EMT	CEMAT BD-I	2.471	2.552	2.394
EMT	CEMAT OP	19.374	20.006	18.773
EMT	RISCO	11.098	11.460	10.752
ESS	ELÉTRICAS BD	18.022	18.378	17.676
ESS	ELÉTRICAS OP	4.952	5.113	4.798
ESS	RISCO	3.620	3.739	3.508
ETO	ELÉTRICAS BD	1.407	1.435	1.379
ETO	ELÉTRICAS OP	36	37	35

2024				
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5% e 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5% e 0,5%
ETO	RISCO	4.713	4.867	4.567
EMS	PLANO I	39.091	40.932	37.378
EMS	PLANO II	28.850	30.213	27.582
EPB	FUNASA DB-1	114.547	119.940	114.654
EPB	FUNASA SALDADO	40.681	42.681	38.949
ESE	BD-I - INERGUS	44.123	46.856	41.930
ESE	SERGIPE SALDADO	56.927	60.229	53.914
EMR	SUDESTE	1.543	1.616	1.475

2023				
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5% e 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5% e 0,25%
EMT	CEMAT BD-I	3.323	3.435	3.216
EMT	CEMAT OP	20.705	21.404	20.039
EMT	RISCO	14.596	15.089	14.126
ESS	ELÉTRICAS BD	20.127	20.532	19.733
ESS	ELÉTRICAS OP	1.414	1.462	4.014
ESS	RISCO	3.882	4.014	3.758
ETO	ELÉTRICAS BD	1.615	1.648	1.583
ETO	ELÉTRICAS OP	39	40	38
ETO	RISCO	5.130	5.303	4.965
EMS	PLANO I	41.955	44.053	40.008
EMS	PLANO II	31.102	31.865	30.367
EMS	RISCO	1	1	1
EPB	FUNASA DB-1	124.061	130.265	108.118
EPB	FUNASA SALDADO	43.628	46.364	41.143
ESE	BD-I - INERGUS	46.644	49.820	44.166
ESE	SERGIPE SALDADO	71.277	72.677	69.917
EMR	SUDESTE	2.793	2.861	2.727

Plano de benefícios e contribuições definidas

Os saldos dos planos de benefícios e contribuições definidas das controladas, é como segue:

Empresas	Contribuição anual	
	2024	2023
ESA	5.299	4.378
EMR	2.139	1.732
ESOL	1.743	1.714
ESE	3.056	2.984
EPB	4.307	3.514
ECOM	380	276
EPLAN	52	40
EMT	7.786	6.797
EAE	11	20
EMS	4.705	4.515
ETO	4.631	4.364
ESS	3.017	2.643
EAC	1.649	1.339
ERO	3.785	3.267
ESOLC	402	414
MULTI	31	14
GOIAS I	47	43
PARA I	19	19
ETT	27	21
EAM	317	223
ALSOL	274	-

Empresas	Contribuição anual	
	2024	2023
LMTE	126	-
ESGAS	488	-
EPT	1	-
PARA II	18	-
REDE ENERGIA	3	-
LTTE	86	-
LTXE	121	34
Total	44.520	38.351

Em 2024 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$130 (R\$21 em 2023) na controladora e R\$1.208 (R\$13.314) no consolidado, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

36.3 Prêmio/Gratificação de aposentadoria e indenização por tempo de serviço:

A Companhia e suas controladas EMR, ESOL, ETO, ESE, ECOM, EPLAN e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	Controladora	
	2024	2023
Posição líquida em 2023 e 2022	6.697	5.249
Efeito em ORA	(1.974)	644
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	-	-
Efeito no Resultado do Exercício	886	804
Posição líquida em 2024 e 2023	5.609	6.697
Circulante	663	887
Não Circulante	4.946	5.810

	Consolidado	
	2024	2023
Posição líquida em 2023 e 2022	21.803	19.304
Efeito em ORA	(4.196)	254
Contribuições da patrocinadora/Pagamentos vertidos no ano	(55)	(510)
Efeito no Resultado do Exercício	2.718	2.755
Posição líquida em 2024 e 2023	20.270	21.803
Circulante	2.342	2.717
Não Circulante	17.928	19.086

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2025, segundo critérios do CPC33 (R1) (IAS 19):

	Controladora
	2025
Custo do serviço corrente	239
Custo dos juros	424
Total de despesa a ser reconhecida	663
	Consolidado
	2025
Custo do serviço corrente	726
Custo dos juros	1.616
Total de despesa a ser reconhecida	2.342

36.4 Plano de saúde

A Companhia e suas controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia e suas controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 2024 as despesas com o plano de saúde foram de R\$149.928 (R\$102.592 em 2023), no consolidado. Inclui R\$6.520 (R\$3.686 em 2023) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	Controladora	
	2024	2023
Valor presente das obrigações no início do exercício	8.708	6.020
Custo do serviço corrente	243	94
Juros sobre obrigação atuarial	869	696
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(3.306)	1.898
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	6.514	8.708
Circulante	883	1.112
Não Circulante	5.631	7.596

	Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações no início do exercício	162.093	185.608
Custo do serviço corrente	6.520	3.686
Custos dos juros	16.162	21.476
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(53.219)	(48.677)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	131.556	162.093
Circulante	19.081	22.705
Não Circulante	112.475	139.388

Demonstração das despesas para os exercícios de 2025, segundo critérios do CPC33(R1) / (IAS 19):

	Controladora
	2025
Custo do serviço corrente	136
Custo dos juros	747
Total de despesa a ser reconhecida	883

	Controladora
	2025
Custo do serviço corrente	3.716
Custo dos juros	15.365
Total de despesa a ser reconhecida	19.081

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2024			2023		
	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	HAPVIDA	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	HAPVIDA
I - VARIÁVEIS ECONOMICAS						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,40%	7,40%	7,46%	5,75%	5,75%	5,75%
Expectativa de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,50%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,70%	11,70%	12,30%	9,99%	9,98%	9,98%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	(*)	(*)	28,00%	(*)	(*)	28,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS						
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Invalidez	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo	M-85 por sexo
Entradas de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário

(*) As taxas de rotatividade entre as empresas com o mesmo plano apresentam variações. Em 2024 o intervalo foi de 6,00% a 18,50% e, em 2023 a variação foi de 5,95% a 18,50%.

37. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

37.2 Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
ECOM	2025 a 2056	1.117.196	678.161	492.143	373.075	1.460.422

37.3 Compra de energia elétrica

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de dezembro de 2024 e foram homologados pela ANEEL.

	Contrato de compra de energia- reais mil ⁽¹⁾					
	Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
EMR	2025 a 2056	494.146	512.304	490.276	492.642	5.040.177
EPB ⁽²⁾	2025 a 2056	1.178.206	1.094.129	896.673	867.625	11.928.148
ESE	2025 a 2056	669.578	601.787	571.103	558.347	7.545.415
EMT	2025 a 2056	2.459.842	2.560.607	2.419.091	2.188.011	22.335.798
ETO	2025 a 2056	690.075	633.803	529.908	518.386	6.418.992
EMS	2025 a 2056	1.298.470	1.301.156	1.217.923	1.150.549	14.205.024
ESS	2025 a 2056	888.586	875.189	834.608	825.411	7.997.283
ECOM	2025 a 2036	1.005.413	507.777	350.387	268.240	1.514.274
ERO	2025 a 2056	904.755	990.821	938.953	877.560	14.947.188
EAC	2025 a 2056	293.676	317.631	304.368	282.596	4.696.535
		9.882.747	9.395.204	8.553.290	8.029.367	96.628.834

⁽¹⁾ Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

37.4 Locação de áreas para a implantação de usinas fotovoltaicas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2024	2025	2026	2027	Após 2027
ALSOL	2024 a 2051	5.878	6.160	6.610	6.160	115.172

Refere-se aos valores dos contratos de locação das áreas para implantação das Usinas Fotovoltaicas.

37.5 Contratos de suprimento de gás natural - Segmento Não Térmico

Para distribuição do gás natural aos clientes ligados a rede de distribuição, a controlada ES GÁS possui Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível. Com a possibilidade de redução de volume nos contratos de fornecimento de gás devido à migração de clientes para o mercado livre, em novembro de 2024 ocorreram alterações nas Quantidades Diárias Contratada (QDC) de todos os contratos. A redução foi aplicada de forma proporcional a cada um, conforme as tabelas atualizadas abaixo:

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029
QDCF (m³ /Dia)	332.000	372.000	372.000	372.000	372.000	1.383.188
QDCP (m³ /Dia)	100.000	-	-	-	-	-
Total (m³ /Dia)	432.000	372.000	372.000	372.000	372.000	1.383.188

37.6 Contratos de suprimento de gás natural - Segmento Térmico

Para o segmento termelétrico no mercado cativo, a ES GÁS mantém um contrato de fornecimento de gás celebrado para fornecimento de gás natural:

	Volume (m³ /Dia)
Mercado cativo	1.100.000
Mercado livre	800.000

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2024	2023
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	2.265.701	1.437.698
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	616.718	561.990
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	931.315	760.027
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	146.048	494.284
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo - Distribuidoras e demais empresas	445.796	398.752
Fornecedores a prazo - Transmissoras	65.588	41.594
Incorporação de redes	168.429	214.614
Arrendamento mercantil - IFRS 16	57.275	-
Atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção - Distribuidoras e demais empresas	(445.796)	(398.752)
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(44.038)	(41.594)
Incorporação de redes	(168.429)	(214.614)
Intangível - IFRS 16	(57.275)	-
Provisão encerramento de obra	21.550	-
Combinação de negócios		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	604	74.516
Clientes, consumidores e concessionárias	1.241	122.150
Estoque	750	13.920
Devedores diversos	1.004	-
Tributos a recuperar	115	90.312
Outros ativos circulantes	18.384	2.633
Despesas pagas antecipadamente	-	817
Cauções e depósitos vinculados	-	485
Outros ativos não circulantes	510	-
Investimentos	396.555	-
Imobilizado	62.531	56.695
Intangível - direito de uso	-	1.852
Intangível - contrato de concessão	544.565	1.448.527
Intangível -softwares e outros	64.436	8.833
Fornecedores	805	174.679
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.132	51.442
Debentures	-	8.261
Obrigações trabalhistas	24	-
Impostos e contribuições sociais	445	37.154
Imposto de renda e contribuição social diferido	194.817	-
Dividendos/ juros sob capital próprio	-	152.772
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	27.180
Arrendamentos operacionais	-	1.907
Outros passivos	1.373	16.423

39. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídos pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico é diluído, como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício - controladora	3.789.678	1.894.219
Média ponderada em milhares de ações	2.285.652	2.035.314
Lucro líquido básico por ação - R\$	1,6580	0,93
Lucro líquido do exercício - consolidado	4.636.282	2.583.534
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	3.789.678	1.894.219
Acionistas não controladores	846.604	689.315
Lucro líquido do exercício - controladora	3.789.678	1.894.219
Média ponderada em milhares de ações	2.285.652	2.035.314
Efeito dilutivo programa ILP	1.308	1.374
Lucro líquido diluído por ação - R\$ ⁽¹⁾	1,6571	0,93
Lucro líquido do exercício - consolidado	4.636.282	2.583.534
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	3.789.678	1.894.219
Acionistas não controladores	846.604	689.315

⁽¹⁾ Potencial efeito diluidor programa de remuneração variável (ILP).

40. Eventos subsequentes

40.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

40.2 Fundo de Investimento e Cotas (FIC - FIDC)

Em fevereiro de 2025, a Companhia e o BTG Pactual aditaram o acordo de cotistas para: (i) alterar a data limite para o exercício das opções de compra e venda, que passarão de 4 (quatro) anos para 7 (sete) anos, contados da assinatura do acordo de cotistas e (ii) alterar a cláusula que dispõe a respeito do preço de exercício da opção, mediante ajuste na taxa spread que passará de 2,35% ao ano para 1,95% ao ano, a partir da data de assinatura do acordo de cotistas.

40.3 Prorrogação das concessões das controladas distribuidoras de energia elétrica (EMT, EMS, EPB e ESE)

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, autorizando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo prazo final dos contratos se extinguem entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu período de consulta pública para coletar informações do setor para aprimoramentos da minuta do referido contrato. Em 25 de fevereiro de 2025, o processo foi concluído e os termos da prorrogação das concessões com a redação final dos contratos encaminhado para apreciação do Ministério de Minas e Energia. Após esta apreciação e definição dos termos dos contratos, as concessionárias terão 30 dias para apresentar para a ANEEL e Ministério de Minas e Energia os requerimentos das prorrogações. As controladas EMT, EMS, EPB e ESE mantêm o interesse nas respectivas prorrogações de concessões.

40.4 Empréstimos Contratados - controladas

- ✓ Em 09 de janeiro de 2025 a controlada indireta AGRIC teve a liberação de R\$47.500 referente à primeira parcela do contrato N° 24.9.0146-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, firmado em 05 de novembro de 2024.
- ✓ Em 07 de março de 2025 a controlada direta ALSOL, captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R\$180.000, correspondente a USD30.840 dólares americanos, com remuneração de SOFR mais 0,52% ao ano, com vencimento em 06 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI mais 0,55% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

40.5 Emissão de Debêntures - controladora

Em 25 de fevereiro de 2025 a companhia, efetuou a 23ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$900.000 sendo: (i) R\$579.459 referente a 1ª Série com vencimento em 25 de fevereiro de 2030 e remuneração de CDI mais 0,80% ao ano; (ii) R\$320.511 referente a 2ª Série com vencimento em 25 de fevereiro de 2032 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 27 de fevereiro de 2025, os recursos serão destinados a gestão ordinária dos negócios da emissora.

40.6 Emissão de Debêntures - controladas

Em 25 de fevereiro de 2025 a controlada indireta ETO, efetuou a 12ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$320.000 com vencimento 25 de fevereiro de 2030 e remuneração de CDI mais 1,00% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 27 de fevereiro de 2025 e serão destinados a gestão ordinária dos negócios da controlada.

40.7 Pagamentos de dividendos do exercício de 2024 - controladora

Em 20 de fevereiro de 2025, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos a conta do lucro do exercício de 2024, no valor de R\$868.548, o que equivale a R\$0,38 por ação ordinária e preferencial, que será pago em 28 de março de 2025.

40.8 Dividendos do exercício de 2024 - controladas

A Administração das controladas aprovou em 20 de fevereiro de 2025, a distribuição de dividendos a conta do lucro do exercício de 2024 conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)		Data pagamento
		ON	PN	
EPB	51.732	49,38686314606	-	À partir do dia 21/02/2025
ESE	14.663	75,00	-	À partir do dia 21/02/2025
EMS	129.403	200,00	-	À partir do dia 21/02/2025
EMT	525.461	2,40	2,40	25/03/2025
ETO	117.291	180,00	180,00	À partir do dia 21/02/2025
EGO I	12.970	0,04985836082	-	À partir do dia 21/02/2025
EPT	3.530	0,11386680806	-	À partir do dia 21/02/2025
Dinâmica	117	0,05963816851	-	À partir do dia 21/02/2025
EPLAN	1.182	0,40841992843	-	À partir do dia 21/02/2025
URB	1.414	0,13737780155	-	À partir do dia 21/02/2025
Reenergisa I	1.191	0,15589843126	-	À partir do dia 21/02/2025
Reenergisa II	2.722	0,74635091308	-	À partir do dia 21/02/2025
Flowsolar	4.155	2,00137652647	-	À partir do dia 21/02/2025
Reenergisa V	688	0,02234075937	-	À partir do dia 21/02/2025
Reenergisa VI	47	0,00567097242	-	À partir do dia 21/02/2025
Reenergisa VII	1.058	0,13672934065	-	À partir do dia 21/02/2025
EDG	26.641	0,03347295589	0,03347295589	À partir do dia 21/02/2025
Rede Power	70.000	266,27410256118	-	À partir do dia 21/02/2025
REDE	517.029	0,245	-	26/03/2025
DENERGE	361.872	466,00	-	À partir do dia 21/02/2025
QMRA	121	0,02758663539	-	À partir do dia 21/02/2025
EPM	362.155	0,38080788339	1,20099004412	À partir do dia 21/02/2025

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 18 de março de 2025.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 18 de março de 2025.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador – CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Conselho de Administração

(Eleição na AGOE 2024)

Omar Carneiro Cunha Sobrinho

Presidente

Ricardo Perez Botelho

Vice-Presidente

Jose Antonio de Almeida Felippo

Conselheiro Independente

Rogério Sekeff Zampronha

Conselheiro Independente

Luciana Oliveira Cezar Coelho

Conselheiro Independente

Armando de Azevedo Henriques

Conselheiro Independente

Luiz Eduardo Froés do Amaral Osorio

Conselheiro Independente

Conselho Fiscal

(Eleição na AGOE 2024)

Flavio Stamm

Conselheiro

Vania Andrade de Souza

Conselheira

Mario Daud Filho

Conselheiro

Camilo de Lelis Maciel Silva

Conselheiro

Caio Cezar Monteiro Ramalho

Conselheiro

Gilberto Lerio

Suplente

Antonio Eduardo Bertolo

Suplente

Guilherme Pereira Alves

Suplente

Marco Antonio Pereira

Suplente

Ludmila de Melo Souza

Suplente

Diretoria Executiva

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

ENERGISA S.A.
- Companhia Aberta -
CNPJ/MF nº 00.864.214/0001-06
NIRE nº 31.3.000.2503-9

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. (“Companhia”), realizada em 18 de março de 2025.

1. **Data, Hora e Local:** Aos 18 dias do mês de março de 2025, às 14h00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Praça Rui Barbosa, nº 80, Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.
2. **Convocação e Presença:** Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de *quórum* suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presentes também (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Maurício Perez Botelho; (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Rodolfo da Paixão Lima; (iii) os representantes dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, Antonio Carlos Brandão; (iv) o Gerente de Riscos e Controles Internos, Luiz Augusto Mendonça; e (v) a Diretora Corporativa Jurídico, Fernanda Rocha Campos Pogliési
3. **Mesa:** Presidente: Sra. Vania Andrade de Souza
Secretário: Sr. Guilherme Fiuza Muniz
4. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:
 - 4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.
 - 4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram o relatório anual da administração e das contas da Diretoria, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o orçamento de capital da Companhia que considera retenção do parte do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como proposta da Diretoria para a destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme apresentações realizadas pelos representantes da Companhia e dos auditores independentes que prestaram - na reunião do Conselho de Administração realizada nesta data e assistida pelos conselheiros Vania Andrade de Souza e Mario Daud (“Reunião do Conselho de Administração”) - todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.
 - 4.3. Consignar a apresentação realizada pela auditoria independente sobre os resultados dos trabalhos de auditoria realizados em 2024, que incluiu pontos de relevância do setor elétrico e opinião acerca das Demonstrações Financeiras do exercício.
 - 4.4. Consignar a apresentação sobre as movimentações (i) relevantes do contencioso judicial; (ii) no contencioso de prognóstico possível; bem como dos destaques de novos processos, alterações de risco e encerramentos; realizada pela Diretora Corporativa Jurídica que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.
 - 4.5. Consignar a apresentação sobre os resultados dos trabalhos da gestão de riscos, auditoria interna e compliance realizados em 2024, realizada pelo Gerente

Corporativo de Gestão de Riscos que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

- 4.6. A cópia do material apresentado nos itens 4.2 a 4.5, fica arquivada na Companhia como doc. 1.
 - 4.7. Opinar favoravelmente acerca do encaminhamento dos documentos descritos no item 4.2. acima, conforme parecer do Conselho Fiscal, Anexo I da presente ata.
 - 4.8. Os membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento da proposta que a Administração da Companhia submeterá aos acionistas para aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 588.498.468,72 (quinhentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos) em razão do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros (“Aumento de Capital”). O Aumento de Capital ocorrerá mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações e não implicará em alteração do valor nominal das ações atualmente existentes (que permanecerão sem valor nominal atribuído), nos termos do artigo 169, §1º combinado com o artigo 199 da Lei 6404/76.
 - 4.9. O Conselho Fiscal opina favoravelmente à proposta da Administração descrita no item 4.8 acima, conforme parecer do Conselho Fiscal, anexo II da presente ata.
5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

Vania Andrade de Souza
Presidente

Guilherme Fiuza Muniz
Secretário

Conselheiros Fiscais:

Vania Andrade de Souza

Flavio Stamm

Mario Daud Filho

Caio Cezar Monteiro Ramalho

Camilo de Lelis Maciel Silva

Anexo I a Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA S.A., realizada no dia 18 de março de 2025, às 14h00.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Energisa S.A. (“Companhia”), nos termos do parágrafo 3º do art. 163 da Lei 6.404/76 apreciou (i) o relatório anual da administração e das contas da Diretoria; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) o orçamento de capital da Companhia que considera retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iv) a proposta da Diretoria para a destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (v) o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em 18 de março de 2025; e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos à Assembleia Geral de Acionistas.

Conselheiros Fiscais:

Vania Andrade de Souza

Flavio Stamm

Mario Daud Filho

Caio Cezar Monteiro Ramalho

Camilo de Lelis Maciel Silva

Anexo II a Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA S.A., realizada no dia 18 de março de 2025 às 14:00 horas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Energisa S.A. (“Companhia”), nos termos do parágrafo 3º do art. 163, combinado com o parágrafo 2º do artigo 166 da Lei 6.404/76, assistiu a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 18 de março de 2025, na qual a administração propôs submeter aos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2025, a realização de um aumento do capital social no montante de R\$ 588.498.468,72 (quinhentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos), sem a emissão de novas ações. A proposta do aumento de capital decorre do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros que não pode ser superior ao capital social, nos termos do artigo 199 da Lei 6404/76. O Aumento de Capital ocorrerá mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, §1º da Lei 6404/76. Após o exame da proposta em questão, o Conselho Fiscal, opina favoravelmente a submissão da proposta de aumento de capital por capitalização de parte do saldo da reserva de lucros sem emissão de novas ações para a assembleia geral de acionistas da Companhia.

Conselheiros Fiscais:

Vania Andrade de Souza

Flavio Stamm

Mario Daud Filho

Caio Cezar Monteiro Ramalho

Camilo de Lelis Maciel Silva

Energisa S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas concessionárias de distribuição registram mensalmente no consolidado o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pelas controladas incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob controle delas e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia e de suas controladas com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Constituição de impostos diferidos ativos por controlada

Por que é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta no balanço patrimonial consolidado o montante de R\$2.604.624 mil em 31 de dezembro de 2024, que inclui o registro no exercício de impostos diferidos ativos realizado pela controlada Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A. no montante de R\$1.095.624 mil, provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento e a recuperabilidade desses créditos tributários diferidos estão fundamentados em projeções de lucros tributáveis elaboradas pela Administração e submetidas à aprovação dos órgãos de governança da Companhia e de sua controlada.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao elevado grau de julgamento e complexidade em relação à estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, considerando as operações da controlada e a previsibilidade dos cenários econômico, regulatório e tributário que irão suportar a realização dos referidos créditos tributários diferidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) exame da existência dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que suportam o registro contábil dos créditos tributários diferidos no ativo não circulante; (b) revisão das premissas operacionais, regulatórias e tributárias que suportam as projeções de resultados futuros que irão realizar os referidos créditos tributários diferidos; (c) utilização de auditores especialistas na revisão do modelo e aderência matemática das projeções de resultados; (d) entendimento da avaliação da Administração sobre o montante do crédito realizável e, portanto, passível de registro; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes aos impostos diferidos ativos registrados no exercício e as projeções de resultados tributáveis da Administração que suportam a realização desses créditos, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4